

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO INTERUNIDADES EM
MUSEOLOGIA

MAYRA CARVALHO FERREIRA DE FRANÇA

De volta ao mundo:
Patrimonialização e Musealização na Casa de Dona Yayá

São Paulo
2023

Mayra Carvalho Ferreira de França

De volta ao mundo:
Patrimonialização e Musealização na Casa de Dona Yayá

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Museologia.

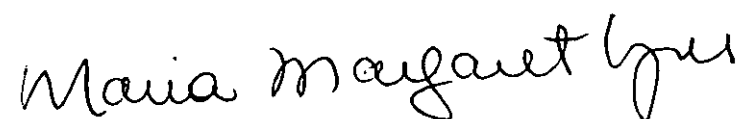
Área de concentração: Museologia

Orientação Prof^a Dr.^a Maria Margaret Lopes

Linha de pesquisa: Teoria e método da gestão patrimonial e dos processos museológicos

Versão corrigida *

(*) A versão original encontra-se disponível no MAE/USP

A handwritten signature in black ink that reads "Maria Margaret Lopes". The signature is written in a cursive, flowing style.

São Paulo
2023

Autorizo a reprodução e divulgação integral ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

França, Mayra Carvalho Ferreira de

De volta ao mundo : patrimonialização e musealização na Casa de Dona Yayá / Mayra Carvalho Ferreira de França ; orientadora Maria Margaret Lopes -- São Paulo, 2023.
223 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, 2023.

1. Casa de Dona Yayá. 2. Fato museal. 3. Patrimônio cultural. 4. Musealização. 5. Museografia. I. Lopes, Maria Margaret. II. Universidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia. Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia. III. Título.

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Serviço de Biblioteca e Documentação do

Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

FRANÇA, Mayra Carvalho Ferreira de. **De volta ao mundo: Patrimonialização e Musealização na Casa de Dona Yayá.** Dissertação (Mestrado em Museologia) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof./a Dr./a _____

Instituição _____

Julgamento _____

Prof./a Dr./a _____

Instituição _____

Julgamento _____

Prof./a Dr./a _____

Instituição _____

Julgamento _____

Às que vieram antes de mim, às que estão comigo e às
que virão depois.

Agradecimentos

Agradeço a meus pais pelo suporte emocional e material, assim como a Alexandre Zaneti, Anderson Pereira Paulino, Caio Gomes da Costa, Cecilia Salamon, Gabriela Oliveira Ribeiro e aos colegas de PPGMus-USP João Pedro Rodrigues da Conceição e as “margaretas” Isabella Favero Fazani e Siele Cristine Barbosa, também orientandas da professora Margaret, pelo companheirismo, afeto e contribuições essenciais para este trabalho que fizeram da escrita da pesquisa um processo de solidão e não de solidão. Agradeço aos profissionais da saúde mental Mirella Cobelis Chilá e Márcio Rossato Pierezan por me ajudarem a entender, abraçar e tornar minha neuroatipicidade uma força verdadeiramente criadora invés de auto destrutiva e condicionante.

Agradeço à professora doutora Maria Margaret Lopes por todo o direcionamento acadêmico, inspiração de conduta e rigor científico e por toda a paciência e acolhimento com meu olhar infantil, ávido por descobrir e nem sempre capaz de sintetizar. Igualmente agradeço às professoras doutoras Marília Xavier Cury e Inês Cordeiro Gouveia pela disposição, gentileza, direcionamentos e indicações bibliográficas que ampliaram a perspectiva sobre meu tema de pesquisa e sobre a Museologia. A dedicação delas é exemplo que levarei comigo. Agradeço aos professores doutores Camillo de Mello Vasconcellos e Lincoln Ferreira Secco pelas partilhas acadêmicas e profissionais realizadas por meio do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE) – Mães Pesquisadoras, no qual fui bolsista como monitora de suas disciplinas da graduação no ano de 2021. Sou grata também pela amabilidade e eficiência da secretaria e coordenação do PPGMus-USP, características que viabilizaram a concretização dessa pesquisa. Agradecimento que se estende às professoras doutoras Ana Lúcia Abreu e Rebeca Feltrin pela leitura atenta e avaliação deste trabalho.

Agradeço à equipe do CPC-USP, em especial Bruna Elias, Gabriel Fernandes, Maria del Carmen Ruiz e Simone Scifoni pela disposição em me receber sempre que foi necessário e por contribuir imensamente para a construção desta pesquisa. Agradecimento que se estende ao profissionalismo e atenção de Eliana Rotolo, do setor de Pesquisa e Difusão do Arquivo Geral da USP e de Jamile Salibe Ribeiro de Faria, do Núcleo de Documentação e Pesquisa do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), trabalhadoras essenciais para a construção dessa e de qualquer outra pesquisa acadêmica. Agradeço, por fim, aos que não atrapalharam.

RESUMO

FRANÇA, Mayra Carvalho Ferreira de. **De volta ao mundo: Patrimonialização e Musealização na Casa de Dona Yayá**. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Essa dissertação de mestrado analisa a possibilidade do uso qualificado da Casa de Dona Yayá, imóvel localizado no bairro paulistano do Bexiga e tombado em âmbito estadual e municipal. O objetivo é pesquisar os limites e encontros entre os campos do Patrimônio e da Museologia e contribuir para a construção da convicção de que a patrimonialização de um bem cultural tem muito a agregar com a aplicação do fato museal como estrutura para 1) compreensão do fenômeno de atribuição de valor aos bens culturais; 2) para a efetiva incorporação desse bem na sociedade como referência cultural por meio da comunicação, seja ela feita por meio de exposições, formações, publicações e outras ações de extroversão e 3) elaboração e aplicação de ferramentas de gestão museológicas capazes de preservar a integridade física do bem em questão e garantir a constante reelaboração de seus significados ao longo do tempo por meio da cadeia operatória museológica.

Palavras chave: Casa de Dona Yayá; fato museal; patrimônio cultural; musealização; museografia.

ABSTRACT

This master's thesis analyzes the possibility of qualified use of Casa de Dona Yayá, a property located in the São Paulo neighborhood of Bexiga and listed at state and municipal level. The objective is to research the limits and encounters between the fields of Heritage and Museology and contribute to the construction of the conviction that the patrimonialization of a cultural asset has a lot to add to the application of the museum fact as a structure for 1) understanding the phenomenon of attribution of value to cultural assets; 2) for the effective incorporation of this asset into society as a cultural reference through communication, whether carried out through exhibitions, training, publications and other extroverted actions and 3) development and application of museum management tools capable of preserving the integrity physics of the property in question and guarantee the constant re-elaboration of its meanings over time through the museological operational chain.

Keywords: House of Dona Yayá; museal fact; cultural heritage; musealization; museography.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 “Representação de uma das formas da sociedade tratar a loucura no início do século XX”	14
1.2 “Se há um espaço social menor a ser ocupado, há também menores oportunidades de transgressão”	16
1.3 “Por que vocês querem preservar o patrimônio?”	19
2. SOBRE O OBJETO DE ESTUDO	27
2.1 Uma casa no Bexiga	29
2.2 A Casa como instituição total	44
2.3 Transferência da casa para a USP	59
3. PATRIMONIALIZAÇÃO	67
3.1 Processo de tombamento da Casa de Dona Yayá	89
3.2 Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo	108
3.2.1 A Comissão de Patrimônio Cultural	117
3.2.2 A Comissão Especial Casa de Dona Yayá	140
4. MUSEALIZAÇÃO	156
4.1 Por que pensar expografia	164
4.1.1 Expondo Dona Yayá	168
4.1.2 Expondo a arquitetura da casa como instituição total	175
4.2 Planejamento estratégico	187
4.3 Esboço para elaboração de um plano museológico para a Casa de Dona Yayá	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	208

Pode esquecer essa definição limitada. Quando eu era jovem andei por todos os museus do mundo. De museus nacionais tão grandes, que não dava para vê-los inteiros em três dias, até arquivos de ferramentas agrícolas feitos por algum velho excêntrico no galpão de casa. Mas nenhum deles me satisfaz. Não passam de depósitos de tralha. Não vi neles nenhum resquício de paixão, da intenção de homenagear as sábias deusas. O que eu almejo é um museu que transcenda a existência humana. Que veja, até mesmo num pedaço qualquer de verdura apodrecendo numa lata de lixo, uma evidência do milagre da vida. Um museu que englobe as riquezas deste mundo, desde seus alicerces... Bom, não adianta tentar explicar isso para um sujeito que tem a pachorra de me dizer 'uma instituição estável, sem fins lucrativos.'

OGAWA, Yoko. O museu do silêncio. São Paulo: Estação Liberdade, 2016, p. 17.

1. INTRODUÇÃO

Em setembro de 1961, após quarenta anos isolada por conta de sua doença mental, Sebastiana de Mello Freire (1887-1961) teria dito pouco antes de falecer: “Estive muito tempo fora do mundo. Agora estou voltando.” (RODRIGUES, 2001, p. 57). Ainda que alguns contestem o episódio¹, é seguro dizer que a morte de Sebastiana Freire teve implicações para muito além de seu círculo afetivo mais próximo e a tirou, de definitivo, do isolamento social.

Solteira, sem filhos, sem parentes próximos, Sebastiana herdou ainda criança uma expressiva fortuna em dinheiro, imóveis, joias e ações que foi multiplicada por seus curadores após sua interdição judicial em 1920, consequência de seu diagnóstico médico de “atavismo psíquico”, o que viria a ser designado posteriormente como esquizofrenia. Não obstante os esforços jurídicos de dezenas de pessoas para comprovar proximidade sanguínea com Sebastiana durante quase uma década após sua morte², sua fortuna foi incorporada ao patrimônio da Universidade de São Paulo em 1967, por uma antiga lei de vacância³ que designava que toda herança sem herdeiros deveria ser destinada a programas de permanência estudantil universitária.

¹ Em Lourenço (2001) são reunidos diferentes depoimentos sobre Sebastiana Mello Freire. “A Casa de Dona Yayá”, da historiadora Marly Rodrigues é a única pesquisa histórica até o momento que mais conta com fontes diversificadas e qualificadas. Em “O mundo de Yayá”, o historiador José Sebastião Witter dá um depoimento pessoal sobre sua conexão com a história de Sebastiana. “A Saga de Yayá” é um depoimento da jornalista Helena Marzano Grant sobre a dedicação das mulheres da família Grant no cuidado de Sebastiana. Já em “Uma mulher rica, solitária e louca, o jornalista Francisco Ornellas lista os bens e algumas informações biográficas de Sebastiana sob seu ponto de vista pessoal.

² ORNELLAS, 2001.

³ Decreto Estadual n.º 27219-A, 9/1/57, disponível em: <<https://tinyurl.com/mw3w3h98>>. Acesso em 26 abr. 2021.

Como veremos, a demanda médica por isolamento social por conta de seu diagnóstico psiquiátrico criou um enclave dentro da cidade de São Paulo, uma casa⁴ no bairro do Bexiga transformada em hospital psiquiátrico particular exclusivamente para o tratamento de Sebastiana Freire que assim permaneceu décadas fora do mundo, mesmo estando nele. Já conhecida no bairro sem nunca ter colocado os pés na rua, a morte de Sebastiana deu fim às terapêuticas de isolamento e deu início também à difusão de sua história para além do bairro, para além das pessoas que a conheciam intimamente a tal ponto das apropriações feitas a tornarem um símbolo de resistência feminista no começo dos anos 1990 por meio do trabalho da União de Mulheres⁵.

Sebastiana Freire voltou ao mundo pelas mãos das mulheres do bloco Yayartes, da União de Mulheres de São Paulo; pelos estudos arquitetônicos e históricos realizados a partir do pedido de tombamento de sua última casa, em 1982; pelos inúmeros processos jurídicos envolvendo sua herança, alguns em curso desde a década de 1960 e por algumas pessoas que visitam a sua casa, hoje aberta aos públicos, ora em busca de ordenar o emaranhado de Yayás, ora em função de se deixar envolver pela trama e contribuir para seu adensamento.

É com respeito às apropriações, às elaborações da memória e à produção técnico-acadêmica que nos voltamos ao estudo da Casa de Dona Yayá, manicômio⁶ particular de Sebastiana de Mello Freire entre 1921 e 1961, propriedade da Universidade de São Paulo desde 1967 e tombada em 1998 pelo O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, o Condephaat. Temos o objetivo de atestar por meio desse estudo de caso que a função social da Museologia está em utilizar de suas ferramentas teórico-metodológicas para abrir caminhos para memórias clandestinas (POLLAK, 1989) – no nosso caso memórias relacionadas à história da loucura –, construir conhecimento qualificado sobre nosso passado e presente por meio das referências culturais e construir projetos de futuro onde o direito à produção cultural e à memória sejam, também, basilares para uma cidadania plena, esta construída a partir do desenvolvimento de nossa responsabilidade enquanto agentes de transformação da história (MENESES, 2018).

⁴ Utilizaremos o termo “casa” com inicial minúscula para indicar a edificação e com inicial maiúscula para indicar a referência cultural patrimonializada e/ou ocupada pelo CPC-USP.

⁵ Júlia Glaciela da Silva Oliveira abordou o histórico da organização em “União de Mulheres de São Paulo: feminismos, violência de gênero e subjetividades” (2013).

⁶ Ainda que em desuso, o termo “manicômio” remete especificamente a hospitais psiquiátricos que tiveram por terapêutica principal o isolamento social dos indivíduos acometidos por algum tipo de sofrimento mental e será utilizado eventualmente ao longo do texto para fins de síntese.

Emblemática para o estudo da história da medicina psiquiátrica, a Casa de Dona Yayá tem também registrada em suas modificações arquitetônicas a transformação dos modos de morar na cidade de São Paulo, uma vez que em sua estrutura central se encontra um chalé de tijolos construído no final do século XIX, em uma área de chácara. Entre o final de 1800 e até a chegada de Sebastiana Freire, o chalé se tornou casa de chácara de estilo eclético que, por sua vez, teve seu terreno expressivamente diminuído por conta das transformações urbanas da cidade. Ainda assim, hoje, é a área verde mais expressiva do bairro do Bexiga, um vestígio de uma São Paulo provincial que se transformou em metrópole rapidamente.

Na Casa de Dona Yayá também se encontram diferentes demandas de memória evocadas pelo desejo de lembrar e também pela urgência em se fazer cumprir os direitos de produção cultural e usufruto de espaços públicos ociosos. Moradores do bairro ligados às organizações de preservação da cultura ítalo-brasileira e a União de Mulheres de São Paulo, organização feminista ligada também a grupos de luta antimanicomial, foram os que mais se envolveram na salvaguarda da Casa ao longo dos anos 1980 e 1990, sobretudo, mas que perderam protagonismo frente a empasses jurídicos e, por fim, foram sucedidos pelo Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo, órgão que tem sua história vinculada com a da patrimonialização da Casa e que hoje é responsável por sua manutenção e uso qualificado, como também veremos.

Tombada para ser uma “representação de uma das formas da sociedade tratar a loucura no início do século XX” conforme Resolução n. 37 do Condephaat, de 1998, a Casa de Dona Yayá é de propriedade da Universidade de São Paulo, como dito, e por conta dessa posse, as propostas de uso vindas das diferentes organizações do bairro encontraram entraves jurídicos, uma vez que os imóveis pertencentes à Universidade não poderiam ser cedidos sem um contrato de aluguel ou para atividades que fugissem daquelas desenvolvidas na Universidade, segundo consta em muitos processos.

Assim, em 2004 a Universidade optou por fazer da Casa sede do CPC-USP, que deste então recebe cursos, seminários, exposições e toda uma sorte de apresentações e atividades culturais que, em sua maioria, estão ligadas a questões acadêmicas sobre o campo do patrimônio cultural, principalmente o da Universidade. A resolução do órgão ligado a Pró Reitoria de Cultura e Extensão define que ele

tem por objetivo propor normas, bem como fomentar e coordenar ações, visando o uso qualificado através de suas linhas de atuação, quais sejam, de identificação, preservação, proteção, valorização e divulgação dos bens que compõem o patrimônio cultural da Universidade de São Paulo. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012).

Além disso, o CPC-USP tem em suas atividades a discussão sobre o patrimônio e referências culturais não só da Universidade, mas da cidade de São Paulo como um todo, com especial atenção ao bairro do Bexiga. No mesmo sentido, há como premissa de atuação a aproximação da Universidade com a comunidade do bairro – de modo que são promovidas também atividades e eventos ligados às artes e expressão corporal, muitas vezes por iniciativa dos próprios trabalhadores do órgão, que já há muitos anos abrem a Casa nos domingos para apresentações musicais e atividades recreativas.

No entanto, as demandas de produção e divulgação acadêmicas acabam se sobressaindo, assim como as próprias demandas regimentais, distantes do que a resolução de tombamento evoca para o bem cultural. Assim, a proposta aqui é então compreender quais as condições que formaram essa premissa de tombamento e em quais condições ela se desenvolve, ou não. Especificamente, procuraremos quais ferramentas disponíveis na Museologia podem auxiliar a exploração das possibilidades de um uso qualificado baseada em diferentes demandas – a premissa do tombamento, as manifestações culturais de grupos organizados do bairro do Bexiga e as necessidades institucionais da USP – de uma forma compromissada com a salvaguarda do bem cultural em questão e seu uso social como referência cultural para tratar de diferentes saberes e questões sociais tendo a neurodivergência e/ou o sofrimento mental e seus tratamentos como pontos disparadores para elaboração de sentidos.

Com isso não se infere que se deva limitar o entendimento e uso da Casa apenas como uma referência cultural relacionada à história da loucura, procura-se afirmar que justamente o aspecto central da resolução de tombamento foi o mais ignorado ao longo desses anos e, é justamente nele onde residem as maiores potencialidades de estudo e experimentações do patrimônio tendo o campo museológico como referencial teórico-metodológico.

“História da loucura” de Michael Foucault (2021) é referência utilizada largamente em trabalhos sobre os impactos sociais da psiquiatria a partir da perspectiva desse saber como um “dispositivo de controle” dos Estados Modernos e a doença mental como uma classificação que tem por referencial normativo o indivíduo economicamente produtivo. Se tornou homônimo desse nicho de estudos e, embora não seja o foco deste trabalho, trataremos brevemente desse assunto por meio de outros autores a seguir, e nos próximos capítulos, uma vez que é tema basilar para a compreensão da formação material da referência cultural e das possíveis elaborações simbólicas a partir dela. Pontuamos desde já que o termo “história da loucura” aparecerá neste trabalho não como sinônimo de uma perspectiva foucaultiana sobre o tema, mas sim como indicador da historicidade da construção social do sofrimento psíquico.

1.1 “Representação de uma das formas da sociedade tratar a loucura no início do século XX”⁷

Para pensar a Casa como um documento da “história da loucura”, é preciso primeiro colocá-la no contexto de modernização da cidade de São Paulo, ocorrido no começo do século XX. É prolífica a bibliografia sobre esse período que trata sobre casas a partir da abordagem da cultura material e da arquitetura, como o é também que parte de um ponto de vista histórico-sociológico, do morar enquanto construção gradual de um senso de privacidade em contraposição ao espaço público (REIS FILHO, 1970); (MARINS, 1998). Seja em palacetes, seja em casas operárias, o conceito normativo de “casa” nesse começo do século XX fala de um espaço que deve ser planejado pensando não só no conforto e intimidade de uma família, deve pensar igualmente na manutenção de sua saúde (CARPINTÉRO, 1997).

Baseados em saberes trazidos por urbanistas, arquitetos, engenheiros e médicos, desde o final do século XIX o poder público municipal vinha aplicando uma série de dispositivos de disciplinarização como legislações, códigos de conduta, reformas urbanas e expulsão compulsória, hospitais e escolas que tinham por objetivo ordenar a população das cidades em desenvolvimento nesse período e controlar a população forra (ENGEL, 2001); (PORTOCARRERO, 2002). Foram dispositivos que adentraram as casas operárias, de classe média e alta e procuravam aplicar regras sanitárias que viabilizassem a circulação do ar, distribuição da família em cômodos próprios a cada membro para que se evitasse certo impudor, por exemplo (CARPINTÉRO, 1997); (SENNETT, 2008).

São exemplos de normas que compõem um conceito desse período que é importante para nós que é a medicalização da sociedade – a transformação de aspectos do cotidiano em objeto de estudo e intervenção médicas, segundo Elizabeth Vieira (2002). A autora explica que a partir de teorias científicas como a eugenia e a dos miasmas, que em resumo defendiam a criação e manutenção de condições ambientais favoráveis para o assentamento de indivíduos saudáveis e ativos socialmente, uma série de procedimentos de higiene, de purificação do ambiente através da facilitação da troca de ares e da regulação de hábitos sociais, entre outras práticas foram incorporadas transversalmente na sociedade naquele período por meio de diferentes saberes além

⁷ CONDEPHAAT, Processo n. 21955/82 (Casa de Dona Yayá).

da medicina, de modo a imprimir aspectos moralizantes à produção e reprodução do cotidiano. Assim:

Deve-se, portanto, entender a medicina vinculando seu aspecto de saber científico ao de prática social que se constrói, a partir do significado que este saber vai adquirindo por meio das representações sociais que vão sendo (re) elaboradas sobre ele. (VIEIRA, 2002, p. 20).

Um exemplo emblemático para entender esse conceito é a Revolta da vacina, acontecida no Rio de Janeiro de 1904. Nicolau Sevcenko (1984) reconstruiu o evento por meio de reportagens e crônicas de jornal do período de diferentes vertentes e as mais conservadoras descreviam uma horda irracional e primitiva, justamente por viver em condições precárias, e que se punha contra o progresso trazido pela modernidade por ignorância. Sevcenko constatou que a Revolta não fora um levante despropositado, mas sim uma reação popular a medidas autoritárias de uma classe dominante pretensamente ilustrada pelo cientificismo. Ele colocou que a modernização dos centros urbanos do Brasil no começo do século XX foi uma imposição que arrastou a população mais pobre para as áreas periféricas da cidade, sempre sujeitas às regulações dos setores da saúde e segurança públicas.

As áreas da cidade onde aconteceram conflitos foram justamente as que posteriormente foram alteradas pelo asfaltamento e alargamento das ruas e becos, medidas urbanísticas estendidas para as outras capitais do país, tidas como potenciais focos de levantes populares. O controle das hordas, tidas pelo poder público como massa inculta e propensa à violência, era necessidade crescente tendo em vista a urbanização cada vez mais acelerada, a propagação de doenças em meios insalubres e as novas concepções de saúde propagadas por médicos de diferentes especialidades. Ainda no Rio de Janeiro, Sidney Chalhoub (2018) descreveu o processo de demolição de cortiços, de estabelecimento de teorias científicas acerca da transmissão e tratamento da febre amarela e os conflitos sociais resultantes das imposições do poder público à população mais pobre.

Controlar o ambiente como forma de promoção da saúde é uma abordagem eugenista de linha lamarckista conforme pontuam Vanderlei Sebastião Souza e Robert Wegner em “História da eugenia: contextos, temas e perspectivas historiográficas” (2018). Eles explicam que a associação da eugenia com o nazifascismo e sua caracterização como uma teoria pseudocientífica, a partir dos anos 1950, simplificou os significados do que eles classificam por “movimento” e, conseqüentemente, diluiu a visibilidade de seu impacto em nossa sociedade. Ao invés de corrente associada apenas a posições políticas conservadoras, as diferentes correntes eugenistas na verdade se mostraram como um produto das primeiras décadas do século XX: “A eugenia deve ser

vista como parte daquela visão otimista de que o progresso da ciência reformaria o mundo, e que todos os problemas sociais poderiam ser finalmente resolvidos.” (SOUZA; WEGNER, 2018, p. 331).

O *non-restraint*, por exemplo, uma das terapêuticas aplicadas no tratamento médico de Sebastiana Freire (RODRIGUES, 2001), foi uma prática derivada também dessa corrente eugenista lamarckista que acreditava que as doenças mentais poderiam ser contidas com o condicionamento do corpo. Segundo Vera Portocarrero (2002), terapêuticas como essa reúnem o saber da medicina, então fortemente baseado no entendimento do condicionamento do corpo como caminho da cura, aos saberes dos arquitetos e higienistas, responsáveis por projetar esses caminhos (PORTOCARRERO, 2002, p. 126), configuração também abordada por Sevcenko (1994) e Chalhoub (2018), anteriormente mencionados.

A Casa então se mostra como um importante documento desse período pois é uma amostra ímpar de “medicalização da sociedade” (VIEIRA, 2002); nela a terapêutica psiquiátrica foi incorporada ao ambiente doméstico de forma singular, criando um modo de morar baseado na assistência asilar psiquiátrica. Mas essa incorporação só foi possível por conta da condição abastada de Sebastiana Freire, fator que nos leva a abordagem de outra camada de significado presente no imóvel.

1.2 “Se há um espaço social menor a ser ocupado, há também menores oportunidades de transgressão”⁸

Em “Da psiquiatria e de suas instituições: um balanço historiográfico”, Cristiana Facchinetti e Ana Teresa Venancio (2018), ao reforçarem a ligação da psiquiatria com os projetos políticos de modernização presentes na Belle Époque paulista, trazem a dimensão de como essa disciplinarização atingia grupos marginalizados de forma distinta, reforçando desigualdades, e como esses impactos foram abordados pela historiografia brasileira da medicina psiquiátrica. Se num primeiro momento a história da psiquiatria se ocupou de registros de memórias e do percurso de institucionalização do campo no Brasil, a partir da perspectiva das novas correntes historiográficas dos anos 1970, passou-se a estudar mais a fundo os impactos sociais dessa disciplinarização médica e como ela atingia mais desembaraçadamente corpos mais vulneráveis ao domínio patriarcal e racista.

⁸ Cunha, 1989, p. 129.

Segundo elas, a história das instituições e das práticas aos poucos cedeu lugar para a micro história, para os relatos de internos psiquiátricos e pela abordagem da psiquiatria enquanto “reguladora da moral” – assunto tratado também por Cunha (1989), Vacaro (2021), Matos e Pereira (2022) entre outros – perspectiva que não pode deixar de ser problematizada, por vezes pela desconsideração total dos avanços da farmacologia ou por sua demonização irrefletida, mas que analisou mais a fundo os impactos sociais da psiquiatria sobre os grupos marginalizados. Ana Paula Martins e Maria Martha Freire, em “História dos cuidados com a saúde da mulher e da criança” (2018) explicam, por exemplo, como a medicina promoveu a objetificação da mulher por sua especificidade reprodutiva e como os serviços de saúde eram primordialmente ligados à gravidez e puerpério, deixando de lado toda uma sorte de doenças que poderiam ser facilmente tratadas.

Ao salientar a reprodução, a disciplinarização médica direcionada às mulheres diagnosticava toda e qualquer condição desviante dessa função como patológica. Ainda que esse cenário tenha se modificado expressivamente nas últimas décadas, as autoras atentam para o fato de que

As mulheres foram alvo de cuidados benemerentes e de políticas públicas a partir dessa ambiguidade do discurso de gênero, e a questão que precisa ser enfrentada a partir da experiência histórica é se vamos desconstruir politicamente este discurso de gênero ou se vamos reatualizá-lo, como se observa em programas mais recentes. A gravidez, o parto e o puerpério são momentos vividos pelas mulheres que merecem cuidados e atenção especializada. No entanto, tais experiências não podem ser o eixo norteador do conceito de saúde. (MARTINS; FREIRE, 2018, p. 217).

A Casa de Dona Yayá, portanto, não é só “representação de uma das formas da sociedade tratar a loucura no início do século XX”, é também, ou sobretudo, vestígio do tratamento dado à mulher branca, abastada, acometida por uma doença mental naquele período. Esses marcadores sublinham que a Casa é fonte de estudo também para a história da saúde da mulher e, sob uma perspectiva interseccional das relações de gênero, nos impele, portanto, a considerar a biografia de Sebastiana Freire como elemento crucial e indissociável da análise desse bem cultural e de elaboração de sentidos a partir dele.

Para além do registro ou da celebração, a abordagem da história de Sebastiana Freire se faz relevante a partir da perspectiva historiográfica das relações de gênero que vê na produção biográfica de mulheres (sobretudo por mulheres) uma ação política de inserção dessas pessoas – famosas ou não – na história oficial e na memória coletiva, de modo a lhes dar visibilidade e reconhecimento de seu papel enquanto agentes históricos e pôr em xeque a neutralidade do universalismo androcêntrico (SCOTT,

1992). Novamente, essa escrita das chamadas “histórias ocultas” não pode se dar por mero registro, mas tem de se fazer como meio de estudo não só das condições de vida dessa mulher num determinado contexto sócio-histórico, como também das condições do seu apagamento.

Inserir Sebastiana Freire em seu contexto social é tentar compreender como e o quanto sua doença mental se sobrepôs à sua condição de mulher e o quanto de sua condição de mulher foi determinante para seu diagnóstico e tratamento. Por ser uma análise qualitativa, portanto de aferição desafiadora e contingente, dentro da perspectiva da busca pelos encontros das áreas da Museologia com a do Patrimônio, a abordagem biográfica, tratada no capítulo 1, pode nos auxiliar sobretudo a delimitar se, e como, esse apagamento foi refletido na construção simbólica da Casa como bem cultural e como podemos debatê-lo e até revertê-lo, questão abordada no capítulo 3.

Ao fazer uma análise historiográfica da escrita biográfica, François Dosse (2009) aponta o caráter híbrido desse tipo de produção por ela estar sempre no limiar entre ficção e realidade. Além disso, é feita sempre em tensão entre o particular e o geral, de modo que um dos desafios da escrita biográfica é justamente não perder o personagem biografado em seu meio social e tampouco o retirar por completo de seu contexto histórico. Essas tensões e limitações podem ser exploradas tanto pela pesquisa acadêmica quanto por propostas museográficas, sobretudo se esta considerar a Casa como espaço privilegiado da manifestação dessa personalidade.

Contudo, para além de uma tipologia arquitetônica inusitada, a Casa pode ser entendida também como parte de um sistema de controle social baseado do saber médico científico da Belle Époque paulista e que foi formado pelo fomento da institucionalização desse saber, pela construção e normatização de hospitais e da medicina psiquiátricos, pela organização do espaço público por meio de decretos e por reformas urbanísticas (alargamento de ruas, canalização de rios, demolição de cortiços etc.), controle de hábitos, restrições de circulação etc. A cidade deixa de ser cenário onde a Casa se localiza para ser também potencial objeto de estudo e um dos fatores que influencia a lida com esse bem cultural ao lhe adicionar mais uma camada de significado⁹, questão que pode ser tratada a partir da abordagem do histórico da edificação e de suas relações com as transformações do bairro, subsídio desenvolvido no capítulo 1.

⁹ O uso racional do território no começo do século XX dividiu a cidade de São Paulo em áreas potencialmente benéficas para a saúde e em áreas de perigo, processo que envolveu a institucionalização do saber médico e construção da infraestrutura hospitalar necessária para garantir esses limites, assunto tratado por diferentes autores, entre eles: Juliana Suckow Vacaro (2011) e Priscila Miyuki Miura (2012).

1.3 “Por que vocês querem preservar o patrimônio?”¹⁰

No início do século XX, o bairro do Bexiga era considerado como afastado do centro da cidade e possuía ainda muitos terrenos largos, não obstante seus muitos cortiços. Hoje conhecido pelos teatros e por sua cultura gastronômica marcada pelas cantinas italianas, é também bairro historicamente negro, marcado pela existência apagada, mas não esquecida, do Quilombo do Saracura e de expoentes culturais como a escola de samba Vai-Vai e o Instituto Afro Ilé Asé Iyá Osun (NASCIMENTO, 2014). Mais recentemente, a influência nordestina também vem sendo contabilizada na efervescência cultural do bairro, onde há grande incidência de comércios de produtos culinários do norte e nordeste, festas e restaurantes, por exemplo (VARGAS, 2019).

É sabido que a área provém de extensas chácaras loteadas na região e que aos poucos deram lugar ao pavimento, às vilas e casas. A urbanização do centro da cidade e a alta circulação de trabalhadores de diversas origens conferiram traços culturais únicos ao Bexiga que hoje é entrecortado pelo viaduto Júlio Mesquita Filho e pela Avenida Nove de Julho. Dentro do distrito da Bela Vista, ainda é próximo às avenidas Brigadeiro Luís Antônio e Paulista, localização que lhe põe entre os limites do “centro velho” e do “centro novo”. Mesmo verticalizado, conserva alguns conjuntos arquitetônicos do século passado, hoje também tombados em nível municipal e estadual, como a Casa de Dona Yayá, localizada na rua Major Diogo, 353.

Como mencionado, as principais entidades envolvidas no processo de tombamento da Casa de Dona Yayá estavam ligadas à tradição italiana do bairro, que reivindicavam o uso do imóvel e sua manutenção enquanto um documento de uma forma de construir e morar fortemente vinculada aos mestres de obra italianos do Bexiga. Essa foi apenas uma das interpretações formuladas a partir da Casa. A União de Mulheres juntamente com o SOS Saúde Mental privilegiou o resgate da memória de uma mulher qualificada como louca e incapaz de gerir seus bens, portanto uma representante das condições as quais o patriarcado submete as mulheres e, conseqüentemente, um símbolo de resistência e transformação.

Por outro lado, os estudos iniciados a partir da abertura do pedido de tombamento, em 1982, criaram outra interpretação, ligada ao histórico construtivo da residência, inicialmente um chalé de habitação em um terreno de chácara, construído

¹⁰ Rodrigues, 1994.

no século XIX. Tal interpretação conflitaria diretamente com a da casa interpretada como lugar do tratamento dado à mulher diagnosticada com uma doença mental e por pouco as alterações feitas em função do tratamento de Sebastiana Freire não foram apagadas, tensão essa que foi impressa na própria Resolução de seu tombamento, onde no Artigo 1º se lê: “destacando-se que as obras de restauro que vierem a ser realizadas no referido bem não poderão subtrair os testemunhos materiais que o tornaram abrigo de uma doente mental, sua antiga proprietária.”

Considerando então a perspectiva do patrimônio cultural enquanto produto de uma construção simbólica que lhe atribui valor histórico e de referencial para a memória, e não mais a de um bem de valor imanente, atribuído por sua ancialidade e/ou especificidades estéticas (CHOAY, 2017), o processo de tombamento do imóvel será tratado no capítulo 2, levando em conta os agentes envolvidos e suas propostas interpretativas sobre a Casa.

Discutir práticas institucionais que legitimaram o bem cultural enquanto tal através da análise histórica é uma forma de sublinhar que a patrimonialização carrega significados políticos (ARANTES, 1984), que influem diretamente nas dinâmicas sociais, e são por elas influenciados, e direcionam nossas referências identitárias e de memória enquanto nação (GONÇALVES, 1998). Desse modo, procuramos também percorrer um caminho para desmistificar o discurso técnico e a burocracia dessas instituições, fatores que caracterizam o campo patrimonial enquanto setor especializado que trabalha em função da sociedade, mas que, ao mesmo tempo promove desigualdades de acesso às políticas públicas de patrimonialização devido às condições estruturais nas quais nos encontramos.

No mesmo capítulo dois, trataremos do histórico do Centro de Preservação Cultural da USP e sua participação na consolidação do imóvel como um braço da Universidade no centro da cidade. Historicizar a instituição da Casa como patrimônio cultural nos permite perscrutar as relações entre os discursos e práticas institucionais – dos órgãos de preservação e da Universidade – e as ações e expectativas da sociedade civil, o que implica não só analisar, mas produzir outras perspectivas sobre a lida com nossos bens culturais e, novamente, promover a Museologia também enquanto um campo de trabalho social capaz de elaborar ferramentas e métodos para construir coletivamente condições de criação e manutenção de referências culturais. Assim, ao mesmo tempo em que se objetiva a constatação da efetividade analítica da tríade museológica para o estudo de um bem patrimonializado, acreditamos que é igualmente proveitosa a aplicação da cadeia operatória da Museologia também como método de

viabilização do uso qualificado de um bem cultural, questão que será tratada no último capítulo.

Entidades civis e institucionais fazem cada uma a seu modo trabalhos de articulação com o passado, práticas patrimonialistas traduzidas à linguagem jurídica, técnica, até manifestações públicas de caráter militante ou artístico. Todas essas apropriações, ou reapropriações, têm por base a disputa por uma narrativa do passado, geralmente vista a partir da dicotomia sentimento versus metodologia, acadêmico versus popular, mas um dos objetivos desta pesquisa é analisá-las como diferentes possibilidades de atuação onde pode ser identificado um desejo de memória ou até uma práxis museológica, mas que não é vista como tal.

Assim, um relatório de tombamento e uma marchinha de carnaval que fala do tombamento, por exemplo, não competem em termos de valor ou qualidade, mas antes precisam ser contextualizados às margens de ação de cada agente e de suas intenções de promover diferentes relações com o passado que geram, conseqüentemente, diferentes interações com o presente, lançando, por fim, diferentes projetos no futuro. É essencial, portanto, entender que essas margens são configuradas pelas condições de acesso à participação nas decisões da vida pública que, historicamente, são desiguais.

Apesar de a participação popular prevista na Constituição venha sendo incorporada nas ações das instituições de salvaguarda do patrimônio cultural, com as dificuldades para tanto (RODRIGUES, 1994); (GONÇALVES, 1998); (PRATA, 2009), a distância entre teoria e prática ainda precisa ser medida e a perspectiva museológica pode colaborar para diminuir essa distância.

Se a preservação dos bens culturais há muito foi pautada pela retórica da perda associada à ação do tempo, urbanização ou descaso (GONÇALVES, 1998) hoje se fala muito mais de uma perda deliberada pelo apagamento e exclusão, fator que evidencia como a reivindicação pelo reconhecimento dos grupos marginalizados como constituidores da identidade nacional é dificultada por uma recusa em se assumir contradições. Mesmo com os avanços promovidos pela perspectiva da Museologia Social e pela crescente organização social que produzem “patrimônios dissonantes”, por vezes quando tombados e reconhecidos judicialmente, podem até marcar a presença dos excluídos no espaço público, mas são inócuos culturalmente.

O tombamento é um instrumento jurídico-administrativo que tem por objetivo preservar e garantir o usufruto público de uma referência cultural e atestar sua relevância para a sociedade em que se insere. Considerando que o tombamento de bens culturais edificados, é um dos poucos dispositivos que impõe o interesse público

frente ao interesse privado - de modo que analisar os avanços e retrocessos nas práticas patrimonialistas institucionais -, as formas como a sociedade civil se relaciona com um bem cultural e como a perspectiva museológica pode colaborar nessa dinâmica é um modo de promover o posicionamento de que esse bem não pode ser somente disponibilizado à sociedade através da patrimonialização, mas que é preciso garantir que diferentes grupos possam viver sua cultura através dele (BOTELHO, 2001), o que pode se efetivar por meio da musealização, sobretudo sob uma perspectiva democrática (CURY, 2005; 2009) que preconiza a responsabilidade desse processo para além dos profissionais do campo museal e patrimonial.

Em suma, o processo de musealização consiste na identificação da musealidade de uma referência cultural, ou seja, na identificação de seu valor testemunhal de um período histórico, manifestação cultural, evento, fazer etc. e na transformação desse valor em indicador/suporte de memória, que podemos sintetizar como ações de extroversão. Embora a patrimonialização integre o processo de musealização, o reverso não acontece uma vez que a musealização demanda um sistema processual dinâmico e interdisciplinar (RÚSSIO, 1983 Apud BRUNO, 2010) que vai além da identificação e do reconhecimento público do valor de determinada referência cultural e tem por premissa a preservação não pelo registro e sim pela comunicação, esta que pode ser feita por meio de exposições, projetos educativos, palestras, publicações e toda a sorte de construções de relações comunicacionais por meio de uma referência cultural.

Como veremos, a patrimonialização se tornou sinônimo de tombamento (ARAÚJO, 2021) e, por associação, podemos dizer que musealização é comumente entendida como ação de transformar algo em objeto de museu, no que se pede a aplicação de uma série de procedimentos normativos ligados à salvaguarda e exposição. Essa leitura parcial coloca os museus antes como lugar de esquecimento do que de lembrança e descoberta, perspectiva conectada à visão geral de que o objeto de estudo da Museologia são os museus.

Posição já superada, teórica e metodologicamente (RÚSSIO, 1979; 1983 Apud BRUNO, 2010); (BRULON, 2017), de campo que desenvolve procedimentos de identificação, descrição, salvaguarda e exposição de referências culturais, a Museologia hoje é consolidada como campo que tem por objeto de estudo nossa lida com as referências culturais, o fato museal (RÚSSIO, 1983 Apud BRUNO, 2010), relação entre sujeito e referência cultural que produz interpretações sobre nossa realidade e que tem os museus como um dos cenários possíveis, mas não o único. A partir do fato museal a Museologia se ocupa também das questões relacionadas às problemáticas relacionadas à função social das instituições e dos trabalhadores da memória; da

democratização dos critérios e práticas preservacionistas e da produção de sentidos a partir do patrimônio cultural, tópicos que extrapolam as técnicas museográficas, por exemplo, e falam de como criamos – por meio da seleção, pesquisa e extroversão, reforçando – referências culturais que nos auxiliam na leitura do mundo e nos dão base para ação transformadora (GUARNIERI, 1983/1985 Apud BRUNO, 2010).

Quando musealizamos objetos e artefatos (aqui incluídos os caminhos, as casas e as cidades, entre outros; e a paisagem com a qual o Homem se relaciona) com as preocupações de documentalidade e de fidelidade, procuramos passar informações à comunidade; ora, a informação pressupõe conhecimento (emoção/razão), registro (sensação, imagem, ideia) e memória (sistematização de ideias e de imagens e estabelecimento de ligações). (GUARNIERI, 1983;1985 Apud BRUNO, 2010, p. 149).

A partir da analogia dos museus enquanto laboratórios, espaços de experimentação (MENESES, 1994), a Museologia pode nos ajudar a fazer perguntas mais assertivas às referências culturais – contextualizadas por sua origem histórica e territorial – para elaborar diferentes propostas comunicacionais, como as expográficas que incentivem visitantes a fazerem outras perguntas (museografia), de difusão e produção de conhecimento (educação patrimonial e museal¹¹) que, em paralelo ou em conjunto, nos movem a perguntar por que perguntamos (metamuseologia).

A materialidade da Casa de Dona Yayá por muito tempo foi utilizada para mobilizar conhecimentos acerca da historicidade de técnicas construtivas e técnicas restaurativas arquitetônicas, num diálogo de si para si próprio. Acaba sendo, de certa forma, documento do próprio campo do Patrimônio, já que essas abordagens partem de diferentes conjunturas da história do campo. Por meio das técnicas pôde-se mobilizar saberes sobre a história do bairro do Bexiga, a cidade de São Paulo e, marginalmente, sobre a história de Sebastiana Freire, caracterizada quase que exclusivamente por seu sofrimento mental.

Como abordaremos no capítulo 2, a principal característica do imóvel – e que até hoje não foi verificada em nenhuma outra parte do Brasil, pelo menos – é a de “manicômio particular”, tipologia única e mobilizadora de sentidos para muito além das técnicas construtivas e modos de morar pequeno burgueses. Como explicitado no projeto de tombamento, há outros exemplares de casa de chácara, mas não há outros exemplares como a Casa de Dona Yayá. Pensando no caráter humanista da Museologia teorizada e praticada por Rússio (1979), nossa relação com os objetos – que podem ser

¹¹ Aqui entendidas como ações de formação, construção de conhecimento e sua divulgação por meio de uma referência cultural (HORTA, 1999), esteja ela no espaço institucionalizado do museu ou não. Perspectiva essa que considera educação para além de uma ação de comunicação e/ou mediação e nela tem um caminho de construção da cidadania e formação humanística. (LOPES 1991; 2004)

entendidos aqui como toda materialidade externa a nossos corpos – catalisa os significados produzidos no cotidiano e nos põe em contato com aquilo que nos faz humanos: nossa capacidade de criação e nossa consciência da finitude.

A palavra humana é tanto mais rica quanto mais ligada à realidade do objeto que nomeia ou traduz, ou identifica; ela se torna oca e vazia quando o conceito nela contido pretende uma vida divorciada dos significados profundos e extensos das coisas, dos objetos e dos seres. (RUSSIO, 1979b, Apud BRUNO, 2010, p. 98)

Desse modo, a Casa enquanto objeto do fato museológico tem o bairro como cenário dessa relação, lugar com uma vida dinâmica própria que influencia o modo como a percebemos (olhamos, visitamos, estudamos, produzimos projetos de comunicação e ocupação etc.), seja porque as transformações urbanísticas podem alterar a estrutura da Casa e também seu entorno enquanto referência geográfica – esta relacionada tanto à localização espacial quanto a de sentidos de pertencimento (BOSI, 2003) – seja porque os diferentes grupos identitários que moram no Bexiga integram a Casa como sua referência cultural de acordo com suas vivências e agendas políticas próprias.

Essa relação não se encerra necessariamente no bairro do Bexiga pois ele precisa ser contextualizado às dinâmicas da cidade de São Paulo como um todo. No entanto, o que intentamos trazer para a discussão é que o fato museológico como uma das chaves de compreensão possíveis, e ainda não utilizada, no entendimento e tratamento da Casa de Dona Yayá pode ser capaz de mobilizar outros sentidos para além de classificações tipológicas arquitetônicas, importantes, mas que não podem substituir questões marcadamente humanas, resumidas como a vulnerabilidade latente de qualquer ser humano à perda da razão, ao isolamento, à dependência de outras pessoas. Não são questões propriamente técnicas e nem sempre passíveis de classificação, à despeito dos Manuais Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, por exemplo, mas que aos poucos estão sendo introduzidas na produção de conhecimento das gestões mais recentes a partir da Casa, caminho que se mostra profícuo e cada vez mais comprometido com a construção de realidades sociais mais inclusivas.

Esquecemos que os bens se preservam quando se constituem em valor. Não em valor para uma minoria, ainda que seja uma “inteligência” atuante: mas num valor social, derivado de uma consciência que dele se tem como fator fundamental, como condição absoluta de ser e de existir. E essa valoração e essa consciência só podem derivar de uma historicidade da qual significativas parcelas do povo estejam côncias. Em duas palavras: patrimônio cultural é questão de consciência histórica. (RUSSIO, 1979b, Apud BRUNO, 2010, p. 121)

No mais, a abordagem museológica da referência cultural e a defesa da aproximação teórico-metodológica do CPC-USP ao campo museal se faz como

intenção de promover a Museologia como área do conhecimento incontornável para o aperfeiçoamento das relações e práticas institucionais de enquadramento, tratamento e extroversão das referências culturais, partes de um sistema interdependente e dinâmico denominado cadeia operatória museológica.

Ponto a ser discutido no capítulo 3, podemos adiantar que o valor da adoção da cadeia operatória museológica por uma instituição que tem por objeto de trabalho as referências culturais, está não somente na sistematização de suas ações e na normatização de procedimentos, mas no entendimento dos fenômenos museológicos como processos interdisciplinares (GUARNIERI, 1981 Apud BRUNO, 2010), participativos, dialógicos e dinâmicos (CURY, 2005) que, antes de engessar práticas institucionais, pretendem aproximá-las das demandas sociais relacionadas aos direitos à manifestação e produção cultural e à memória.

No que encerramos essa seção sublinhando que a defesa da musealização da Casa de Dona Yayá, operação ainda no espaço das possibilidades, ultrapassa o entendimento da Museologia como disciplina de normatização e a coloca como campo defensor da utopia como “fase inspiracional que antecede o plano” e construtor e executor desse planejamento, “atividade racional e racionalizante” (RÚSSIO, 1979 Apud BRUNO, 2010, p. 85.), entendimento que enfatiza a função social das instituições de memória e que, aqui neste trabalho, se relaciona com a defesa da responsabilidade dos aparelhos públicos no cumprimento dessa função.

Por fim, o que propomos é a aplicação de um processo de musealização que passa pelo entendimento do fato museal como forma de ampliação das possibilidades de nossas relações com o patrimônio cultural e aprimoramento de seu tratamento técnico, este feito por meio da cadeia operatória museológica (BRUNO, 2020) (CURY, 2005). O fato museal pode enfatizar que os produtos das relações entre a Casa, seu território e suas populações são capazes de atender questões sociais ainda não de todo presentes, no que destacamos neste trabalho a luta antimanicomial e a promoção da igualdade de gênero, pautas perenes principalmente desde a abertura democrática, mas não de todo incorporadas como relevantes à sociedade, haja vista questões latentes relacionadas à permanência do internamento psiquiátrico compulsório¹², por exemplo.

¹² HOLIDAY propõe restrições ao aborto em SP e internação psiquiátrica para grávidas. Folha de São Paulo *On line*. 24 jun. 2019. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3v777dpe>>. Acesso em 13 abr. 2022.

LEITE, Isabela. Proposta sobre internação compulsória na Cracolândia volta a ganhar força na Prefeitura de SP. Portal G1 São Paulo. 10 abr. 2023. <https://tinyurl.com/ypy3r38n>>. Acesso em 10 abr. 2023.

Assim, por meio do desenvolvimento de uma cadeia operatória museológica – “uma” já que a cadeia não é única, é um modelo teórico-metodológico dinâmico às necessidades que ele procura atender, enfatizamos – o CPC-USP pode ir além do que o processo de patrimonialização permite, ação capaz de transformar o uso qualificado da Casa de Dona Yayá e que pode se reverberar para os outros bens culturais da Universidade que, por sua vez, pode ampliar a própria postura institucional com relação a seu patrimônio cultural para além da dicotomia.

O que me assombra na loucura é a distância – os loucos parecem eternos. Nem as pirâmides do Egito, as múmias milenares, o mausoléu mais gigantesco e antigo possuem a marca de eternidade que ostenta a loucura.

[...] O morto é náuseo, e se observado, acusa alto a falta do que o distinguia. [...] Conquanto nos dois estados encontro ponto de contato – o principal é a distância. Ainda que só diante do louco tenha experimentado a sensação de eternidade. Nele não encontramos a falta. Nos parece excessivo, movendo-se noutra espécie de vibração. Junto dele estamos sós. Não sabendo situá-lo fica-se em dúvida: onde se a acha a solidão? O louco é divino, na minha tentativa fraca e angustiante de compreensão. É eterno.

[...] Como todos os mortos, nada fazem para voltar ao estado primitivo – e embora todos tenhamos que morrer um dia, poucos alcançam a santidade da loucura (e quem prova estar o louco sujeito à morte, se passou para uma realidade que desconhecemos?).

CANÇADO, Maura Lopes. Hospício é deus: Diário I. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p.25.

2. SOBRE O OBJETO DE ESTUDO

Neste capítulo trataremos do contexto histórico da edificação e, por meio de apropriações culturais feitas por meio de pesquisas acadêmicas e peças midiáticas, também abordaremos a biografia de Sebastiana Freire. O objetivo desta seção é delimitar os contornos de nosso objeto de estudo para entendermos como se deram as construções simbólicas feitas durante o processo de tombamento e busca do uso qualificado, tópicos a serem tratados no capítulo seguinte, e mapearmos as possibilidades de ação trazidas pela Museologia, questão destinada ao capítulo 4.

Um objeto de estudo não é um sistema fechado, isolado de seu meio ambiente. Tampouco quem o pesquisa é inerte, capaz de separar inclinações pessoais e projetos futuros daquilo que estuda. Obviamente, há o rigor técnico e científico, mas como abordado brevemente na introdução deste trabalho, o reconhecimento das contradições sociais do Brasil e, acima de tudo, o posicionamento de alguns trabalhadores da Museologia que têm a área enquanto campo de conhecimento e também de ação social por meio de suas ferramentas teórico-metodológicas (GUARNIERI, 1983;1985 Apud BRUNO, 2010), fazem com que nosso objeto de estudo seja encarado como um exercício analítico e também uma possibilidade de transformação. É um bem cultural a ser analisado por meio da documentação e bibliografia pertinentes, mas também pelos significados que evoca, sobretudo ao considerarmos as relações de gênero e a neurodivergência.

Um bem cultural tem inúmeras facetas que ultrapassam sua tridimensionalidade. Primeiro, ele existe na materialidade, mas quando tornado patrimônio emerge enquanto símbolo de algo ou alguém. Somente nessa camada há uma multiplicidade de significados construídos por diferentes pessoas em diferentes tempos sociais. Quando musealizado, passa a ser também suporte de informação e estudo contínuos, pois se assume com propriedade o caráter representativo – uma das matérias primas da pesquisa museológica –, e se passa a jogar mais abertamente com o bem cultural, pode se reforçar ou subverter seus significados.

Essas operações podem ser entendidas como jogos interpretativos que, utilizando de empréstimo a análise de Susan Sontag (2020), buscam preencher a lacuna entre o momento da criação do objeto – no caso a construção da Casa e suas alterações arquitetônicas – e as demandas de quem o procura em busca de esclarecimento e/ou rememoração. Falando da interpretação como uma estratégia de preservação, Sontag diz:

A interpretação é uma estratégia radical para conservar um texto antigo, considerado precioso demais para ser rejeitado, submetendo-o a uma reforma. O intérprete, sem apagá-lo ou reescrevê-lo de fato, altera o texto. Mas não pode admitir que é isso o que está fazendo. Ele alega que está apenas tornando o texto inteligível, ao revelar seu verdadeiro sentido. (SONTAG, 2020, p. 19).

Ao contrário do que é descrito nesse cenário literário, a Museologia toma como premissa de trabalho justamente o reconhecimento desse potencial interpretativo do objeto e seu poder de intervenção nessa operação que depende de registros documentais auxiliares, depoimentos orais, manifestações culturais e toda uma sorte de recursos de apoio necessários para que a interpretação aconteça sob o rigor metodológico da área. Além de estruturar esse valor de documentalidade de uma referência cultural, procura-se por meio dessa construção produzir subsídios para ressignificação de sentidos a partir dessa referência por meio da comunicação (CURY, 2004).

Esse aporte é necessário para que as ferramentas museológicas deem conta de documentar, explicar e formar interpretações acerca das referências culturais de modo consciente; de modo que sua própria interpretação seja um documento que conta a história da construção de determinada referência cultural e não simplesmente construa ficções acerca dela. No mesmo artigo aqui utilizado, Sontag se posiciona acerca da crítica de arte numa conclusão que pode nos servir de analogia para o trabalho da Museologia, que não só deve não só buscar e construir o significado das coisas, mas explicar os caminhos percorridos:

O objetivo de todos os comentários sobre a arte deve ser, hoje, o de tornar as obras de arte – e, por analogia, nossa própria experiência – mais, e não menos, reais para nós. A função da crítica deve ser a de mostrar como ela é o que é, e mesmo é isso o que ela é, e não o que ela significa. (SONTAG, 2020, p. 29).

Com isso em mente, utilizaremos de documentos e a bibliografia tanto para construir nossa interpretação acerca da Casa, quanto para indicar as apropriações feitas ao longo desses últimos anos e suas implicações para os processos de patrimonialização e musealização, tópicos estes que ganham enfoque nos capítulos seguintes.

2.1 Uma casa no Bexiga

Pesquisando os modos de vida e circulação de comunidades nordestinas no bairro do Bexiga, Fernanda Vargas (2019) afirma que o lugar é “uma ideia sempre em trânsito.” (VARGAS, 2019, p.95). Sua dissertação de mestrado acompanha não só o dia a dia dessas comunidades como também estende a pesquisa para a cidade de Mombaça, Ceará, ponto de chegada de uma linha de transporte particular que faz viagens regulares tendo como ponto de partida o bairro do Bexiga.

Vargas fala de “trânsito” para se remeter tanto a um estado de mudança permanente quanto de um movimento contínuo, características próprias tanto do bairro quanto da comunidade que estuda. Ela entende que é na impermanência que se fortificam as trocas culturais que são favorecidas pela formação de redes de apoio, contato e convivência. O Bexiga é então para ela um bairro sempre em transformação, onde diferentes grupos se movimentam e se encontram e, por vezes, se entrecruzam. Do ponto de vista histórico e geográfico, o Bexiga guarda vestígios de uma urbanização intensa que transforma a configuração do bairro, mas, ao mesmo tempo marca um represamento dessas mudanças ocorridas na cidade de São Paulo no começo do século XX.

Entre a fundação da cidade de São Paulo, em 1554, e a finalização da construção da ferrovia Santos-Jundiaí pela *The São Paulo Railway Company*, em 1867, - um dos sinais da modernização da cidade e da consequente entrada do capital estrangeiro movidos pelo dinheiro do café paulista -, a cidade de São Paulo pouco se desenvolveu. No século XVI seu principal centro de circulação de pessoas era a região formada pelas igrejas do Carmo, São Francisco, São Bento e o Colégio Jesuíta. Nos dois séculos seguintes, a região se deslocou para o novo triângulo formado pelas ruas hoje conhecidas por Quinze de Novembro, Direita e São Bento, tendo em seus vértices

a Igreja do Rosário dos Homens Pretos, hoje não mais existente ali, a Igreja de Santo Antônio e Matriz da Sé.

Numa planta da cidade datada de 1868, mesmo com todas as transformações urbanas acima mencionadas, ainda constavam resquícios de uma São Paulo provincial, tais como o Matadouro, próximo aos rios Anhangabaú e Bexiga, as estradas principais, que eram rotas comerciais e de transporte desde o século XVI para províncias vizinhas (Caminho de Santos, Caminho de Tabatinguera, Caminho do Braz, Caminho de Santo Amaro e Caminho de Campinas) e as grandes áreas de chácaras que naquele momento começavam a ser loteadas, como as áreas traçadas ao longo das ruas principais da área entre os rios Saracura e do Bexiga, no mapa abaixo, que indicam as primeiras ocupações oficialmente reconhecidas do que viria a ser o bairro do Bexiga.

Figura 1— Recorte da Planta da cidade de São Paulo, de 1868, com os primeiros traçados de propriedade na região onde seria formado o bairro do Bexiga.



Fonte: Informativo do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Disponível em: < <https://tinyurl.com/54mc7nca> >.

O jornal *A Província*, por exemplo, publicou em 30 de julho de 1878, e em meses subsequentes, variações do anúncio “Terrenos do Bexiga” que destacavam como benefícios da compra a largura dos terrenos e a proximidade da cidade:

Vendem-se estes magníficos terrenos às braças ou em grandes lotes, com pastos ou matas, à vontade do comprador. Não há nada a desejar nestes terrenos, dentro da cidade, água corrente em diversas fontes, lindos golpes de vista para bonitas chácaras, ruas de 60 palmos de largura.

Em poucos anos, o traçado de ruas do bairro foi modificado pela ação do Estado e de agentes imobiliários, mas nada comparado à complexificação do centro da cidade, emaranhado visto do lado direito da planta abaixo:

Figura 2 — Destaque feito na planta de 1881 da Companhia Cantareira de Esgotos indicando localização da construção do chalé que precedeu a Casa de Dona Yayá, conforme visto em Rodrigues (2001, p. 38) e Schneck (2010, p. 54).



Fonte: Informativo do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Disponível em: <curt.link/eg4Ho2>.

Nas primeiras décadas do século XX, italianos (sicilianos e calabreses) e negros libertos procuraram a área por conta dos preços baixos dos terrenos de “pequena testada e grande profundidade”, conforme indicam Clara Alambert e Paulo Fernandes (2006, p. 154), característica esta que, segundo os autores, seria crucial para refrear a verticalização do bairro nas décadas finais do século, posição também defendida por Nádia Marzola em sua pesquisa sobre a Bela Vista (1985, p. 15). Embora ambos trabalhos referidos mencionem a presença negra – entre finais do século XIX e começo do XX – e nordestina – metade do século XX em diante – no bairro, os italianos ganharam destaque na formação cultural da região. Marzola inclusive faz um apontamento sobre a mudança de perfil demográfico do Bexiga comparando as ondas migratórias do começo com as do final do século XX:

os tempos são outros e, talvez, para o migrante de hoje seja muito mais difícil atingir esse ideal, do que para o imigrante europeu, que vinha de um local culturalmente mais evoluído e que encontrou São Paulo numa época de evolução sem precedentes. (MARZOLA, 1985, p. 78).

Por outro lado, Carlos José Santos em “Nem tudo era italiano” (2017), enfatiza a origem negra do bairro e fala sobre dados oficiais demográficos daquele período

utilizaram de um sistema de coleta parcial para gerarem números “branqueados”, gerando para nós documentos históricos oficiais distorcidos:

é pertinente observar que negros, índios, mestiços, caboclos, caipiras também compunham a população da cidade de São Paulo [...]. Porém, tornou-se frequente quase sempre registrar somente a presença dos estrangeiros, despossuídos ou não, e das camadas mais ricas da parcela nacional população. (SANTOS, 2017, p. 38)

O artigo de Paulo Koguruma (1999), aborda tanto a questão racial quanto a presença de diferentes tempos sociais na metrópole em crescimento, relação dificilmente harmoniosa dado o “inusitado cosmopolitismo, já que seu ambiente citadino apresentava simultaneamente matizes europeizados e ares provincianos da cidade oitocentista” (KOGURUMA, 1999, p.89-90):

A população paulistana crescia multiplicando os expedientes para sobreviver em meio à pobreza que aumentava com o adensamento da população citadina. O universo de estratégias e táticas de sobrevivência, de papéis informais, de relações de vizinhança e familiares, de trocas sociais e culturais, enfim, de sociabilidades continuamente improvisadas - que fora construída pelos escravos, forros e brancos pobres durante a crise final da escravidão - só fez ampliar-se com a chegada de contingentes populacionais forasteiros. Naquele final de século XIX e início do XX, a movimentação nas ruas da cidade de São Paulo foi marcada pelas características do tenso convívio social (KOGURUMA, 1999, p.89).

Por fim, Santos (2017) traz informações de relatórios e levantamentos demográficos que sublinham o branqueamento social enquanto um projeto político efetivado pelas políticas de imigração e pelas leis dos códigos de conduta que geravam desigualdade de acesso a empregos e moradia. Esses mesmos códigos impunham também restrições às manifestações culturais, comércio e formação de redes de apoio, proibindo regularmente a instalação de ervanários, lojas de animais, quitandeiras e tabuleiros, por exemplo, pela cidade. Assim, a predominância de um tipo social, de manifestações culturais específicas não se dá espontaneamente, como que por mérito de sua origem fértil.

O autor utiliza da análise de fotografias para identificar as pessoas designadas como despossuídos, vagabundos e desocupados nos relatórios demográficos oficiais como trabalhadores braçais, carroceiros, garis, vendedores ambulantes etc. (SANTOS, 2017, p. 82), um estudo que descortina uma parcela importante do processo histórico do racismo institucional na cidade de São Paulo e igualmente demonstra que documentos oficiais informam tanto pelo que dizem quanto por suas omissões.

Outro exemplo de interferência de um projeto de construção de uma história oficial sobre as elaborações da memória social está na toponímia do bairro. Nádia Marzola (1985) traz em seu trabalho as muitas versões para o surgimento do nome da

região que, segundo a documentação por ela consultada, sofria de surtos de varíola (bexiga), desde 1564. Outras versões levantadas falam dos restos de animais descartados pelo matadouro da cidade no rio, a bexiga entre eles, e também de uma estalagem na rua Santo Antônio pertencente a um Antônio Manuel Bexiga. Mesmo com registro de morte e testamento (MARZOLA, 1985, p. 35), não se sabe se seu sobrenome nomeou o lugar ou vice versa, mas segundo a autora ele já era assim referenciado desde o final de 1700, período de inauguração do matadouro.

Sheila Schneck (2010), em sua dissertação sobre a formação do bairro a partir da análise do imbricamento entre poder público e privado na urbanização, aponta que no começo do século XX a intensificação da ação do mercado imobiliário procurou modificar a imagem da região, ao coletar assinaturas para um abaixo assinado que requereu junto à prefeitura a mudança do nome de Bexiga para Bela Vista:

desde 1883, havia tentativas de alterar o nome do bairro, o que só aconteceu em 1910. Assim, a presença dos dois nomes parece indicar um fato, ao que parece, incontornável: a impossibilidade de apagar do imaginário popular o nome original pelo qual a região ficou conhecida. (SCHNECK, 2010, p. 72 e 73).

O nome do bairro é um aspecto importante de compreensão das relações sociais que se dão na cidade e através dela, uma vez que as mudanças estruturais causadas pela urbanização e especulação imobiliária vêm sempre acompanhadas de transformações também nas trocas simbólicas (BOSI, 2003); (ROLNIK, 1989). A toponímia definida pelo poder público marca no bairro e nas ruas da cidade projetos políticos, e até comerciais, restritos a uma pequena parcela da população, demarcação de classe que é percebida também na escolha em quem diz que mora no “Bexiga”, no “Bixiga” ou na “Bela Vista¹³”, conforme constatou Fernanda Vargas (2019) em suas entrevistas.

Segundo Larissa Nascimento (2017) uma outra forma interferência da construção de uma história oficial única sobre a memória social está na indicação das origens do bairro. Apontar apenas a ocupação italiana como principal responsável pela construção do bairro, por exemplo, seria uma forma de apagamento das origens afro-brasileiras da região, uma vez que num local - há alguns quilômetros das principais rotas de saída da cidade, circundada por rios e de vegetação densa -, foi formado no final do

¹³ A Lei Estadual de n.1.242, de 26 de dezembro de 1910 criou o distrito da Bela Vista. Em seu artigo 2.º, versa: “As divisas do novo distrito são as seguintes: Começam no largo do Riachuelo, sobem pela rua Santo Antônio, tomam à esquerda pelo aterrado da rua Martinho Prado, daí na direção da rua Frei Caneca, por esta em toda a sua extensão e pela linha do seu prolongamento até ao rio Pinheiros, tomam à esquerda, dividindo com o distrito de paz de Butantan, seguem o curso do mesmo rio Pinheiros, até encontrar as divisas de Vila Marianna, por estas, até encontrar as da Liberdade e por estas, finalmente, até ao ponto inicial”.

século XIX o Quilombo do Saracura, conforme apontam autores já citados, além de Raquel Rolnik (1989), Paulo Koguruma (1999) e Carlos José Santos (2017).

Os quilombos urbanos eram formas de organização social, resistência e sobrevivência de escravizados fugidos ou libertos em regiões da cidade geralmente marcadas pela baixa urbanização, ou seja, presença de vegetação densa ou ribeira, capaz de não só abrigar e esconder pessoas, mas de fornecer condições de subsistência agrícola e espaço para manifestações religiosas e culturais por meio do terreiro (NASCIMENTO, 2017).

Figura 3 – Corte da Carta da Capital de São Paulo de 1842, mostrando a expressiva vegetação em parte da região que viria a ser o bairro do Bexiga.



Fonte: Informativo do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Disponível em: <<https://tinyurl.com/db2e5tz2>>.

Larissa Nascimento (2017) complementa:

Logo após a Abolição da Escravatura, a cidade de São Paulo passou por uma intensa redefinição territorial/racial, encabeçada pelo poder público e pela elite paulistana, fazendo com que os negros se deslocassem para as regiões mais periféricas da cidade. A “limpeza” do Centro Velho ocorreu durante a gestão do prefeito Antônio Prado (1899 - 1911) e caracterizou-se pelo desalojamento da população negra que ali vivia. Diante do desalojamento forçado, uma parcela considerável de negros se deslocou para o Bexiga tendo em vista o já existente núcleo negro do Saracura e a proximidade em relação às regiões valorizadas da cidade – como Avenida Paulista, Rua Consolação, Rua Brigadeiro Luis Antônio e arredores – que demandavam mão de obra braçal, principalmente nas mansões dos barões do café, fatores que contribuíram para que, na época, o Bexiga se consolidasse como um importante território negro da zona central da cidade. (NASCIMENTO, 2017, p.33).

Assim a autora reforça a perspectiva sobre o Bexiga ser uma “ideia sempre em trânsito” ao relacionar a injunção do movimento migratório ao apagamento de memórias.

Conforme ela descreve, no começo do século XX as obras de infraestrutura urbana repeliram a população negra do centro da cidade de São Paulo para áreas afastadas como o Bexiga e, nas décadas finais, o movimento se repetiria, agora forçando a maioria dessa população negra e pobre do bairro a se deslocar para áreas periféricas da cidade. Se referindo à Cidade Tiradentes, um dos principais destinos de ex-moradores negros do Bexiga identificados pela autora, Nascimento explica:

Localizada na zona leste de São Paulo, a Cidade Tiradentes abriga o maior complexo de conjuntos habitacionais da América Latina, fora planejada e construída pelo poder público Municipal (COHAB) em Estadual (CDHU) na década de 80, destinado a famílias atingidas por obras públicas. Sendo assim, os dados da Coordenadoria Regional de Saúde (CRS), Supervisão Técnica de Saúde (STS) e Distrito Administrativo (DA), apontam que a Cidade Tiradentes é o terceiro maior distrito de São Paulo em termos de proporção de moradores negros (56,1%) – significando 118.586 habitantes. Já a população negra da Bela Vista representa 21,7%, o equivalente a 15.036 habitantes. (NASCIMENTO, 2017, p.36).

O Bexiga é um bairro de contradições, de tensões, de forma inata. Descrito, talvez, pela possível contraposição ao manifesto integralista, escrito em linguagem macarrônica de Juó Bananére e publicado no Diário Nacional em 13 de março de 1931, *“Manifestu da a legió Inrevoluzionaria”*:

*U brasile é unico e invisive.
U tipu sociali brasileiro é uma mistura di terra, di ingonomia e di storia.
U Brasile stá sitoado nu meio do o Mondo.
U uómo brasiliêre é figlio di tuttas razza: negro, indio, macaco, intaliano, ingreiz, turco, cearensi, pernanbugano, gauxo, afrigano i allamó. (Nota du traduttóre - Grazias a deuse io sô intaliano i sô figlio di mio paio i di mia máia i di maise ninguê)
Inzisti una tradiçó morale brasileira chi é prciso adisgobri. Vamos apicurá.*

Tanto em trabalhos acadêmicos quanto em reportagens, a pluralidade cultural do Bexiga é reconhecida e até celebrada, mas, ao final, é a nota do tradutor do manifesto de Bananere que se sobressai, pois o ser italiano é o traço identitário predominante e que confere distinção social até hoje na cidade. Vargas (2019) destaca que mesmo o Bexiga sendo um bairro de “fronteiras movediças” (VARGAS, 2019, p. 16), a convivência entre negros, imigrantes e migrantes se dava – e se dá – em espaços como a escola, por exemplo, mas que cada grupo mantinha hábitos culturais e de moradia distintos, sendo que negros e migrantes historicamente ocuparam as áreas mais baixas do bairro, propensas a alagamento, e os porões dos cortiços, inclusive trabalhando para os imigrantes donos dos comércios e fabriquetas locais. “Observamos que a convivência se revela permeada por relações de poder, seja na diferenciação do tipo de habitação, seja no tipo de posto de trabalho que deve ser destinado a cada um.” (VARGAS, 2019, p. 44). Como explica Milton Santos (2020):

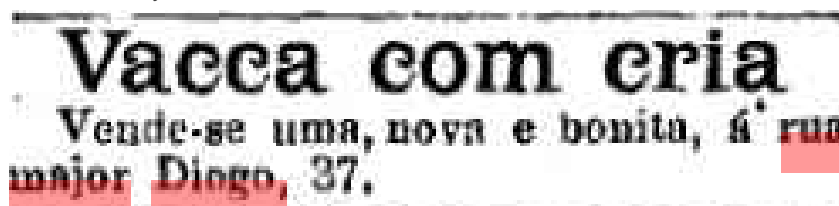
Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário, têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais, ou menos, cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. (SANTOS, 2020, p. 107).

Sem nos estendermos demais nas questões sociais da formação do bairro, tópico extensamente abordado com propriedade pelos autores mencionados até aqui, frisamos então que o movimento, a mudança – imposta ou desejada – e, sobretudo, a adaptação, são características marcantes do Bexiga que é exemplo incontestado da inexistência de identidades puras, homogêneas, tampouco da pretensa harmonia expressa no mito da democracia racial muito em voga em nosso país até os tempos atuais. É interessante observar, por fim, como a urbanização, processo desagregador por excelência (SEVCENKO, 1994); (BOSI, 2003); (MARZOLA, 1985); (ROLNIK, 1989) atingiu os diferentes grupos do bairro de forma desigual, impondo desarranjo e diligência para uns e não para outros, situação que acontece também até os tempos atuais. São questões indispensáveis para pensarmos o processo de musealização da Casa de Dona Yayá no capítulo 4.

Construída como um chalé por volta de 1870 entre os Ribeirões do Bexiga, a residência que viria a ser conhecida como Casa de Dona Yayá se modificou e foi modificada por essas transformações urbanas, como veremos a seguir. Em menos de 20 anos, a malha urbana do centro de São Paulo seria intensificada e expandida e o chalé de habitação seria profundamente alterado em um curto espaço de tempo.

Rodrigues (2001) em sua pesquisa sobre a casa e sua moradora, indica que o documento mais antigo encontrado naquele momento foi uma escritura de 1888 em nome de José Maria Tallon que naquele ano vendeu a residência para Afonso Augusto Roberto Milliet (RODRIGUES, 2001, p. 37). O anúncio abaixo fala de uma venda feita na chácara:

Figura 4 – Anúncio no jornal O Estado de São Paulo.



Vacca com eria
Vende-se uma, nova e bonita, á rua
major Diogo, 37.

Fonte O Estado de São Paulo. Geral. São Paulo, 15 set. 1899, p.5

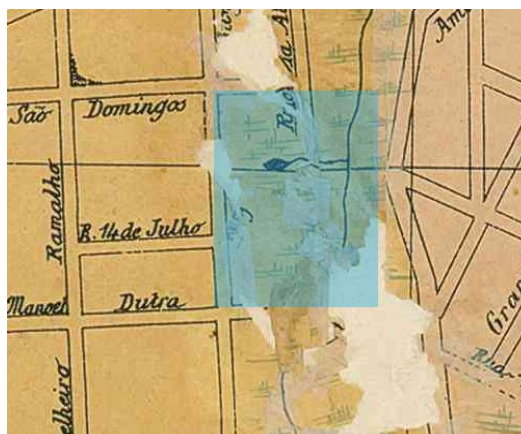
Figura 5 – Destaque feito na Nova planta da cidade de São Paulo e subúrbios, de 1881, indicando área do chalé de José Maria Tallon.



Fonte: Acervo Digital Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < <https://tinyurl.com/4se89j35>>.

Os mapas de 1895 e 1897 já mostram situações bastante distintas, ainda que próximas visualmente e temporalmente. A canalização de alguns rios, como o do Bexiga, foi feita para que se abrissem ruas e avenidas, os loteamentos aumentaram e as áreas verdes diminuíram. A cidade como conhecemos hoje foi moldada às pressas, refeita conforme as necessidades de compra e venda. O rio Saracura, anos mais tarde, também foi canalizado para dar lugar à avenida Nove de Julho.

Figura 6 – Destaque feito na Planta da cidade de São Paulo de 1895 para indicar área da antiga chácara.



Fonte: Informativo do Arquivo Histórico Municipal. Disponível em: < <https://bitly.com/Dw9tsM>>.

Figura 7 – Destaque feito na Planta geral da capital de São Paulo, de 1897, para indicar localização do terreno da casa já sem o Ribeirão do Bexiga e com projeto de extensão da rua Abolição.



Fonte: Informativo do Arquivo Histórico Municipal. Disponível em: < <https://bitly.com/II5pEa>>.

Tais modificações implicaram na diminuição do terreno de chácara e na gradual extinção da área verde característica da região. De 30 mil metros quadrados em 1888,

em 1902 o terreno já com 22 mil metros quadrados foi vendido para João Marques Guerra que, segundo o levantamento de Rodrigues (2001), junto de Milliet foi responsável por ampliar e adornar a casa, já nesse ano caracterizada como “assobradada” e não mais um chalé (RODRIGUES, 2001, p. 38). Guerra empreendeu o fechamento do terreno de sua propriedade, a ampliação e decoração do antigo chalé

cujas paredes formam o cômodo central [da residência]; em uma delas encontra-se intacto o óculo característico desse tipo de construção. A estrutura do telhado, conforme pode verificar o professor Antonio Luis Dias de Andrade, confirma a ampliação e guarda testemunhos da original. Isso confere à Casa de dona Yayá mais um importante atributo, o de conter o último remanescente arquitetônico das casas de chácara no Bexiga. (RODRIGUES, 2001, p. 40).

Mariana Boghosian Al Assal em “Dos novos tijolos de barro cozido ao luxo *art nouveau*”, resume o estudo arquitetônico de Regina Tirello (2001) em peça publicada na revista Valor em 6 de agosto de 2012, explicando que

pelos prospecções arqueológicas e de superfície realizadas no imóvel, que tal construção inicial [o chalé] foi feita em técnica então nova em São Paulo, introduzida em grande parte pelos imigrantes europeus chegados nas últimas décadas do século XIX: tijolos de barro cozido. Até então se construía em barro cru na cidade, sobretudo segundo a técnica conhecida como ‘taipa de pilão’. É na segunda metade do século XIX, com a intensa chegada de imigrantes vindos de todas as partes da Europa, que a construção em tijolos começa a se popularizar.

A jornalista fala também da pluralidade do bairro, tema que aparece na pesquisa de Sheila Schneck (2010) que abarca um corpus documental de 1881 a 1914, apontando, entre outras informações, a divisão social por áreas do bairro. Schneck relata que a rua Major Diogo era uma das ruas do bairro que mais concentrava edificações imponentes:

As casas com mais de 6 cômodos, de uma maneira geral, contavam com duas salas, três quartos (ou dormitórios), quarto para criada, quarto para engomar, despensa, gabinete etc. Não raramente, também podiam apresentar, além da sala de banho e/ou banheiro, uma latrina externa à edificação. (SCHNECK, 2010, p.216).

Pela análise da autora, as ruas com maior diversidade de classe eram as ruas Manoel Dutra, Maria José, Rui Barbosa, São Domingos, São Vicente e do Sol e as camadas médias e altas se concentravam na Conselheiro Ramalho, Santo Antônio, Treze de Maio, Santo Amaro e Major Diogo, sendo essas três últimas com presença predominante dos mais ricos (SCHNECK, 2010, p.218). Ela então conclui que “O loteamento do bairro do Bexiga foi parte significativa do processo de expansão territorial e de transformação urbana de caráter capitalista que ocorreu na cidade, no qual o solo urbano adquiriu um valor inusitado no último quartel do século XIX”. (SCHNECK, 2010, p. 271).

Figura 8 – Destaque feito na área da chácara na Planta geral da cidade de São Paulo de 1905.



A linha em vermelho indica a passagem do bonde elétrico, em funcionamento até o fim dos anos 1960.

Fonte: Biblioteca Digital Luso Brasileira. Disponível em: <<https://curt.link/r38cT8>>.

A “transformação urbana de caráter capitalista que ocorreu na cidade”, da qual a autora fala, foi responsável por uma mudança geográfica e comportamental até então sem precedentes, abordada por Nicolau Sevcenko em “Orfeu extático na metrópole” (1992). Tratando sobre o processo de urbanização da cidade de São Paulo entre as décadas de 1890 e 1930, Sevcenko descreve um período de desenraizamento da cultura europeia e desenvolvimento do modernismo paulista numa cidade de potência cultural ainda desconhecida, que “não era ainda moderna, mas já não tinha mais passado”. (SEVCENKO, 1992, p. 31).

Da busca pelo “efeito sinérgico” dos novos divertimentos (SEVCENKO, 1992, p. 33) ao desenvolvimento do gosto pela velocidade, seja ela pelo uso de veículos ou estimulantes, Sevcenko marca como contraponto a permanência da moral como elemento de manutenção da ordem e o descompasso entre o regramento do Estado frente às novas mudanças, tendo os acidentes de trânsito, por exemplo, se tornado parte do cotidiano da cidade seja por imprudência de motoristas e pedestres, seja pela falta de legislações e organização do uso do espaço público por automóveis.

Eram comuns os jornais da época noticiarem acidentes diários, como na matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo intitulada Os automóveis: continua ainda o abuso da velocidade – os desastres ocorridos hontem[*sic*] em 20 de janeiro de 1913, noticiando um acidente de carro na rua Major Diogo e na matéria publicada no mesmo jornal já em 11 de outubro de 1917, por exemplo, onde saiu uma pequena nota descrevendo um acidente fatal de bonde também na rua Major Diogo. Anteriormente chamada de rua dos Valinhos, a rua Major Diogo foi transformada pela urbanização da

cidade de forma singular. Ainda que oficialmente afastada do centro, na rua foram abertos comércios de tipos variados e escritórios que conviviam com habitações individuais e coletivas próprias do bairro do Bexiga que, a partir da primeira década de 1900, já podiam contar com uma das linhas de bonde elétrico geridas pela Light.

Sevcenko aponta a entrada do capital estrangeiro e a especulação imobiliária como catalisadores da vertiginosa expansão urbana de São Paulo. Nesse ritmo acelerado as desigualdades também se aprofundaram, sendo percebidas na disparidade da qualidade dos serviços oferecidos nos bairros mais distantes do centro histórico da capital que permaneciam desconectados da modernização em expansão. Violência policial, exploração de trabalhadores, motins e toda uma sorte de explosões sociais motivaram o poder público a criar dispositivos de regulação social como os códigos de conduta, legislações higienistas que tinham por objetivo controlar a circulação de tipos indesejados e formatar um cidadão ideal, disciplinado para atender à racionalidade industrial em desenvolvimento.

Richard Sennett (2008) descreve que o urbanismo, enquanto campo transdisciplinar, incorporou diferentes saberes para organizar tanto as cidades quanto seus moradores, uma forma de moralização dos indivíduos por meio do espaço que habitam e circulam. A modernidade aparece como um meio de mudanças profundas, mas igualmente de esvaziamento e entorpecimento dos sentidos promovidos pela mecanização, padronização e velocidade.

Segundo o autor, a ascese, herança da cultura cristã, mais normatização do corpo pela moral, pelo trabalho, pela dificuldade de circulação na cidade, por exemplo, foram valores que criaram uma contradição entre os indivíduos e as cidades em que habitavam e que, uma vez modernizadas, se tornavam insalubres para os corpos mais suscetíveis ao desarranjo, relação tratada também por Pesavento e Souza (1997) e, em certa medida, também por Sennett (2008).

Não à toa os manicômios – uma das instituições disciplinadoras que o Estado criou em função da necessidade de organização e sanitização do espaço público em desenvolvimento – foram construídos em áreas afastadas dos centros urbanos tanto por questões de segurança quanto pela convicção científica de que espaços silenciosos e mais próximos à natureza ofereciam condições mais favoráveis à recuperação daqueles acometidos por desvios mentais e comportamentais de qualquer ordem, tal como pontua Joel Birman em “A psiquiatria como discurso da moralidade” (1978).

Outros autores que pesquisam sobre a história da psiquiatria no Brasil, como Magali Gouveia Engel (2001) e Ana Maria Oda e Paulo Dalgalarongo (2005), apontam uma soma de fatores para que o Estado promova políticas públicas de tratamento da

loucura, sendo os principais a tomada da saúde como política pública em detrimento da gestão da saúde por Casas de Misericórdia, a institucionalização da medicina no país por meio de associações profissionais e publicações e o conseqüente crescimento da influência desse campo sobre a opinião pública.

Oda e Dalgalarrongo (2005) indicam que o primeiro hospital psiquiátrico da cidade de São Paulo foi inaugurado em 1852 na Rua São João, uma das primeiras – se não a primeira – instituição do tipo aberta pelo Estado em uma província durante o Segundo Reinado. Os autores descrevem que o Hospício Provisório de Alienados foi uma solução planejada desde 1849 para atender os “alienados” soltos à própria sorte ou presos em cadeias comuns, esta medida registrada como desumana em um relatório provincial de 1852 (ODA, DALGALARRONGO, 2005, p. 988). Em 1864 o Hospício foi transferido para uma instalação definitiva em uma chácara na Ladeira da Tabatinguera, onde funcionaria até 1903, ano final da transferência total dos internos para o Hospital Colônia do Juquery, fundado em 1898. A construção de hospitais psiquiátricos em lugares distantes dos centros urbanos era justificada como medida de segurança para proteger os cidadãos do ambiente potencialmente perigoso dos manicômios e para proteger os internos dos ares contaminados das cidades e suas perturbações sonoras.

Luiz Vicente De Simoni, um dos fundadores da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, publicou o artigo "Importância e necessidade da criação de um manicômio ou estabelecimento especial para o tratamento dos alienados" em 1839 na Revista Médica Fluminense¹⁴ no qual defendia a criação de uma instituição especializada no tratamento de pessoas em sofrimento mental que até então eram recolhidas na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Na exposição da situação precária dessas pessoas e das premissas médicas que justificavam a construção de instalações apropriadas, temos informações que ilustram as premissas que justificavam a construção de instituições psiquiátricas apartadas dos grandes centros:

A querer-se tratar os doidos como convém que se faça, é preciso não só conservá-los em um local apropriado, mas também que esse local seja separado, e até afastado de outros estabelecimentos, que possam ser prejudiciais aos alienados, ou ao método de seu tratamento. [...] A vizinhança de um hospital geral, além de muito incômoda, é comumente prejudicial para a saúde de homens, que, como os doidos, por longo tempo têm de ficar expostos à influência da sua vizinhança, sem nunca saírem do lugar; e a administração particular desse mesmo hospital é pouco própria para dirigir um estabelecimento de alienados. Nada, portanto, de se aumentar edifícios e acomodações para loucos no hospital da Santa Casa: esses infelizes ali nunca estarão bem; sua sorte ali nunca melhorará consideravelmente: seu interesse pede outro

¹⁴ E republicado na revista História da Psiquiatria, ano VII, n. 1, p. 142-159, mar/2004.

asilo; um manicômio em local separado, e muito remoto desse hospital (SIMONI, 2004, p.156)

No mapa abaixo destacamos a distância da instalação do Hospício – já caracterizado pelo formato próprio de construções pavilionares – com relação ao centro principal da cidade naquele momento. Ao contrário de muitas construções tinha ao redor, espaços “vazios”, de vegetação, e o ainda exposto a céu aberto, rio Tamandateí.

Figura 9 – Planta da cidade de São Paulo levantada pela Companhia Cantareira de Esgotos, 1881.



O destaque azul referencia área que viria a ser conhecida por Triângulo. Destaque roxo na antiga construção do Hospício de Alienados do município. Fonte: Informativo do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Disponível em: <<https://tinyurl.com/mwet5as4>>.

Entre o ano de aquisição da casa por Afonso Milliet em 1888 e a venda para Sebastiana Mello Freire, por João Guerra em 1925, foram empreendidas modificações que transformaram o chalé em casa assobradada, com gostos próprios aos modos de morar das classes médias e altas daquele período. Papel de parede, pinturas parietais, ampliação de cômodos funcionais e divisão precisa entre áreas privadas e de convivência são algumas das características principais desse tipo de residência do começo do século XX, conforme descrito no trabalho de Rodrigues (2001) e de Tirello (2001), este qual reproduzimos parte a seguir:

O exame das fundações, dos diferentes tijolos, argamassas e materiais de acabamento indicou que a estrutura do antigo *chalet* de tijolos não só foi aproveitada na ampliação realizada por Milliet, como também teria condicionado em parte a organização espacial da casa.

Os cômodos maiores do *chalet* foram transformados em salas de visitas e passaram a se comunicar, através do corredor original, com uma nova e ampla sala de jantar que se abria agora para o alpendre posterior, possivelmente com vistas para um pomar. A sala de jantar, a exemplo das plantas típicas das habitações burguesas do período, ficava próxima aos cômodos de serviços. (TIRELLO, 2001, p. 117).

Conforme explica Tirello (2001) as diferentes técnicas construtivas e ornamentais presentes na casa se devem tanto às posses de seus proprietários quanto

às técnicas disponíveis no momento e disponibilidade de mão de obra especializada. Assim sendo, a casa pode ser entendida como um “documento” da história da arquitetura brasileira, tanto que a restauração empreendida pela arquiteta deixou à mostra as diferentes camadas temporais presentes na construção classificada como neoclássica, estilo presente sobretudo na fachada, “forte elemento de valorização social na cidade recém urbanizada”. (TIRELLO, 2001, p. 126).

A nova fachada com cimalthas de estuques frisados, apliques de ornamentos de cimento em alto relevo [com as iniciais do proprietário, JG] e os revestimentos de massa sulcada em formado de pedra que fecham os arcos do porão [...] denotam o esforço do proprietário para adequar a casa de chácara recém adquirida a um vocabulário mais urbano e moderno. O monograma do proprietário no portão, a data de construção inscrita em lugar de destaque na fachada frontal, as pilastras com capitéis, as cornijas, os vasos de cimento sobre a platibanda, a escada de mármore com balaustrada imprimiram a uma construção, certamente de caráter modesto, características arquitetônicas mais definidas e pessoais, denotando um modo de habitar diferenciado dos moradores das casas geminadas e dos cortiços italianos que se disseminavam pelo bairro. (TIRELLO, 2001, p. 126-7).

Contudo, as principais modificações – considerando sua unicidade, uma vez que não se encontraram outras tipologias similares até o momento, e também o destaque dado a elas na Resolução de tombamento – viriam com a chegada de Sebastiana Freire. Acometida por uma doença mental, seus médicos lhe recomendaram instalação em uma casa confortável, longe da agitação do centro, onde pudesse ser cuidada, vigiada e também aproveitar a área verde disponível. O condicionamento do corpo proposto pela medicina psiquiátrica iria tomar formas singulares nesse contexto, uma vez que entre 1920 e 1952 a casa foi modificada aos moldes de um hospital psiquiátrico.

Figura 10 – Destaques feitos no mapa aerofotogramétrico levantado pelo Sara Brasil, 1930.



A área em azul é a localização da Casa. A área em verde indica a localização do antigo Triângulo, região ainda de grande movimentação na década de 1920, quando da transferência de Sebastiana Freire ao Bexiga, mas que aos poucos perdia sua relevância com a construção do “centro novo”. Fonte: Plataforma Geosampa. Disponível em: <<https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/>>.

2.2 A Casa como instituição total

Nesta seção trataremos brevemente da biografia de Sebastiana de Mello Freire por meio das apropriações feitas por agentes de entidades civis organizadas, pela academia e pela imprensa com a proposição de contextualizar a associação simbólica de Sebastiana com a Casa e oferecer subsídios para a discussão sobre a musealização do bem cultural em questão, no capítulo 3.

Em matéria “USP ainda não sabe quando terminará a restauração da Casa da D. Yayá”, publicada no Jornal da Bela Vista em 10 de novembro de 1991 foi veiculada uma fotografia “encontrada na casa da D. Yayá” com duas mulheres não identificadas. Ainda que brevemente, a legenda levanta indícios de uma questão importante: “Não existe foto dela publicada na imprensa após sua doença, já que ela vivia reclusa.” (USP, 1991). A interdição de Sebastiana Freire em 1919, foi uma decisão jurídica que lhe tirou da vida pública e lhe alienou do direito de escrever a própria história, produzida e apropriada por toda uma sorte de pessoas que a captaram para catalisar suas agendas, promover mobilizações em torno de pautas sociais de relevância ou alimentar sua curiosidade. São apropriações feitas em função de uma agenda, mas sobretudo influenciadas pelo contexto social e político de determinado período.

Sônia Maria de Meneses Silva, na tese *A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – a Folha de São Paulo e o Golpe de 1964* (2011), parte dos argumentos de Certau (1982) para explicar como a imprensa é um agente que também escreve sobre o passado, articulando sentidos em função do seu “lugar de fala” e projetos de futuro, sendo então capaz de se colocar como um agente relevante tanto de captação quanto de catalisação de agendas políticas. Silva divide a operação midiográfica em duas etapas: a **escritura** do evento, momento em que se noticia o acontecimento durante seu nascimento e desenvolvimento e a **inscritura**, momento posterior ao acontecimento onde se noticiam interpretações, revelando apropriações e ressignificações sobre ele.

Em resumo, a historiadora analisa reportagens e manuais de redação do jornal Folha de São Paulo ao longo de quatro décadas e demonstra como o veículo transformou sua abordagem sobre o golpe civil militar de 1964, o tratando por “Revolução de 64” no momento de escritura e, ao longo dos anos posteriores, momentos de inscritura, mudou a classificação para “movimento de 1964” da década de 1970 para ao fim, nas décadas de abertura, o tratar como “regime autoritário”. Assim, intenções, associações políticas, mudanças sociais e culturais, enfim, toda uma sorte de fatores

contribui para a transformação da interpretação do passado, como visto na pesquisa de Silva, uma característica não só da imprensa, mas de diversos outros campos, seja o da História ou da Museologia, por exemplo. Todos são agentes tanto na escrita da história quanto nos projetos de futuro nela baseados.

Camilo de Mello Vasconcellos em *Imagens da Revolução mexicana* (2007) analisou como as transformações e intenções políticas moldaram as interpretações da Revolução mexicana nos murais do Museu Nacional de História do México durante quarenta décadas, demonstrando que essa relação entre passado e futuro existente nos museus é, de certa forma, também uma ação de inscrição. No caso estudado por Vasconcellos, as representações iconográficas da Revolução Mexicana se apropriavam do passado de acordo com a orientação política do governo vigente, de modo que heróis emblemáticos como Emiliano Zapata e Pancho Villa foram escamoteados nas representações visuais durante governos mais conservadores, por exemplo. Segundo o autor, as imagens produzidas no contexto museológico têm um importante valor pedagógico na elaboração do imaginário popular em tempos de crise política e são indicativos da capacidade dos museus históricos em legitimar o poder político do Estado (VASCONCELLOS, 2007, p. 230).

Luis Fernando Cerri (2011), ao pesquisar as manifestações da consciência histórica, aponta que narrativas – construções “que orientam ou querem orientar elementos e momentos da vida prática” (CERRI, 2011, p. 49) podem ser “verbalizadas, mas também condensadas em imagens (o príncipe d. Pedro a cavalo levantando uma espada), palavras (Bastilha, Auschwitz) e símbolos (cruz, foice e martelo, suástica), que são abreviações narrativas.” (CERRI, 2011, p. 49). Ele explica que esse conjunto de manifestações pode ser denominado como “cultura histórica”, “perspectiva de articulação entre os processos históricos em si e os processos de produção, transmissão e recepção do conhecimento histórico.” (CERRI, 2011, p. 49).

Assim, a academia e a escola, lugar tradicionalmente percebido como o de transmissão e simplificação do conhecimento acadêmico, seriam integrantes de uma rede complexa juntamente com a imprensa, os museus, manifestações culturais, grupos civis organizados em torno de projetos políticos, produções artísticas e literárias, enfim, toda e qualquer produção que procuram moldar o passado de acordo com as demandas do presente ou, como definiu Silva (2011), são agentes de inscrição.

Falando de Sebastiana Freire, foram diversas as apropriações feitas através da imprensa e algumas foram abordadas no projeto *Paulicéia Scugliambada*, de Paula Ester Janovitch e João Cláudio de Sena (2000), que tratou de como a imprensa pode documentar um período histórico amplo, registrando as transformações na cidade de

São Paulo no começo do século XX (escritura), e ser fonte de informação sobre uma configuração social específica (inscritura), no caso dos produtores, agentes sociais à margem da modernização e Modernismo paulistas. Na seção sobre Sebastiana, por exemplo, os autores mostraram como os artigos do semanário *O Parafuso* se assemelham a retratos ilustrativos sobre a história da medicina e das relações de gênero ao cobrir o internamento de Sebastiana Freire, ainda que de forma sensacionalista.

Mayra França, em *Memória e Imprensa: usos e apropriações da biografia de Sebastiana de Mello Freire em dois momentos: 1920-1980* (2019) também analisou brevemente as representações de Sebastiana na imprensa paulista através de matérias da revista *O Parafuso* entre 1920 e 1921 e de jornais diversos no final do século XX. Somente pela análise dos adjetivos utilizados pelos jornais paulistas entre as décadas de 1980 e 2000, percebemos um interesse maior apenas nos aspectos peculiares da biografia de Sebastiana. Pensando no contexto museal, esses aspectos podem ser explorados de modo a intensificá-los através de recursos cenográficos e expográficos, mas podem ser também pontos de partida para discussões sobre a representação da mulher, da mulher com doença mental, dos estigmas sociais etc. e também sobre o próprio ato de reescrever o passado.

Figura 11– *Tag cloud* elaborada por Mayra França a partir do levantamento de adjetivos feito em 52 matérias jornalísticas entre 1900 e 2016.



Fonte: França, 2019.

A mobilização das associações civis do Bexiga para a ocupação e tombamento da Casa de Dona Yayá a partir de 1981 permitiu o resgate da história de Sebastiana Freire que, mesmo envolta em mistérios e especulações, aos poucos ultrapassou os limites do bairro e foi transformada para muito além da curiosidade e do inusitado. Pouco se sabia sobre sua biografia naquele momento para além da loucura, riqueza e interdição. É apenas com a pesquisa da historiadora Marly Rodrigues, “A casa de Dona

Yayá”, feita em 1988 por demanda da Comissão de Patrimônio Cultural da USP que se levantou dados concretos sobre Sebastiana por meio de entrevistas e análise documental, incluindo mais de dez volumes de seu processo de interdição.

Até antes de ser interdita, era comum que seu nome aparecesse apenas em listas de doação para igrejas e eventos de caridade. O jornal Correio Paulistano, de 1 de fevereiro de 1908, por exemplo, trazia na página 8 seu nome junto de outras mulheres com sobrenomes como Souza Queiroz, Ottilia Muniz, Campos, Galvão Bueno e Dutra e Silva, todas doadoras de prendas para uma quermesse beneficente realizada no Jardim da Luz naquele mês. Outras menções semelhantes aparecem discretamente nos anos seguintes tratando de outras doações, como para a construção da catedral da Sé¹⁵, e participação em organizações beneficentes e em diferentes cerimônias, como casamentos, batizados e recepções públicas¹⁶.

Com esses poucos vestígios, construímos a imagem de uma mulher caridosa, rica e, por mais próxima que estivesse das tradicionais famílias paulistas, parecia ser reservada, uma vez que seu nome figurava mais como patrocinadora do que participante de eventos, uma visão que parece se confirmar pela pesquisa de Rodrigues realizada em 1988 e publicada em 2001:

Yayá vestia-se do melhor, com discrição e elegância, como convinha a uma senhora de sua posição. Proprietária de dois carros, uma limusine Renault e um ‘torpedo’ da marca Willy-Knight, saía pouco. Seu motorista, por longo tempo, foi Augusto, irmão de uma antiga arrumadeira da casa, Maria Rodrigues. Ele conduzia Yayá para seus passeios preferidos, à praia ou à fazenda em Guararema, onde ela fazia longos passeios a cavalo pela mata. (RODRIGUES, 2001, p. 24)

Em outra pesquisa, de 2017, sobre as diferentes experiências de domesticidade vividas por Sebastiana Freire intitulado “Nas casas 37, personagem e domesticidades”, Rodrigues complementa:

Yayá não experimentou o casamento e a maternidade, situações que faziam da mulher cumpridora dos principais papéis que lhe eram então atribuídos pela sociedade. um profundo sentimento religioso a teria ajudado a suportar o luto que, mais frequente que a alegria, marcou a vida dessa mulher romântica, delicada e sensível. (RODRIGUES, 2017, p. 82-3).

¹⁵ CORREIO Paulistano, 2 mar. 1919, p.4. Exemplar consultado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional em junho de 2021.

¹⁶ NUPCIAS. Correio Paulistano, 3 jul. 1913, p.2. Cerimônia ao destacamento brasileiro enviado à Europa na Primeira Guerra Mundial: CERIMONIA PATRIOTICA. A entrega da bandeira aos alunos das Escolas Polytechnica e de Medicina. Correio Paulistano, 15 out. 1917, p. 2. Participação na recepção do Cardeal Arcoverde, vindo à São Paulo do Rio de Janeiro. CARDEAL Arcoverde. A Gazeta, 17 abr. 1918
BAPTIZADOS. Correio Paulistano, 17 jan. 1918, p.2.

Após o ano de sua interdição, as menções ao seu nome na imprensa são majoritariamente referentes a processos judiciais, compras e vendas de imóveis, ações realizadas por curadores. O primeiro deles foi Albuquerque Lins, político eminente da Primeira República e amigo próximo do pai e de Sebastiana desde antes de 1920. Em 1900 Manoel de Almeida Mello Freire, pai de Sebastiana, e sua mãe, Josephina de Almeida Mello Freire, morrem com poucos dias de diferença, deixando seus dois filhos sob a tutela de seu amigo próximo, conforme consta em seu testamento:

Nomeio tutor dos ditos meus filhos em primeiro lugar o meu bom amigo Doutor Manoel Joaquim de Albuquerque Lins, em segundo lugar meu cumpadre[sic] Doutor José de Souza Queiroz e em terceiro lugar o Doutor Nicolau de Souza Queiroz.¹⁷

Com cerca de 13 anos, Sebastiana saiu de Mogi das Cruzes para São Paulo para estudar no recém fundado Colégio Sion. Para assisti-la, junto do tutor, estava a madrinha de Sebastiana, Caetana Grant, membro de uma família há muito aparentada a dos Mello Freire e que cuidaria de Sebastiana desde a morte de seus pais até à interdição. Foi seguida pela filha, Elisa Grant, e pela sobrinha desta, Elisinha Grant, três gerações de mulheres que dispensaram suas vidas à assistência de Sebastiana.

Apoiadas na fé cristã e no altruísmo caracterizador de uma fase em que a dedicação à família justificava a renúncia a uma vida pessoal, estas senhoras cuidaram de Yayá com paciência, respeito e carinho. Tudo se realizava como nos tempos em que tinha saúde. Permaneciam os antigos hábitos domésticos como a preparação dos doces para o consumo anual da casa, e os trabalhos manuais das senhoras durante a tarde. Permaneciam também os rituais e, entre eles, o de se comemorar o aniversário de Yayá com um jantar especial para o qual eram convidadas algumas pessoas. [...] A homenageada nunca esteve presente à mesa. Pressentia-se Yayá. Nos antigos móveis e talheres, nos pratos de parede onde estavam retratados seus dois cãezinhos de estimação, Fideli e Blanchet, na reverência com que todos se referiam a ela. (RODRIGUES, 2001, p. 34).

Em artigo mais recente, completa: “O estigma da loucura pesaria sobre todos os moradores [da casa] e faria que vivessem quase reclusos e restritos ao círculo das antigas amizades, evitando expandir as relações na vizinhança”. (RODRIGUES, 2017, p. 87).

Em Manicômios, conventos e prisões, Goffman (2015) define o que ele chamou de instituições totais, locais onde indivíduos são separados do restante da sociedade por um período de tempo considerável, tendo os mínimos aspectos de suas rotinas controlados por regras rígidas de conduta e por uma equipe de supervisão. Referindo-se aos manicômios, ele diz que: “Em nossa sociedade, são as estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu.”

¹⁷ Universidade de São Paulo. Processo CODAGE 67.1.11367.1.4: Herança jacente. Volume 1.

(GOFFMAN, 2015, p. 22). Nessas instituições o ambiente e o indivíduo se confundem porque lhes são retiradas todas as ferramentas que lhe conferem autonomia e identidade:

A pessoa geralmente espera ter certo controle da maneira de apresentar-se diante dos outros. Para isso precisa de cosméticos e roupas, instrumentos para usá-los ou consertá-los, bem como de um local seguro para guardar esses objetos e instrumentos – em resumo, o indivíduo precisa de um ‘estojo de identidade’ para o controle de sua aparência pessoal. Também precisa ter acesso a especialistas em apresentação – por exemplo, barbeiros e costureiros.

No entanto, ao ser admitido numa instituição total, é muito provável que o indivíduo seja despido de sua aparência usual, bem como dos equipamentos e serviços com os quais a mantém, o que provoca desfiguração pessoal. Roupas, pentes, agulha e linha, cosméticos, toalhas, sabão, aparelho de barba, recursos de banho – tudo isso pode ser tirado dele ou a ele negado. (GOFFMAN, 2015, p. 28).

Desse modo, o apagamento de Yayá não se fez só na vida pública, mas igualmente no campo da subjetividade, uma vez que lhe foi retirado seu “estojo de identidade”. Conforme descreve Rodrigues (2017):

As variações de comportamento de Yayá impuseram a gradativa substituição de roupas e utensílios destinados a seu uso por outros, de modelagem especial ou feitas de materiais mais resistentes. As vestes eram confeccionadas de modo a não incluir botões que pudessem feri-la. A cama, de ferro, era fixada ao chão, e como colchão era utilizado um tapete sobre o qual as toalhas de banho faziam as vezes de lençóis. Os vasilhames e colheres eram de alumínio. Diferindo do restante da casa, para onde foram transferidos os móveis e utensílios da antiga residência dos Mello Freire, os ambientes destinados a Yayá eram assépticos, impessoais, compondo um cenário de restrição e rompimento que impedia o aflorar de lembranças. (RODRIGUES, 2017, p. 86).

Dentro dos limites da cidade, mas mantendo algumas características de região pouco urbanizada, o bairro do Bexiga foi escolhido para instalar Sebastiana Freire, os aparentados, cuidadores e empregados. A arquiteta responsável pela restauração da Casa descreveu em um artigo as transformações empreendidas em função do tratamento médico:

As reformas realizadas no edifício na época em que dona Yayá o habitou tiveram características e, principalmente, motivações muito diferentes das de seus proprietários anteriores. Restringiram-se, inicialmente, a pequenas adequações funcionais, que objetivaram, por meio da troca de revestimentos e caixilhos, um espaço clínico ideal para receber Yayá – adaptações ‘necessárias’ para o tratamento psiquiátrico proposto, que previa seu confinamento. (TIRELLO, 2001, p. 130).

E prossegue:

Nos cômodos onde a enferma seria instalada nos primeiros tempos, as portas e janelas foram trocadas por caixilhos de ferro em forma de grades com grandes vidros duplos, praticamente inquebráveis, cuja

abertura só era possível pelo lado externo dos cômodos. As portas pesadas e compactas, algumas fixas aos batentes, permitiam apenas a passagem da comida. E, seus visores de corte transversal, garantiam que Yayá não notasse quando estava sendo observada. Os pavimentos desses cômodos tiveram suas tábuas substituídas por piso frio e as paredes foram pintadas de tinta esmalte branca até a altura das portas, também por recomendação médica.

Em 1923, no final do alpendre foi construído um banheiro exclusivo para a interdita. É incontestável que, apesar de as modificações no imóvel terem sido superficiais, limitando-se à troca de caixilhos e pinturas de parede, toda a estrutura da residência se transformou internamente, caracterizando-a como uma casa de saúde particular. Cômodos e pessoas passaram a ter suas vidas ligadas a esse núcleo, onde dona Yayá foi instalada.

A grande modificação volumétrica do prédio, relativa ao período Yayá, ocorreu somente 39 anos após sua chegada na casa. Foi no início dos anos [19]50 que seu último tutor mandou construir um *solarium* anexo para aumentar sua área de circulação. Essa construção, que utiliza parte do alpendre frontal, descaracterizou a fachada antiga de estilo neoclássico da casa de seu antigo proprietário, João Guerra, mas por outro lado deu-nos um testemunho físico de como a sociedade de então tratava os 'diversos'. (TIRELLO, 2001, p. 133).

Em “Restauração da casa de D. Yayá”, matéria publicada no Jornal da Bela Vista da primeira quinzena de maio de 1989, são descritas as alterações feitas em função da condição médica de Sebastiana Freire:

As portas ganharam olhos enviesados para que os enfermeiros pudessem observá-la sem serem vistos, novas janelas com vidros duplos, tinta branca cobrindo os murais e um compartimento todo acolchoado e com teto de vidro para que ela pudesse tomar sol.

Embora tenhamos consultados processos internos da Universidade de São Paulo acerca da reforma, o processo de tombamento e o de levantamento histórico no DPH-SP, não encontramos evidências sobre o “compartimento acolchoado”, tipo de informação sobressalente muito comum às matérias jornalísticas e memórias pessoais construídas por fatos, lembranças e, talvez, principalmente pelo imaginário em torno da loucura.

Rodrigues (2001) e Grant (2001) por meio de diferentes perspectivas pontuam a influência da imprensa na construção de memórias e apropriação da biografia de Sebastiana, sendo a revista “O Parafuso” a mais emblemática, uma vez que entre 1920 e 1921 o auto intitulado “semanário de combate” promoveu uma campanha em favor da libertação da “inditosa interdita” de seus “cruéis algozes”, acusados de integrarem um complô para interdita-la e roubar sua fortuna¹⁸. Em 1904 o irmão mais velho de Sebastiana morreu em uma viagem de navio, fazendo dela a única herdeira das joias, imóveis e títulos de seu pai. O artigo de 31 de março de 1920 com a lide “Em cárcere

¹⁸ Outras abordagens sobre as notícias veiculadas pelo jornal encontram-se em França (2019).

privado: os últimos estertores de uma órfã milionária. Yayá de Mello Freire – a suposta louca – nas garras de uma vil comandita de algozes. – Do manicômio Homem de Mello ao Instituto Paulista. – O dr. Albuquerque Lins, surdo, cego e mudo em face das nossas esmagadoras acusações” resume a cobertura da série de matérias publicadas sob o título “A odisseia de uma herdeira milionária”, muitas vezes seguido pelo subtítulo “uma página de romance”.

Ainda assim, a campanha empreendida pelo semanário parece ter sido crucial para a transferência de Sebastiana Freire do hospital psiquiátrico para a casa da Major Diogo. No número 190 de 7 de abril de 1920, em artigo intitulado “Os últimos estertores de uma órfã milionária”, se cogita:

Vamos admitir que Yayá estivesse de fato alterada de suas faculdades mentais, como quis fazer crer a certidão passada pelos facultativos Alves de Lima e Alvarenga. Pois então com os recursos de que ela era senhora, com a criadagem enorme que vivia às suas expensas, não era de justiça que a 'louca' ficasse no seu lar, como todo o conforto a que a sua fortuna dava direito, com médicos à sua cabeceira, a ser transportada para o Manicômio das Perdizes, onde não podia haver mesmo conforto, mesma solicitude, o mesmo carinho que lhe seria dispensado dentro de sua casa? [...] Quem não terá as suas faculdades mentais alteradas, quando pisado, amarrado e arrastado para as grades de um manicômio, onde o ambiente é vicioso, contagioso, infernal?

Vistos comumente como insalubres – e de fato eram – os hospitais psiquiátricos também não deixavam de ser espaço de distinção, onde pessoas mais abastadas tinham vantagens como não terem os cabelos cortados, dispor de quartos privativos e alimentação diferenciada, além de não serem obrigadas a trabalhar e

frequentemente escapavam até de procedimentos habituais de identificação como a fotografia, às vezes inexistentes em seus prontuários, às vezes feitas em poses estudadas e aristocráticas, bastante diferentes das fotos em ‘close’ que serviam como elemento de identificação de todos os loucos. (CUNHA, 1989, p. 138).

Assim, tendo recursos, a manutenção de Sebastiana em hospitais privados não seria um problema a longo prazo, o que era intensamente contestado pelo semanário. O número 199, de 9 junho de 1920, sob o título “Em cárcere privado – Talvez seja tarde para conseguir as melhoras de Yayá, fora do Instituto Paulista”, O Parafuso narrou a comoção causada pela história de Sebastiana, um reforço da “opinião pública” à defesa sustentada pelos artigos anteriores:

Um moço que se dizia ex enfermeiro do Instituto Paulista e atualmente ajudante de “*chauffeur*”, veio comunicar-nos que um grupo de colegas estava disposto a obter a liberdade de Yayá de Mello Freire [...]. Também uma comissão de moças mandou-nos comunicar que pretendiam ir à rua Sete de Abril n.37, e obter da bandida Elisa, nem

que fosse violentamente, que ela retirasse do cárcere, onde dia a dia vai definhando, a infeliz Mello Freire.

Depois de 5 números, em 21 de julho de 1920 é publicada a peça “As vitórias d’O Parafuso – Yayá de Mello Freire vai ser retirada do 'matadouro' do Dr. Vampré. Eliza Grant e Manoel Olympio de Albuquerque Lins são os verdadeiros malucos. Camisa de força para os algozes da desventurada milionária” que comemorava a saída de Sebastiana do hospital psiquiátrico e transferência para a Major Diogo, onde teria “conforto, carinho, ar, luz, liberdade de que precisa para o seu restabelecimento”, conforme artigo de 4 de agosto daquele ano. Nesse artigo, de número 207, “Yayá de Mello Freire vai ter, doravante, conforto, carinho, ar, luz, liberdade, de que precisa para o seu restabelecimento”, foi feita uma entrevista com o então médico responsável pelo tratamento de Sebastiana, o doutor Deolindo Galvão que, assim como os médicos Alves Lima e Xavier da Silveira, implicou que o isolamento completo no Instituto Paulista se demonstrou um erro que incorreu na piora de saúde de Sebastiana. O médico explicou que Sebastiana seria transferida a um imóvel afastado do centro que será adaptado para a aplicação da clinoterapia e que, brevemente, seria curada.

Vera Portocarrero (2002) esclarece que

A clinoterapia é um tratamento que pressupõe a vigilância permanente do doente; o doente estará constantemente submetido ao olhar disciplinar de instituição asilar, ao ficar em repouso nas salas de observação [...]. Ela reúne o saber da medicina, utilizando agentes terapêuticos como hidroterapia, ginástica sueca, massagem, eletroterapia, ao saber do arquiteto e do higienista. (PORTOCARRERO, 2002, p.125-6).

A autora explica que Franco da Rocha e Juliano Moreira – ambos médicos psiquiatras que foram contratados para diagnosticar Sebastiana – viam nessa terapêutica uma alternativa ao internamento total porque propiciava maior liberdade ao doente e era mais flexível a cada caso, pois o isolamento seria aplicado de acordo com o quadro clínico de cada interno. Contudo, no caso de Sebastiana o isolamento compulsório foi permanente.

Ao longo das semanas seguintes, o semanário noticiou os pareceres médicos e tratamentos, situação que não perdurou. As últimas matérias de “O Parafuso” lamentaram que a saída de Sebastiana do hospital não tenha ocasionado em mais liberdade, pelo contrário. Se em 31 de março de 1920 se narrava a rotina da interdita de acordo com o relato de seu próprio médico, Deolindo Galvão, com idas ao jardim e banhos de sol, nos números seguintes, se falava já de um reforço da reclusão, terapêutica que se tornaria rotina:

Gradativa e continuamente, na casa de Yayá as pequenas coisas do cotidiano tenderam a se tornar rituais de expressão da tradição, cujo significado incluía a dissimulação da pesada rotina, na qual a repetição era imposta pela existência de um sanatório particular na residência. No número 37 da rua Major Diogo, a essência da forma de morar manteve-se presa ao passado, o que parece expor com nitidez a força das circunstâncias particulares em relação às sociais, bem como as variáveis da forma de domesticidade vigente em um período, entre as quais a de ser vetor de um tempo pretérito em convivência com outro, contemporâneo, compondo a diversidade de tempos históricos sempre presente em um mesmo tempo cronológico. (RODRIGUES, 2017, p. 89-90).

O último artigo qual tivemos acesso é o de 4 novembro de 1921. Na reportagem do número 268, *“A odisseia de uma órfã milionária – terá morrido a infeliz vítima do famigerado Albuquerque Lins?”* é transcrita uma carta de uma “caridosa pessoa” que diz morar próxima à Major Diogo e relata que não vê mais ninguém entrando ou saindo da casa e tampouco vê Yayá a passear no jardim, como fazia com seu antigo médico. Mesmo com exageros e ataques, o semanário trouxe à público informações restritas ao processo de interdição de Sebastiana e ao seu círculo pessoal de modo a interferir no seu internamento e transferência à Major Diogo e documentar um acontecimento díspar com desdobramentos imprevistos.

Sob essa perspectiva, a cobertura de “O Parafuso” registrou parte do debate sobre o tratamento psiquiátrico, uma questão inerente à modernização das cidades, mas igualmente uma perspectiva de gênero balizada pela moral patriarcal. Segundo Maria Clementina Pereira Cunha, em *Loucura, Gênero Feminino* (1989), a partir do século XX no Brasil códigos sociais de comportamento passaram a ser impostos com mais vigor em função de um ideal de civilidade e educação, sobretudo às mulheres, de modo a moldar gestos e vestimentas, limitar horários e locais de circulação, diferenciando assim as “do lar” e as “da rua”.

Ao analisar prontuários de mulheres internadas no hospital psiquiátrico do Juquery nas décadas iniciais do século XX, Cunha (1989) identificou que características como a dedicação ao trabalho, a independência e o celibato eram indicativos dos desvios psiquiátricos de mulheres e que não apareciam nos prontuários de homens como um problema e que era justamente a inversão desses indicativos nos prontuários de homens que atestam o desvio (CUNHA, 1989, p. 125). O celibato, por exemplo, não era um sintoma preocupante nos prontuários masculinos, “a não ser como uma espécie de ‘prova circunstancial’ para homossexuais” (CUNHA, 1989, p.125)

Essa dicotomia era presente também no semanário que defendia as moças indefesas e as jovens trabalhadoras – que deveriam trabalhar somente até o casamento – e condenava os desvios tidos por anacrônicos – em face ao projeto defendido pelo

semanário de República laica – como a religiosidade ou troçava de certas modernidades, como mulheres dirigindo, de modo a reforçar essa divisão¹⁹.

Sebastiana era vítima de seus “algozes”, mas também vítima de si própria. Sua religiosidade exacerbada foi apontada como fator que agravava uma condição pré existente, baseada na teoria da degeneração, a transmissão geracional da loucura, assunto tratado por Cunha (1989) e Ruiz (2022), muito em voga na época e que, sob as premissas da psiquiatria como reguladora da moral, poderia ser tratada pelo condicionamento do corpo. No número 179, de 21 de janeiro de 1920 se descreve:

Pela história ou anamnese já feita da doente quando examinada por outros facultativos, é sabido que a sua tara promana de uma linha direta do lado paterno, porquanto seu pai e avô sofreram de moléstia mental, de forma ignorada. [...] Solteira, como ainda se conserva até hoje, jamais quis dar ouvidos às solicitações de inúmeros admiradores que sempre a rodearam, porque a penumbra de uma desorganização atávica lançava sobre o seu espírito uma estranha melancolia, um alheamento invencível a respeito dos prazeres da vida, das cogitações de sociabilidade, de mundanismo. Atraía-a a vida religiosa. Piedosa extremadamente, como soem ser as pessoas descrentes das conquistas que chamamos terrenas, Yayá de Mello Freire deixava-se absorver pelas práticas da religião, pelos preceitos da fé.

Figura 12 – Capa da revista O Parafuso, número 236 de 25 de janeiro de 1921.



“Yayá de Mello Freire e seus algozes: Os chacais, à espreita, gozam com as torturas mortais da presa”. Em sentido horário: Eliza Grant, Sebastiana Mello Freire, Albuquerque Lins e o médico Ovídio de Campos. Fonte: Acervo pessoal Ana Maria Camargo.

¹⁹ O Parafuso, n. 255, de 7 de julho de 1921. Divisão essa perpetuada até hoje: LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. Disponível em: <<https://bityli.com/PcZZKfg>>.

A documentação que Rodrigues (2001) utilizou constrói uma Sebastiana de Mello Freire que nasceu em Mogi das Cruzes em 1887, ficou órfã em 1900, viajou para a Europa em 1917, teve o primeiro colapso nervoso e foi internada no Instituto Homem de Melo e posteriormente no Instituto Paulista em 1919, foi transferida à casa da Major Diogo, posteriormente adaptada sob as recomendações de seus médicos psiquiátricos em 1920 e faleceu em 1961. A maioria das informações publicadas pelo semanário são confirmadas pela pesquisa da historiadora. Embora de cunho sensacionalista, a cobertura do Parafuso foi marcante na construção da biografia de Sebastiana, com ecos presentes até hoje, sobretudo no que diz respeito às conspirações envolvendo seu diagnóstico psiquiátrico.

Conforme as pautas feministas e da luta antimanicomial avançaram e se difundiram na esfera pública, sobretudo a partir da década de 1990, na imprensa a reclusão compulsória de Sebastiana Freire passou de conteúdo excêntrico para exemplo de como nossa sociedade era “atrasada” com relação a mulheres fora da norma e de como a medicina psiquiátrica era pautada em valores morais, não científicos.

Em 18 de maio de 1988, por exemplo, o jornal Estado de São Paulo publicou uma pequena matéria intitulada “USP inicia a grande venda de imóveis”, sobre os imóveis incorporados à universidade através de vacância e que estavam em processo de venda em grandes lotes. Na mesma página há uma caixa intitulada “Iaiá morre rica, louca e sem herdeiros”, onde a trajetória de Sebastiana Freire foi descrita com tons dramáticos:

Se viver pudesse ser o verbo adequado para definir a moça solteira que nunca conseguiu recuperar-se dos traumas enfrentados em Paris por ocasião dos bombardeios da Primeira Guerra Mundial. Morreu em 1961 interdita judicialmente desde 1919. Estava louca. (USP, 1988).

Abordagem completamente distinta da reportagem publicada em 8 de abril de 2010, na Folha de São Paulo, “Mansão de ‘louca’ é espaço cultural”, onde se abordou a casa como espaço de memória do tratamento dado aos tidos por loucos a partir dos dados da pesquisa feita sobre a casa por Marly Rodrigues. Na matéria a relação com o passado é de referencial superado e a Casa desponta como um documento que registra uma prática há muito em desuso, mas que precisa ser lembrada para que não se repita, leitura essa também presente em outras matérias do mesmo período. A problemática do uso público do imóvel, do tombamento e de ações de patrimonialização fazem com que a Casa se torne de certa forma um personagem de relevância correspondente à de Sebastiana Freire, de modo que dos anos 1980 em diante, um não é mencionado sem o outro.

Tais abordagens não discutem a fundo as questões de gênero presentes na conjuntura que viabilizou a interdição de Sebastiana Freire, antes colocam que as desigualdades presentes naquela época foram ultrapassadas, mas não por ação de grupos de mulheres organizadas politicamente e sim por uma espécie de evolução natural/invisível da sociedade. Nessas peças observamos a resistência da “opinião pública” – institucionalizada pelas empresas de mídia impressa – em reconhecer tanto as questões de gênero como problemáticas a serem discutidas e superadas quanto o próprio movimento feminista, cenário este abordado em uma pesquisa do Datafolha que apontou que embora a grande maioria dos consultados defenda a igualdade de gênero, uma “visão estereotipada dificulta identificação” com o movimento feminista (PINTO, 2019), recusa que acontece até com a palavra “feminismo” em si, esta uma questão também abordada por Constância Duarte em “Feminismo e literatura no Brasil” (2003).

A Casa de Dona Yayá, depois que tornada um imóvel público, se converteu nessas matérias em um lugar de lembrança de “como foi” e não necessariamente um lugar para que “nunca mais seja”, discurso sobre o patrimonialista que vê o passado como referência a ser ultrapassada. De certa forma, a imprensa encerrou determinadas demandas no tempo passado, de modo a sugerir que a experiência acumulada pela sociedade tenha sido suficiente para resolvê-las.

María Inés Mudrovic (2019) vem pesquisando ações performáticas de diferenciação entre passado, presente e futuro, o que ela classifica como “políticas do tempo”, atos de construção de alteridade temporal que à primeira vista são operacionais, mas produzem desigualdades e exclusões sociais. Dizer-se contemporâneo, por exemplo, pode implicar no entendimento do outro como anacrônico, portanto fora da história e destituído de agência e relevância social. A periodização histórica instituída pela historiografia europeia, por exemplo, é baseada na ideia de progresso e na perspectiva de que a História começa a partir da sistematização de informações por meio dos registros textuais. São formas de posicionamento político e de construção de alteridade que apareceram ao longo do tempo nas oposições entre “moderno” e “arcaico”, “atual” e “anacrônico”, “primitivos” e “selvagens” e assim por diante.

Nessa perspectiva, o patrimônio enquanto gênero discursivo, como descreveu José Gonçalves (2002), pode ser entendido como uma das ferramentas das políticas do tempo, pois trabalha também no sentido de fixar narrativas sobre o passado no presente através da eleição de marcadores de tempo, sobretudo por meio do patrimônio cultural edificado, materialidade a qual foi atribuída valores simbólicos, entre eles o de representação de determinado período histórico/momento de desenvolvimento. Gonçalves (2002) põe que discursos do patrimônio são

presentes em todas as sociedades nacionais modernas, florescem nos meios intelectuais e são produzidos e disseminados por empreendimentos políticos e ideológicos de construção de “identidades” e “memórias”, sejam de sociedades nacionais, sejam de grupos étnicos, ou de outras coletividades. (GONÇALVES, 2002, p. 110).

Assim, a mobilização de sentidos por meio do tombamento pode fixar marcos temporais que são mobilizados comumente como monumentos – bens materiais destinados à celebração e à lembrança (CHOAY, 2009) – do desenvolvimento humano, referências superadas ou balizas que indicam o que devemos ou não ser e fazer enquanto grupo, sociedade e/ou nação. Aqui a participação democrática na seleção e atribuição de sentidos das referências culturais se mostra como caminho possível para superação desse tipo de discurso monumentalista do patrimônio edificado e para a diversificação de ativações patrimoniais (ZANIRATO, 2018), pois, ainda que muitos grupos intentem na conservação de estruturas sociais rígidas, parte expressiva dos

os movimentos transitam, fluem e acontecem em espaços não-consolidados das estruturas e organizações sociais. Na maioria das vezes eles estão questionando estas estruturas e propondo novas formas de organização à sociedade política. Por isso eles são inovadores e são lúmens indicadores da mudança social. (GOHN, 1997, p. 12).

Um agente importante de mobilização nesse cenário é a União de Mulheres de São Paulo que por meio do bloco de carnaval Yayartes recriou a história de Dona Yayá por meio das marchinhas que discutem pautas feministas, antimanicomiais e outras tantas questões sociais, conforme descrito na reportagem de Úrsula Passos na Folha de São Paulo:

um dos muitos blocos que desfilaram nas ruas de São Paulo cantava a marchinha pelo bairro do Bexiga: ‘Se a igualdade de direitos/só se encontra no papel/nossa luta é pra valer/somos metade do céu [...]. Era o Bloco da Dona Yayá, que neste ano saiu com cerca de cem pessoas. Criado em 2000 pela União de Mulheres do Município de São Paulo, as carnavalescas feministas homenageiam Sebastiana de Mello Freire, a dona Yayá (1887-1961), mulher da alta sociedade paulistana que era considerada louca e viveu quase 40 anos isolada em seu casarão no Bexiga – hoje sede do Centro de Preservação Cultural da USP. Ainda nos anos 1990, junto ao movimento antimanicomial, a União mobilizou o bairro, onde também fica sua sede, para que a casa de Yayá fosse transformada em centro cultural e que sua história fosse contada. (PASSOS, 2015; FRANÇA, 2019, p.26).

A mobilização da União em função da preservação da Casa de Dona Yayá é por vezes escamoteada pelo protagonismo das entidades civis ligadas à cultura ítalo-brasileira do Bexiga. Contudo, mais que atuantes na preservação do imóvel, a União agiu de forma singular na reelaboração do imaginário de Sebastiana que finalmente pôde sair às ruas através do cortejo do bloco que recontou sua história por meio de muitas marchinhas, entre elas essa escrita por Marcio Miele:

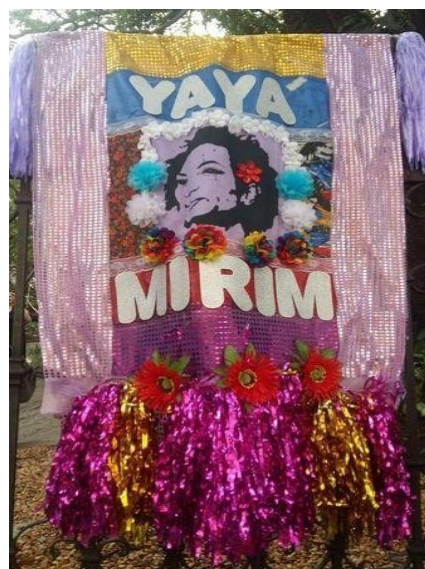
Eu vou contar agora/Eu vou contar agora/Uma história pra vocês
 A Yayá faz 100 mais 26[...]
 Cheia de fofoca/Cheia de intriga/Era conhecida/Como a louca do Bixiga
 Guiava seu automóvel/Tirava foto, tirava foto/Junto com os
 artistas/Fazia seu sarau/Antecipando o Carnaval
 Com tudo que fazia/Que não era coisa pouca
 Com tanta hipocrisia/Foi trancada como louca
 Da Yayá trazemos a memória/Pelo fim da compulsória
 Internação compulsória/Sai fora, sai fora.²⁰

Figura 13 – Boneca da Dona Yayá produzida pelo bloco Yayartes em 2013. Autoria desconhecida.



Fonte: Blog do Bloco da Dona Yayá. Disponível em:
<http://blocodadonayaya.blogspot.com/2013/01/>.

Figura 14 – Fotografia de estandarte do bloco Yayartes fixado no portão da Casa de Dona Yayá em 25 de fevereiro de 2019. Autoria desconhecida.



Fonte: Arquivos CPC-USP.

A construção de Sebastiana Freire como uma figura simbólica que possibilita a compreensão de um passado recente e a reelaboração do presente são recursos trazidos pelo movimento feminista e que podem ser lidos como táticas de mobilização social e, sob uma perspectiva mais lúdica, como meios de celebração da vida de mulheres. No caso de Sebastiana, há também outro recurso tático e teórico próprio do movimento feminista que é a discussão pública de questões tidas por privadas, como o internamento domiciliar, como ferramenta de formação política e de transformação.

Se as informações mobilizadas na marchinha não se verificam documentalmente e reforçam o perfil nunca existente de uma Sebastiana Freire vanguardista, por outro lado contrariam o apagamento sucessivo de sua memória da Casa que leva o seu nome e se mostram como uma prática museológica de grande potência ao construir conhecimento, engajamento político, consciência histórica e fruição por meio de uma referência cultural. A produção da boneca de Dona Yayá e de estandartes, como

²⁰ Disponível em: <http://blocodadonayaya.blogspot.com/2013/01/>. Acesso em 10 mai. 2021.

ilustrados nas imagens acima, geram objetos que comunicam um passado conectado às pautas do presente, movimento que não só valoriza a Casa como indicador de memória como evidencia sua qualidade de informar a ação transformadora da realidade (GUARNIERI, 1983/1985 Apud BRUNO, 2010).

Por fim, a atuação da União de Mulheres contraria a concepção tradicionalista que põe indivíduos e grupos sociais como receptáculos de conteúdos produzidos pela indústria cultural, indefesos, portanto, frente à estrutura. Ao se colocarem como produtoras de cultura, a União alarga seu campo de ação política, aqui entendido como uma das esferas da vida cultural, definida por Isaura Botelho (2016) como o “conjunto de práticas e atitudes que tem uma incidência sobre a capacidade do indivíduo de se expressar, de se situar no mundo, de criar seu entorno” (BOTELHO, 2016, p.172). Nesse sentido, a autora se aproxima do que propõe Guarnieri (1983/1985 Apud BRUNO, 2010), pois a definição de patrimônio cultural adotada é alargada, sendo posto como o

repertório do qual extraímos nossas escolhas e que nos propicia o desenvolvimento da vida cultural e o exercício contínuo da criação. Essa herança, ao mesmo tempo que nos enriquece, reelabora esse mesmo patrimônio que é aberto, sempre incorporando novas criações. (BOTELHO, 2016, p.43).

Essas apropriações que trazem Sebastiana para o presente, que “vive numa reversão do panóptico, através de diligentes olhos” (LOURENÇO, 2001, p.19), de certa forma a transformam em ferramenta didática, ação que é também própria dos museus, sejam eles classificados como históricos ou como museus casa ou tampouco classificados como museu, que diluem as fronteiras subjetivas de indivíduos que são tornados símbolos, referências para a compreensão da história e/ou inspirações para superação de condições adversas e motores de mudança. Por meio das apropriações transformadoras, Sebastiana pôde enfim transpor a instituição total e ir para as ruas, no que propomos que as ferramentas teórico-metodológicas da Museologia podem construir sistemas que garantam a perenidade e institucionalização dessas ressignificações, conforme trataremos no capítulo 3.

2.3 Transferência da casa para a USP

Identificar e construir simbolicamente a Casa enquanto referência cultural depende também da conjuntura social que delimita as estruturas políticas capazes de viabilizar ou frear esse processo e lhe imprimir determinadas agendas teóricas e

políticas. Assim, trataremos nessa seção da transferência jurídica da casa para a Universidade de São Paulo para contextualizar tal conjuntura e assim sublinhar a necessidade do engajamento dos trabalhadores da memória e da democratização da administração das referências culturais para além dos campos especializados.

Após o falecimento de Sebastiana Freire, em 1961, a casa ficou ocupada pelos antigos cuidadores e empregados da interdita até 1980 (PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 21955/82, fl.50-1). Nessas décadas a casa não deixou de ser modificada, em 1972 a construção da Ligação Leste-Oeste retalhou o terreno do casarão, deixando-o exposto por mais de dez anos, situação documentada na edição de 29 maio de 1986 do Diário Oficial do Estado de São Paulo (DIÁRIO, 1986, p. 32) e nas imagens abaixo:

Figura 15 – Destaque n'á área da Casa de Dona Yayá feito na fotografia do Viaduto Júlio de Mesquita Filho.



Fonte: Acervo fotográfico *on line* do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 16– Fotografia da Rua Major Diogo, esquina com Rua Jaceguai; Fotógrafo: Edison Pacheco Aquino. 1974.



Fonte: Acervo fotográfico *on line* do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 17 – Destaque da área da Casa de Dona Yayá feito perdida quando da construção do viaduto Julio de Mesquita Filho no mapa levantado pelo Sara Brasil em 1930.



Fonte: Sistema Geo Sampa. Disponível em: <<https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br>>.

Figura 18– Destaque da área atual da Casa de Dona Yayá em mapa via satélite de 2023.



Fonte: Visualização Google Maps. Disponível em: <<https://tinyurl.com/mrp6u22h>>.

Em 12 de outubro de 1984 o Jornal da Bela Vista publicou a reportagem: “Alunos da USP querem a Casa de D. Yayá”, dizendo:

Em carta aberta à população, distribuída no dia 5 passado, assinada pela Casa do Estudante Universitário de Piracicaba, Casas de Estudantes de Ribeirão Preto, Secretaria de Casas de Estudantes da USP, Casa do Politécnico, Casa do Estudante de Medicina, Casa do C.S. XI de Agosto, CRUSP e CREU São Carlos, os estudantes reivindicaram a formação de uma comissão de fiscalização da administração dos imóveis vacantes da USP.

Além disso, os alunos acusam o ex-reitor Waldir Muniz Oliva, de ter cedido a casa da D. Yayá, à ASCB ‘em função de uma barganha política estranha aos interesses dos habitantes do Bexiga e da comunidade universitária, em luta pela ampliação dos espaços culturais existentes nesta cidade’. (ALUNOS, 1984)

A reportagem fala sobre a movimentação de instituições do bairro terem solicitado junto à Universidade de São Paulo o uso do imóvel para instalação do Museu

do Bexiga em 1981, pedido que não foi atendido tendo em vista que os imóveis provindos de heranças vacantes só podem ser utilizados em benefício dos estudantes e atendendo aos fins da Universidade. Entretanto, é ressaltado que logo depois, em 1982, a casa fora alugada para a Associação dos Servidores Cíveis do Brasil²¹, “que nada tem a ver com o bairro e nem com o ensino universitário” (ALUNOS, 1984).

Segundo o Processo USP 67.1.11.367.1.4 sobre o espólio de Sebastiana Mello Freire, o edital de chamamento de herdeiros foi publicado em 6 de outubro de 1961, um pouco mais de um mês após seu falecimento. O longo processo dá conta dos inúmeros pedidos de reconhecimento de parentesco e do trabalhoso levantamento da relação de bens imóveis de Mello Freire que, em 31 de dezembro de 1968 foram declarados herança vacante e adjudicados a favor da Universidade, sendo efetivamente incorporados ao patrimônio da USP no ano seguinte.

Ainda em 1988, segundo consta em ofício anexado ao processo, alguns imóveis ainda não tinham sido matriculados pela USP, uma vez que seu inventário fora feito de acordo com o antigo Código Civil, em 1906, “quando os títulos judiciais não estavam sujeitos à descrição pormenorizada”, condição que não atende às exigências da Lei 6015/73 de registro público. Por mais de duas décadas a Universidade e a Prefeitura de Mogi das Cruzes estiveram em disputa pela propriedade de um sítio, justamente por condições legais igualmente intrincadas. Questões que indicam a problemática acerca das heranças vacantes incorporadas pela Universidade, tema abordado na matéria “Um grande patrimônio, bens herdados pela USP” no Jornal da Tarde em 12 de março de 1990 e na reportagem de Isabela Palhares publicada em 24 de agosto de 2016 no Estado de São Paulo, “USP tem 235 imóveis herdados sem uso ou ocupados irregularmente”.

Em “Um grande patrimônio, bens herdados pela USP” se aponta que “cerca de 70% dos bens recebidos pela USP pertenciam a estrangeiros que vieram para o Brasil e não tinham parentes ou herdeiros”, a matéria descreve alguns dos problemas legais e também funcionais da obrigatoriedade da incorporação de heranças vacantes, uma vez que nem todos os bens tinham valia para a Universidade. Se concentrando no caso de Sebastiana Freire, a matéria apontou o “mistério” por trás da história de sua herança e descreveu resumidamente os episódios de desequilíbrio mental e consequente interdição de Sebastiana que lhe impediram de gerir seus bens.

Essa aura de mistério, e também uma de certa revolta, é presente na reportagem de Francisco Ornellas, publicada no Estado de São Paulo em 6 de setembro de 1981,

²¹ PROCESSO USP 87.1.79490.1.6 de 25/11/87.

“Há 20 anos morria Ya-ya. E a sua fortuna foi toda para a USP”. Ornellas aponta que em 1968 o patrimônio de Mello Freire foi avaliado em 1,6 bilhões de cruzeiros, ou 4 milhões de dólares à época, entre imóveis, depósitos bancários e obrigações de guerra, conforme descreve. Tal montante significativo, indicado como “a maior herança jacente do Estado de São Paulo”, parece não ter tido seu valor simbólico reconhecido, uma vez que: “Não se tem notícia de homenagem alguma, nem mesmo da celebração de uma missa nesta última sexta-feira, quando transcorreu o 20º aniversário da morte de Sebastiana de Mello Freire”. “Uma das poucas demonstrações de gratidão” partiu de uma carta do reitor em exercício em 1969, Hélio Lourenço de Oliveira, ao juiz do processo de vacância que disse: “A USP cuidará do patrimônio com a responsabilidade que lhe cabe e fará com que ele sirva aos estudantes tanto quanto não pôde servir à desditosa interdita.”

Na matéria “Heranças vacantes e o desenvolvimento do ensino universitário”, publicada no jornal O Estado de São Paulo em 21 de julho de 1983, A. G. Ferri traçou um breve histórico da legislação pertinente e explicou que

O Estado, entretanto, conforme a doutrina jurídica, não é herdeiro, mas representante da comunidade, devendo pois tomar as providências para que a herança [vacante] seja distribuída à mesma comunidade, obviamente só podendo fazer sob forma de benefícios sociais. Esta a disposição normativa do Código Civil Brasileiro.

Essa configuração foi modificada pelo Decreto Lei n. 8207 de 22 de novembro de 1945 que definiu que os bens arrecadados por vacância deveriam ser “obrigados ao desenvolvimento do ensino universitário” e recolhidos não só pela União, mas também pelo Estado ou Distrito Federal. Ainda com essa modificação, Ferri viu a legislação como uma ferramenta que permitia ao Estado ou municípios aplicar os recursos “herdados” em prol da comunidade, essa sim a “legítima herdeira”.

Pode-se inferir que o poder federal, ao passar ao Estado a responsabilidade de recolher a herança vacante, entendeu ser este o representante mais próximo da comunidade a que pertenceu o defunto, deferindo-lhe a responsabilidade de aplica-la em benefício da mesma comunidade, não deixando, porém, ao livre arbítrio a escolha da destinação, pois, taxativamente, estabeleceu o desenvolvimento do ensino universitário como objetivo social.

Ferri apontou que o Decreto Estadual n. 27219A de 9 de janeiro de 1957 dispôs a destinação dos bens de herança vacante, tratados no Decreto Federal 8207/45, à Universidade de São Paulo, “que passou a receber os bens vacantes, incluindo-os em seu patrimônio e destinando a renda, quando alienados ou quando alugados, ao desenvolvimento do ensino.” Somada a essa regulamentação, Ferri colocou que a autonomia universitária, estipulada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 e pela Lei 5540 de novembro de 1968 a respeito da organização e funcionamento do

ensino superior, era um fator fundamental para a correta administração e aplicação desses bens.

Assim, é compreensível que se enxergue como arbitrária o aluguel da Casa para a Associação dos Servidores Civis do Brasil, como abordado em reportagem mencionada no começo dessa seção, uma vez que a decisão que afetaria toda a comunidade universitária era efetivamente tomada por uma pequena parcela dela. A efetivação desse contrato em 1982 foi o resultado de diferentes tentativas de ocupação do imóvel ao longo de uma década. No Processo USP n. 93.1.1017.51.3 de 17 de agosto de 2000, estão descritas propostas de uso do imóvel ao longo desses anos, movimentos que contrariam algumas matérias jornalísticas do período sobre a inação da Universidade frente ao seu patrimônio e corroboram outras que versam sobre a dificuldade de gestão desses bens, como a do Jornal da Tarde, mencionada anteriormente.

Ainda em 1975, por exemplo, a Secretaria de Educação tentou instalar a Faculdade de Música na casa, declinando por conta dos altos custos da reforma predial necessária. Em janeiro de 1981 a Consultoria Jurídica da USP aconselhou a demolição da casa e construção de um estacionamento, proposta que não foi encaminhada devido à manifestação de interesse pelo imóvel por parte das associações civis do Bexiga e pelas prospecções realizadas pelo Departamento do Patrimônio Histórico da cidade de São Paulo. (PROCESSO USP 93.1.1017.51.3, fl. 161).

No mesmo documento se resume a proposição da locação do imóvel pela Associação dos Servidores do Brasil para “instalação de sua sede e também um salão de arte e artesanato”. A contrapartida seria o custeio da reforma pela Associação, de modo que a Universidade só receberia o aluguel uma vez terminadas as obras. “Após vários entendimentos entre as partes envolvidas”, o contrato foi efetivado em fevereiro de 1982 e foram realizadas obras tais como reformas no telhado, fechamento de portas e pinturas de paredes internas e externas. No mesmo ano o processo de tombamento foi aberto pelo Condephaat e já em 1987 a Comissão do Patrimônio Cultural da USP considerou o imóvel de interesse cultural para a Universidade (PROCESSO USP 91.1.50782.1.2). também em 1987a Universidade entrou com pedido de desocupação e no ano seguinte com uma petição de despejo (PROCESSO USP 87.1.79490.1.6, 1987). A matéria de 1989 do Jornal da Bela Vista, resumiu o episódio:

Esta casa já foi objeto de várias polêmicas. Até 1982, ela não tinha nenhuma utilização, nesta data, entidades da Bela Vista começaram a reivindicá-la para a instalação do Museu Memória do Bexiga, cursos e atividades culturais. O reitor da USP na época era Waldir Muniz Oliva, que elegeu que não podia ceder a casa, porque ela só poderia ser ocupada para fins de pesquisa e ensino. Logo depois ele a cedeu à

Associação dos Servidores Cíveis do Brasil, que não tinha nada a ver com o ensino ou pesquisa, contrariando até mesmo indicação do DPH para que ela fosse cedida ao Museu. Depois, alunos da USP reivindicaram-na para uma casa de estudantes, com atividades voltadas para a população. Da mesma forma não lograram êxito. Agora, após a reforma, ela deverá servir à população e à Universidade, conforme se propaga. (RESTAURAÇÃO, 1989).

O pedido de cessão do imóvel pela Sociedade Amigos do Bexiga e Bela Vista foi feito à Universidade em setembro de 1981 e negado por conta da lei de heranças vacantes não somente pela destinação do bem em si, mas sobretudo porque não é permitido uma cessão não onerosa desse tipo de patrimônio. Dessa forma, não houve contrariedade às indicações do DPH e sim impossibilidades frente às configurações legais. Conjuntura da qual a Comissão de Patrimônio Cultural da USP passaria a administrar a partir de 1987, sendo ela a responsável pela reforma mencionada na reportagem.

Entraves jurídicos, propostas de uso e limitações orçamentárias seriam variáveis constantes na história da Casa até 2004, ano da transferência do já Centro de Preservação Cultural da USP para o imóvel, assunto que trataremos no próximo capítulo. Por fim, é possível dizer que se os bens culturais são comumente vistos como “suportes de memória”, referenciais de um tempo passado que se fixa no presente por sua materialidade e significados atribuídos, a Casa de Dona Yayá apareceu nas reportagens sobretudo como um certo referencial de futuro, este que nunca se concretiza e ronda apenas como uma promessa não cumprida de funcionamento racional e eficiente das instituições públicas. Elas são, por sua vez, espelho de uma sociedade que se almeja politizada, mas que desconsidera o valor de referencial de memória do bem cultural em questão e o substitui por um valor de competência administrativa.

Sendo o fato museológico um processo, pois é uma construção dotada de historicidade, e de perenidade, portanto, uma vez que inserido numa conjuntura institucional, seja ela regimentada ou auto gerida como um comitê de bairro, por exemplo, está sujeita às tensões políticas e econômicas que geram desafios estruturais que, por sua vez, pedem diferentes estratégias para a manutenção da missão de tal instituição com as referências culturais das quais se responsabilizam. Sendo assim, a musealização da Casa passa pela revisão da postura da Universidade com relação a seus bens culturais que ainda são entendidos pelo viés do acúmulo de capital econômico e científico e que por isso têm esvaziado seu potencial de articulador de transformação política da realidade. A adoção de ferramentas museológicas na administração das referências culturais pode colaborar no tensionamento dessa revisão, ações que dependem de porosidade teórico-metodológica das instituições envolvidas,

mas igualmente da criação de um “terreno de probabilidades” (RÚSSIO, 1979 Apud BRUNO, 2010, p. 85) favorável para tanto.

O café na mesa. Torradas. Geleia. Nescau. Queijo prato. Mesa de casa com toalha nova. Pão com uma ida de manteiga. Mesa do hospício. [...] Todo mundo tem um hospício perto. Ou é sua bolsa que é um hospício. Ou a sua casa. Ou ainda a carteira de dinheiro. Muita coisa pode ser um hospício. Não falo de desorganização, falo de hospícios mesmo. [...] Havia muitas flores em toda clínica. Era um lugar bonito. Por isso digo que hospícios são lugares tão bonitos que lembram cemitérios. Aqueles cemitérios onde há enormes jardins.

LEÃO, Rodrigo de Souza. Todos os cachorros são azuis. Rio de Janeiro: 7 letras, 2008, p.38-52.

uma das coisas que aprendi é que se deve viver apesar de. Apesar de, se deve comer. Apesar de, se deve amar. Apesar de, se deve morrer. Inclusive muitas vezes é o próprio apesar de que nos empurra para a frente. Foi o apesar de que me deu uma angústia que insatisfeita foi a criadora de minha própria vida LISPECTOR, Clarice. Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres. Rio de Janeiro: Rocco, p.18.

3. PATRIMONIALIZAÇÃO

Neste capítulo serão tratados alguns aspectos da patrimonialização: valoração, conceituação e regulamentação com o objetivo de entender como a patrimonialização é ação comumente entendida como sinônimo de tombamento e quais as implicações desse dispositivo para o uso qualificado da Casa de Dona Yayá.

O discurso sobre a preservação do patrimônio cultural é intrínseco à formação dos Estados modernos, sobretudo porque se liga visceralmente à imagem aglutinadora da identidade nacional. Junto dessa perspectiva homogeneizante de nação unida por um mesmo idioma, território, costumes etc. está o falso universalismo humanista que coloca nos patrimônios culturais a responsabilidade de representação e testemunho do desenvolvimento da humanidade ao longo do tempo, característica mais evidente na classificação da Unesco de “patrimônio cultural da humanidade”, por exemplo.

Mas essa mesma qualidade que nos transformaria de meros habitantes do mundo para membros de uma sociedade global que compartilham de passos evolutivos e sentimentos em comum independentemente da localização no planeta Terra, é também argumento que sustenta ainda hoje furtos e negociações escusas do patrimônio cultural de nações indígenas e de países como Grécia e Egito, por exemplo. É sob a guarida do universalismo que países como a Inglaterra detêm ainda hoje partes e peças integrais do Parthenon, por exemplo. Ao defender a responsabilidade social de guarda

do patrimônio da humanidade, o país justifica que detém esse bem cultural, apesar do impasse diplomático com a Grécia, por ter melhores condições estruturais para a preservação dele, desonerando-se da culpa da espoliação em nome de um bem maior.

É também em nome de um bem maior que o patrimônio cultural é convertido em mercadoria, dentro da lógica do consumo turístico. Foi a própria Unesco, pelas Normas de Quito em 1967, que “os monumentos de interesse arqueológico histórico e artístico constituem também recursos econômicos, da mesma forma que as riquezas naturais do país” devendo então ser utilizados “como meio indireto de se favorecer ao desenvolvimento econômico.” (NORMAS DE QUITO, 1967). Essa concepção foi reafirmada na publicação do manual *Gestão do Turismo em Sítios do Patrimônio Mundial*, em 2005 e *Gestão do Patrimônio Mundial natural*, em 2016, que sublinharam a importância do patrimônio cultural como recurso de desenvolvimento econômico local.

De fato, a inserção de bens culturais em rotas turísticas traz benefícios econômicos e até de infraestrutura para alguns lugares e comunidades, mas dentro do sistema capitalista não é raro que esse benefício seja cooptado por um pequeno grupo, às vezes alheio à comunidade de origem do patrimônio cultural, e/ou transformado em transtorno, como produção de lixo, poluição sonora, engarrafamentos etc., produtos indesejáveis das relações de consumo e virtualmente evitáveis por meio de regulações e normatizações.

A Unesco aponta como solução o envolvimento das comunidades locais na preservação e exploração econômica de seus patrimônios culturais em documentos como a Recomendação de Nairóbi em 1976, a Carta de Washington para a Salvaguarda das Cidades Históricas de 1986 e o Informe de 2007 do Centro de Patrimônio Mundial. Mas como observou Zanirato (2018), o próprio órgão impõe limites à participação popular ao estabelecer que determinadas etapas da patrimonialização, ou da ativação patrimonial como ela chama, devem ser executadas por equipes multidisciplinares de especialistas (ZANIRATO, 2018, p.27).

Segundo a autora, a institucionalização do processo dilui a participação de grupos identitários e sua consequente construção de valor atribuída ao bem cultural, de modo que no lugar de suas práticas e vivências são construídos pelos especialistas discursos identitários que cristalizam esses grupos sem considerar a principal característica das identidades que é a mutabilidade. Ela aponta que “o estímulo para a participação na conservação do patrimônio requer pensar nos usos sociais, usos adequados às demandas e necessidades da população, algo pouco usual nos assuntos de patrimonialização.” (ZANIRATO, 2018, p. 28), Como caminho para superação dessa condição, ela põe dois caminhos, o primeiro é o de “reconhecer que a democratização

patrimonial é um mito da sociedade moderna ocidental e não passa pela ação institucional” e o segundo é de “manter a ação institucional e abri-la para a sociedade.” (ZANIRATO, 2018, p. 29),

Ao invés de caminhos separados, talvez sejam eles pontos de referência numa mesma estrada, pois efetivar a democratização da ação institucional passa pelo reconhecimento do malogro dessa inclusão que não poderia, e não poderá, se efetivar dentro de um sistema socioeconômico que tem como premissa a desigualdade. Nossos discursos e recomendações técnicas não podem ter contornos difusos que não reconhecem estar nesse sistema e assim ignoram as condições desproporcionais de acesso à aparelhos de cultura, à dispositivos legais etc. pela maioria da população.

Se a ativação patrimonial se articula “não exclusivamente em aspectos formais, mas em conteúdos, em projetos, intervenções e políticas patrimoniais” (ZANIRATO, 2018, p. 30), afirmação que reforça que o valor do bem cultural não é imanente a ele e sim construído, é patente então pontuar que essa construção se dá em um sistema desigual, onde a ideologia dominante prega que não existe ideologia. Desse modo não é incomum nos depararmos com incongruências e indefinições, como por exemplo a afirmação de que é dever dos Estados e comunidades zelar pelo seu patrimônio histórico e construir planos de salvaguarda e uso econômico responsável, mas que é dever de um sujeito indefinido fiscalizar a efetividade dessas ações: “É necessária uma vigilância permanente para evitar que essas operações beneficiem apenas a especulação ou sejam utilizadas com finalidades contrárias aos objetivos do plano” (UNESCO, 1976).

Falar sobre patrimônio cultural é falar de algo que está em constante processo de construção (BOTELHO, 2016). Isso porque a cultura é dinâmica, tida como tudo aquilo que produzimos, que é externo a nós; é constantemente modificada pelas relações humanas, pelas tecnologias, pelo tempo. São apropriações, apagamentos, proibições, acordos, miscigenações que são intrínsecas à cultura e, conseqüentemente, ao patrimônio cultural. Assim, ele não pode ser entendido como produto de mera acumulação de bens móveis, imóveis e intangíveis que, uma vez identificados e reconhecidos institucionalmente através do tombamento, têm sua preservação garantida.

Estudando Festas do Divino Espírito Santo entre imigrantes açorianos nos Estados Unidos e no Brasil, José Gonçalves (2009) observou que os elementos que constituem as festas, ou até as próprias festas em si, podem ser vistas como elementos significativos da cultura de um povo, configurando um patrimônio cultural, mas

Do ponto de vista dos devotos, o patrimônio é pensado não exatamente como um símbolo de realidades espirituais, nem, necessariamente, como representações de uma identidade étnica açoriana. Na verdade, ele é pensado como formas específicas de manifestação do Divino Espírito Santo. Afinal, os seres humanos usam seus símbolos sobretudo para agir, e não somente para se comunicar. O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas. (GONÇALVES, 2009, p.31)

Ele propõe então o entendimento do patrimônio cultural como uma categoria de pensamento capaz de fornecer dados acerca das formas de organização social de um grupo e acerca do próprio conceito de patrimônio, este que mudaria de acordo com o contexto social. Assim, mesmo que ligado à ação de colecionar, acumular, o patrimônio seria um fato social, intrínseco a qualquer formação humana, mas com motivações e resultados diferentes para cada grupo.

apontando para a dimensão universal dessa noção, talvez possamos iluminar as razões pelas quais os indivíduos e os grupos, em diferentes culturas, continuem a usá-la. Mais do que um sinal diacrítico a diferenciar nações, grupos étnicos e outras coletividades, a categoria 'patrimônio', em suas variadas representações, parece confundir-se com as diversas formas de autoconsciência cultural. (GONÇALVES, 2009, p.32)

A ideia do patrimônio como um fato social aparece também em Ulpiano Bezerra de Meneses que fala de uma atribuição de valor feita socialmente sobre bens culturais

falar e cuidar de bens culturais não é falar de coisas ou práticas em que tenhamos identificado significados culturais intrínsecos, próprios das coisas em si, obedientemente embutidos nelas, mas é falar de coisas (ou práticas) cujas propriedades, derivadas de sua natureza material, são seletivamente mobilizados pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas etc. etc. – e, em suma, seus valores. (MENESES, 2012, p. 32).

Sob essa perspectiva, podemos entender o patrimônio como resultado de uma atribuição de valor sobre bens e fazeres culturais que são dinâmicos e que pode ter o reconhecimento do poder público através do processo de tombamento. Patrimonializar, tornar patrimônio, é então atribuir valor, tenha esse valor uma chancela jurídica-administrativa ou não. No mesmo artigo, Meneses tipifica valores que podem ser atribuídos a um bem, chamando a atenção para o caráter didático da divisão que não cinge, realmente, esses valores. São eles: Valor cognitivo, ligado à fruição intelectual, quando o bem cultural se torna documento de uma ação ou período; Valor formal, ligado à fruição estética; Valor afetivo, quando se estabelece um vínculo de memória com o bem cultural; Valor pragmático: o valor de uso e o Valor ético, atribuído aos modos de uso do bem.

Sob essa perspectiva, a legitimidade de um bem cultural é diretamente proporcional aos tipos de valor que ele acumula? E quais os significados disso? Pensando na Casa de Dona Yayá, identificamos em seu processo de tombamento os valores cognitivo e formal em primeiro plano. No artigo 1º da resolução 37 de 2 de abril de 1998, lê-se:

Fica tombado como um bem de importância cultural e histórica para a cidade de São Paulo a residência situada na Rua Major Diogo, 353, nesta Capital, destacando-se que as obras de restauro que vierem a ser realizadas no referido bem não poderão subtrair os testemunhos materiais que o tornaram abrigo de uma doente mental, sua antiga proprietária. Procura-se assim manter esta casa como representação de uma das formas da sociedade tratar a loucura no início do século XX²².

Sujeito às estruturas burocráticas, a pareceres, estudos etc., muito embora o tombamento tenha participação comunitária, é no fim uma decisão que fica a cargo de especialistas (ZANIRATO, 2018), estes nem sempre a par das dinâmicas sociais que envolvem um bem cultural sob análise. Antes que uma crítica aos trabalhadores e trabalhadoras desses órgãos, é preciso entender tal característica com um sintoma de seu funcionamento, fortemente atrelado a uma herança política autoritária e excludente (RODRIGUES, 1994) mas que, por conta das pressões sociais, amplia cada vez mais seu escopo de atuação.

Juliana Prata (2009) explica que o conceito ocidental de patrimônio cultural está atrelado à complexificação das ferramentas administrativas dos Estados modernos, ampliadas em fins do século 18. Embora muito antes já existissem as noções de “patrimônio” e “monumento”, bens móveis e imóveis que são referenciais para memória e identidade de alguém ou de um povo, foi somente no período referido que as teorias acerca do patrimônio, sua constituição e preservação ganharam força. Elas se atrelaram – ou foram atreladas – aos aparelhos burocráticos de Estado pois são integrantes e indispensáveis para a constituição cultural de uma nação que passa a se afirmar enquanto tal a partir da língua, território, moeda etc. e também pelos bens culturais que detém e que a caracterizam.

Choay (2001) trata desse histórico resgatando referências documentais que datam do período do chamado Renascimento até a contemporaneidade, abordando as transformações na conceituação e tratamento do patrimônio na França. Para ela, o patrimônio é resultado de uma relação entre destruição e manutenção que começou a ser debatida com mais precisão nos primeiros anos do século 18, ainda que já se escrevesse sobre patrimônio desde o Renascimento. É a teoria acerca da tratativa do

²² Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 4 abr. 1998, p.70.

patrimônio que configura sua institucionalização, pois é partir da construção de uma visão técnica, e pela conseqüente formação de uma rede de preservacionistas e profissionais especializados, é que se passa a pensar o patrimônio dentro da dinâmica social e se justifica sua funcionalidade enquanto suporte de memória. É quando se age no presente pensando no futuro de forma sistematizada, e foi somente com a consolidação dos Estados modernos e o assentamento de suas estruturas burocráticas que essa sistematização se fez possível.

Marly Rodrigues (1994) explica que as primeiras propostas de órgãos de conservação do patrimônio cultural apareceram nos Institutos Históricos e Geográficos em diferentes partes do Brasil e também no campo político no começo do século 20 e foi na Era Vargas onde se viabilizou a concretização de tais ideias, uma vez que a ampliação do aparelho burocrático do Estado permitiu a criação de órgãos e políticas voltadas ao preservacionismo de forma centralizada e sistemática. A primeira dessas ações foi expressa no artigo 148 da Carta de 1934, onde foi estabelecido que:

Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.²³

No mesmo sentido, o parágrafo III do artigo 10 versou que cabia à União e aos Estados: “proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte”.²⁴ Nesse primeiro momento da Era Vargas, a centralização não estava consolidada, mas são firmadas as bases conceituais e legais para criação de dispositivos legais de preservação do patrimônio cultural, estes que estabelecem as bases da função social da propriedade privada naquele momento.

Marcia Chuva (2009) escreve que a normatização do tombamento como ferramenta jurídico-administrativa de proteção do patrimônio cultural aconteceu com o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 onde “ficava determinada a obrigatoriedade do proprietário na conservação do bem tombado e a autoridade do SPHAN como único órgão competente para garantir a integridade de tais bens, vigiando, fiscalizando e definindo as formas apropriadas para sua restauração.” (CHUVA, 2009, p. 170). Nas primeiras décadas seguintes

A seleção dos bens resgatou a produção artística e arquitetônica do período colonial, sendo identificada aos discursos sobre a história do Brasil que buscavam, naquele mesmo período, as raízes fundadoras da nacionalidade. O processo histórico decorrido nas Minas Gerais, que propiciou o surgimento do movimento de 1789, foi considerado a expressão-síntese da origem da nacionalidade, concretizada com o

²³ Disponível em: <<https://tinyurl.com/e2tjrtc8>>. Acesso em 3 jun. 2022.

²⁴ Idem.

tombamento das cidades mineiras. Além disso, foi também extremamente valorizada a arquitetura jesuítica como representativa da ancestralidade da nação. De todo modo, a chamada 'arquitetura tradicional', então selecionada como representativa das origens da nação, reafirmava permanentemente as raízes portuguesas, especialmente expressivas nas construções religiosas, como formadoras da nacionalidade. (CHUVA, 2009, p.208)

Não obstante o foco nos bens culturais de pedra e cal e as dificuldades encaradas pelo órgão, provindos de pressões econômicas e políticas, ele se manteve firme e efetivo ao longo dos anos, legitimando a proteção dos bens culturais por meio de políticas públicas e ajudando a estruturar órgãos regionais de preservação por todo o país (CHUVA, 2009). As diretrizes do IPHAN forneceram bases para atuação regional de órgãos municipais e estaduais que puderam preencher as lacunas do alcance do órgão federal e trouxeram novas perspectivas para as práticas patrimonialistas. Esse processo contou com o aumento da participação popular, seja por acordos ou tensões, fator que transformou tanto os dispositivos de preservação quanto o próprio conceito de patrimônio cultural, mudança vista no artigo 216 da Constituição de 1988:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico,

arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.²⁵

E, no parágrafo 1º, também com o de agência sobre ele:

O Poder Público, **com a colaboração da comunidade**, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. [destaque nosso].

Marcia Chuva (2009) também explica que:

a ampliação da noção de patrimônio, processada notadamente a partir do final da década de 1970 e começo da de 1980, no Brasil e no mundo, foi acompanhada de uma ampliação da ação pública relativa à preservação cultural, com o aumento significativo da rede de agentes e agências de poder envolvidos com a temática. Foi nesse período que a agência estatizada brasileira em nível federal aplicou suas sedes de forma considerável, criando novas sedes regionais, do mesmo modo que poderes municipais e estaduais começaram a atuar nesse âmbito, patrocinando institutos e conselhos de preservação patrimonial em suas esferas político-administrativas. Entidades representativas da

²⁵ Disponível em: <<https://curt.link/NZR34y>>. Acesso em 3 jun. 2022.

sociedade civil, tais como as associações de bairro, que proliferavam nesse momento, começavam a buscar na preservação um recurso para enfrentar poderes econômicos especulativos imobiliários, ou para valorizar ou 'resgatar', 'recuperar' suas identidades de grupo. (CHUVA, 2009, p. 146)

Nesse momento não se fala mais do patrimônio cultural definido institucionalmente enquanto uma referência cultural que tem seu valor em sua constituição arquitetônica, na sua antiguidade ou na sua capacidade de representar determinado período histórico. Se fala que a construção desse valor que se dá por meio da participação social, ponto de abertura para transformar o "com a comunidade" para o "pela comunidade" a fim de reconhecer o poder de agência popular e criar mecanismos de valorização do que está na margem, de construção do conhecimento e convivência social por meio de um novo tipo de patrimônio, aquilo de Hugues de Varine (2018) chamou de "terceiro tipo de patrimônio", ou patrimônio oculto.

A Casa de Dona Yayá, chalé, remanescente de casa de chácara reformado ao estilo eclético/*art nouveau* e, por fim, manicômio particular, é uma espécie de patrimônio oculto a plenas vistas. Enquanto sede administrativa de um órgão universitário, seus cômodos abrigam computadores, mesas de reunião e os/as trabalhadores que, ao se movimentarem para realizar suas tarefas, fazer suas pausas, invariavelmente passam pelo quarto que foi de Dona Yayá, pela porta de seu banheiro, pelo jardim repleto de árvores frutíferas e que ela não frequentava.

A clausura não é experimentada por ninguém que frequenta hoje aquele espaço; seria tampouco percebida não fosse o solário, construção visualmente funcional, destoante de todo o restante da fachada ornamentada. O solário é um exemplo próximo daqueles trazidos por Erving Goffman (2015) em seu estudo sobre instituições asilares permanentes, pois funciona tanto como um dispositivo de tratamento quanto como um indicador da supressão de toda e qualquer individualidade. A fachada da casa traz o gosto pelo belo, pelo imponente e se evoca a proeminência do dono da casa pelas iniciais JG marcadas num medalhão no portão. Como apontou Rodrigues (2017):

Mais que uma questão de gosto estético e moda, o frontão e as letras 'J' e 'G', no portão principal, podem ser considerados expressão do desejo de Guerra de destacar-se e qualificar-se no conjunto social. (RODRIGUES, 2017, p. 85).

Figura 19 – Fotografia do medalhão com as iniciais JG e ano de reforma da casa.



Fonte: Mayra França, 2022.

Figura 20 – Fotografia do solário.



Fonte: Mayra França, 2022.

Por outro lado, a arquitetura do solário vai direto ao ponto, não se pretende evocar nada, apenas o é: um corredor envidraçado para que se caminhe com determinada proteção, seja com relação ao externo, seja com relação a si próprio. No mesmo sentido, o quarto destinado à Sebastiana teve as pinturas parietais raspadas (TIRELLO, 2001) e cobertas por tinta de cor clara, o chão de tábuas de madeira substituído por piso frio. Recursos funcionais ao tratamento médico, mas que podem ser lidos simbolicamente como recursos de supressão de subjetividades.

Goffman (2015) explica que do mesmo modo que um antropólogo estuda culturas estranhas a sua e com elas se familiarizam, é possível também se familiarizar e entender o mecanismo de instituições fechadas de modo que

o estudioso de hospitais psiquiátricos pode descobrir que a loucura ou o 'comportamento doentio' atribuídos ao doente mental são, em grande parte, resultantes da distância social entre quem lhes atribui isso e a situação em que o paciente está colocado, e não são,

fundamentalmente, um produto de doença mental. (GOFFMAN, 2015, p. 113).

Essa perspectiva da doença mental enquanto construção social é o mote do que se convencionou chamar “história da loucura”, sobretudo a partir de uma perspectiva foucaultiana após a publicação do estudo homônimo na década de 1960, como mencionado previamente. Era um tema já em desenvolvimento na academia e nas mobilizações políticas antes dos anos 1960, mas que atingiu seu auge no contexto das crises dos paradigmas da academia ocidental e europeia, sobretudo quando articulado aos movimentos antimanicomiais em crescimento no mesmo período. Ela trouxe consigo uma série de pesquisas que regimentaram a construção social da doença mental e a psiquiatria enquanto área médica especializada que, ao se deparar com o desafio de classificar as doenças mentais, incorreu à moral para desempenhar essa função, fato que segregou ainda mais aqueles que já são historicamente marginalizados e estigmatizou comportamentos, crenças e orientações sexuais diversas à norma.

No mesmo sentido, nesse contexto socio-temporal a indústria cultural também produziu peças sobre o sofrimento mental enquanto uma construção social e segregadora. Pegando o cinema estadunidense como recorte ilustrativo, *Paixões que alucinam* (*Shock Corridor*, 1963), por exemplo, é um filme de Samuel Fuller que conta a história de um jornalista que se infiltra em um hospital psiquiátrico para investigar um assassinato, mas no fim, acaba ele próprio sucumbindo à loucura. A grande mensagem do filme é que a loucura pode nos ser imposta pelo meio e que, enquanto humanos, temos limites de sanidade difusos que têm certa facilidade para se romper. Em *Um estranho no ninho* (*One Flew Over the Cuckoo's Nest*, 1975) a denúncia contra a truculência do tratamento psiquiátrico é o objetivo e o filme documenta um questionamento social presente naquele momento sobre a efetividade das instituições psiquiátricas, sobre a loucura e seu tratamento, sendo até hoje uma referência filmográfica importante sobre o tema.

Sem voltar muito na história, podemos colocar que a loucura não é uma doença e sim um sintoma de um desequilíbrio interior maior. Histeria, neurastenia, atavismo psíquico, alcoolismo e até homossexualismo foram classificações de doenças do cérebro que tinham implicações comportamentais e, conseqüentemente, sociais, que impunham limitações às pessoas que as tinham e comumente as isolava das demais, seja porque essas pessoas ofereciam perigo a si mesmas, seja porque poderiam ferir ou corromper os demais (ENGEL, 2001), (PORTOCARRERO, 2002).

A década de 1950 foi marcada por uma série de descobertas científicas no campo da farmacologia que transformou os tratamentos psiquiátricos de sobremaneira,

permitindo aos neurodivergentes e também a pessoas em sofrimento mental maior integração social e qualidade de vida. No mesmo sentido, as terapêuticas de condicionamento físico foram sofrendo alterações graduais, de modo que os hospitais-dia (instituições de atendimento médico emergencial ou não, onde o paciente não fica internado e pode voltar para casa após passar o dia sob determinado tratamento) já eram uma realidade que contrastava com as instituições asilares.

Como é comum no campo das ciências no geral, a ideia de progresso em linha reta gera uma visão distorcida do desenvolvimento científico, onde as descobertas substituem de pronto as antigas práticas e o avanço é cadente e contínuo. Contudo, as velhas práticas convivem com as novas e a efetividade de todas elas tem de ser medida constantemente. Na área da saúde mental as barreiras são muitas, pois muitas das funções do cérebro não são de todo compreendidas devido às limitações tecnológicas e do próprio caráter físico do órgão.

Não se nega aqui as implicações graves à dignidade humana que a psiquiatria engendrou sobre determinados indivíduos e nem se esquece da sobreposição entre moralidade e loucura que marcou a nosologia psiquiátrica e que é até o momento presente em muitos diagnósticos e terapêuticas. Thomas Szasz (1978), por exemplo, descreve um episódio sobre a problematização da psiquiatria como uma ferramenta de controle social e que se tornou emblemático na história antimanicomial estadunidense:

Ainda em 1860, não era necessário ser mentalmente doente para ser encarcerado numa instituição psiquiátrica norte americana: era suficiente ser uma mulher casada. Quando a famosa Sra. Packard²⁶ foi internada no Hospital Estadual para Insanos de Jacksonville por discordar de seu ministro-marido, as leis de prisão do Estado de Illinois diziam explicitamente que 'As mulheres casadas (...) podem ser admitidas ou detidas no hospital, por pedido do marido da mulher ou de seu tutor (...) sem as provas de insanidade exigidas em outros casos'. (SZASZ, 1978, P.43).

O livro de Szasz, intitulado "A fabricação da loucura: um estudo comparativo entre a Inquisição e o movimento de Saúde Mental" (1978) é considerado uma publicação seminal dentro na luta antimanicomial e, de fato, é um manifesto incisivo contra o internamento compulsório:

Se considerássemos o internamento psiquiátrico involuntário como um crime contra a humanidade, o problema de saber quem deve ser internado também desapareceria. O problema de saber quem deveria ser queimado vivo só foi resolvido quando se abandonou a caça às feiticeiras. Acredito que o problema de saber quem deve ser internado só será resolvido quando abandonarmos a prática de hospitalização psiquiátrica involuntária. (SZASZ, 1978, P.54).

²⁶ BRANDMAN, Mariana. Elizabeth Packard. National Women's History Museum on line. Disponível em: < <https://curt.link/eoQ7GT>>. Acesso em 9 dez. 2022.

Em 1970, o psiquiatra fundou em parceria com George Alexander e Erving Goffman, a Associação Americana para a Abolição da Hospitalização Mental Involuntária e ganhou destaque defendendo a ilegalidade da responsabilidade do Estado em definir e internar quem fosse diagnosticado com alguma doença mental. Sem nos estendermos nessa questão, devemos atentar para as generalizações e desabonos acerca do desenvolvimento da psiquiatria que, por suas especificidades – entre elas a dificuldade técnica de se estudar o cérebro humano ativo, como dito – trouxe terapêuticas invasivas, hoje vistas como “medievais” (SZASZ, 1978), mas que devem ser historicamente contextualizadas como produtos do cenário técnico e acadêmico do momento em que foram desenvolvidas e aplicadas.

O próprio uso do termo “medieval” seja como sinônimo de “desumano” seja como recurso de argumentação comparativo, também associado às políticas do tempo (MUDROVICIC, 2019), que resulta na associação inquisidor=psiquiatra no trabalho de Szasz (1978) indica a complexidade do tema e as paixões que ele desperta, pois o que se coloca em jogo, além da defesa de direitos individuais e de direitos humanos é, igualmente, a legitimação de uma autoridade dentro do campo teórico e profissional da medicina psiquiátrica, campo este de forte influência na sociedade, considerando sua refração para diferentes outros campos, como o do direito, por exemplo.

No entanto, reconhecemos que essa contextualização é particularmente complexa no Brasil, onde nossa sociedade que é caracterizada, entre outras coisas, por uma formação nacional forjada por violências, fez da psiquiatria antes que uma ferramenta de libertação de uma condição de sofrimento, uma ferramenta de coerção e tortura aos avessos à norma e fonte de lucro (COSTA & TUNDIS, 1987). Numa entrevista em que comentou uma nota técnica publicada pelo Ministério da Saúde em fevereiro de 2019, recebida com apreensão por parte da comunidade profissional de saúde mental e organizações civis relacionadas, o psiquiatra e professor da Fiocruz, Marco Aurélio Soares, resume essa questão:

A partir do pós-guerra, quando aparecem as tentativas de mudanças no modelo de internação, outras experiências surgiram na Europa e nos Estados Unidos tentando humanizar e romper com esse modelo. Um exemplo é a reforma psiquiatria democrática italiana, na qual a nossa reforma brasileira se baseou muito. A partir do meio da década de 1950, surgem os primeiros psicofármacos e se vê um gráfico de queda de internação na Europa, nos Estados Unidos. No mundo inteiro estava caindo a internação e no Brasil estava subindo. Porque nessa época, o Brasil passava por uma Ditadura Militar e havia um jogo de interesse dos donos das casas de saúde, dos empresários da loucura. Você tinha duas opções: você ficava internado ou fazendo acompanhamento ambulatorial. (NEVES, 2019, s.n.)

A nota técnica referida, “sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas”²⁷, recomendou a volta da incorporação das comunidades terapêuticas privadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) por meio de convênios e também a compra de aparelhos de eletroconvulsoterapia (ECT), indicação tida como a mais preocupante por Soares, visto seu uso indiscriminado em pacientes psiquiátricos, inclusive mulheres que não atendiam ao papel doméstico, homossexuais e os “diagnosticados” comunistas, no período da ditadura militar (ROSSI, 2021), por exemplo.

Contudo, hoje é sabido que a ECT é um recurso fundamental para aqueles que sofrem de depressão resistente ou refratária – aquela que persiste apesar do tratamento medicamentoso e psicoterápico –, mas os estigmas sobre a terapêutica ainda persistem, compreensivelmente (ROSA et al., 2004). A descoberta das experiências eugênicas após a segunda guerra e do uso da terapêutica como ferramenta de tortura em diferentes contextos, ditatoriais ou não, contribuíram também para alimentar o imaginário acerca da psiquiatria somente enquanto uma especialidade coercitiva ao longo das décadas seguintes, mas, novamente, é preciso contextualizar suas práticas como produto de seu tempo.

Rosa et al. (2004) fazem um comparativo entre diferentes terapêuticas, a ECT e a Estimulação Magnética Transcraniana (EMT), igualmente controversa ainda que menos invasiva. Nela se estimula o cérebro por meio de um campo magnético, com a vantagem de se produzir um estímulo mais localizado e sem o efeito colateral da convulsão, de forma que estudos abordados pelos autores demonstram que a técnica é promissora e pode até vir a substituir a ECT no futuro. O artigo também nos traz a dimensão da complexidade do desenvolvimento das terapêuticas psiquiátricas, de modo que não obstante as décadas de estudo – a ECT é um procedimento com mais de cinquenta anos, reformulado na década de 1980, e o primeiro trabalho sobre o uso de EMT foi publicado em 1985 (ROSA et al., 2004) – alguns aspectos dos mecanismos de funcionamento dessas terapêuticas ainda são desconhecidos. Voltando à entrevista de Soares, ele explica sua posição a respeito da ECT:

Só em são casos bem graves, como estupor melancólico, estupor catatônico... Se você perguntar para mim ‘você é contra o eletrochoque?’, eu não posso dizer que sou contra, porque nesse caso extremo ele pode ser um recurso. Eu trabalhei muitos anos em hospital psiquiátrico público e nunca vi se prescrever um eletrochoque lá, nunca se usou. Agora, eu já trabalhei num hospital privado que tinha uma média de 50, 60 eletrochoques por dia. Então, isso depende muito mais da conduta médica do que de uma indicação clínica. Esse é o perigo: de banalizar o uso porque é barato, porque o remédio é mais caro,

²⁷ Disponível em: <<https://curt.link/H9N5zy>>. Acesso em 9 dez. 2022.

demora o efeito...Mas você não sabe o que isso vai produzir na pessoa a longo prazo, já que se trata de uma corrente elétrica no cérebro como um todo. Existem relatos de que esse tratamento produziu micro hemorragias, por exemplo. Eu tinha um professor que dizia que o eletrochoque é igual um rádio antigo, que você dá um soco e ele volta a funcionar: você não sabe o que aconteceu lá dentro, sabe que voltou, mas não sabe o que é que mexeu lá dentro. E existem medidas a serem tomadas para se evitar que uma pessoa com transtorno mental chegue ao ponto de precisar usar eletrochoque. Geralmente fazendo um bom trabalho de acompanhamento ou com medicamentos, é possível evitar. (NEVES, 2019, s.n.)

Assim, reconhecemos a importância dos questionamentos feitos ao longo dessas décadas, sobretudo o papel desempenhado ao movimento antimanicomial que viabilizou a reforma nas terapêuticas e consequente agência de muitos neurodivergentes, mas ressaltamos que para tanto é preciso uma análise aprofundada, que leva em conta tanto o contexto social quanto as teorias de desenvolvimento científico ao longo do tempo. O depoimento do escritor William Styron, transcrito em uma matéria da BBC, exemplifica essa contextualização:

Na virada do século 20, poderia ter sido internado em um dos hospitais psiquiátricos no interior do Reino Unido. Na década de 1930, teriam me receitado anfetaminas – drogas psicoestimulantes, como o *ecstasy* –, que foram comercializadas como os primeiros antidepressivos. E nos anos 1940, década em que meus avós tinham a idade que tenho hoje, eu seria submetido à eletroconvulsoterapia. (RILEY, 2018, s.n.).

A matéria de Alex Riley (2018) traça um histórico breve da ECT e informa que a convulsão era utilizada como terapia já na década de 1930 por meio de um medicamento, o cardiazol. De lá até o momento, diversas melhorias foram feitas tanto para tornar o procedimento mais confortável para o paciente tanto para diminuir os efeitos colaterais, de modo que o jornalista questiona:

Mas será que os efeitos colaterais justificam o estigma contínuo associado ao tratamento? A quimioterapia, por exemplo, vem acompanhada de náuseas e outras reações adversas, além de muitas vezes não ser bem-sucedida. No entanto, continua sendo a parte mais importante nos tratamentos contra o câncer. Para muitas pessoas, a ECT poderia ser a salvação. O suicídio (frequentemente associado a transtornos mentais) é a quarta maior causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos no Brasil – e a segunda a nível mundial. (RILEY, 2018, s.n.).

Heribaldo Maia (2022) é um dos autores²⁸ que recentemente abordou relações entre o crescimento dos casos registrados de depressão e a estrutura social do “pós capitalismo”, reforçando o discurso que o meio social cria situações de adoecimento. Em “Neoliberalismo e sofrimento psíquico” ele trata da depressão sob um ponto de vista da doença enquanto construção social, na esteira da produção da história da loucura,

²⁸ Entre outros, ver: Dunker, 2015. Fisher, 2020. Safatle, 2021.

porém sob uma perspectiva psicanalítica e materialista da história que põe o sofrimento como uma experiência determinada pelas condições socio históricas de determinado momento. Nesse sentido

O barulho dos neuróticos e os surtos histéricos deram lugar ao silêncio dos depressivos, dos esgotados e dos ansiosos. E, do mesmo modo que neuróticos e histéricos denunciavam a forma de vida de um mundo disciplinar extremamente repressivo, os depressivos também, ao seu modo, possuem em seu recolhimento algo a nos dizer, pois precisamos considerar que a depressão, por exemplo, já chama a atenção das organizações de saúde do mundo por uma situação quase que epidêmica. (MAIA, 2022, p. 74).

Maia (2022) faz o recorte desse quadro mundial analisando dados sobre saúde mental na universidade pública brasileira e aponta que a configuração social capitalista, baseada na competitividade e produtividade empurra os indivíduos que não têm ferramentas para “jogar o jogo” a estados de sofrimento causados pelo sentimento de desvalorização, isolamento e inadequação, por exemplo, sintomas esses relacionados à depressão.

Esse mundo sem exterioridade, onde somos senhores e escravos de nós mesmos, completamente colonizados pela racionalidade neoliberal, quebrou o tempo da narrativa e assim quebrou a capacidade humana de narrar a si mesmo, reduzindo a existência humana a uma concatenação constante de auto valoração contábil. Esse sujeito puramente individual ignora a existência da sociedade, como falava Margareth Thatcher, e, sem sociedade não há mais política e solidariedade, há apenas a reprodução irrefletida do mesmo, gerando o colapso do futuro e do passado. (MAIA, 2022, p. 99).

Pela perspectiva do autor, cada sujeito constrói sua individualidade e percepção de si e do mundo através da alteridade, nos narramos em função do(s) outro(s). A neurodivergência pode ser identificada, por leigos ou profissionais, por meio do descompasso entre a gramática constituída pelo sujeito e a gramática social e dessa incompatibilidade se cria uma língua estranha que não é entendida por ninguém. Há quem tente desvendar a lógica dessas gramáticas díspares, como os trabalhos que tratam de da produção literária de Stela do Patrocínio²⁹, interna da Colônia Juliano Moreira por trinta anos que teve textos reunidos no livro Reino dos bichos e dos animais é meu nome (2001) por Viviane Mosé.

Stela do Patrocínio figura com outros nomes neurodivergentes brasileiros de destaque ao lado de Artur Bispo do Rosário, também interno da Colônia Juliano Moreira,

²⁹ SANTOS, Ariadne C. O falatório de Stela do Patrocínio e o discurso da crítica literária: variações. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, 177f.

BARRENHA, Taís Sobrinho. “Escrever para não morrer” – a poesia de Stela do Patrocínio: A literatura como dispositivo de resistência, cuidado e produção de subjetividade. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras. Assis, 2019, 86 f.

Rodrigo Souza Leão e Maura Lopes Cançado. Os dois internos da Colônia participaram do ateliê de arteterapia e tiveram suas obras posteriormente transformadas em referência artística, ao contrário de Leão e Cançado que puderam tirar sustento – ainda que provisório e relativo – de suas produções literárias ainda em vida. É curioso observar também como as diferentes configurações sociais desses indivíduos produziram “experiências de loucura” distintas. Souza Leão e Bispo do Rosário são os únicos dessa lista que tiveram a guarda de seus documentos e produções legada à posteridade, Leão tem um fundo na Casa de Rui Barbosa e Rosário tem um museu dedicado a ele em sua antiga cela da Colônia, hoje aberta à visitação.

O livro de Patrocínio foi publicado postumamente a partir da transcrição de fitas de áudio gravadas nas sessões de arteterapia. Portanto, ela não teve nenhuma participação na publicação de seu “falatório”. Cançado, por outro lado, trabalhou como escritora por alguns anos, mas a publicação de seus Diários do Hospício se limitou apenas ao primeiro volume, o segundo foi alienado em um episódio obscuro até o momento. Afonso Henriques de Lima Barreto é outro caso emblemático. O escritor brasileiro passou por diversas internações médicas, inclusive em hospitais psiquiátricos por conta do alcoolismo, condição tratada como doença mental no início do século 20.

De sua experiência foi publicado postumamente o livro inacabado “O cemitério dos vivos” (2010), dividido em duas partes, “O diário do hospício”, anotações feitas durante o período de suas últimas internações, intermitentes entre 1919 e 1920, e parte do romance em si. Lima Barreto descreveu o hospício como “lugar que condena os sujeitos a morte em vida”, relatando as condições de exclusão e anulação das identidades intrínsecas à internação manicomial naquele momento – conforme estudado por Goffman (2015) – inclusive problematizando as relações entre degeneração e raça com base em seus estudos autodidatas no assunto. Sua perspectiva única, literata e de quem sofreu psíquica e socialmente por conta de uma condição mental adversa, do racismo e de quem também conviveu com a doença mental do pai, formou um posicionamento fortemente crítico ao tratamento psiquiátrico de então:

Todas essas explicações da origem da loucura me parecem absolutamente pueris. Todo o problema de origem é sempre insolúvel; mas não queria já que determinassem a origem, ou explicação; mas que tratassem e curassem as mais simples formas. Até hoje, tudo tem sido em vão, tudo tem sido experimentado; e os doutores mundanos ainda gritam nas salas diante das moças embasbacadas, mostrando os colos e os brilhantes, que a ciência tudo pode. (BARRETO, 2010, p. 212).

Lima Barreto, o “triste visionário” (SCHWARCZ, 2017) é uma figura emblemática, que muitas vezes ganha destaque mais pela tragédia de sua vida do que por sua

produção literária, fato comum às outras figuras anteriormente citadas e também à Sylvia Plath, escritora estadunidense que cometeu suicídio em 1963, fato que a caracteriza para muito além de ter sido escritora. As descrições das experiências de Plath, ficcionadas em “A redoma de vidro” (2019) e registradas em diários pessoais, alguns publicados em “Os diários de Sylvia Plath: 1950-1962” (2017), dão indícios da angústia psicológica e física causada pela condição mental adversa, assim como a consequente inadequação e certa exclusão social sofridas, esta condição singular e amenizada por sua posição social.

Não obstante a posição e suas publicações, Plath é silenciada, conforme coloca a jornalista Janet Malcolm em “A mulher calada: Sylvia Plath, Ted Hugues e os limites da biografia” (2012). Malcolm analisa as biografias da escritora produzidas até então, marcando que o modo como ela morreu criou um marcador identitário incontornável e revelou as tensões sobre o controle da escrita da história de Plath por parte de seu ex-marido, Hugues, sua família, diferentes biógrafos/as e arquivos. Tensão essa percebida no prefácio da publicação “Diários” (2017) que indica os motivos da incompletude da reunião de documentos:

os dois diários de capa dura que Plath escreveu durante seus três últimos anos de vida não foram incluídos nesta edição. Um dos diários ‘desapareceu’, afirma Ted Hugues [marido de Plath] [...]. O segundo, o ‘livro de capa castanha’ cujos registros iam até três dias antes do suicídio de Plath, foi destruído por Hugues. (KUKIL, 2017, p.9).

As fitas resgatadas de Patrocínio, o diário perdido de Cançado, o romance inacabado de Lima Barreto, são constantes que aumentam a mítica em torno desses hoje personagens e alimentam o imaginário sobre a loucura como uma condição adversa, mas também atraente. O interesse pela neurodivergência é perene, seja como curiosidade, temeridade ou interesse em sintetizar e incorporar novas formas de ver o mundo que podem vir dessas chamadas gramáticas díspares. Convivemos com o paradoxo entre atração/repulsa ao estado da loucura em nosso imaginário e comportamentos. Tentar compreender a construção social da loucura e de condições de sofrimento psíquico vai de encontro à desconstrução de estereótipos e isso implica em olhar para essas figuras representativas como pessoas que sofreram com a exclusão social e ostracismo consequentes da incapacidade da sociedade em os acolher, mas também sofreram com condições psíquicas reais, estas que se manifestam não só pela loucura, mas por desafios cognitivos e físicos, nem sempre abordados pela história da loucura.

A história da loucura se faz como qualquer outra “história”, por meio de fontes que possam reconstituir um tempo passado. Desse modo, a maioria das fontes disponíveis são dos órgãos institucionalizados de psiquiatria, médicos etc. fontes

oficiais, uma vez que, como vimos, quem é definido como doente mental tem sua individualidade minada, portanto tudo aquilo que lhe caracteriza, lhe define – aí os documentos pessoais inclusos – são alienados em função do ostracismo e vulnerabilidade sociais e também da normatização das instituições de controle total a que geralmente são submetidos.

A história da loucura é escrita por meio dos registros dos “dispositivos de controle” e, ainda que esteja preocupada com a exclusão social dos classificados como doentes mentais, é ainda uma história parcial porque é fragmentada e lacunar, pois seus “objetos”, os loucos, têm suas histórias descritas por terceiros, sejam eles viesados por teorias científicas, preconceitos de classe e gênero e racismo, sejam eles viesados pelo olhar pouco aprofundado sobre a indústria farmacêutica e o desenvolvimento científico.

A história de Sebastiana Freire não é diferente, é contada por meio de depoimentos de contemporâneos e autos de seu processo de interdição (RODRIGUES, 2001). As poucas fotografias que deixou, e que têm autoria atribuída a ela, revelam uma esfera doméstica de alto valor afetivo e identitário – amigas, aparentados, cachorros, altar, móveis, imagens de sua vida antes do marco da loucura que a marcou para sempre. Helena Marzano Grant, descendente da família aparentada de Sebastiana que cuidou dela por três gerações, escreveu um artigo intitulado “A saga de Yayá” (2001) onde descreve Sebastiana Freire como uma pessoa reservada, religiosa e preocupada com os seus por meio de documentos pessoais que teriam sido de Sebastiana, como cartas, postais e um diário.

São documentos que ficaram de fora da pesquisa de Rodrigues (2001) e também da exposição que o Centro de Preservação Cultural da USP inaugurou em maio de 2022, “Yayá: Cotidiano, feminismo, doença, riqueza”, disponível também em formato *on line*³⁰. Restritos a uma esfera íntima, os documentos aparecem no artigo de Grant (2001) como provas da relação afetiva entre as famílias, o que desabonaria quaisquer rumores sobre o interesse financeiro dos Grant, pulverizados desde as publicações de O Parafuso em 1920. Nesse sentido,

O objeto ou é biográfico, ou é signo de status, e, como tal, entraria para a esfera de uma 'intimidade', entre aspas, ostensiva e publicável [...]. Se essa observação faz sentido, eu diria, que o burguês, enquanto agente e produto do universo de valores de troca, não pode refugiar-se autenticamente na esfera da intimidade afetiva, pois até mesmo os seus objetos biográficos podem converter-se – e frequentemente se convertem – em peças de um mecanismo de reprodução de status. (BOSI, 2003, p. 29).

³⁰ A exposição pode ser acessada em: <<https://exposicaoocpc.com.br/>>. Acesso em 3 abr. 2022.

Assim sendo, como contar a história da loucura pela perspectiva dos “loucos”? Como contar uma história sem documentos, sem vestígios ou sem se apropriar de biografias de modo a falarmos mais de nós mesmos do que de quem é biografado ou sem apelar para a mítica da loucura enquanto um estado elevado da mente? Assim como o movimento feminista, o movimento antimanicomial parte do princípio da equidade de direitos para os neurodivergentes para reivindicar a reforma do sistema hospitalar psiquiátrico baseado no asilamento e, desse modo, coloca o protagonismo neurodivergentes em destaque, salientando que as identidades e destinos não podem ser definidos por diagnósticos, por determinações biológicas que, por fim, têm implicações sociais profundas e por vezes irreversíveis.

Em “Alienação e liberdade” (2020) foram reunidos os “escritos psiquiátricos” de Franz Fanon, relatos clínicos, notas e textos relativos a observações e práticas médicas na França e norte do continente africano que atestam a prática médica – ou qualquer outro exercício profissional – como ação indissociável da política, de modo que a análise dessa história também tem de ser.

A doença mental, numa fenomenologia que deixaria de lado as grandes alterações da consciência, apresenta-se com uma verdadeira patologia da liberdade. A doença situa o doente num mundo em que sua liberdade, sua vontade e seus desejos são constantemente violados por obsessões, inibições, contraordens e angústias. A internação clássica limita consideravelmente o campo de ação do paciente e lhe interdita qualquer compensação e qualquer deslocamento, restringindo-o ao espaço fechado do hospital e condenando-o a exercer sua liberdade no mundo irreal dos fantasmas. (FANON, 2020, p. 87-8).

A Casa de Dona Yayá é um documento dessa história e que pode falar mais até pelos silêncios e ausências do que pela materialidade do edifício em si. Patrimonializada, a Casa não se torna um objeto com informação imanente, precisa de contextualização por meio de pesquisas e bancos de dados, por exemplo, e comunicação, seja ela por meio da educação patrimonial, seja ela por meio de recursos expográficos, mas que centrada em não só transmitir determinadas informações relativas às técnicas e marcos históricos, e sim em abrir “a possibilidade de fazer com que a mudança - atributo capital de toda realidade humana - deixe de ser um salto do escuro para o vazio e passe a ser inteligível.” (MENESES, 1994, p. 12), posição esta relacionada à teoria waldisiana (GOUVEIA, 2018) da Museologia como campo de construção de caminhos para a realização da utopia.

Para tanto, é necessário um compromisso com a produção de uma história da loucura que seja interseccional e que não se deixe levar por preconceitos e desconfianças, que aceite de fato o mistério ainda intransponível na mente humana e que possa se fazer também por meio das vozes historicamente silenciadas. Hoje

reconhecido espaço de confinamento, de exclusão social validada pela medicina e até símbolo do poder patriarcal sobre o corpo feminino, é preciso lembrar antes de tudo que a Casa teve adaptações feitas na década de 1920 com o objetivo de curar por meio de uma terapêutica que se acreditava eficaz, com base nos estudos científicos disponíveis no momento.

Se faz o questionamento das implicações do isolamento contínuo no desenvolvimento do quadro clínico de Sebastiana Freire hoje, com a perspectiva de quem já está do outro lado da História. Esse certo poder de onisciência que nos é dado não pode ser usado para transformar a Casa em um marco de justiça, de reparação, uma vez que há outros dispositivos mais adequados e eficazes para tanto (MENESES, 2018). Ainda que saibamos que outras terapêuticas tenham sido aplicadas e que se tenha aumentado a área de circulação na casa para maior conforto de Sebastiana conforme as décadas foram passando, foram se desenvolvendo e disseminando no meio psiquiátrico outras formas de tratamento e de atendimento mais humanizados e modernos.

Nos anos 1950 a descoberta de novos fármacos ampliou a possibilidade de redução da internação asilar e o hospital dia – tratamento psiquiátrico, farmacológico ou não, onde o paciente não reside no hospital – já era uma realidade em muitos países, assim como a arteterapia, a psicanálise etc. Visto os recursos financeiros que Sebastiana dispunha, para nós hoje parece evidente que uma série de profissionais poderia ter sido escalada para aperfeiçoamento do atendimento domiciliar e consequente melhora de saúde.

Além da questão da tensão entre meio social e privado que fez das terapêuticas mais que instrumentos de cura, ritos incorporados à rotina doméstica, como já mencionado e tratado por Marly Rodrigues (2017), a historiadora também dá conta das dificuldades financeiras impostas pela burocratização da interdição de Sebastiana, onde todo e qualquer gasto precisava ser justificado para então passar por avaliação e, se fosse o caso, ser aprovado.

O artigo de Maria Carmen Ruiz (2022) aborda o tratamento psiquiátrico de Sebastiana por meio da análise de seus processos de interdição e mostra que o desenvolvimento da anamnese psiquiátrica, do uso de fármacos – não discriminados no artigo – e o surgimento de novos recursos, como a avaliação neurológica, solicitada na década de 1950 (RUIZ, 2022, p. 633), por exemplo, tiveram alguma ressonância, mas não foram determinantes para uma mudança significativa em seu tratamento.

Utilizando como exemplo o hospital dia, ele era uma realidade já na década de 1950, existentes no Brasil desde a década seguinte, mas “que passaram a figurar

oficialmente entre as possibilidades de atendimento em saúde mental” apenas em 1992 (LIMA; BOTEGA, 2001, p. 196). Do mesmo modo que o progresso científico não é feito em uma linha reta e contínua, tampouco a incorporação das descobertas e novas práticas médicas o é. Em um caso como o de Sebastiana Freire, a partir do que aqui já foi discutido, não cabe mais a análise do que foi injusto ou não uma vez que toda e qualquer conjectura cairia, invariavelmente, na armadilha da biografia enquanto consumo e distração do que acontece hoje, no presente.

Se não é suporte de informação imanente, nem espaço de julgamentos e acertos de contas com o passado, a Casa enquanto espaço público poderia então figurar como lugar de fruição? Desde sua abertura, a Casa está em roteiros do chamado turismo macabro (RIBEIRO, 2013), sendo explorada por agências e autônomos tanto pelo ponto de vista da história trágica do confinamento compulsório quanto pelos supostos vestígios sobrenaturais deixados. A matéria “*Tour ‘macabro’ em SP leva curiosos ao edifício Joelma e a cemitérios*”, narra um desses roteiros

‘Na Europa é comum’, diz a guia Ângela Arena, citando a visita ao cemitério Père-Lachaise, em Paris, enquanto o ônibus partia do largo do Arouche em direção à casa de Dona Yayá. É lá, onde a rica herdeira Sebastiana Mello Freire passou 35 anos trancafiada tomada por doença mental, que o tour começa. ‘O lugar ainda é visitado por Yayá’, afirma. ‘É que ela só saiu daqui morta’. O tom é sempre de humor, seja no beco dos aflitos, antigo cemitério popular na Liberdade; no castelo da rua Apa, famoso pela misteriosa morte dos irmãos e da mãe da família Reis; ou mesmo no edifício Joelma, palco do incêndio que matou 188 pessoas em 1974 (foi uma das maiores tragédias de SP). ‘Olha lá a Yayá, uuuu’, riam os passageiros, enquanto o ônibus parava em frente ao prédio. Aqui ninguém desce. ‘A administração não acha adequado’, afirma Carlos Silvério, dono da agência Graffit Turismo, que organiza mensalmente o passeio. (VIEIRA, 2008, s.n.).

Já em 2022, na matéria “*Caminhada liga pontos históricos assombrados de São Paulo*”, se relata

Única herdeira da fortuna de uma tradicional família do interior paulista, Sebastiana de Melo Freire, conhecida como Dona Yayá, foi enclausurada numa mansão na Bela Vista, onde morreu, em 1961, aos 74 anos. ‘Diziam que ela era louca. Mas, na verdade, era uma jovem em crise porque não quiseram deixá-la administrar seu próprio dinheiro e sua vida’, ponderava o monitor. Na casa, agora um espaço cultural da USP (Universidade de São Paulo), ‘os vizinhos escutam gritos e veem vultos’, emendava. (ARAÚJO, 2022, s.n.).

São abordagens que apontam outras formas de apropriação do patrimônio cultural e de apreensão do passado e que podem ser problematizadas tanto do ponto de vista do consumo como pelo entendimento que a formação da consciência histórica tem diferentes caminhos, sendo ele o contato com a morte, com o trágico como forma de catarse, apenas mais um deles (RIBEIRO, 2013). São patentes os problemas desse tipo de apropriação exemplos extremos estão no fluxo de turistas no Memorial do

Holocausto que despertou protestos e projetos artísticos com fotografias de turistas sorridentes sobrepostas a fotos históricas de campos de concentração (STRUCK, 2017) e posicionamentos públicos da direção do Memorial de Auschwitz desde 2019 cobrando respeito dos visitantes ao fotografarem no local. (AUSCHWITZ, 2023).

São apropriações totalmente opostas daquela feita pela União de Mulheres por meio do bloco de carnaval Yayartes, proposta esta que encontra eco nas proposições que associam a luta política à melhoria da qualidade da saúde mental, uma vez que ela pode criar sentimento de pertencimento e criar bases sólidas para uma persistência no futuro.

As sensações negativas servem como um indício (pistas) cognitivas aos sujeitos que podem nos levar ao desejo de libertação de tais percepções. Para falar de maneira concisa: há no sofrimento impulsos que abrem um horizonte de possibilidades de crítica e, conseqüentemente, de resistências contra determinados elementos da forma de vida na qual estamos inseridos ou até, mais radicalmente, a forma de vida como um todo. (MAIA, 2022, p. 31).

O patrimônio relacionado à dor nos lembra que houve, e que há, outras formas de escrita da história e que, sobretudo, ela tem diferentes dimensões e intensidades de vivência além daquelas descritas pela História oficial. A escolha do que preservar nunca é isenta de intenções políticas, de modo que guardar memórias difíceis tem a ver com a necessidade de pontuar a dor como parte da experiência humana e, principalmente, com a de reforçar que as condições históricas são herdadas, somos aquilo que fizeram de nós e, portanto, podemos escolher fazer diferente do que já foi feito.

Muitos dos lugares de memória difícil no Brasil foram descaracterizados ou demolidos. Somente na cidade de São Paulo temos exemplos como o Presídio do Carandiru, o DEOPS, o Presídio Tiradentes. São tentativas sistemáticas de apagamento que conversam diretamente com a cultura imposta do silêncio que vigora em nossa sociedade que se move por constantes conciliações, esquecimentos e não reparação.

De modo sumário, podemos descrever os lugares de memória de Pierre Nora (2012) como aportes materiais que garantem que memórias não se percam; indivíduos e seus grupos fixam em determinado lugar um significado, a lembrança de um evento, uma comemoração, enfim. Em Nora os lugares de memória são auxiliares que ajudam a lembrar em meio a uma grande demanda de informações.

No Brasil, ao falarmos de lugares de memória difícil, comumente falamos de lugares de silêncio, de um esquecimento que não foi produto de excesso de informação, mas sim de falta dela. A memória, no Brasil, precisa de um lugar para se firmar porque dificilmente tem lugar nas palavras. As experiências de dor são demolidas, quando edificadas, e soterradas pela sobreposição, pela negação, quando contadas, escritas.

Lugares de memória difícil no Brasil nos falam não só da dor do outro, mas do nosso direito de lembrá-la e integrá-la na experiência do que é ser brasileiro, do que é ser humano, o que nos foi e é ostensivamente e historicamente negado ao longo dos anos.

Em 14 de junho de 2021 o Ministério da Defesa utilizou a Lei da Anistia (6.683/79) para responder os questionamentos de uma reportagem sobre o internamento psiquiátrico de presos políticos durante a ditadura militar (ROSSI, 2021b), utilizando o entendimento de que os crimes cometidos por agentes do Estado estão isentos de punição, interpretação que vai contra as orientações da Corte Interamericana de Direitos Humanos, uma vez que tais crimes cometidos não prescrevem e não podem ser submetidos à anistia já que configuram como crimes de lesa-humanidade. Mas em março de 2023 a autorização de prosseguimento do julgamento do algoz de Inês Etienne Romeu pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região reacendeu o debate sobre a validade legal da Lei da Anistia, uma vez que a absolvição dos crimes de sequestro e estupro foram julgadas improcedentes.

Em voto decisivo, a desembargadora Simone Schreiber disse que o Judiciário reluta em lidar com o seu passado e adotar um modelo adequado às obrigações assumidas pelo Brasil no plano internacional. “Essa dificuldade de enfrentar as graves violações cometidas em nome do Estado estão amparadas em uma cultura do esquecimento, da qual algumas das consequências, reconhecidas pela comunidade internacional, são a perpetuação de estruturas de poder autoritárias e legitimação de violências policiais e torturas cometidas nos dias de hoje contra a população civil”, alertou. (OTÁVIO, 2023).

Nesse sentido, entendemos o patrimônio cultural – sua constituição, estudo e apropriações por meio de um viés crítico – como meio de construção de pontes semânticas entre as experiências singulares e o contexto coletivo que podem permitir que “os sujeitos que sofrem possam narrar seus sintomas de forma a articulá-los com a forma de vida que se encontram, fugindo da privatização ou da individualização do sofrimento.” (MAIA, 2022, p. 52). São, igualmente, meios de celebração da vida, campo e lugar de luta política e viabilização de projetos de futuro, pois “é nossa tarefa desenvolver alternativas às políticas existentes, mantê-las vivas e disponíveis até que o politicamente impossível se torne politicamente inevitável.” (FISHER, p. 151, 2020)

3.1 Processo de tombamento da Casa de Dona Yayá

Um processo é produto do agrupamento de documentos distintos, “oficialmente reunidos no decurso de uma ação administrativa ou judicial” (DICIONÁRIO, 2005, p. 138). Um processo efetivamente provaria como e quais ações foram realizadas e de

qual maneira a finalidade pela qual foi gerado se concretizou. Como documentos institucionais, são providos de uma linguagem e forma específicas à sua instituição produtora e ao seu tempo, imprimindo um certo padrão à diferentes tipologias. Assim, ofícios, laudos técnicos, resenhas históricas e toda uma sorte de diferentes documentos gerados no processo podem ser lidos como parte de um conjunto coeso que nos permite entender o contexto de determinada prática administrativa, mas também quais os discursos gerados por ela.

Ana Lúcia de Abreu Gomes e Maria Margaret Lopes em *O processo de tombamento da primeira sede do Museu Nacional na atual Praça da República - Rio de Janeiro*, (2019) reforçam que a análise dessa fonte, assim como de outras fontes históricas, não pode ser utilizada como um meio de acesso direto ao passado sendo, pois, uma representação desse (GOMES; LOPES, 2019, p. 650). Portanto, mesmo que os processos efetivamente provem algo, esse algo está permeado de discursos elaborados em função de interesses, visões de mundo, dinâmicas de disputa que, no campo patrimonial, se ligam a formas de construção do passado e posições teórico metodológicas capazes de moldar nossa cultura.

As autoras analisaram como o “agenciamento” de vestígios, o uso de fontes iconográficas como provas cabais no levantamento histórico do prédio, por exemplo, construiu um discurso parcial sobre o passado e sobre o edifício em questão que, mesmo lacunar, ganhou posição de história oficial. A efetivação do processo, mesmo com incongruências, revelou que diversas camadas históricas foram desconsideradas tanto da arquitetura do prédio como da área onde ele está, excluindo uma gama de possibilidades na tratativa desse bem cultural.

Isso demonstra como a lida do Estado com o patrimônio cultural pode ser falha, mas nem por isso perde legitimidade, pois são os órgãos de preservação que detêm o poder de reconhecer oficialmente um bem cultural e o fazem através da articulação de informações que produz “uma fala de autoridade” (GOMES; LOPES, 2019, p. 664) em detrimento de outros agentes culturais, que também imprimem nos bens patrimoniais seus próprios sistemas de valoração.

Essa autoridade é assentada em dois fatores. O primeiro é a valoração do conhecimento técnico articulado pelos profissionais envolvidos no processo, conforme coloca Marly Rodrigues em *Alegorias do Passado* (1994). Estudando políticas públicas de preservação dos bens culturais, em especial a trajetória do Condephaat em seus primeiros vinte anos, a historiadora define a faixa de 1937 a 1968 como um período onde a preservação do patrimônio é assunto estritamente acadêmico. Da criação dos primeiros Institutos Histórico e Geográficos desde meados do século XIX ou nas

primeiras décadas de 1910, passando pelo SPHAN na década de 1930 até a criação do Condephaat em fins de 1960, quem escreve a história oficial e define projetos de nação e identidade nacional é uma classe intelectual e política restrita. Embora o envolvimento da sociedade nas questões culturais tenha aumentado, a autora aponta resquícios de um discurso dominante tradicionalista que inviabiliza uma participação ampla e se traduz nas escolhas de tombamento do órgão até aquele momento: “remanescentes de sedes de fazendas e ricas mansões urbanas sombreiam os da senzala, dos cortiços e dos bairros operários.” (RODRIGUES, 1994, p.156).

O segundo fator, ao qual Rodrigues também faz menção, é a posição da instituição protetora dentro da estrutura do Estado, autorização que lhe confere legitimidade e certo campo de ação frente à sociedade. Inseridas na malha burocrática do Estado, o acesso a essas instituições protetoras do patrimônio pode ser dificultado a quem não dispõe das ferramentas necessárias para decodificar essa dinâmica ou a quem não tem recursos e contatos para impulsionar o processo. No mesmo sentido, se essa malha pode ser tensionada pela sociedade civil, ela também pode sofrer interferências de instâncias superiores, interesses pessoais e de entidades privadas³¹.

Paulo Fernando Soares Pereira apresenta e amplia essa questão em *Os quilombos e o silêncio patrimonial: o que falam os processos de tombamento dos antigos quilombos?* (2020). O autor analisou vinte e um processos de tombamento de quilombos pelo Brasil e ressaltou que as políticas afirmativas dispostas na Constituição voltadas aos quilombos são empregadas pelo mecanismo de ação do Estado, que historicamente burocrático e excludente, acaba por inviabilizar a concretização de tombamentos de quilombos. “Por esse caminho, a decisão de escolha do que vai ser priorizado ou não, em se tratando de patrimonialização, recai sobre a burocracia, em último caso, salvo quando se tem intensa mobilização social da sociedade civil”. (PEREIRA, 2020, p. 470).

Por fim, Pereira (2020) também aponta que “a burocracia patrimonial tem grandes dificuldades em compreender que a Constituição Federal rompeu com uma série de padrões jurídicos que formatavam as práticas patrimoniais tradicionais”. (PEREIRA, 2020, p. 470). A questão trazida por Pereira tem o mesmo cenário trazido também por Rodrigues (1994) e Gomes e Lopes, (2019) do campo patrimonial como produto de relações entre as pessoas que compõem o campo e que têm diferentes papéis nessa atribuição de valor que é a patrimonialização. Esse produto é então carregado de tensões políticas, disputas profissionais e teóricas que desmistificam a

³¹ ALDANO, Mariana. Após demolição, vila no Tatuapé da década de 50 é tombada. G1 São Paulo, 6 set. 2019. Disponível em: <[11nq.com/JzIzVv](https://g1.globo.com/JzIzVv)>. Acesso em 2 ago. 2022.

burocracia como uma entidade dotada de vida própria, isenta, assim tampouco como os discursos sobre o patrimônio. Processos falam de interesses e tensões, mas também nos lembram de que são pessoas que sustentam a burocracia e, mesmo envoltas por ela, têm uma esfera de ação que ainda que limitada, pode ser decisiva.

O processo de tombamento da Casa de Dona Yayá traz algum desses elementos, como o efeito da burocracia, o envolvimento de entidades civis e uma disputa entre duas leituras patrimoniais distintas: a casa como um documento da história da social da loucura, contra a visão da casa como um documento de arquitetura, exemplar do patrimônio paulista edificado. Antes que concorrentes, essas visões são complementares, como veremos a seguir.

O processo de tombamento número 21955/1982 foi aberto por um pedido do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) do município de São Paulo através do ofício 156/81 assinado pela diretora do órgão, Maria Virgília Salgado Loureiro. Luis Gustavo Pereira Ferreira (2018) explica que

Até o surgimento do conselho responsável por efetivar medidas protetivas no âmbito do patrimônio edificado, o DPH elaborava estudos, pareceres e, eventualmente, solicitava ao órgão estadual de preservação, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), o tombamento de imóveis ou áreas, estando, no município, a preservação das edificações ou áreas afeta à área de planejamento urbano. (FERREIRA, 2018, p.99)

Assim, o DPH solicitava a abertura do processo de tombamento ao Condephaat justificado pelo seu “valor histórico arquitetônico” e pela “a aspiração da população local de que o mesmo seja tombado”, fator esse a ser tratado posteriormente. Pela análise da arquiteta Leila Regina Diégoli:

Construção do início do século, o edifício situado a Rua Major Diogo nº 353, é um remanescente de chácaras construídas nos arredores do Município de São Paulo. A casa, com fachada ornamentada, está isolada em meio a um jardim de tratamento geométrico protegido do exterior por grades e portões de ferro fundido.

Associada ao jardim está a entrada lateral. O imóvel está num plano mais alto que o jardim dada a existência de porões que provavelmente eram utilizados para acomodação da criadagem. A circulação interna é confusa e os quartos estão voltados para as varandas que circundam dois lados da casa.

Apesar das alterações ocorridas, as principais características do imóvel mantêm-se em bom estado de Conservação; constituindo-se um exemplar Íntegro do chamado "estilo eclético", muito difundido entre meados do século XIX e início do século XX. (PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 21955/82, fl.6)

A arquiteta da Seção Técnica Crítica e Tombamento do DPH também encaminhou

relatório contendo dados histórico - arquitetônicos, estado de conservação dos componentes do edifício, intervenções necessárias edifício/entorno imediato, critérios de tratamento-diretrizes básicas para projeto e proposta de uso. Segue ainda o levantamento métrico - arquitetônico preliminar, o levantamento fotográfico, planta da área de proteção, planta de proposta de utilização do imóvel e esquema de circulação. (CONDEPHAAT, PROCESSO n. 21955/82, fl.6)

O levantamento histórico arquitetônico foi produzido pelos arquitetos da Seção Técnica de Levantamento e Pesquisa, Fernando José Martinelli e Alexandre Luis Rocha a partir de pesquisa de campo e consulta aos acervos acervo do Arquivo Histórico Municipal e da própria Seção, subordinada à Divisão de Preservação do DPH. Eles indicam que

O imóvel era propriedade de Dona Sebastiana de Almeida Mello Freire, Dona Yayá, filha de Manuel de Almeida Mello Freire, figura de projeção na primeira República.

Dona Yayá faleceu em 1961 aos 76 anos, tendo vivido desde 1925 naquela casa, em aposentos especialmente adaptados a sua condição de enferma, o que lhe valeu uma ação de interdição legal para administrar a sua imensa fortuna. (CONDEPHAAT, PROCESSO n. 21955/82, fl.11)

Além das características formais observadas, os arquitetos levantaram as possibilidades de a construção ser anterior a 1902, data gravada na platibanda da casa, e de seu terreno ter sido maior no passado, dada a urbanização no bairro. O estado de conservação geral foi descrito como satisfatório, apesar de danos causados por cupins no telhado, forro e estruturas de madeira que tiveram indicação de manutenção emergencial imediata. Por fim, alertaram sobre a necessidade de fechar o limite do terreno que fora entrecortado pela construção do Viaduto Júlio de Mesquita Filho e de vigilância no local a fim de evitar invasões.

No levantamento é indicado que o imóvel já estava protegido integralmente pela Lei 8328/1975 que dispunha sobre o zoneamento da cidade de São Paulo, de modo que a Casa foi classificada como imóvel “de caráter histórico ou de excepcional valor artístico, cultural ou paisagístico, destinados à preservação”. (SÃO PAULO. LEI MUNICIPAL 8328/1975). Na lista anexa à Lei ela foi listada como “residência de 1902, que foi da família Mello Freire, a rua Major Diogo n. 353.” (*Ibidem*). Ela estava também sob proteção estadual por fazer parte da zona envoltória do Teatro Brasileiro de Comédia situado na mesma rua e tombado naquele ano.

Por fim, os arquitetos orientaram o tratamento técnico com a seguinte conclusão:

De acordo com os critérios que devem ser obedecidos em intervenções deste tipo, é possível imaginar o edifício liberado dos acréscimos e transformações originados com a enfermidade de Dona Yayá de Mello Freire, tal como o solário, o fechamento parcial do alpendre norte, substituição de portas, colocação de grades etc. Tal iniciativa reverteria em favor da recuperação da feição original do edifício, facilitando percepção do mesmo como exemplar típico de residência sede de chácara e remanescente raro desta tipologia arquitetônica em São Paulo. (CONDEPHAAT, PROCESSO n. 21955/82, fl.13)

Entendemos que essa orientação baseada nos poucos dados reunidos até aquele momento – que ainda não incluíam informações precisas acerca do histórico da Casa, tampouco sobre a funcionalidade das alterações arquitetônicas empreendidas em razão das condições médicas de Yayá – aponta para o fazer primordial do DPH até então que era o de inventariar as etapas de desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo, de modo que, por esse viés, um remanescente de chácara se configuraria como uma amostra relevante, ainda que inventada, tendo em consideração a quantidade de alterações necessárias para obtê-la.

Os arquitetos Clayton F. Lino, Cristina Donadelli e Anita Regina Di Marco, da Seção Técnica de Programas de Revitalização do DPH, com base nessas informações, elaboraram uma proposta de uso do imóvel voltada à comunidade levando em conta o interesse de entidades civis e a manutenção dos laços de sociabilidade do bairro, conforme a seguir:

mantém fortemente enraizado um sistema de relações de vizinhança, que pouco se deterioraram apesar de nossa dinâmica urbana, podendo-se ainda verificar um contínuo processo de geração e manutenção de entidades civis, práticas religiosas e manifestações culturais de caráter nitidamente regional. (CONDEPHAAT PROCESSO n. 21955/82, fl.14).

A proposta da Casa de Cultura do Bexiga foi colocada como uma solução à instalação “precária” das entidades civis do bairro e pretendia instalar um centro que abrigasse diferentes funções: biblioteca, museu, espaço de agitação e produção cultural. Recomendava o uso apenas da área “da primeira fase de construção” ainda que se assumisse que isso dependeria do projeto de restauro a ser adotado. Das três entidades citadas pelos arquitetos, duas delas haviam solicitado a abertura do processo de tombamento.

A carta da Sociedade Amigos do Bexiga e Bela Vista (SABB) direcionada ao então Secretário Municipal de Cultura, Mario Chamie, em 18 de agosto de 1981 e a do Museu Memória do Bexiga, endereçada ao DPH em 15 de outubro do mesmo ano, reivindicavam o tombamento da Casa como uma maneira de preservar a história do próprio bairro, mas apenas a carta do Museu reivindicava também o uso do imóvel. Essas entidades foram formadas a partir de movimentos sociais de descendentes

italianos e estavam centradas nas figuras de José Francisco Vidotto e Armando Puglisi, respectivamente, que acumulavam já naquele momento um histórico sólido de participação na vida do bairro e de fomento à cultura ítalo-brasileira, para eles indissociável do bairro Bexiga.

Ambos ressaltaram em suas cartas a importância de Sebastiana de Mello Freire enquanto descendente de uma família tradicional paulista e também sua condição de enferma, ainda que não especificada por Vidotto. Mesmo assim, em seu relato sucinto, ele defende que o imóvel “deveria ser conservado na forma em que se encontra” (CONDEPHAAT PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 21955/82, fl.7). Por ser uma solicitação tanto de tombamento quanto de autorização de uso, a carta de Puglisi é mais extensa. Ele escreve sobre a casa:

Construído pela família Mello Freire, ele abrigou durante mais de quarenta anos, sua última moradora, Dna. Sebastiana de Almeida Mello Freire, popularmente conhecida como Dna. Yayá. Figura controversa e misteriosa, só recentemente sua memória tem sido resgatada como símbolo trágico de uma época e mentalidade em que a afirmação de uma consciência feminina merecia definição e tratamento de loucura. A presença de Dna. Yayá, decorridos vinte anos de sua morte, e apesar, ou justamente devido a todos os percalços de sua existência, continua viva na memória dos habitantes do Bixiga, a ponto CONDEPHAAT, PROCESSO n. 21955/82, fl.9).

É curioso evocar Dona Yayá como parte da memória do Bexiga, uma vez que seu isolamento não lhe permitia que fosse à rua. Sua presença ausente parece ter dado margem à criação de histórias, à curiosidade e suas biografias lhe entrelaçaram na memória coletiva do bairro. Ao defender a manutenção integral do imóvel e ao trazer a figura de Yayá como parte do Bexiga, Vidotto e Puglisi vão na direção oposta a que foi tomada pelos arquitetos do DPH. Ambos reconhecem o valor histórico arquitetônico da Casa, sobretudo baseados no valor de antiguidade, mas ao ressaltarem Yayá em suas cartas demonstram um desejo de manutenção dessa memória que com a demolição das alterações arquitetônicas perderia um importante referencial material e simbólico. Puglisi resume: “As peculiaridades do imóvel e a presença da memória de Dna. Yayá fazem dele um importante marco da vida comunitária do Bexiga.” (CONDEPHAAT PROCESSO n. 21955/82, fl.9-10).

Encaminhado ao Condephaat em dezembro de 1981, o processo foi aberto no início do ano seguinte após parecer de um arquiteto do setor de Serviço Técnico de Conservação e Restauro (STCR) que firmou a importância histórica arquitetônica do exemplar remanescente de chácara e também a necessidade de um estudo mais acurado dessas características, uma vez que o entorno da casa havia sido “descaracterizado”. A apuração começa com “A casa de Dona Yayá – resenha

histórica”, levantamento realizado pelas historiadoras Maria Luiza Tucci Carneiro e Maria Auxiliadora de Decca em junho de 1982, onde foram abordados os históricos do bairro e da construção da casa, de modo a oferecer um recorte que pudesse contextualizar aquele imóvel díspar entre os demais, especialmente tendo o vista o tamanho de seu terreno, mais de dez vezes maior que a média do bairro, de 202 m². (CONDEPHAAT PROCESSO n. 21955/82, fl.47).

Decca e Carneiro mencionam escassez de fontes de consulta de modo a não conseguirem definir uma data de construção para a casa, pois não foram encontrados documentos no Arquivo Histórico Municipal que atestassem datas anteriores a 1902. A informação precisa foi a da compra da casa pelo curador de Yayá em 22 de agosto de 1925, ano firmado pelo estudo como o de sua mudança para a Major Diogo. Assumindo que “muita ficção se mistura com realidade, na vida de ‘Dona Yayá’” (PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 21955/82, fl.49), as historiadoras constroem um perfil baseado em matérias jornalísticas³² que se assemelha a um inventário da miríade de biografias de Sebastiana:

Mulher culta e avançada para as primeiras décadas do século, dominava vários idiomas, admirava as artes, tendo viajado inúmeras vezes para à Europa. Intelectuais e incentivadores dos movimentos artísticos de São Paulo chegaram a lhe oferecer um cartão em reconhecimento a sua atuação no campo das artes. Sua presença foi marcante em leilões e exposições de arte realizadas nas grandes mansões da Avenida Paulista, no começo do século. Em 1918, após seu retorno de uma viagem à Europa, segundo depoimento de Dona Ada Giannini Silva, moradora do Bexiga há 40 anos, ‘Dona Yayá’ teria ficado mentalmente ‘perturbada’, o que coincidiu com a perda trágica de seu único irmão legítimo (CONDEPHAAT PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 21955/82, fl.49).

Inegavelmente uma fonte histórica relevante. Para tanto os jornais precisam ter seu contexto de produção interpretado de forma que eles sejam entendidos antes como um documento de um tempo, de uma forma de ver o mundo, do que um reflexo do mundo em si, conforme já mencionamos. Maria Helena Capelato em *A imprensa na história do Brasil* (1994) explica que: “Um documento – o jornal, no caso – não pode ser estudado isoladamente, mas em relação com outras fontes que ampliem sua compreensão. Além disso é preciso considerar suas significações explícitas e implícitas (não manifestas). Cabe, pois, trabalhar dentro e fora dele”. (CAPELATO, 1994, p. 24). Mas essa articulação de fontes nem sempre é possível, ainda mais se elas forem

³² As reportagens citadas nas referências do levantamento são: ORNELLAS, F.A.: Juiz condena prefeitura a pagar indenizações pelas terras que desapropriou de Yayá Mello Freire. *Diário de Mogi*, 2º caderno, 20/10/1976; CUNHA, M.C. A casa de dona Yayá pode um dia virar museu. *Folha de São Paulo*, 06/09/1981; ORNELLAS, F.A. Há vinte anos morria Yayá e sua fortuna ia toda para a Usp. *Estado de São Paulo*, 06/09/1981; A CASA de Dona Yayá. *Jornal da Bela Vista*, 2ª quinzena de abril de 1982, nº96, ano VI, p.3.

escassas, conforme as historiadoras apontaram. Perguntamos também se o quadro de profissionais diminuto e o volume de processos relatados na pesquisa de Rodrigues (1994) também não influem na qualidade da produção desses pareceres.

Já com base em processos do Departamento de Patrimônio da Universidade de São Paulo, as autoras nos informam sobre a ocupação da casa após a morte de Sebastiana em 1961:

A Residência, após a morte de 'Dona Yayá', ficou ocupada por membros da família Mello Freire até 1978, sendo estes: Elisa Mello Freire, [sobrinha de Elisa Grant]; Oscar Mello Freire, irmão de Elisa; Maria de Lourdes Grant Freire, viúva aposentada, cunhada e prima de Elisa, Maria da Conceição, solteira e empregada de 'Dona Yayá' desde 1924 e Raimunda Isabel Galvão Fernandes, viúva do motorista de 'Yayá'. Após vistoria e requisição pela USP em 1978, o imóvel somente foi desocupado em 14/12/1980. (CONDEPHAAT PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 21955/82, fl.50-1).

Após esse período a Universidade recebeu duas propostas de uso, a de aluguel do imóvel pela Associação dos Servidores Civis do Brasil e de comodato pelo Museu Memória do Bixiga. Devido à legislação que versa sobre a administração dos bens vacantes da Universidade terem de obrigatoriamente gerar lucro, a cessão não pôde ser feita ao Museu.

Também utilizando os processos, as historiadoras descrevem os objetos encontrados:

No interior da residência foram então encontrados uma cristaleira Etagere, executada pelo Liceu de Artes e Ofícios, estilo néo-gótico Vitoriano, avaliada em 50.000,00; um piano francês, marca Henry Herz, Paris tipo armário do século XIX, avaliado em 100.000,00. Esses bens avaliados pelo Sr. Walter Guerreiro, representante do Museu Paulista, foram incorporados ao acervo deste museu. Além dos bens citados, havia ainda uma sala de jantar (mesa, 12 cadeiras e buffet), um fogão e um cofre marca Incombustible Systeme Bauche bte S.G.D.G. - g&H Banche Reins. Na ocasião foi sugerido que o fogão fosse dado à uma instituição de caridade e o cofre aproveitado nas dependências da Reitoria da USP. Foi também proposto que os demais móveis encontrados na casa empilhados em um dos quartos dos fundos do terreno, considerados sem valor comercial e em péssimo estado de conservação na ocasião, fossem entregues ao caminhão de lixo. (PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 21955/82, fl.51).

Informações sobre os objetos da casa também aparecem na reportagem de Maria Carneiro da Cunha (1981), *A casa de dona Yayá pode um dia virar museu*, onde é relatado que uma série de objetos foi deixada pela casa e pelo jardim e que esses vestígios foram documentados por estudantes de Pós Graduação em Museologia da Escola de Sociologia e Política envolvidos na criação do Museu do Bexiga. Cunha lista móveis antigas, peças de porcelana, roupas, fotografias, jornais antigos, retrato a óleo

e um pedaço de papel com versos que julgam ser de Yayá, pois continham o monograma “SMF”. A reportagem não menciona o destino desses itens.

O levantamento do Condephaat descreve também o estado de conservação da casa, considerado bom, apesar das alterações, e relata algumas características que não existem mais hoje, tais como os vidros ornamentados e lustres de cristal em alguns ambientes. Com base em Nestor Goulart Reis Filho em *Quadro da Arquitetura no Brasil* (1973) e Alice Canabrava, “As chácaras paulistanas” (1953), as historiadoras do processo indicam a faixa entre 1850 e 1900 como a de construção da casa e reforçam sua classificação como um exemplar de chácara. Sobre as alterações empreendidas em função de Yayá, elas descrevem:

À casa original foi acrescido um verdadeiro apartamento de três quartos e um solarium envidraçado de muros de 1.60m de altura, onde "Dona Yayá" viveu trancada sendo o acesso à ela facultado através de duas portas que continham pequenas janelas. As camas eram fixadas ao solo com cimento e as luzes eram protegidas por telas de arame, sendo as paredes almofadadas. (PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 21955/82, fl.55).

Essas alterações estão entre aquelas que descaracterizaram o exemplar de chácara identificado, pois logo a seguir elas também enumeram a perda significativa de área de jardim pela construção do viaduto Júlio de Mesquita Filho e a pintura externa e interna da casa, aparentemente sem autorização, feita pela Associação dos Servidores Civis do Brasil. Contudo, elas concluem seu parecer favorável ao tombamento, ressaltando que a casa “reúne todas as condições para vir a ser ocupada por **uma instituição cultural condizente com a sua importância estética e histórica** [grifo das autoras] para a configuração do atual espaço do Bexiga, atendendo aos interesses prioritários da comunidade.” (CONDEPHAAT PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 21955/82, fl.56).

O processo é então encaminhado para a arquiteta Maria Lucia Pinheiro que realizou o levantamento detalhado de dados arquitetônicos para o tombamento, tais como técnicas de construção, elementos estéticos e estado de conservação do imóvel. Pinheiro reforça a classificação tipológica da casa como remanescente de chácara, listando materiais de construção, suas aplicações e mão de obra empregada, indicada como sendo a dos mestres de obra italianos da segunda metade do século XX. Mesmo assinalando diversas características formais que enquadram a casa numa tipologia específica, a arquiteta se põe favorável à manutenção do imóvel em sua totalidade:

É preciso acrescentar que todas as reformas por que passou a "Casa de Dona Yayá", em vez de descaracterizar o edifício, fazem parte

integrante do mesmo, tal a ligação existente entre as alterações construtivas e a história da edificação. Assim considero que todas as mudanças na planta original da mesma devem ser mantidas e integradas num eventual projeto de revitalização para o edifício[...]. (PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 21955/82, fl.78).

Em 6 de agosto de 1982 o processo é encaminhado para análise do conselheiro e diretor regional do Iphan, Antonio Luis Dias de Andrade e extraviado em seguida, ficando parado por quinze anos. Nesse período, o contrato de aluguel da USP com a Associação dos Servidores Civis do Brasil foi encerrado e a casa fica desocupada até a criação da Comissão do Patrimônio Cultural (CPC), órgão da Universidade que passa a conduzir estudos próprios sobre o imóvel no final da década de 1980, contando com a consultoria de Antonio Luis Dias de Andrade e da arquiteta da FAU Regina Tirello³³. É solicitado um levantamento histórico independente para a historiadora Marly Rodrigues, também técnica do Condephaat, em 1988 e é essa pesquisa que ela anexa ao processo quando o recupera, no final de 1997, nos informando que esse texto seria publicado em breve pela CPC, da qual ela também participou através da Comissão Especial (CE) Casa de Dona Yayá entre 1995 e 1997.

O levantamento de Rodrigues, publicado nos Cadernos CPC como “A casa de Dona Yayá³⁴”, avançou os estudos anteriores presentes no processo de tombamento, ao compor um perfil menos fantasioso e mais sólido de Sebastiana e ao descrever os períodos de transformação da casa com mais precisão. Ao identificar uma camada arquitetônica ainda mais antiga do que as até então descritas, ao trazer biografias e atribuir sentido às modificações, Rodrigues se coloca contra o tombamento com o partido de restauro limitado a uma residência original: “Do ponto de vista formal, a Casa de D. Yayá não se destaca, pois se trata de um exemplar de residência com características neoclássicas, estilo bastante difundido na cidade de São Paulo, no início do século e do qual ainda temos inúmeros remanescentes.” (PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 21955/82, fl.100).

Apoiando-se em entrevistas, processos jurídicos e localizando escrituras e registros de imóveis e obras, a contextualização histórica construída sustenta um partido de uso e restauro do imóvel que mantivesse todas as camadas arquitetônicas:

A propriedade da R. Major Diogo 353, portanto, constitui um documento material da transformação da cidade em metrópole. Lugar de memória da urbanização de São Paulo, a Casa de D. Yayá assume ainda maior importância se observada como lugar de memória dos fazeres sociais sobre a loucura. E sob este ângulo que ela apresenta

³³ Conforme descrito na ata de reunião da CPC de 9 de junho de 1988, presente nos arquivos do CPC-Usp.

³⁴ LOURENÇO, Maria Cecília França (Org.). A casa de Dona Yayá. Edusp, 1999.

um profundo significado cultural e ocupa um lugar no imaginário dos moradores do bairro, o que também justifica o seu tombamento” (PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 21955/82, fl.100).

No final de seu levantamento, Rodrigues traz informações a respeito dos trabalhos da CPC para arrecadar verbas para obras na casa e também questões acerca do partido de restauro presentes nas discussões da Comissão Especial, onde “manifestou-se a tendência de se adotar um partido de restauro que devolva à Casa de Yayá ‘sua forma primitiva’.” (PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 21955/82, fl.102). Ela questiona o significado dessa forma primitiva, uma vez que as transformações imprimiram diferentes tempos na casa, e também a validade de se optar pelo restauro de um estilo arquitetônico com muitos exemplares, como já mencionado. Ela conclui:

De fato, o que está em questão é que memória o projeto de restauro pretende preservar e qual a importância social desta memória. Parece-me que estamos diante de uma oportunidade única, a de preservar parte da memória social da loucura o que, como esta, também assusta e nem sempre segue as regras de estética condizentes com o gosto médio. (PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 21955/82, fl.102-3).

Rodrigues reforça sua defesa à manutenção da “memória da loucura” na casa de forma contundente, uma vez que nem a contextualização histórica, por mais completa que pudesse ser naquele momento, poderia até garantir o tombamento, mas não necessariamente a integridade do imóvel. Como vimos, no curso do processo há pareceres opostos e essa divisão também é significativa na CPC e na Comissão Especial, que aos poucos ocupava a casa nos idos dos anos 1990.

A Comissão Especial é consolidada com a Portaria GR n.º 2965 de 15 de setembro de 1995 da Reitoria da USP e alterada meses depois, onde se incluiu um docente representante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo no grupo já composto por: um representante da Comissão de Patrimônio Cultural, um arquiteto representante do Fundo de Construção da USP (Fundusp), um representante do Condephaat, um representante da Sociedade de Defesa das Tradições e Progresso da Bela Vista e um representante da comunidade USP. Inicialmente, a Comissão Especial foi formada por José Sebastião Witter, José Costa de Oliveira Filho, Marly Rodrigues, Walter Taverna, Diva Benevides Pinho e Maria Lucia Bressan Pinheiro.

Ainda não oficializada, a CE define algumas de suas atividades em ata de reunião realizada em 21 de junho de 1995, e entre elas, a de viabilizar ações mínimas de manutenção e restauro do imóvel para que se pudesse utilizar o espaço com segurança “no sentido de obter credibilidade, sensibilizar e mobilizar a população local.” A proposta de uso cultural discutida naquele momento era a de aproximar a USP da comunidade do bairro de modo a criar um polo cultural diversificado e alinhar as práticas

com as teorias patrimonialistas, vistas como indissociáveis do exercício pleno de cidadania.

Sem dúvida, a CPC e a CE trabalharam intensamente no sentido de viabilizar condições mínimas de uso e permanência da casa, inclusive recebendo e analisando propostas culturais de terceiros, mas mesmo um ano depois do início do trabalho da CE ainda não havia um partido de restauro definido. A ata da 83ª sessão da CPC, de 24 de junho de 1996, registrou o pedido da Comissão para que encaminhasse a resolução desse assunto:

A CE deverá resolver qual o partido de restauro a ser adotado (presídio, casa de chácara ou condição feminina) para que não haja conflito com o uso que a faça a extroversão do patrimônio, sendo a USP protagonista do que oferece.

Em reunião realizada no dia seguinte, a Comissão Especial, sem a presença de Marly Rodrigues, se apresentou a favor da restauração do imóvel que privilegiasse seu “aspecto arquitetônico enquanto remanescente de casa de chácara no entorno de São Paulo”, conforme consta na ata, o que acarretaria na eliminação do solário, ainda que se mantivessem os aposentos de Yayá e nele se vislumbrasse uma exposição permanente sobre ela. Sobre as pinturas murais, elas “deveriam ser incorporadas ao projeto de uso e podem ser didaticamente aproveitadas, por exemplo, com a aposição de textos explicativos sobre suas características de época, técnicas etc.”.

No mesmo dia a historiadora entrou em contato com a Comissão expressando por telefone sua opinião contrária à demolição do solário e, meses depois, enviou uma carta a Diva Benevides Pinho, então coordenadora da CPC, em 19 de agosto de 1996. Na carta, anexada ao processo de tombamento com o estudo, Rodrigues classifica a decisão da Comissão como “lamentável” e reiterou seus argumentos baseados em sua prospecção histórica, solicitando que a carta seja de conhecimento dos outros membros. Ela ressalta que as discussões acerca do patrimônio estão cada vez mais complexas,

uma vez que os edifícios passaram a ser considerados não apenas como objetos arquitetônicos, mas como parte da cultura material de uma sociedade e assim, representam valores e significados múltiplos que se transformam e sobrepõe com o decorrer do tempo e com a diversidade presente na sociedade. (PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 21955/82, fl.108).

Assim, ao privilegiar valores estéticos e arquitetônicos em sobreposição do valor histórico social,

cria-se um tempo para o edifício restaurado, em geral o de seu passado mais remoto, e ele passa a ser visto pelos observadores como uma coisa daquele tempo, destacado, porém estranho, não integrado ao presente, pois lhe foi extraída a historicidade, aquilo que, como as

rugos do rosto, mostra que um artefato foi testemunha de muitos tempos e por eles foi sendo moldado. (PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 21955/82, fl.109).

Rodrigues chama atenção para o fato de que as modificações empreendidas na casa no começo do 1900 a transformaram de casa de chácara em casa urbana, fator que a iguala a outras já conservadas na cidade de São Paulo. Além disso, suas diferentes camadas não poderiam ser de todo desvencilhadas, uma vez que eram sobrepostas – a estrutura do chalé foi incorporada à casa, por exemplo – e isso acontecendo implicaria na “possibilidade de falsear a história do edifício.” (PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 21955/82, fl.109).

Do ponto de vista arquitetônico, a Casa de D. Yayá não se destaca de inúmeras outras da mesma época que existiram ou resistem em São Paulo, não havendo nada que justifique cuidados especiais em relação a este aspecto, a não ser o respeito por um artefato da cultura material porque ele é representação de diversas relações entre seres sociais, incluídas as necessárias para produzi-lo arquitetonicamente. O que a destaca é haver servido de manicômio particular, portanto, o que a destaca é o fato de representar a forma pela qual a ciência médica tratava a loucura e uma parte da sociedade procedia em relação à ela, entre o final do século passado e meados deste [...]. (PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 21955/82, fl.110).

Rodrigues conclui:

A possível dessacralização do objeto arquitetônico representado pela manutenção do solarium traria ganhos para a consciência do observador pois a história materializada nesta casa, se mostraria mais humana, mais cheia de contradições, mais próxima do que ele pode perceber e não de um cenário preparado para uma idealização nostálgica do passado como um tempo belo e distante. (PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 21955/82, fl.111).

De todo modo, a CPC tinha pressa em realizar as obras de reparo emergencial e envia um pedido de autorização para tanto ao Condephaat alguns meses depois, sublinhando os esforços da Comissão em viabilizar o uso efetivo da casa. No ofício não menciona nenhum partido de restauro, mas seu anexo, uma requisição de verbas enviada ao Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), justifica a viabilidade do projeto porque: “É unânime a opinião que se trata de raro remanescente de antiga chácara urbana da capital paulista, com a vantagem de estar localizada em um bairro de vocação gastronômica e artística”. (PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 21955/82, fl.117).

A questão do partido de restauro se prolonga para o ano seguinte. Em ata da sessão da CPC de 20 de janeiro de 1997 o colegiado discorreu sobre a escolha da proposta de restauração que seria “Casa de Chácara” ou “Casa da Louca”, uma indefinição que atrasava as obras, pois não se tinha uma guia dos limites das

intervenções. Na sessão do mês seguinte, em 4 de fevereiro de 1997, o questionamento se arrastou entre “ênfase do restauro no aspecto arquitetônico ou na questão da loucura”, como se fossem elementos heterogêneos.

É o próprio Condephaat que acaba por definir a questão. No final de 1997 o conselheiro relator Edgar de Assis Carvalho elabora um estudo de tombamento em que entende que “o processo como um todo exhibe a indissociabilidade da relação entre aspectos materiais e imateriais que se encontram presentes em qualquer bem simbólico”. (PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 21955/82, fl.130). Carvalho pontua que:

os trabalhos da referida Comissão pretendiam imprimir uma “ideologia” ao restauro, que devolvesse à casa “sua forma primitiva”. À pg. 102 [do processo], questiona a historiadora [Marly Rodrigues] “que memória o projeto de restauro pretende preservar e qual a importância social desta memória”. Em suas palavras, que endosso integralmente, encontra-se enfatizado que qualquer projeto de restauro deverá incorporar as intervenções realizadas na casa, com destaques para o jardim de inverno e o solário, construídos em 1952, que tinham como objetivo ampliar o universo simbólico-comunicacional de Yayá. (PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 21955/82, fl.130).

Em 26 de janeiro de 1998 o conselho do órgão aprovou por unanimidade o parecer de Carvalho e enfim a aprovação do tombamento foi concretizada com a Resolução 37 de 2 de abril de 1998³⁵, onde se lê em seu Artigo 1º:

Fica tombado como um bem de importância cultural e histórica para a cidade de São Paulo a residência situada na Rua Major Diogo nº 353, nesta Capital, destacando-se que as obras de restauro que vierem a ser realizadas no referido bem não poderão subtrair os testemunhos materiais que o tornaram abrigo de uma doente mental, sua antiga proprietária. Procura-se assim manter esta casa como representação de uma das formas da sociedade tratar a loucura no início do século XX. (PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 21955/82, fl.135).

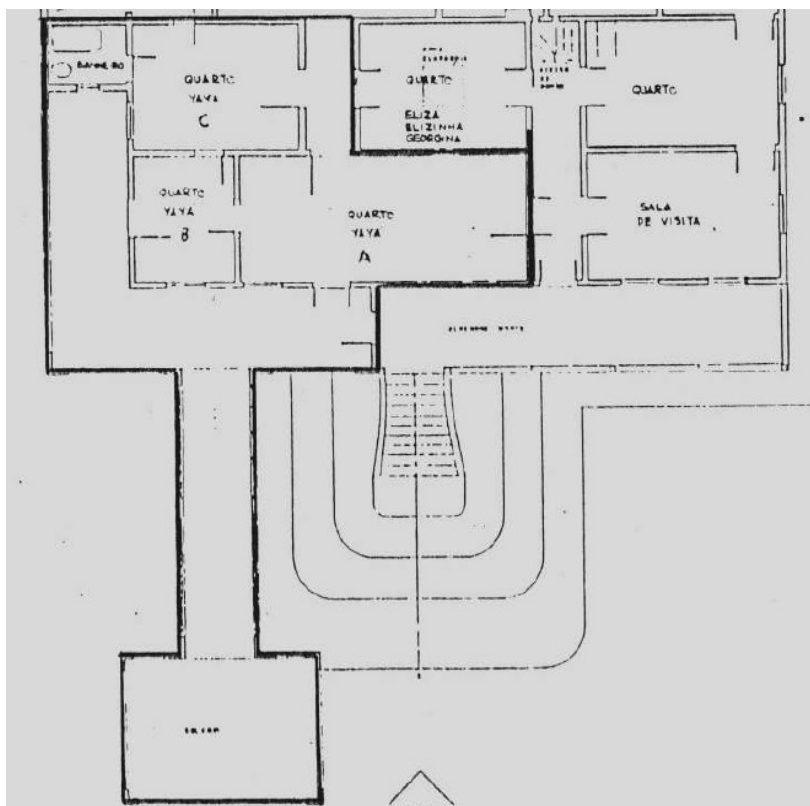
Em maio do ano seguinte, Marly Rodrigues solicitou alteração da redação da Resolução inserindo mais dois artigos, sugestão aceita pelo colegiado em sessão de 14 de setembro de 1999. A minuta encaminhada à Secretaria de Cultura planejava definir quais seriam esses “testemunhos materiais” e prevenir quaisquer tensionamentos à resolução. Seriam elas:

Artigo 2º: A proteção incide sobre o total da residência, edificação e jardins, e, em particular, sobre os elementos que expressam especialmente as formas sociais de tratamento da loucura durante a primeira metade do século XX, compreendendo as dependências destinadas à reclusão domiciliar de Yayá, segundo planta baixa anexa: quartos A,B,C; banheiro; parte do alpendre; solarium.

³⁵ Publicada no Diário Oficial do Estado de 4 de abril de 1998, p. 70.

Artigo 3º A proteção se estende a todos os elementos de composição arquitetônica das dependências destinadas à reclusão domiciliar de D. Yayá: portas, janelas, pisos, pintura e peças sanitárias, uma vez que estes faziam parte do tratamento e dos cuidados com a manutenção da integridade física da paciente. (PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 21955/82, fl.140-1).

Figura 21 – Recorte da planta baixa da Casa da Dona Yayá com destaque para os quartos mencionados por Rodrigues



Fonte: (PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 21955/82, fl.140-1).

O processo de tombamento da Casa de Dona Yayá apresenta discordâncias na tratativa do patrimônio cultural sobretudo decorrentes da dificuldade em se tratar memórias difíceis como a memória da loucura. O levantamento histórico e os posicionamentos de Rodrigues construíram base para argumentação da defesa da manutenção da integralidade da casa, jogando com sentimentos de pertencimento e noções de responsabilidade histórica. Ao perguntar qual memória se quer privilegiar, a historiadora parece repetir a pergunta feita no início de sua tese, *Alegorias do Passado*: “Instituído [o patrimônio] pelo Estado como representação do ‘passado de todos’, com o qual poucos se identificam, a quem atende o patrimônio?” (RODRIGUES, 1994, p.17).

Sabendo lidar com as dinâmicas burocráticas das práticas preservacionistas e tendo a expertise da pesquisa histórica, Rodrigues pôde se movimentar nessas dinâmicas e fixar seus argumentos para conseguir viabilizar o tombamento com a

garantia da manutenção da memória dissonante, firmada na figura de Sebastiana Freire. Prática que se aproxima da teoria que ela mesma articula:

Para atender à possibilidade de construção da memória coletiva e das identidades particulares, reivindicação cada vez mais presente na sociedade contemporânea, a ação preservacionista precisaria pautar-se por estratégias capazes de captar símbolos denotadores de sentidos não registrados pela história, mas provavelmente ainda presentes entre os grupos sociais e nos espaços, de modo a tornar o patrimônio um lugar da memória social, propiciador de reflexões sobre a diferença, o outro, o conflito e a resistência, elementos constantes na ininterrupta luta pelos direitos de cidadania. (RODRIGUES, 1994, p.163)

Ainda assim, a minuta da alteração da resolução, que integra o processo de tombamento, não foi encaminhada pela Secretaria Estadual de Cultura. O trabalho em função da fixação da memória de Sebastiana Freire na Casa e de sua relevância sobre as demais tipologias arquitetônicas identificadas – chalé, chácara – é operação conceitual e política, exercício acadêmico e burocrático desempenhado em um contexto de posicionamentos intensos e conjunturas desafiadoras. A não publicação da nova redação da resolução pode ter diferentes entendimentos, todos relacionados com interpretações conceituais acerca do patrimônio e seu tratamento que imprimem diferentes abordagens das ferramentas legais disponíveis, fator abordado por Denise Araújo (2021) na tese “Na fronteira entre o material e o imaterial: o tombamento e a proteção dos bens culturais”.

Araújo (2021) analisou as ferramentas de tombamento e registro revisando sua historicidade, as mobilizações em torno da redação e instituição das legislações pertinentes e suas regulamentações. Comparando nossa legislação patrimonial nacional com a de outros países, como a Itália, França e Argentina, a autora estabelece que a conceituação do que é o patrimônio/referência cultural incide sobre a indissociabilidade dos âmbitos material e imaterial, característica reconhecida pela Constituição, mas que foi operacionalizada em dois dispositivos de preservação diferentes, o tombamento – para bens culturais materiais – e o registro/inventário – para bens imateriais. Araújo parte dessas diferenças para problematizar as distâncias entre a redação/intenção das leis e sua real aplicação.

A autora aponta que o registro adiciona um elemento essencial para a manutenção da preservação do patrimônio imaterial institucionalizado que é a criação de um plano de salvaguarda, submetido a uma série de instrumentos regulatórios anteriores articulados em função das particularidades da referência cultural em questão que viabilizam políticas públicas de fomento financeiro para garantir essa preservação a longo prazo, o que não acontece com o tombamento. O registro ainda reconhece a mutabilidade do patrimônio imaterial ao longo do tempo e as dinâmicas sociais que o

transformam, fator quase inexistente no tombamento, mesmo que este preveja contextos de “mutabilidade mínima ou controlada” (ARAÚJO, 2021, p. 227).

Por isso o registro é visto comumente como um recurso abaixo do tombamento, pois além da maleabilidade, não implica na criação de responsabilidades como acontece quando da publicação de uma resolução de tombamento, norma jurídica que regulamenta a preservação de determinado bem cultural sob a orientação da lei pertinente. Em suma, Araújo (2021) propõe que a análise de qual instrumento jurídico é mais adequado para preservação de determinada referência cultural se baseie nos efeitos preservacionistas desejados e não na conceituação dessa referência, operação por vezes arbitrária. Nesse sentido o tombamento, ainda segundo a autora, se tornou sinônimo de patrimônio cultural no Brasil,

Com esta afirmação, procuro fazer associação a dois tipos de ação existentes no Direito: as ações declaratórias e as constitutivas. As primeiras, como o nome indica, têm por objetivo apenas declarar, afirmar algo que já existe. A característica declaratória ao tombamento seria o equivalente a dizer que o bem possui um valor imanente, próprio, sendo apenas descoberto e revelado pelo técnico, que o declara. Dentro deste sentido, ao naturalizar-se a categoria patrimônio, caberia aos técnicos, notáveis especialistas detentores do conhecimento, revelar às pessoas comuns o patrimônio nacional. Por outro lado, sendo constitutivo, o tombamento vale como um instrumento de criação, propriamente de constituição, onde se reconhece que sobre aquele bem foram atribuídos valores e qualificações que transformam um bem qualquer em patrimônio cultural; por ele, o bem torna-se patrimônio cultural. Esta é, precisamente, a forma como hoje se tem entendido o patrimônio principalmente no meio acadêmico; trata-se da compreensão do patrimônio como uma categoria construída. (ARAÚJO, 2021, p. 70).

Partir da conceituação do patrimônio cultural para escolher a melhor ferramenta jurídica para seu tratamento é um fator que muitas vezes implica em maus usos dos instrumentos em operações identificadas pela autora como 1) Seleção/fragmentação: onde há o destaque de partes de um todo a serem preservadas, ação eficaz do ponto de vista da regulamentação, mas que pode contrariar instruções de Cartas patrimoniais e produzir um bem cultural fragmentado do ponto de vista da autenticidade (ARAÚJO, 2021, p. 262); 2) Inversão: tombamento utilizado como instrumento de preservação de uma referência cultural imaterial, como no caso do tombamento do Teatro Oficina e na posterior mobilização de sentidos ligados às expressões do corpo para fundamentar uma ação preservacionista mais maleável frente às demandas internas de alteração do espaço (ARAÚJO, 2021, p. 248) e 3) Desmaterialização: quando o tombamento não implica na imutabilidade do bem preservado, como no caso do tombamento do Estádio do Maracanã, inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, fator que permitiu a demolição da marquise uma vez que o tombamento incidiu sobre a prática cultural feita no estádio e não em sua materialidade (ARAÚJO, 2021, p. 249).

Essas interpretações dos dispositivos que podem criar áreas de “insegurança jurídica” que, conforme Araújo (2021) explica, resultam da ausência de um instrumento adequado de preservação, em casos onde as dimensões material e imaterial de um bem cultural não são conceitualmente definidas com a crença na ineficácia do registro – o que leva ao desejo de preservação do bem sem a reflexão dos efeitos reais do tombamento (ARAÚJO, 2021, p. 271) – e da falta de dispositivos auxiliares, que pode tornar os instrumentos jurídicos inócuos.

Araújo (2021) então indica que o problema não reside na ferramenta do tombamento, mas na falta de estruturas jurídicas em outras esferas que o compoem, como por exemplo o plano diretor, no âmbito municipal, que poderia incorporar a questão patrimonial como parte da gestão das cidades. Obrigatório para as cidades com mais de 20 mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas, de áreas turísticas, áreas com empreendimentos de alto impacto ambiental e áreas de risco ambiental, conforme lei 10257/2001, A autora indica que muitas que se enquadram na obrigatoriedade não têm um plano feito e quando ele existe, é comum a exclusão da questão patrimonial. Outro entrave estrutural identificado é a falta de “federalismo cooperativo” (ARAÚJO, 2021, p. 269) na formulação de políticas públicas de cultura, onde é mais comum que os órgãos de preservação trabalhem em conjunto apenas na afirmação de conceitos culturais e valoração (por meio dos *tombamentos ex officio*, por exemplo).

o IPHAN teve (e tem) um papel central na orientação e pré-fixação de conceitos; trata-se de uma ‘jurisprudência administrativa’ que certamente, dado seu caráter técnico, alimenta as decisões judiciais. Exemplo disso foi o conceito de visibilidade, vizinhança e ambiência, desenhado no órgão e posteriormente absorvido pelos tribunais. Há, ainda, as interpretações que se dão no corpo social, e que se cristalizam nas demandas feitas aos órgãos de proteção [...]. (ARAÚJO, 2021, p. 271).

Araújo (2021) traz a dimensão legal de uma questão que aqui tratamos sob o ponto de vista teórico-metodológico da Museologia, divisão disciplinar, operacional, mas que na prática é impossível pelo caráter interdisciplinar do campo museológico (GUARNIERI, 1981) e sobretudo porque o campo se faz por meio de políticas públicas de cultura, por meio da legislação e do estabelecimento de marcos legais que garantem a efetividade de suas práticas junto à sociedade e o direito desta de acesso à memória.

O processo de tombamento da Casa de Dona Yayá nos traz informações a respeito da construção da valoração desse bem cultural, operação que carrega diferentes discursos patrimoniais (GONÇALVES, 2002) cheios de tensões inerentes à construção valorativa do patrimônio cultural e do movimento necessário para cobrir as áreas de insegurança jurídica, como apontou Araújo (2021). Por trás do instrumento legal há um trabalho intenso de técnicos da área de preservação e também a forte

mobilização popular que agita esses processos, o que pode ser notado pelos valores mobilizados nas análises técnicas e também na redação da resolução, ambas estratégias narrativas que informam tanto por seu conteúdo como por suas omissões. José Reginaldo Gonçalves (2002) fala de “discursos patrimoniais” organizados em dois eixos narrativos, o da monumentalidade e o do cotidiano.

A abordagem da monumentalidade entende passado, presente e futuro como um *continuum* cadenciado pela tradição. As referências patrimoniais funcionam como marcos de uniformização cultural uma vez que todos sob um mesmo território passam a possuir uma mesma história contada pelos vestígios do passado, perspectiva percebida na adoção da Casa enquanto um remanescente de chácara. A abordagem do cotidiano vê o passado como referência, mas o presente como campo de pluralidade de memórias e vivências. Ainda que guarde um potencial igualmente uniformizador, nessa estratégia discursiva são permitidas outras referências culturais para além do patrimônio imóvel e outros discursos além do nacionalista (GONÇALVES, 2002).

Sendo o patrimônio uma construção e não um dado, Gonçalves (2002) propõe então considerar todo discurso como arbitrário. Uma vez que não partem de qualquer princípio universal, os discursos patrimoniais podem ser modificados e até abolidos em função da eleição do patrimônio cultural como categoria de pensamento (GONÇALVES, 2009). No mesmo sentido, Araújo (2021) coloca que avaliar e descrever o desenvolvimento das leis de preservação cultural é insuficiente, sendo preciso analisar também os “pontos de contato” entre a prescrição e a realidade a que se pretende aplicá-la (ARAÚJO, 2021, p. 78). Assim, analisados seus efeitos na realidade, é onde a musealização pode atuar de forma efetiva para aumentar tais pontos de contato.

3.2 Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo

O Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo é um órgão subordinado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP e que foi criado em 2002. Ele tem origem na Comissão de Patrimônio Cultural, grupo de trabalho instituído pela portaria em 1986. A Comissão foi fundada a partir da mobilização do professor da FAU-USP Nestor Goulart Reis Filho a partir de uma demanda de sensibilização do Conselho Universitário sobre a questão do patrimônio cultural da Universidade. De sua instituição até 2002 a Comissão atuou junto a órgãos da USP e instituições de preservação como o Condephaat e o IPHAN-SP gerindo bens patrimoniais como a Casa de Dona Yayá, a FAU Maranhão e o Engenho dos Erasmos, além de fornecer assessoria em

intervenções prediais, projetos de restauração e conservação e aquisição de acervos móveis e imóveis para a comunidade USP.

Em 2004 o CPC-USP foi transferido de uma sala na Reitoria, na Cidade Universitária, para a Casa de Dona Yayá, no bairro do Bexiga, mudança logística que redirecionou os trabalhos do órgão à programação cultural, às questões do bairro, da Educação Patrimonial e, de modo intermitente, à memória de Sebastiana Freire. A falta de recursos humanos, a escassez financeira são limitações perenes à história do CPC-USP desde sua fundação como Comissão, fatores que junto dos desafios no desenvolvimento de projetos de restauro e uso qualificado de bens patrimoniais da Universidade imprimiu determinado vigor à ação do CPC nas suas primeiras décadas. Os documentos consultados registraram essa intensa movimentação que foi também um empenho para consolidar e legitimar a existência do órgão junto à USP.

Hoje já consolidado, porém enfrentando questões estruturais perenes, o CPC-USP é um órgão ímpar na estrutura da USP, e das outras universidades estaduais públicas, pois ele não é um centro de memória, ainda que seja responsável por “colaborar na identificação, preservação, valorização e extroversão dos bens culturais da USP” e também não é um museu, ainda que produza e sedie exposições, além de ser responsável pela manutenção da Casa de Dona Yayá. O CPC-USP promove “ações e reflexões sobre o campo do patrimônio cultural”, mas não é uma unidade de ensino, ainda que colabore, junto dos museus estatutários, na formação acadêmica patrimonial da comunidade USP, disciplina ausente nas grades dos cursos de ciências humanas da Universidade.

Para essa seção, consultamos os arquivos em três dias não consecutivos de pesquisa em junho de 2022 em um conjunto documental físico, organizado por temas e/ou ordem cronológica e distribuído em pastas e caixas-arquivo distribuídas em três salas administrativas e também na rede informatizada do órgão, onde os arquivos digitais são organizados cronologicamente e por temas e eixos de trabalho. Não há um sistema de organização documental implementado além de poucas regras em comum para nomeação e localização básica dos arquivos digitais, parâmetros simples para o funcionamento das rotinas de trabalho. Importante frisar que o CPC-USP tem parte de seu acervo sob a guarda do Arquivo Geral da USP (AG-USP), documentos iconográficos e arquitetônicos referentes às publicações e atividades de restauro feitas pelo Canteiro Escola e que também não passaram por tratamento arquivístico.

Consultamos no AG-USP documentos relativos à Comissão e que hoje são classificados como processos administrativos de caráter permanente no acervo documental da Reitoria e Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, processos referentes à

ocupação e projeto de restauração da Casa de Dona Yayá, onde encontramos atas e relatórios que complementaram nossa pesquisa.

Tirando a perecibilidade inerente a qualquer trabalho acadêmico, não foi nossa intenção trazer detalhes sobre a constituição do CPC-USP, de forma que os documentos consultados atenderam nossa análise geral. Ainda assim, é importante registrar a observação de que um tratamento documental adequado se faz pertinente para atender com propriedade a qualquer solicitação de pesquisa e também para a conscientização dos trabalhadores do órgão, funcionários USP e estagiários, que conhecem os relatos, mas não têm meios de apropriação devida desse passado por conta própria.

Por fim, sob um ponto de vista de gestão, a organização documental oferece aporte necessário para o desenvolvimento de diagnósticos, planejamentos e mapeamento de ações já realizadas, meio de economia de tempo e recursos humanos que não são desperdiçados em atividades novas que já foram realizadas no passado, por exemplo. Vale notar a necessidade de uma análise complexa da atuação do CPC-USP para trabalhos futuros, sobretudo aqueles que, considerando a vocação do órgão como um espaço aberto de formação e discussão sobre as questões do patrimônio cultural, intentarem fornecer subsídios para sustentar maior independência do órgão na estrutura da Universidade.

A seguir faremos um panorama limitado da estrutura onde esse órgão se encontra, a Universidade, para então adentrar no histórico de sua constituição em si e em atuação na preservação da Casa de Dona Yayá.

Pela perspectiva de Glauber Biazo (2014), a Universidade de São Paulo foi criada no contexto da derrota das classes dominantes paulistas frente ao golpe varguista de 1930, fator considerado como determinante para a formação da identidade da instituição. Considerando a perda da hegemonia paulista na dinâmica política do país, a USP emerge como meio de restaurar esse domínio através da formação de quadros técnicos para compor um arcabouço político e cultural capaz de superar o atraso social do Brasil. Nesse sentido, imagens do bandeirantismo, do pioneirismo enquanto característica intrínseca aos paulistas que eram mobilizados pela intelectualidade paulista desde a década de 1920, foram canalizados na execução do projeto da USP, centro onde se formaria a vanguarda que lideraria a mudança do país, como coloca Biazo.

o projeto de uma universidade para São Paulo estava inserido nas concepções da Escola Nova que, por sua vez, estabelecia que o ensino primário deveria atender às massas e o secundário às classes médias,

enquanto caberia à universidade filtrar e preparar as elites para a condução do país. (BIAZO, 2014, p.42)

Com o passar das décadas, o projeto uspiano de pioneirismo foi em partes modificado pelas demandas dos movimentos estudantis universitários e também por docentes compromissados em entender o Brasil, mas por um viés crítico desse bandeirantismo. Contudo, a existência de uma comissão de inquérito ligada à reitoria para apurar tendências comunistas dentro da universidade durante o período da ditadura civil militar (BIAZO, 2014, p.78-9), por exemplo, indica um vínculo institucional com um ideal específico de nação e nos assinala a tensão política existente na Universidade. Tensão que cresceu também por conta das reformas educacionais, em especial a de 1968, que impuseram transformações profundas na instituição.

a Lei 5540/68 impôs reformas que tinham por objetivo aperfeiçoar economicamente a universidade e sintonizar sua estrutura administrativa a novas perspectivas pedagógicas que priorizavam exigências externas atreladas à produção industrial e ao desenvolvimento econômico orquestrado pelos militares. A extinção da antiga Faculdade de Filosofia enquanto um complexo interdisciplinar responsável pela formação básica humanista [por exemplo], a criação de cursos de curta duração e, até mesmo, o fim da cátedra – que, por motivos diversos, também era uma reivindicação presente na pauta do movimento estudantil –, faziam parte de um projeto que circunscrevia as universidades à lógica da aplicação de recursos em educação mediante a maximização de resultados economicamente viáveis. (BIAZO, 2014, p.49).

A qualificação básica para entrada no mercado de trabalho e a consequente perda da educação clássica veio acompanhada da racionalização dos mecanismos de carreira pública, como os vestibulares e concursos, baseados no mérito e produtividade. Essas medidas se inseriam num contexto maior de divisão internacional do trabalho, onde os parâmetros estadunidenses de produtividade e racionalidade se tornaram modelo a ser copiado como receita de modernização. Em resumo, a alteração da FFLC para FFLCH criou um complexo interdisciplinar para formações especializadas visando a maximização de resultados com o menor gasto possível, configuração que se observa com regularidade até o presente. As métricas de produção são parâmetros para um trabalho qualitativo, o que por vezes leva a decisões burocráticas arbitrárias de extinção de departamentos, redução de verbas etc.

Sobretudo ambiente de formação técnica, intelectual, social etc., a Universidade passa a ser cada vez mais um ambiente de competição e produção quantitativa com a máxima redução de lucros possível, o que foi explicitado na matéria “Pesquisa da USP mostra que ¼ dos docentes nada produz” (FROMER, 1988). A divulgação de nomes de acadêmicos que não publicaram entre os anos de 1985 e 1986 ficou conhecida como “lista dos improdutivos” e é hoje um dos mais significativos documentos acerca do senso

comum – e do reforço a essa desinformação – sobre parâmetros de produtividade acadêmica. Os dados foram levantados pela própria Reitoria da Universidade e considerou publicações em artigos, jornais, livros; patentes; produção artística e participação de eventos, considerados pela reportagem como critérios condescendentes de análise (FROMER, 1988).

O tom acusatório da matéria, que fala de professores universitários que podem receber salários altos mesmo sendo classificados como ociosos, é reforçada pelos editoriais seguintes, “Produção norteia avaliação no mundo desenvolvido” (LEITE, 1988), onde a quantidade de citações de um determinado acadêmico é equiparada à qualidade e relevância de seu trabalho, e “Nos EUA, acadêmico que não publica está morto” (FRANCIS, 1988). Essa “reportagem especial”, está envolta por pequenas colunas com declarações de alguns dos nominados na lista, e o que poderia servir de contraponto, se torna subsídio para as acusações e reforça a ideia de anacronismo técnico em que esses profissionais se encontram.

Marilena Chauí (2014) cita esse episódio em *A ideologia da competência* e resume assim a lógica presente na Universidade – e na sociedade – naquele momento:

Qual o sentido da universidade administrada que resulta das reformas no período da ditadura? Uma universidade organizada segundo o modelo fordista, dirigida por administradores competentes que não são escolhidos pela comunidade universitária, mas designados por grupos econômicos e políticos no controle do Estado. A comunidade universitária, por sua vez, assim como os trabalhadores na indústria fordista, passa a ser controlada para executar as diretrizes de produção cultural definidas pelos administradores competentes. Uma universidade que não forma sujeitos reflexivos, capazes de exercer sua liberdade de pensamento e ação, mas mão de obra qualificada pela assimilação de conhecimentos técnicos a serem oferecidos no mercado de trabalho. A universidade passa a ser administrada para formar profissionais competentes e um exército de reserva de supostos incompetentes lutando pelo “reconhecimento” de suas competências. (CHAUÍ, 2014, posição 32-38)

Nesse cenário de tecnificação e especialização da formação acadêmica, têm-se como um dos produtos o enaltecimento dos resultados numéricos em detrimento dos resultados qualitativos, de modo que a responsabilidade ética se perde em meio a burocratização (CHAUÍ, 2014). Se torna de todos e ao mesmo tempo de ninguém, o que cria um mecanismo de culpabilização dos indivíduos – que se tornam peças substituíveis na engrenagem – invés da análise crítica e contextualizada dessa estrutura limitante.

Continuando no nosso exemplo, a transferência da FFLC para o campus Armando Salles de Oliveira, fundado em 1956, implicou não só mudança da grade e ementas do curso, mas no desmonte das condições estruturais de ensino-

aprendizagem, uma vez que nos primeiros anos após a transferência os estudantes permaneceram em barracões até a finalização da construção dos prédios novos. Como observou Biazio,

para muitos docentes, a transferência da Faculdade de Filosofia para a cidade universitária teria contribuído para o enfraquecimento da presença da instituição – de seus alunos e professores – do espaço público e nas discussões sobre a cidade. (BIAZO, 2014, p. 97).

Além disso, próximo à Maria Antonia estavam cinemas, teatros, a biblioteca municipal e diversos bares e restaurantes, pontos de encontro de grupos diversos, organizados politicamente ou não. No mesmo bairro estavam outras quatro faculdades: a Mackenzie, a Faculdade de Arquitetura da USP, a Escola de Sociologia e Política e a Fundação Álvares Penteado. Estavam também o cursinho do grêmio da Faculdade de Filosofia e o próprio grêmio estudantil, era então local central de fácil articulação de pessoas, de confluência de visitantes para participação de debates e cursos de extensão, por fim, um centro de “irradiação política” (BIAZO, 2014, p. 97)

Considerando que o período compreendido entre os anos 1950 a 1970 foi de intensa entrada de capital internacional e industrialização das cidades, sobretudo São Paulo, fator que provocou mudanças profundas nas configurações do espaço urbano e, conseqüentemente, na perda de referências geográficas de circulação e convivência ou, em certo sentido, de lugares de memória (BOSI, 2003), essa presença uspiana no centro foi rapidamente sublimada. Também pela perspectiva de Chauí (2014), foi minado um espaço democrático de debate político essencial para o fortalecimento do vínculo entre a Universidade e a sociedade e que nunca mais foi recuperado.

Essa perda de referencial se mostra intrínseca às imposições da ditadura civil-militar que incidiram tanto sobre a desarticulação política de opositores quanto à administração tecnicista da educação universitária, traços presentes até hoje nos índices de produtividade a serem seguidos para evitar cortes de verba e pessoal, presença policial ostensiva nos campi da USP etc.

Depois da transferência em 1968, os prédios que compõe o conjunto da Maria Antonia foram distribuídos a outros setores do governo estadual, tombados no final da década de 1980 e devolvidos gradualmente à Universidade em 1993, ano de reabertura do prédio principal³⁶. Hoje Centro Universitário, a “Mariantonia” é um órgão vinculado à Pró Reitoria de Cultura e Extensão e oferece exposições, cursos, palestras, mostras de

³⁶ Maria Antonia: dos tempos de regime de exceção à plena democracia. Portal *on line* de notícias do Governo do Estado de São Paulo. 27 mai. 2008. Disponível em: <<https://curtlink.com/Fm9SNc6>>. Acesso em 3 abr. 2023.

cinemas e outras atividades culturais à comunidade universitária e a do entorno, lugar estratégico no centro da cidade³⁷.

Essa “localização estratégica” seria a mesma classificação dada pela Reitoria de Pró Cultura e Extensão para sustentar a justificativa da transferência de um de seus órgãos para a Casa de Dona Yayá nos anos 2000, como veremos a seguir.

A Pró Reitoria foi instituída como Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade no artigo 12 do Decreto nº 52.326, de 16 de dezembro de 1969, como um dos três órgãos centrais da Universidade ao lado do Conselho Universitário e do Conselho Técnico Administrativo. Esse decreto instituiu o Estatuto da Universidade de São Paulo, pareado com as premissas da reforma universitária do ano anterior, e que, ao ser comparado com os Estatutos anteriores, de 1934 e 1962, mostra o crescimento da complexidade da estrutura administrativa da USP e o delineamento dos seus objetivos frente às demandas sociais e econômicas, visto por exemplo no Artigo 123, que prevê o funcionamento inter-relacionado das unidades da Universidade “a fim de permitir o máximo aproveitamento dos recursos humanos e materiais dos respectivos Departamentos”. (DECRETO, 1968)

Dos objetivos da Universidade dispostos no Artigo 1º do Decreto que aprovou o Estatuto de 1934 estavam:

- 1º – promover a investigação científica, e estimular a produção literária e artística;
- 2º – transmitir, pelo ensino, conhecimentos de valor cultural;
- 3º – formar técnicos e profissionais em atividades com base científica, literária ou artística;
- 4º – divulgar as ciências, as letras e as artes;
- 5º – estimular a cooperação no trabalho intelectual. (DECRETO, 1934).

E que em 1969 se tornaram

- I – o desenvolvimento e a promoção da cultura, por meio do ensino e da pesquisa;
- II – a formação de pessoas aptas ao exercício da investigação filosófica, científica, artística, literária e desportiva, bem como ao do magistério e de atividades profissionais;
- III – a prestação de serviços à comunidade. (DECRETO, 1969).

Resumidamente o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade – conhecido posteriormente como CEPE – passou a atuar como um braço administrativo da Reitoria coordenando a estrutura de formação acadêmica para além da graduação (extensão, pós graduação etc.) e as atividades relacionadas à permanência da comunidade docente e prestação de serviços para a comunidade no

³⁷ Sobre o MA. Site Mariantonia. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yckxyw5k>>. Acesso em 3 abr. 2023.

geral, definidos somente no Estatuto de 1972 como forma de “assistência material e intelectual à comunidade” (DECRETO, 1972). Conforme consta no parágrafo 1º do Artigo 170:

Os serviços de extensão serão prestados sob a forma de atendimento à saúde, realização de estudos, elaboração e orientação de projetos em matéria científica, técnica e educacional, bem como de participação em iniciativas de promoção de natureza científica, legislativa, artística, cultural e esportiva. (DECRETO, 1972).

No Estatuto de 1990, vigente até o momento, foi criado o Conselho de Cultura e Extensão Universitária (CoCEX), regimentado pela Resolução n.º 5940 de 26 de julho de 2011 que define

Artigo 1º – As atividades de cultura e extensão universitária são concebidas como processo educativo, cultural e científico que integra o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade. [...]

Artigo 2º – As atividades de cultura devem preservar e ampliar o patrimônio cultural, quer material ou imaterial, valorizar os marcos e as manifestações culturais e incentivar novas formas de manifestações artísticas e culturais, estimulando a adoção de uma postura crítica na Universidade.

Parágrafo único – Nas atividades culturais estão incluídas as ações culturais propriamente ditas, as ações comunitárias, formalmente estruturadas ou não, as quais utilizem os recursos disponíveis na Universidade, em caráter permanente ou eventual.

Artigo 3º – A extensão universitária visa estender à sociedade suas atividades, indissociáveis do ensino e da pesquisa. (RESOLUÇÃO, 2011).

Assim,

A Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU) é o órgão que desenvolve as políticas culturais e de extensão da Universidade de São Paulo, funcionando como um canal aberto de diálogo da USP com a sociedade. [...]

Em uma universidade pública, este papel é de grande importância pois representa justamente o elo entre a instituição e a sociedade que a mantém. Se por um lado é essencial que a universidade leve até a comunidade seus conhecimentos e preste serviços, por outro é igualmente importante criar pontes em que se permita também à sociedade se fazer ouvida pela universidade e levar até ela sua realidade, suas demandas e seu conhecimento. (PRO, s.d., p. 2)

Além da residência médica, são definidos como atividades de extensão cursos de especialização, difusão, aperfeiçoamento e atualização para a comunidade universitária e geral; a prática profissionalizante, assessoria, consultoria e prestação de serviço especializado, orientação, assistência, participação em bancas de avaliação dentro e fora da USP, participação em colegiados, exposições e feiras, redação de textos de divulgação, produções editoriais, audiovisuais e artísticas em diferentes plataformas, entre outros.

Nessa resolução é definida também a estrutura administrativa da cultura e extensão universitária, composta pelo Conselho de Cultura e Extensão Universitária (CoCEX); Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU) e pelas Comissões de Cultura e Extensão Universitária (CCEX). No artigo 6º, são listados os órgãos da Universidade subordinados à PRCEU:

- I – Centro Universitário Maria Antonia (CEUMA);
- II – Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM);
- III – Centro de Preservação Cultural (CPC);
- IV – Cinema da USP “Paulo Emílio” (CINUSP);
- V – Coral Universidade de São Paulo (CORALUSP);
- VI – Estação Ciência (EC);
- VII – Museu de Ciências da USP (MCUSP);
- VIII – Orquestra Sinfônica da Universidade de São Paulo (OSUSP);
- IX – Parque de Ciência e Tecnologia da USP (Parque CienTec);
- X – Teatro da Universidade de São Paulo (TUSP);
- XI – Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos (RESJE). (RESOLUÇÃO, 2011)³⁸.

Diferente dos museus estatutários, instituições com estrutura administrativa própria, portanto com orçamentos independentes, os órgãos acima dividem a mesma verba orçamentária proveniente da PRCEU, por sua vez subordinada à Reitoria. No Anuário Estatístico de 2021³⁹, o Museu de Arte Contemporânea, o Museu de Arqueologia e Etnologia, o Museu Paulista e o Museu de Zoologia utilizaram menos de 1% cada de toda a receita da Universidade com despesas de pessoal ativo e inativo, “investimento e outros custeios”, número que está numa margem de 20 a 30 milhões de reais. O mesmo anuário indica que a Reitoria utilizou 9,19% da receita, ou aproximadamente 501 milhões e 800 mil reais. Contudo, ele esclarece numa nota de rodapé que “os dados da Reitoria incluem as Pró-Reitorias, as Agências de Inovação e Cooperação Internacional, as Superintendências de Saúde, Gestão Ambiental e Segurança, os Centros de Difusão Internacional e Inovação, Espaço Brasileira e Inova USP”. (DESPESAS, 2022).

Mesmo sem acesso aos números de despesa definidos, infere-se a situação desafiadora para os órgãos subordinados à PRCEU que compartilham o mesmo orçamento numa estrutura composta por quase vinte setores diferentes, cada um com especificidades e demandas próprias e que precisam se encaixar na lógica da “competência” para justificar sua existência, situação que se soma ao enredamento gerado pelas demandas burocráticas que muitas vezes dificultam ainda mais o acesso a determinadas verbas.

³⁸ Parte dessas instituições não existem mais ou estão em reformulação, como é o caso da Estação Ciência e Museu de Ciências da USP, respectivamente.

³⁹ Disponível em: <<https://uspdigital.usp.br/anuario/AnuarioControle#>>. Acesso em 3 abr. 2022.

O mesmo anuário estatístico contém outros índices como a quantidade de participantes em atividades de cultura e extensão em cada órgão, a de publicações, de pedidos de patente, de empréstimo de acervos... todas as principais atividades executadas pelos órgãos da Universidade são quantificadas, demonstrando a permanência da avaliação de produtividade baseada em índices numéricos. É nessa conjuntura que foi formado o Centro de Preservação Cultural da USP, como veremos a seguir.

3.2.1 A Comissão de Patrimônio Cultural

Na matéria “USP procura solução para administrar bens herdados”, publicada na Folha de São Paulo em 7 de novembro de 1982, se fala das heranças vacantes como “‘presentes de grego’, na expressão de Humberto Filgueiras, chefe do Departamento Jurídico da Reitoria da USP” para se referir aos bens incorporados à Universidade através da lei de vacância de 1945 e que eram de difícil administração jurídica. Filgueiras aponta questões como o baixo ou nulo valor de muitos desses bens, como um urinol de plástico e um colchão de capim, pelo montante considerável, como a herança de Sebastiana de Mello Freire, ou pelos entraves burocráticos que prolongam o processo de incorporação e/ou dificultam a venda desses bens.

O tom anedótico da matéria que fala de vacas e casas que eram por direito da Universidade, mas que não foram localizadas, explora, de fato, o problema que foi criado a partir de uma solução mal articulada, uma vez que “sabe-se que hoje a universidade gasta mais para administrar esses bens do que recebe em aluguéis e outros rendimentos.” (AULER, 1982, p.2). Embora se tenha mencionado a criação de uma fundação vinculada à USP com autonomia para gerir esses bens, o problema das heranças vacantes persiste ao longo dos anos.

A seis de outubro de 1984, a Folha de São Paulo publica uma nota breve sobre a invasão de um imóvel da Universidade por um grupo de estudantes. “Em frente ao casarão, um protesto contra a falta de moradia” explica que o grupo se reuniu “para protestar contra a má administração dos imóveis da Universidade e reivindicar a formação de uma comissão de fiscalização da administração dos imóveis recebidos pela USP nos casos de herança vacante.” A reportagem menciona erroneamente que a casa está tombada pelo Condephaat, mas esclarece que os estudantes panfletaram no local a favor da aplicação da lei que autorizou a USP a vender esse tipo de bem e destinar o valor à assistência dos alunos.

Em “USP administra mal mais de 400 imóveis”, publicada também na Folha, já em 31 de maio de 1987, Ricardo Bonalume Neto aborda os problemas burocráticos da Universidade com mais detalhes: “Os dissabores de uma Universidade que tem de bancar a imobiliária são parecidos com os destas, mas com o agravante que como ela não é do ramo, não tem a agilidade para agir rapidamente”. (BONALUME NETO, 1987, p. 30). São apontados aluguéis abaixo da média, posseiros ocupando sítios e cortiços estabelecidos em imóveis de posse da USP.

Mas não é só do patrimônio vindo de heranças que a USP cuida mal. O prédio onde a reitoria funcionou pela primeira vez, na rua Helvétia nº. 55, Campos Elísios, zona central de São Paulo, está abandonado e em péssimas condições de conservação. Até os vizinhos reclamam. Nem todos os imóveis da USP são vinculados diretamente à administração central, mas o desleixo em sua administração é o mesmo. (BONALUME NETO, 1987, p. 30).

Em 26 de setembro de 1999, o Estado de São Paulo publica a matéria “USP enfrenta dificuldade para vender imóveis” onde se aborda questões de baixa rentabilidade dos aluguéis, dificuldade em localizar imóveis e de precificação e baixo interesse do mercado para a compra. Nas palavras de Hélio Nogueira da Cruz, então coordenador da Administração Geral da USP: “Há muita fantasia em relação a esse patrimônio. A lei foi criada para beneficiar a universidade, mas hoje fica difícil determinar se houve vantagens na relação custo/benefício”. (MELLONI, 1999, p.16).

Essa lógica da eficiência burocrática da administração pública, visceralmente ligada aos parâmetros avaliativos quantitativos que abordamos anteriormente, excluiu uma questão importante que é a do valor histórico e/ou artístico, cultural em suma, desses bens vacantes e as medidas necessárias para preservá-los e utilizá-los considerando suas especificidades.

Em entrevista ao projeto Memória CPC, o professor doutor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Nestor Goulart Reis Filho, narrou um episódio ocorrido no Conselho Universitário que ilustra a questão:

Chega ao Conselho Universitário uma proposta do diretor da Escola Politécnica que consistia no pedido de autorização para venda do prédio velho da Escola, já que eles haviam mudado para a Cidade Universitária. [...] O reitor achou que era uma ideia interessante, porque não havia mais necessidade da antiga sede: todos na cúpula da Universidade concordavam com aquilo. Quando a proposta chegou, vi que não havia sentido. Levantei a questão e expliquei: “a USP não pode vender em leilão público o seu patrimônio. Não são doze bois que vocês vão mandar para um matadouro, vocês têm que ver que isso é a história da USP”. Aí foi um constrangimento, porque ninguém lá em cima havia pensado nisto. (JUNQUEIRA, 2015, p. 264).

A instituição da Comissão do Patrimônio Cultural está registrada na ata da 757ª sessão do Conselho Universitário realizado em 16 de dezembro de 1986⁴⁰, onde foi aprovada a proposta de Goulart Filho apresentada ao Conselho Universitário de criar uma comissão “para fixar diretrizes quanto à destinação do patrimônio da USP, sob o ponto de vista cultural” (JUNQUEIRA, 2015, p. 265). Conforme o próprio Reis Filho explicou, a proposta consistia em constituir uma comissão de “assessoramento para avaliar o destino de todos os edifícios antigos da USP. A ideia era produzir pareceres, orientar as votações, não promover votações sem a orientação adequada”. (JUNQUEIRA, 2015, p. 264-5).

O motivo da criação da CPC, então, era esse: chegamos a um certo momento em que o patrimônio recebido de graça estava sendo abandonado, literalmente abandonado, porque as pessoas da burocracia da Reitoria não tinham a menor noção do que era aquilo. (JUNQUEIRA, 2015, p. 265).

Compunham a Comissão em seus primeiros anos os professores Nestor Goulart Reis Filho, Lea Goldenstein (Departamento de Geografia da FFLCH), Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (Departamento de História da FFLCH), Walter Zanini (Departamento de Artes Plásticas da Escola de Comunicação e Artes) e o estudante Lúcio Marcos Gonçalves Prado. Na entrevista supracitada, Filho implica a criação da Comissão no contexto das transformações então recentes no campo do patrimônio cultural, onde “o conceito de patrimônio pela exceção é ultrapassado e se começa a pensar no conjunto das cidades, nas cidades históricas, na responsabilidade do patrimônio no conjunto, como política pública”. (JUNQUEIRA, 2015, p. 269). Como descrito no documento “Projeto inicial da Comissão de Patrimônio Cultural”, já de 1994, a definição de patrimônio cultural que norteou os trabalhos da Comissão desde seu início é descrita da seguinte maneira:

Patrimônio é um pacto entre gerações, desejos, saberes e apreço pela diferença, daí a demanda por programas permanentes, sensibilidade para descortinar outras tendências, uma imensa disponibilidade para reiniciar tratativas e certa ousadia para sonhar com o aprimoramento do humano, na lida cotidiana. O conjunto demanda ações continuadas e diárias, levando a uma perene militância pela ética nas questões públicas, entendendo a memória social na pluralidade de valores e caminhos.

[...] Houve época em que patrimônio se referia tão somente a valores pecuniários, ou às soluções estéticas, sejam as geradoras de séries, sejam as reconhecidas pelo efeito agradável provocado no espectador. No entanto, os descaminhos do humano, em sua ânsia de poder, desespero pela condição finita, arrogância em impor e vontade de projeção pública ilimitados conduziram para a ampliação daquilo que se deseja ardentemente legar às próximas gerações. (PROJETO, 1994).

⁴⁰ Cópia da ata consultada nos arquivos do CPC-USP.

Entre 4 de fevereiro de 1987, data da primeira reunião da Comissão e 1991, ano de saída do professor Reis Filho, a Comissão se organizou dividindo tarefas entre os membros, articulando contatos, divulgando seus trabalhos e assessorando órgãos da Universidade. No seu primeiro ano de atuação, por exemplo, a direção da Faculdade de Medicina pediu a CPC consultoria na questão da construção de uma estação do Metrô que afetaria o prédio e o terreno da Faculdade, situação contornada pela Comissão que conseguiu junto ao Metrô modificar o projeto para que o passasse pela área externa do prédio e evitar anos de obras que dificultariam o acesso e uso do prédio (JUNQUEIRA, 2015).

Em 16 de junho de 1987 começaram os arrolamentos dos processos de bens provindos de heranças vacantes para levantar bens de interesse cultural. A Casa de Dona Yayá foi declarada de interesse cultural em sessão do dia 27 de novembro de 1987 (PROCESSO 91.1.50872.1.2) e seu tratamento técnico foi iniciado no ano seguinte. Nesses primeiros anos, a Comissão também se ocupou⁴¹ com o encaminhamento do tratamento técnico do prédio Vila Penteado⁴², a FAU Maranhão, tombado em 1978 pelo CONDEPHAAT.

Já nos anos 1990, o Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos, tombado em 1963 pelo IPHAN também entrou para o rol de consultorias da CPC. Nesses casos, a preocupação era tanto com a preservação da condição física dos bens culturais quanto com seu uso qualificado, equilibrando o caráter de uso público do patrimônio com a atividade-fim da Universidade, de ensino, pesquisa e extensão. Finalmente, a portaria GR n.º 2574, de 17 de abril de 1990 dispôs sobre a subordinação da Comissão à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, definida como “Comissão que tem a incumbência de propor a fixação de diretrizes gerais quanto à destinação do patrimônio da USP, sob o ponto de vista cultural”.

Em 12 de agosto de 1993 foi baixada pelo vice reitor Ruy Laurenti a Resolução n.º 4013, que tratava sobre o regimento da Comissão de Patrimônio Cultural. No seu artigo 1º, reforçou-se a definição da Comissão “tem por objetivos propor normas, fomentar e coordenar ações visando à identificação, proteção e valorização dos bens materiais que compõem o patrimônio cultural Universidade de São Paulo”. Cabia a ela trabalhar sob o Conselho de Cultura e Extensão Universitária (CoCEX) fornecendo

⁴¹ A portaria GR n.º 2513, de 30 de outubro de 1989 definiu as atribuições do Coordenador da CPC: “decidir acerca das licitações referentes a contratos de serviços de técnicos especializados para a restauração dos imóveis desta Universidade situados a Rua Major Diogo n.º 353, e Rua Maranhão n.º 88, em São Paulo, Capital, observadas as disposições legais pertinentes.”

⁴² Ver: CYPRIANO, Fabio. FAU celebra 100 anos da Vila Penteado. Folha de São Paulo *on line*, 28 out. 2002. Disponível em: <<https://curtlink.com/Be3LUXc>>. Acesso em 2 abr. 2023.

dados para “a formulação das diretrizes e políticas da USP no campo do patrimônio cultural” através de levantamentos técnicos e documentais, elaboração de relatórios sobre bens “merecedores de atenção especial”, da coordenação de programas de restauração, do fomento, coordenação ou desenvolvimento de “programas educacionais e de formação especializada” ligadas ao patrimônio cultural e da assessoria aos órgãos da Universidade no que concernia o tema.

Em seu artigo 3º, estavam os deveres da Comissão, dentre eles:

manter um Banco de Dados sobre o patrimônio cultural da USP; propor convênios, acordos e termos de cooperação com entidades oficiais ou particulares, nacionais, estrangeiras ou internacionais; estabelecer intercâmbio e exercer funções de intermediação entre a USP e órgãos oficiais de patrimônio cultural.

Em seu artigo 4º, definia-se a composição da Comissão: “5 (cinco) docentes da USP, com seus respectivos suplentes, designados pelo Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária” que deveriam ser das seguintes áreas: História; Arquitetura e Urbanismo; Sociologia; Antropologia; Economia; Geografia; Administração; Tecnologia; Artes Plásticas ou Direito. No parágrafo II do mesmo artigo, definiam-se os suplentes que deveriam vir dos principais Museus da USP, os estatutários, (Museu de Arte Contemporânea; Museu de Arqueologia e Etnologia; Museu Paulista e Museu de Zoologia); do Instituto de Estudos Brasileiros; do Sistema Integrado de Bibliotecas e do Fundo de Construção da USP (FUNDUSP). É uma composição interdisciplinar que buscava integrar profissionais capazes de resolver os problemas comuns acerca do patrimônio cultural – sua coleta, preservação e extroversão.

Os mandatos variavam de um a três anos, dependendo do cargo, e admitia-se a possibilidade de recondução. A Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária era quem indicava a coordenação e a Comissão deveria reunir-se ao menos nove vezes por ano. Nos anos seguintes, a Comissão consolidou suas atividades e diferentes gestões propuseram formas distintas de organização em torno das premissas dispostas no Regimento. A gestão de Maria Cecília França Lourenço, de 1995 a 2002, última antes da Comissão ser reestruturada em Centro, foi responsável por uma das reorganizações setoriais mais significativas até então. No documento “Comissão de Patrimônio Cultural – Propostas e programas para 1996-7” datada de 17 de janeiro de 1996 e apresentado ao pró reitor de Cultura e extensão Jacques Marcovitch pela então coordenadora da comissão, é descrita a trajetória da CPC na última década, no que resumimos com a citação a seguir:

[...] hoje, com todas as dificuldades orçamentárias e para a contratação de pessoal, a CPC pode se orgulhar de possuir uma face pública, através de ações planejadas e cotidianas, sendo um polo diferencial

da USP, em que produz conhecimento integrado entre unidades, como se espera de uma universidade.

Os dez anos foram marcados por uma atuação dinâmica, consolidada na atualidade em três linhas distintas no trato com os bens culturais: a Identificação, a Proteção e a Valorização, com bons resultados e que, por princípio, estarão asseguradas. A Identificação abrange pesquisa, inventário, atualização sistemática e documentação. A Proteção envolve aspectos normativos, atuações concretas e o aprimoramento profissional. A Valorização abarca divulgação, ampliação e qualidade de uso. [...] Casos como o da chamada 'Casa de D. Yayá' e do Engenho S. Jorge dos Erasmos são exemplares para se pensar essas questões, tendo, ambos, grupos de acompanhamento dos trabalhos para ocupação e, concretizar o uso qualificado, é realmente um desafio para a Universidade. (COMISSÃO, 1996).

A Comissão sempre trabalhou com um quadro de funcionários reduzido, configuração observada em outros momentos do órgão, já transformado em Centro nos anos 2000, em um pedido de aumento do quadro de funcionários "visto a diversidade de atividades desempenhadas pelo Centro" (RELATÓRIO ANUAL CPC, 2004, p.5) e em um relatório do ano seguinte, "dado o incremento de atividades do CPC e a consolidação da Casa de Dona Yayá como um centro cultural universitário". (RELATÓRIO ANUAL CPC, 2005, p.46).

Como dissemos, a Comissão iniciou seus trabalhos com quatro professores e um estudante. No mesmo ano, foram designadas duas secretárias, Cláudia Alvim D'Arco e Mônica Silveira Brito. Brito ocupou o cargo até a década de 1990, enquanto D'Arco até 2017, sendo até hoje a funcionária com mais tempo de casa do órgão, seguida apenas por Regina Tirello, arquiteta contratada em 1988 e integrante do CPC até 2009.

Tirello desenvolveu o projeto Canteiro Escola, formação teórica e prática para qualificar restauradores de bens arquitetônicos, iniciativa singular até hoje na Universidade e resumida a seguir

Trata-se de uma experiência bem sucedida de restauração de pinturas murais artísticas e treinamento para formação de auxiliares. Ao longo de 2002 interviu em vários edifícios da USP, tais como "Vila Penteadó", edifício tombado pelo CONDEPHAAT e pelo CONPRESP e na "Casa de D. Yayá", imóvel tombado pelo CONDEPHAAT e Museu de Zoologia. No primeiro o Canteiro-Escola realizou restauro em vários cômodos que, por serem executados com técnicas diferentes, estimularam sobremaneira a pesquisa de processos artesanais antigos. No segundo, foram escolhidos dois cômodos para restauração, que se encontram em pleno desenvolvimento. No Museu de Zoologia foram recuperadas as fôrmas de gesso existentes no saguão principal daquela Instituição. (RELATÓRIO ANUAL CPC 2002, p.26).

Além da restauração conservativa da Casa de Dona Yayá, outro produto foi a maquete eletrônica do imóvel disponibilizada no final de 2004, disponibilizado no antigo site da instituição.

Destacamos também as passagens de Liana Catunda Guedes, bibliotecária de 1998 a 2012 e das Especialistas em Laboratório, Juliana Mendes Prata, 2001 a 2011 (com um período de afastamento nesse espaço) e Lucimara Vianna, 2010 a 2017. Todas essas profissionais compuseram uma equipe interdisciplinar, responsável por desenvolver diferentes atividades como pesquisa, promoção de eventos e publicações, comunicação institucional, atendimento aos públicos, educação patrimonial, expografia, entre outros. Entre o final dos anos 1980 e final dos 1990, a CPC contou com cerca de 4 membros na equipe, além dos estagiários, Colegiado, Coordenação e Vice Coordenação.

Esse quadro só seria significativamente alterado nos anos 2010, na gestão de José Tavares Correia de Lira (2010-2014) onde essa média subiu para 7 pessoas, mais direção, vice direção e estagiários. Em 2011 foram contratados 5 Especialistas em Laboratório e 2 Técnicos Administrativos. Desse contingente, 3 pessoas permaneceram no CPC-USP. A rotatividade na equipe está entre 2 a 8 anos, sendo ela mais alta nos anos 1990 e 2000. Por ser um órgão universitário, é comum a transferência de funcionários entre setores das diferentes Faculdades da USP, seja por demandas internas ou pessoais, e também entre diferentes Universidades. Duas Especialistas, por exemplo, se transferiram do órgão para a docência no ensino superior na Universidade Estadual de Campinas. Ressaltamos que contabilizamos os funcionários com base em dados tabelados do próprio CPC-USP e que não foram registrados sistematicamente os quadros de estagiários ao longo dos anos, contingente este de grande importância para suporte nas atividades desenvolvidas pelo órgão, como foi observado pela análise dos relatórios anuais.

Os desafios do órgão aparecem nos relatórios anuais como condições superadas com o esforço constante da equipe, não obstante às questões estruturais limitantes. Entre 1986 e a primeira metade dos anos 1990, os principais documentos são as atas da Comissão e os processos administrativos da Universidade, relacionados ao tratamento técnico dos bens patrimoniais acima mencionados. Com a gestão da professora doutora Maria Cecília França Lourenço, também a mais longeva até hoje, há maior sistematização dos dados, assim como a organização da Comissão em eixos de ação, organizados nas linhas mencionadas acima, Identificação, Proteção e Valorização, fator que implicou na otimização das atividades e também na ampliação de seu escopo, uma vez que se iniciou a publicação do Cadernos CPC.

A série Cadernos CPC é um veículo de divulgação sobre o patrimônio cultural da USP. São títulos que discutem a problemática do patrimônio através de inventários e pesquisas sobre o acervo tão diverso da Universidade. A série tem como objetivo primordial não só inventariar o patrimônio uspiano, mas, sobretudo, propor uma discussão do que

seja esse patrimônio, numa tentativa de ampliar o conceito do senso comum de patrimônio cultural, que englobe não só as artes, o histórico ou o excepcional, mas procure trabalhar a questão da memória como um agente transformador da sociedade. Nesse sentido, patrimônio é entendido numa pluralidade de conceitos, de forma a ser possível 'representar' a diversidade da sociedade. (CPC RELATÓRIO ANUAL, 2004).

Sobre a comunicação, uma das atividades que se insere na linha de atuação Valorização, Lourenço diz que ela

visa conquistar visibilidade maior para a CPC, acreditando ser fundamental propor e ativar mensagens diferenciadas sobre patrimônio, para seguimentos mais amplos, da própria USP e da sociedade em geral. [...] Esse papel social se faz urgente numa cultura desestimulada para a ética, o estudo aprofundado, a memória e o compromisso público. A comunicação pretendida tem caráter reitor, procurando reger vozes estudantis e todas aquelas, como estas, generosas, idealistas, sensíveis e capazes de transformar a indignação em ações consequentes. (COMISSÃO, 1996).

É patente a tomada de posição de vanguarda nas questões relativas ao patrimônio que, como visto, não estão deslocadas de questões sociais e políticas. De modo extremamente sintético, considerando o cenário brasileiro dos anos 1990, recém saído da ditadura civil-militar, pós impeachment e sob um governo neoliberal, o cenário delineado se torna mais compreensível, assim como a compreensão da responsabilidade da CPC naquele momento. A função social de "reger vozes", vem talvez de modo a sustentar as indignações e transformá-las em ações embasadas por meio dos saberes técnicos. Pode vir também por meio da cultura uspiana enraizada de difusão do conhecimento acadêmico e que nem sempre vem acompanhada de transposições didáticas adequadas, mas essa é uma questão para ser abordada com mais profundidade em outros trabalhos.

Outra atividade de destaque nessa linha é a organização e publicação do "Boletim CPC Informa", ativo desde os primeiros anos da Comissão até o momento. O relatório anual de 2001 da CPC registrou seu sucesso, qualificado a seguir:

Continuamos a interpretar esse fato como diretamente relacionado à regularidade de sua distribuição, via correio e online, e à qualidade das informações divulgadas, na área de patrimônio cultural, incluindo a conservação e o restauro, em geral muito dispersas; essas informações são sempre atualizadas em relação a cursos, eventos e notícias e direcionadas a um público bem específico, que através de correspondência enviada ao Banco de Dados tem demonstrado sua satisfação. (CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL. Relatório anual 2001, p.5).

A centralização foi uma das ações norteadoras da Comissão que se constituiu para muito além de um órgão assessor nas questões do patrimônio cultural da Universidade, se construiu ao longo dos anos como um agente promotor de teorização e ações acerca dele. Enquanto tal, o órgão enxergou na inventariação e sistematização

dessas informações como atividades necessárias para reunião de subsídios para a pesquisa e problematização das questões acerca do patrimônio e, acreditamos, também para a construção de sua legitimidade enquanto único órgão desse tipo na USP, capaz de propor discursos, mas igualmente de fomentar a criação deles por outros agentes por meio da documentação reunida pelo órgão.

Desde 1988, conforme ata da Comissão do dia 23 de junho, planejava-se a elaboração de um catálogo dos acervos da Universidade como forma de ter dados concretos e assim oferecer base para ações e planejamentos mais acurados, por exemplo. Em 1991, o professor doutor Ulpiano Meneses propôs a implantação de um “Centro Piloto de Gestão Urbana” na Casa de Dona Yayá, tendo como uma das premissas do trabalho o desenvolvimento de um banco de dados sobre projetos de gestão urbana no Brasil e no mundo com o objetivo de oferecer bases para estudos na área.

Ainda que o projeto do professor não tenha sido desenvolvido, o conceito de banco de dados enquanto ferramenta centralizadora de informações e de acesso público permaneceu ao longo dos anos e foi canalizado na construção do Banco de Dados sobre Patrimônio Cultural, descrito a seguir:

O Banco de Dados sobre Patrimônio Cultural sob responsabilidade da Bibliotecária Liana Catunda do Nascimento Guedes constitui fonte de informações na área de Preservação de Bens Culturais, envolvendo questões ligadas ao patrimônio: proteção, inventário, conservação e restauro. Tem como principal meta integrar e tornar acessíveis informações e documentos nessa área, incluindo Conservação e Restauração, Arquivos e Arquivologia, Museus e Museologia. Abriga diversas bases de dados informatizados e os serviços de cadastramento e de consulta ao Banco são gratuitos e abertos a todos os interessados. As atividades são desenvolvidas com o apoio de estagiários. (RELATÓRIO ANUAL CPC, 2005, p.31).

Havia também disponíveis os bancos de dados a seguir, atualizados a cada dois anos:

Bens tombados: bens tombados da USP, móveis e imóveis
 Cade: especialistas na área de preservação de bens culturais
 Cadin: instituições culturais nacionais e internacionais
 Camus: museus brasileiros
 Escult: obras escultóricas nos diversos *campi* da USP
 Bibli: base bibliográfica referencial local (criada em nov./04)
 (RELATÓRIO ANUAL CPC, 2006, p. 17-8).

A inventariação não se encerrava em si, tinha-se a também a necessidade de que ela fosse divulgada, discutida, reelaborada e foi essa postura que a Comissão adotou. Nesse sentido, não só suas publicações foram os meios privilegiados para tanto – Cadernos e Revista CPC –, como foram promovidas comunicações em palestras,

seminários e outros eventos, como a Semana de Museus da USP. No relatório anual de 2009, descreveu-se a organização da Semana como o maior desafio do ano:

No ano de 2009, o maior desafio enfrentado pelo CPC foi a promoção da VII Semana dos Museus da USP, evento internacional que alcançou significativa repercussão nos meios ligados à museologia e preservação do patrimônio cultural [...]. Tratava-se de um evento de importância simbólica para o órgão, pois a primeira Semana dos Museus foi proposta em 1999 pela então Comissão do Patrimônio Cultural, que deu origem ao atual Centro. Num país que não prima pela continuidade das iniciativas institucionais, fechava-se assim um ciclo de dez anos de realização da Semana, em sistema de rodízio entre os museus estatutários da USP. É com orgulho que pudemos constatar o êxito de nossos esforços, que se refletiu no êxito do evento como um todo. (RELATÓRIO ANUAL CPC, 2009, p.1).

Realizado durante sete anos, a Semana dos Museus foi concebida pela CPC “com o objetivo de promover o debate público sobre temas relativos ao cotidiano dos museus, chamar a atenção do público para essas entidades e propiciar o intercâmbio entre a comunidade especializada” (ENCONTRO, 2018). O evento, organizado bianualmente, teve sua última edição nesse mesmo ano de 2009. Quase uma década depois, houve uma tentativa de retomada da Semana em dezembro de 2018⁴³, mas que não foi desenvolvida.

Eram muitas ações acontecendo ao mesmo tempo, sobretudo se consideramos as questões envolvendo a preservação e ocupação da Casa de Dona Yayá, questão que se prolongou de 1988 a 2002 e da qual trataremos logo mais. Assessoria, publicações, organização de eventos, além do tratamento técnico e estudo do e diferentes bens da Universidade foram as atividades principais que construíram a legitimidade da Comissão na Universidade e entre outras instituições da área fora dela.

Considerando a complexificação das atividades da Comissão, a Pró Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP baixou a Resolução n.º 4968, de 30 de outubro de 2002 que criou o Centro de Preservação Cultural, mantendo a sigla CPC, também “como centro subordinado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária”, definido

como unidade administrativa e orçamentária independente, tendo por objetivo propor normas, fomentar e coordenar ações, visando, através das linhas de atuação: identificação, proteção, valorização e difusão, o uso qualificado dos bens, que compõem o patrimônio cultural da Universidade de São Paulo, em substituição à Comissão de Patrimônio Cultural.

O Regimento do novo Centro seria baixado em 18 de agosto de 2004 pela Resolução CoCEX n.º 5134, onde já no Artigo 1º a Casa de Dona Yayá foi definida como

⁴³YAMAMOTO, Erika. USP estuda a retomada da Semana de Museus na Universidade. *Jornal da USP on line*. 13 dez. 2019. Disponível em: <<https://tinyurl.com/43anshr2>>. Acesso em 2 abr. 2023.

sede administrativa do órgão, antes sediado junto à Reitoria da USP. O mesmo artigo estipula os objetivos do CPC, alinhados com os da Comissão:

propor normas, bem como fomentar e coordenar ações, visando o uso qualificado através de suas linhas de atuação, quais sejam, de identificação, preservação, proteção, valorização e divulgação dos bens que compõem o patrimônio cultural da Universidade de São Paulo.

Os objetivos do novo Centro foram designados no Artigo 3º:

- I – encaminhar ao Conselho de Cultura e Extensão Universitária – CoCEX subsídios para a formulação das diretrizes e políticas da USP no campo do Patrimônio Cultural;
- II – definir critérios e procedimentos relativos, nas diversas esferas, ao patrimônio cultural da USP, assim como propor ao CoCEX as respectivas medidas normativas;
- III – propor, fomentar, desenvolver ou coordenar programas de documentação e de levantamento técnico do patrimônio cultural da USP;
- IV – estabelecer o rol dos bens mais significativos, merecedores de atenção especial;
- V – opinar sobre a alienação e incorporação de bens de interesse cultural;
- VI – opinar sobre propostas de obras e intervenções em bens listados e/ou de interesse cultural, assim como dar parecer sobre seu uso, no que respeita à preservação;
- VII – coordenar programas articulados de conservação e restauração de bens culturais que integrem Unidades de Ensino e Pesquisa, Institutos Especializados, Museus e Órgãos da USP, bem como destes com colaboradores externos, em projetos de pesquisa, formação especializada e execução de serviços ou obras;
- VIII – propor, fomentar, desenvolver ou coordenar programas educacionais e de formação especializada, bem como de divulgação e valorização do patrimônio cultural da USP;
- IX – assessorar, em sua área, o Reitor, o Conselho Universitário, o Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária, o CoCEX, a COESF, as Prefeituras dos “Campi”, as Unidades de Ensino e Pesquisa, Institutos Especializados, Museus e outros Órgãos da USP;
- X – manter um sistema de informação sobre o patrimônio cultural da USP;
- XI – propor, na sua área de atuação, convênios, acordos e termos de cooperação com entidades oficiais ou particulares, nacionais ou internacionais.

No mais, as atribuições do CPC-USP não sofreram alterações significativas, tampouco sua composição administrativa ou do Conselho Deliberativo, mantido pelo Regimento e responsável por aprovar a programação anual do órgão, seus planos, propor convênios, acordos e termos de cooperação, além de alterações no Regimento.

Por fim, o Artigo 10º designou as fontes de renda do órgão, uma mudança significativa para a administração do Centro e para criação de outras possibilidades de independência orçamentária:

- I. dotação orçamentária consignada no orçamento da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária; II. doações, subvenções e legados;

III. rendas que venha a auferir sobre o seu patrimônio e rendas provenientes de direitos autorais, patentes e qualquer outra forma de propriedade intelectual; IV. rendas provenientes de conferências, seminários e materiais que venha a produzir e V. captação de recursos materiais, financeiros ou outros, inclusive os provenientes de leis que instituem incentivos culturais.

A trajetória da Comissão em dezesseis anos foi de muito trabalho, de articulações, disputas e de criação técnico-acadêmica acerca das questões do patrimônio cultural da Universidade e da cidade de São Paulo. Nesse breve apanhado, procuramos resumir suas linhas de atuação e os marcos principais de mudanças administrativas, atividade elaborada pela gestão de Marta Marandino, 2018-2022, no Plano Diretor de 2021, primeiro documento desse tipo na história do órgão. Como o próprio órgão reflete sobre sua trajetória:

nota-se ao longo do tempo uma ênfase nas questões de conservação e restauro até os anos 2000, mantendo muitas vezes em situação marginal reflexões sobre valorização e difusão do patrimônio, educação patrimonial, entre outras. Tal enfoque, a nosso ver, contribuiu para uma certa percepção de que o campo do patrimônio é sinônimo de preservação de bens culturais, quando de fato se trata de um campo amplo no qual as questões de preservação constituem apenas um dos aspectos de sua prática e teoria. (PLANO, 2021, p. 13).

Como vimos, a preocupação com a preservação física dos bens culturais, tido como enfoque do órgão nas suas primeiras décadas, foi produto de uma conjuntura específica, onde a publicização das informações financeiras da Universidade estava em alta e o imaginário social, mobilizado pela mídia, pelas demandas do mercado de trabalho etc., estava voltado para a lógica da eficiência, imerso na “ideologia da competência”, de modo que os esforços estavam voltados para a recuperação e manutenção física dos bens tidos como abandonados e desperdiçados pela opinião pública.

Apesar disso, foram desenvolvidas uma série de atividades paralelas ou diretamente relacionadas com esse tratamento físico. Produções teóricas e comunicações acerca do patrimônio cultural que movimentaram a pauta dentro da Universidade, trazendo novas discussões e mobilizando novos agentes. Para além disso, são também registros de diferentes momentos do campo patrimonial, visto sim como área técnica e teórica, mas com forte função social, característica ora intrínseca às gestões, ora mobilizadas pelas pessoas que integraram a Comissão/Conselho Deliberativo ao longo desses anos.

Figura 22 – Quadro de evolução das atividades do CPC-USP desde a fundação enquanto Comissão.

PERÍODO	ATIVIDADES					
ANOS 1990	<i>Canteiro-Escola</i>	<i>Banco de dados</i>	<i>Publicações</i>			
ANOS 2000	<i>Conservação e restauração de bens arquitetônicos integrados</i>	<i>Banco de dados</i>	<i>Reflexões sobre o patrimônio cultural</i>	<i>Memória e uso qualificado do patrimônio cultural</i>		
ANOS 2010	<i>Conjuntos, construções e sítios</i>	<i>Acervos e coleções</i>	<i>Educação e memória</i>	<i>Produção e interação cultural</i>	<i>Informação e documentação</i>	
ARRANJO PRE-PD	<i>Conjuntos, construções e sítios</i>	<i>Acervos e coleções</i>	<i>Referências culturais e memória</i>	<i>Produção e interação cultural</i>	<i>Informação e comunicação</i>	<i>Educação</i>

Fonte: Plano Diretor CPC-USP, 2021, p.12.

Conforme Marly Rodrigues aponta em “Alegorias do Passado” (1994), pesquisa sobre a trajetória do CONDEPHAAT, o discurso patrimonial desse órgão é resultado da “dinâmica entre concepções teóricas de patrimônio e de história e procedimentos técnicos” (RODRIGUES, 1994, p.135) que não são isentos de posicionamentos políticos, pelo contrário. Assim, determinados “enfoques” precisam ser vistos como escolhas contextualizadas no cenário sócio-histórico em que se inserem: são sim produtos de teoria e técnica, mas podem também ser limitados tanto por condições estruturais quanto por posições políticas contingentes.

A CPC sempre contou com um colegiado variado, formado por professores de diferentes Faculdades da Universidade e de seus museus estatutários. Muito embora seus coordenadores, e hoje diretores, tenham origem majoritariamente na área da arquitetura e mesmo com a predominância da perspectiva da preservação enquanto objetivo da prática patrimonialista, é perene a concepção de que o objetivo final das ações é a de devolver à sociedade aquilo que lhe sempre pertenceu, sobretudo entre os anos finais de 1980 e iniciais de 1990. Nesse sentido, é conveniente apontar que embora diferentes conceitos de sociedade, história e passado tenham sido mobilizados por meio da prática patrimonialista desempenhada pela Comissão, essa ligação sempre foi tida como indissociável e interdependente, norteadora, enfim, para o planejamento e execução das atividades.

A seguir, tabela indicativa dos coordenadores da Comissão entre 1986 e 2002 e suas respectivas áreas de formação, perspectiva que indica realmente a inclinação do entendimento do campo patrimonial majoritariamente como meio de preservação física, feita por meio da teoria e técnica arquitetônicas, mas que para nós indica também um esforço de continuidade de ação e conseqüente consolidação da legitimidade da Comissão e, principalmente, na ampliação de sua atuação.

Período	Direção	Área de formação
1986-1990	Nestor Goulart Reis Filho	Arquitetura
1990-1991	José Sebastião Witter	História
1991-1994	Murilo de Azevedo Marx	Arquitetura
1994-1995	Diva Benevides Pinho	Ciências Sociais e Economia
1995-2002	Maria Cecília França Lourenço	Artes e Arquitetura

Tabela 1: Quadro de diretores da CPC e formação acadêmica.

Como dissemos, as mudanças significativas de estrutura aconteceram na gestão de Lourenço, última da Comissão. A primeira gestão da já direção do Centro de Preservação Cultural foi da professora doutora Anna Lucia Duarte Lanna, hoje Chefe de Departamento de História da Arquitetura da FAU-USP. Em sua gestão as atividades anteriores foram mantidas e ligeiramente ampliadas por meio dos programas:

SOBRE O PATRIMONIO CULTURAL; CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE BENS ARQUITETÔNICOS E INTEGRADOS; BANCO DE DADOS SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA E USO QUALIFICADO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, que se concretizam em ações, fundamentadas em estudos, que buscam propiciar reflexões sobre as temáticas do patrimônio cultural inserindo-as numa necessária reflexão sobre a memória social e o papel da universidade pública (RELATÓRIO ANUAL CPC, 2004, p. 1-2).

Nesse mesmo relatório, foram listadas as deliberações do Conselho, demonstração do envolvimento do CPC-USP nas questões sobre o patrimônio universitário e também da cidade

O Conselho deliberou ao longo de 2004 sobre:

- Proposta de projeto de esculturas contemporâneas (Parque de Esculturas Ayrton Senna) com objetivo de doação à USP.
- Parceria com a comunidade para revitalização do bairro e da Escola Maria Saraiva/ Bela Vista – São Paulo.
- Orientação solicitada pelo Instituto de Química de São Carlos quanto a procedimentos para registro de obras de arte.
- Projeto de duplicação da Av. Duque de Caxias Norte elaborado pela Prefeitura Municipal de Pirassununga, que afeta o portal de acesso ao Campus de Pirassununga.
- [...]
- Correção de irregularidade referente a caixilho instalado na fachada da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

- Estudo de restauração dos prédios da Faculdade de Medicina de São Paulo, a serem submetidos ao CONDEPHAAT.
- Tombamento do Conjunto Esportivo da Associação Atlética Acadêmica Oswaldo Cruz, localizado no interior do Hospital das Clínicas.
- Intervenção em imóvel tombado no Campus de Ribeirão Preto. (RELATÓRIO ANUAL CPC, 2004, p. 6).

Como parte dos planos de ampliação das ações do CPC, em 2005 foi inaugurada a já mencionada Revista CPC, contextualizada a seguir:

A ampliação das funções do CPC, incorporando as reflexões realizadas sobre a temática no âmbito da USP, mas com claro sentido de agregar profissionais e instituições e estudiosos do tema do patrimônio cultural, significou a ampliação das reflexões e enfoques de suas publicações. [...] A Revista CPC pretende, assim, consolidar-se como um espaço de discussão e reflexão dedicada às questões afeitas ao patrimônio cultural em seus múltiplos aspectos, aberta a profissionais, pesquisadores e estudantes de várias áreas do conhecimento, conforme já apresentado no relatório anterior (2004). O formato final ficou assim definido: periodicidade semestral e 4 seções, sendo 3 de artigos inéditos, nas seguintes temáticas: patrimônio cultural, coleções e acervos, conservação e restauração; e 1 de resenhas, notícias e depoimentos. (RELATÓRIO ANUAL CPC USP, 2005, p..44-45).

Além disso, com a transferência definitiva para a Casa da Dona Yayá, foi possível a ampliação da programação expositiva – ora o CPC organizava exposições, ora apenas cedia o espaço – e cultural no geral, sobretudo considerando o fomento da frequência comunidade do entorno. Pensando nisso, foi implementado o “Domingo na Yayá” (antes chamado de Música na Yayá), programação cultural semanal de grande frequência até o momento.

O projeto “Música na Yayá” foi reformatado para “Domingo na Yayá”, pois passou a incluir, além da música, atividades voltadas para o público infanto-juvenil de forma mais sistematizada, dado o incremento do projeto em Educação Patrimonial. O público total do “Domingo na Yayá” foi superior a 2200 pessoas para 32 apresentações. (ver Planilha Controle Eventos - Público) (RELATÓRIO ANUAL CPC, 2006, p.48).

Outra mudança significativa na estrutura administrativa aconteceu na gestão do professor doutor José Tavares Correia de Lira, entre 2010 e 2014, período de mudanças significativas, com a transferência de Regina Tirello para a Universidade Estadual de Campinas, e a chegada de novos membros da equipe.

Entre janeiro e abril de 2010, o CPC ficou sob a direção pró-tempore da antiga diretora, Profa. Dra. Maria Lúcia Bressan Pinheiro, e em abril a nova diretoria foi nomeada, Prof. Dr. José Tavares Correia de Lira (diretor) e Profa. Dra. Rose Satiko Gitirana Hikiji (vice-diretora). Em abril de 2010 a nova gestão do CPC apresentou “Plano de trabalho 2010-2014”. O plano propõe projetos e atividades que se articulam em torno de três eixos temáticos (memória e cultura uspiana; arquitetura, artes, ofícios; e histórias e culturas da cidade). (RELATÓRIO ANUAL CPC, 2010, p. 6).

Sobre o Eixo 1, primeira abordagem sistematizada do órgão sobre patrimônio imaterial, se descreveu:

É interessante notar como mais recentemente, sobretudo com a transferência do CPC do campus Butantã para a nova sede no Bexiga, novas questões foram se colocando no âmbito conceitual do patrimônio universitário: o patrimônio ambiental, donde as estruturas físicas e urbanísticas dos *campi* vistas como suportes de memória e lugares de referência da vida universitária, as relações com seus entornos naturais e geográficos, os acervos fotográficos da universidade e seus usos técnicos e documentais por parte das diversas disciplinas de conhecimento etc. Tal ampliação da pauta de questões do patrimônio cultural da universidade coloca em discussão suas especificidades conceituais, esferas e formas próprias de relevância e significado e a multidisciplinaridade que o caracteriza.

Neste processo de reflexão sobre as especificidades do patrimônio de uma instituição cultural como a universidade, e da USP em particular, o interesse na problemática do patrimônio imaterial é inevitável. O foco recairá, portanto, naquilo que lhe parece característico enquanto legado histórico e cultural, sua condição de lugar de produção de intelectual, científica, teórica: as formas vivas de linguagem e pensamento que vicejaram ou circularam na USP, os modos de criação, expressão e representação cultural, sua micro-história e a memória não oficial da instituição, as tradições especulativas ou críticas e a memória dos grupos, movimentos, escolas, as práticas de ensino e pesquisa, de laboratórios, expedições, os modos de saber e de fazer, as identidades coletivas, em suma as especificidades daquilo que configura um patrimônio intangível, ainda que de modo algum autônomo, da universidade. (RELATÓRIO ANUAL CPC, 2010, p. 7-8).

Já em fins de 2012, houve outra mudança na estruturação das atividades do CPC que foram divididas nos eixos: “a) Construções, Conjuntos e Sítios; b) Acervos e Coleções; c) Educação e Memória; d) Curadoria e Interação cultural; e) Informação e Documentação”. (RELATÓRIO ANUAL CPC, 2012, p. 5), justificada a seguir:

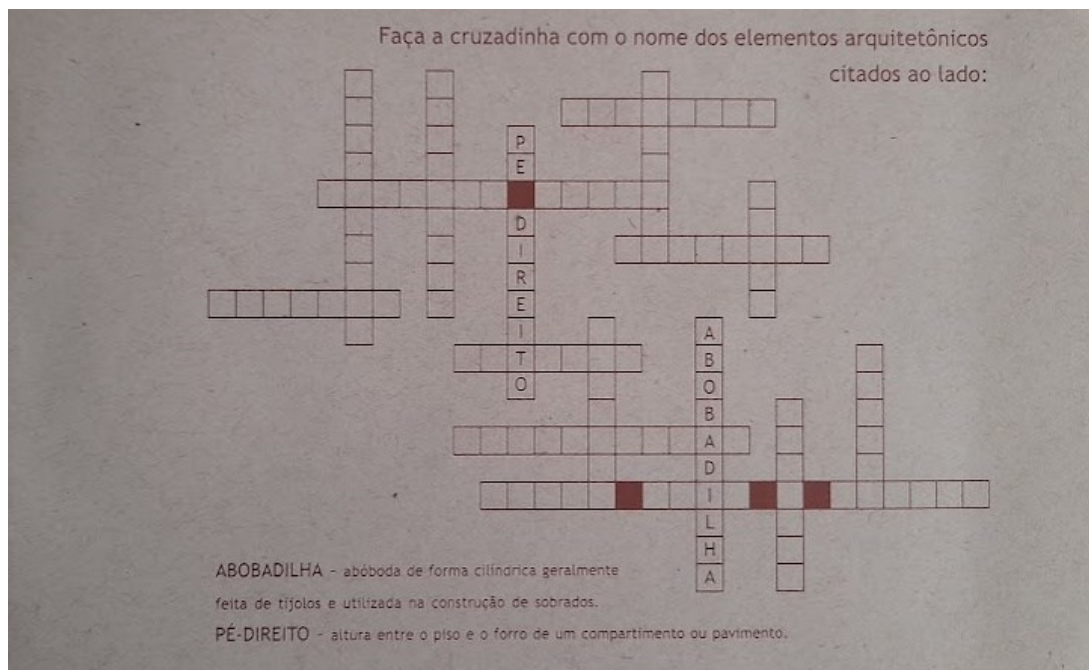
partindo de uma distribuição algo fragmentada e incoerente de atividades e ações, alocadas em eixos caracterizados por certa indefinição conceitual (muitas das quais reunidas sob um único eixo de tipo “guarda-chuva”, chamado *Memória e uso qualificado do patrimônio cultural*), sugeriu-se por parte da direção uma reorganização geral das frentes de ação do órgão em cinco novos eixos, a qual foi em seguida aprovada pelo Conselho Deliberativo do órgão. Esta nova organização reúne com maior coerência não só o conjunto de atividades que vinha sendo desenvolvida de forma fragmentada como ainda sugere a constituição de novas e potenciais frentes de ação, cobrindo lacunas e demandas que vinham sendo identificadas e que se explicitaram a medida em que a discussão sobre a estrutura interna avançava. (RELATÓRIO ANUAL CPC, 2012, p. 26).

Essa reestruturação se mostrou como resultado da necessidade de adequação das especificidades da equipe com as demandas regimentais do Centro, além de ter suprido oficialmente a lacuna em Educação Patrimonial presente até então. Até aquele momento foram desenvolvidos materiais e atividades sobre o tema, inclusive contanto

com a articulação com escolas da região. No ano de 2005, por exemplo, relatou-se o desenvolvimento do seguinte material

A cartilha “A Casa de Dona Yayá, histórias de uma velha senhora” faz parte do projeto do CPC em educação patrimonial e foi pensada como uma estratégia de ampliar o público atingido pelo projeto. Possibilita crianças que não possam visitar a Casa, conhecer o projeto, as histórias e fazer as atividades propostas. Espera-se também que elas enviem suas histórias para o site do CPC, consolidando redes e trocas. (RELATÓRIO ANUAL CPC, 2005, p. 45).

Figura 23 – Uma das atividades de cartilha educativa desenvolvida pelo CPC-USP em 2005.



Fonte: A Casa de Dona Yayá, histórias de uma velha senhora, p. 13.

Contando com um site para consulta de material didático, troca de mensagens e agendamento, a equipe mobilizava atividades educativas mesmo sem contar com profissionais especializados, num esforço de extroversão do bem patrimonial em processo de recuperação e de criação de laços com a comunidade do entorno.

Neste ano de 2005 foi dada continuidade no projeto em Educação Patrimonial na Casa de Dona Yayá, que foi ampliado, dado o retorno positivo que o mesmo teve em 2004. O projeto destina-se a alunos do Ensino Fundamental e pretende, por meio de atividades especialmente elaboradas, qualificar a noção de bem e patrimônio cultural, enfocando temas como memória, cidadania e urbanidade.

O incremento do projeto deu-se pela ampliação do público-alvo recebido, e pela elaboração de novas estratégias que permitam trocas culturais entre o CPC / Universidade e a comunidade / sociedade.

Em relação ao público, além de escolas da rede pública situadas no entorno da Casa, o projeto atendeu crianças de escolas particulares, e organizações do Terceiro Setor. Foram recebidas cerca de 2000 estudantes para a visita à Casa [...]. (RELATÓRIO ANUAL CPC, 2005, p. 47).

O novo Eixo de Educação e Memória, criado em 2012, tinha por objetivo implementar ações dialógicas, comprometidas com a ampliação da interpretação patrimonial do órgão que, por sua vez, implicavam tanto na valorização da produção cultural da comunidade quanto no fomento de sua criação por ela.

[...] trata-se, dentro do órgão, da equipe responsável pela constituição de espaços de troca e dialogicidade com diversos grupos sociais (internos e externos à universidade), tendo como foco a problematização da memória social e do patrimônio cultural, assim como de suas representações, em uma perspectiva de construção de experiências de educação e cultura. Eles têm por objetivo tanto colaborar com a missão social da universidade pública no campo da extensão cultural (e, portanto, colaborar com a produção crítica do conhecimento) quanto em reforçar a presença e a missão institucional do CPC dentro e fora da universidade. Toma por princípios, ainda, a busca constante de uma experiência de respeito e diálogo com seus interlocutores, evitando qualquer tipo de postura arrogante em sua ação “extensionista”: mais do que extroverter um conhecimento acumulado pela universidade — ou, pior, mais do que tentar promover qualquer tipo de assistencialismo —, pretende problematizar tal conhecimento junto aos agentes internos e externos à universidade. Os laços e pontes que sugere construir são, neste sentido, não meros fins em si mesmos, mas veículos de produção local de conhecimento. (RELATÓRIO ANUAL CPC, 2012, p. 28).

Nesse sentido, percebem-se tentativas de inclusão de outros públicos, como descrito a seguir, ao mesmo tempo uma ampliação e uma amostra das limitações do órgão na questão:

Foram realizadas relativamente poucas visitas agendadas, no entanto, procuramos formatar todas elas de acordo com os objetivos e interesses dos grupos que nos procuram. Destaque-se, por exemplo, uma visita realizada pelos pacientes do CAPS de Sapopemba, na qual procuramos abordar de forma sutil e responsável as questões ligadas à saúde mental que a Casa propicia discutir, mesmo sendo este um tema não usual em nossas ações. (RELATÓRIO ANUAL CPC, 2012, p. 41).

Os CAPS - Centros de Atenção Psicossocial, são centros de serviço de saúde mental subsidiados pelo Sistema Único de Saúde desde os anos 1990 como alternativa aos hospitais psiquiátricos de internamento, os manicômios. Possuem uma série de terapêuticas disponíveis, farmacológicas e psicoterapêuticas, além de acompanhamento clínico, projetos de reinserção social, entre outros, num processo ainda em consolidação. Esse foi um dos primeiros registros de demanda desse público específico, frequência que iria se repetir nos anos seguintes.

Considerando que o tombamento da Casa está justificado pelas características arquitetônicas relacionadas ao tratamento da loucura, era esperada a frequência de públicos diversos, para além da comunidade do entorno e de estudantes e profissionais das áreas de arquitetura, história, conservação e restauro, majoritariamente. No mesmo sentido, era esperado o enfoque sobre questões acerca de saúde mental, história da

loucura e pautas antimanicomiais nos materiais e abordagens de Educação Patrimonial, o que não se verificou até aquele momento.

No entanto, essa expectativa é produto do presente, de um momento específico na história social em que pautas sobre saúde mental estão sendo cada vez mais desveladas, assim como a relação entre a estrutura social e a saúde mental cada vez mais abordadas e sob diferentes perspectivas disciplinares. Além disso, a pandemia de covid-19 acelerou essas tratativas, normalizando algumas condições de sofrimento mental antes estigmatizadas, como o isolamento, ansiedade, depressão, pânico social etc.

É relativamente simples adjudicar a responsabilidade das escolhas de abordagem patrimonial do órgão para orientações acadêmicas e políticas, mas, reforçamos, não só os tensionamentos promovidos por conselheiros, equipe e comunidade dão resultados nas guinadas teóricas, a conjuntura é tão importante quanto, pois pode facilitar ou não a difusão de determinadas pautas. Questões de saúde mental são extremamente controversas, uma vez que o sofrimento psíquico é, primordialmente, subjetivo, ainda que conformado, ou em relação direta com a realidade que o comporta (DUNKER, 2015) (KEHL, 2009). Nesse sentido, abordar tais pautas “de forma sutil e responsável”, conforme descrito no relatório mencionado acima, é uma forma de reconhecimento dessa problemática e da necessidade de sua tratativa, ao mesmo tempo que é um reconhecimento das limitações teóricas e atitudinais da equipe, ação comprometida com a inclusão, mas ciente das dificuldades para tanto.

Abaixo, o quadro de diretores do CPC, de 2002 até o momento, e suas respectivas áreas de formação. As diferentes formações e especializações tiveram papel importante na escolha dos enfoques, sobretudo nas questões acerca da Casa e da biografia de Dona Yayá, como veremos a seguir. Apesar disso, é inconteste que tanto as demandas da comunidade, do Conselho e da própria equipe do Centro tiveram peso fundamental para cumprir com as atividades regimentais e com o compromisso social firmado desde a inauguração da Comissão, em 1986.

Período	Direção	Área de formação
2002-2006	Anna Lucia Duarte Lanna	Ciências Sociais e História
2006-2010	Maria Lúcia Bressan Pinheiro	Arquitetura
2010-2014	José Tavares Correia de Lira	Arquitetura
2014-2018	Mônica Junqueira Camargo	Arquitetura
2018-2022	Marta Marandino	Educação
2022-	Flavia Brito do Nascimento	Arquitetura

Tabela 2: Quadro de diretores do CPC-USP e formação acadêmica.

Em 2017 foi publicada a Carta Patrimonial da USP, um esforço do CPC-USP durante a gestão de Mônica Junqueira Camargo, 2014 a 2018, para estabelecer parâmetros básicos e públicos sobre a conceituação e tratamento técnico do patrimônio cultural da Universidade, identificado como

acervos artísticos, arquitetônicos, documentais, bibliográficos, científicos e culturais, espalhados em sete campi e em uma dezena de municípios. Integram esse patrimônio 20 bens tombados; quatro museus estatutários: Museu Paulista, Museu de Zoologia; Museu de Arte Contemporânea e Museu de Arqueologia e Etnologia; 41 unidades de ensino com vasta documentação científica relativa à prática docente e de pesquisa; e uma vida universitária plena de referências culturais de professores, estudantes e funcionários. (CAMARGO, 2017b, p. 163-4).

Segundo a própria professora doutora relatou em seu artigo “Carta Patrimonial da USP: por quê?”, de 2017, a equipe do Centro realizou discussões internas e estudos sobre cartas patrimoniais nacionais e internacionais, legislações e documentos correlatos para estruturar a Carta, num processo de aproximadamente um ano. O Diagnóstico sobre as potencialidades museológicas da USP, elaborado pelas professoras doutoras Maria Cecília França Lourenço e Maria Cristina Bruno, em 2000, é indicado como uma referência significativa, além dos inventários realizados pelo próprio órgão ao longo de seus anos de existência.

Camargo (2017) diz que o documento tomou corpo em junho de 2017 e foi apresentado à comunidade USP estruturado em quatro seções: princípios, objetivos, diretrizes e recomendações. Enviado eletronicamente para todos os setores da Universidade, o documento ganhou assim algumas colaborações que foram incorporadas e publicadas na Carta final no mesmo ano, sendo aprovada pelo Conselho de Cultura e Extensão Universitária em outubro de 2017 (CAMARGO, 2017b, p. 165-6).

Como “princípios”, a Carta reconhece que o patrimônio cultural é uma junção de referências tangíveis e intangíveis, categorias entendidas como indissociáveis, que têm seu valor construído coletivamente, pelos diferentes grupos que compõe a Universidade. Como “objetivos”, se tem a promoção de “uma cultura patrimonial plural e democrática, aberta ao dissenso e à multiplicidade de narrativas” (CAMARGO, 2017b, p. 167) e a colaboração no tratamento técnico do patrimônio cultural da Universidade por meio das normas e legislações nacionais e internacionais.

Os objetivos da Carta foram o de “aproximar todos os envolvidos à questão do seu próprio patrimônio, bem como estabelecer alguns parâmetros para a sua conservação” (CAMARGO, 2017b, p. 164), o que se verifica pelo trabalho de definição sobre o patrimônio e nas “recomendações” que, resumidamente, chamam a atenção para as questões do cruzamento entre tangibilidade e intangibilidade do patrimônio

(material e imaterial), necessidade de construção dialógica/participativa acerca do valor cultural dos patrimônios e de aproximação com as recomendações e legislações pertinentes a fim de viabilizar a preservação e incorporá-la à estrutura política da Universidade. Como objetivo secundário, O CPC corrobora sua legitimidade frente à comunidade USP ao produzir o documento e ao reafirmar suas atribuições regimentais como parte da Carta.

Hoje o Centro está organizado nos seguintes eixos:

Construções, conjuntos e sítios, eixo que reúne as atividades relacionadas ao universo do patrimônio material imóvel: patrimônio arquitetônico, urbanístico, paisagístico, etc. [...]; **Acervos e coleções**, eixo responsável por agregar as ações ligadas aos diversos acervos espalhados pela universidade [...]; **Referências culturais e memória**, eixo que busca se aproximar do universo do patrimônio imaterial (até então quase inexplorado pelo CPC) e em agregar ações e reflexões ligadas à memória universitária; **Produção e interação cultural**, eixo que coordena a promoção dos eventos e atividades de cultura e extensão universitária promovidos pelo CPC; **Informação e comunicação**, eixo que promove ações de comunicação institucional, divulgação das atividades e manutenção de sistemas de informação relacionados ao patrimônio cultural; e **Educação**, eixo responsável pelo desenvolvimento da ação educativa do CPC e da Casa de Dona Yayá. (PLANO, 2021, p. 11-2).

A gestão da professora doutora Marta Marandino, de 2018 a 2022, foi emblemática por conta de seu perfil profissional e pela incidência da pandemia de covid-19, que fechou a Casa por cerca de dois anos e limitou a equipe ao trabalho remoto. Contudo, dessa conjuntura surgiu a exposição *on line* elaborada entre 2020 e 2021, e posteriormente inaugurada presencialmente em 2022, Dona Yayá: cotidiano, feminismo, doença e riqueza. No contexto do trabalho remoto, de março a novembro de 2020

Procurou-se intensificar a presença do CPC nas redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram, Youtube) com conteúdos próprios, como as séries Memória USP, 100 Anos de Yayá no Bixiga e #tbtyayá e outros temas pontuais, como o Dia da Luta Antimanicomial; participação do CPC nos eventos virtuais Marcha pela Ciência, Semana de Museus, Marcha pela Vida e Museus pela Vida;); divulgação dos artigos publicados na Revista CPC; divulgação de notícias relacionadas ao patrimônio da USP e de fatos relevantes sobre patrimônio cultural no âmbito geral. Para colaborar com a produção desses conteúdos foram selecionados dois alunos bolsistas da Escola de Comunicação e Artes (ECA-USP) por meio do Programa Unificado de Bolsas de Estudo para Apoio e Formação de Estudantes de Graduação (PUB-USP). (RELATÓRIO 2018-2021, p. 31).

Outra atividade, foi a pesquisa sobre Sebastiana Freire nas mídias digitais, atividade similar ao Redes de Yayá:

Realizada pela equipe do educativo, a pesquisa objetiva compreender como a Casa de Yayá e a própria Yayá aparecem representadas nos materiais disponíveis em mídias digitais. A intenção é subsidiar o planejamento das ações educativas a partir das diferentes visões que o público já traz e que são produzidas pelo contato com os conteúdos

de mídia digital. Assim sendo, é possível a sua problematização junto ao público visitante. A base da pesquisa corresponde a 48 sites que apresentam conteúdo sobre Yayá, grande parte deles se referindo a Casa como um lugar mal assombrado ou contendo informações equivocadas sobre a história de Yayá. Para sistematização das informações levantadas dos sites foram produzidas fichas de análise. (RELATÓRIO 2018-2021, p. 32).

Outro resultado significativo foi o Plano Diretor, como mencionamos, primeiro documento desse formato produzido pelo órgão. Ele foi elaborado a partir das discussões promovidas entre a equipe que realizou um diagnóstico do histórico do órgão e uma análise crítica de sua trajetória, buscando “refletir sobre a situação atual, as expectativas e os desafios futuros.” (PLANO, 2021, p. 5). Assim, foram definidos os seguintes objetivos, alinhados tanto com as atividades regimentais quanto pelas demandas observadas no cotidiano da equipe:

- Promover ações de extroversão, educação, comunicação e interpretação do patrimônio cultural da USP e da pauta patrimonial, com especial atenção à Casa de Dona Yayá.
- Promover inventários sobre o patrimônio cultural da USP.
- Promover a curadoria da Casa de Dona Yayá, entendida como um processo que envolve a pesquisa, inventariação, preservação, extroversão, educação, comunicação e interpretação.
- Formular sugestões de políticas de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural da USP.
- Fomentar a articulação de redes de profissionais, agentes, pesquisadores e interessados no campo do patrimônio cultural na Universidade de São Paulo.
- Aconselhar e acompanhar unidades e órgãos em ações de identificação, preservação e valorização do patrimônio cultural da USP. (PLANO, 2021, p. 6).

O Plano segue com a definição detalhada das atividades de cada setor do Centro e com o estabelecimento de metas para os quatro anos seguintes à elaboração. Nessas metas percebemos demandas “históricas”, questões perenes ao órgão desde sua fundação enquanto Comissão e relacionadas à contratação de pessoal e financeiro, e a releitura de outras, como o banco de dados e o site do CPC-USP, também perenes, mas atualizadas com a conjuntura do tempo presente. É interessante observar a adição de pontos como a avaliação das atividades e também a necessidade de elaboração de planos de segurança predial e de conservação e restauro da Casa, questões que abordaremos no capítulo 3.

- Reposição de vagas perdidas ao longo dos últimos anos em função de aposentadorias e dispensa de funcionários.
- Abertura de novas vagas para que as atividades fins do órgão sejam realizadas de forma plenamente satisfatória, contribuindo para o fortalecimento do mesmo.
- Revisão dos procedimentos de compra junto a PRCEU na relação com os demais órgãos para que haja um planejamento adequado estabelecendo a ordem dos pedidos e as prioridades a partir das demandas dos órgãos da PRCEU.

- Elaboração de um diagnóstico sobre as condições arquitetônicas e estruturais da Casa de Dona Yayá, evitando riscos de deterioração e segurança.
- Elaboração e implementação de projeto de conservação e restauro, tendo em vista a situação de patrimônio tombado de Casa de Dona Yayá.
- Elaboração e implementação de um plano de segurança patrimonial do imóvel da Casa de Dona Yayá e realização das demandas necessárias decorrentes deste plano.
- Elaboração de um novo site institucional do CPC-Casa de Dona Yayá com sistemas atualizados para receber novos conteúdos e aplicativos, ampliando o impacto do órgão junto aos seus públicos.
- Organização, em um banco de dados disponível para o público, dos inventários produzidos e dos que ainda serão elaborados pelo CPC-Casa de Dona Yayá.
- Ampliação do impacto das ações educativas e culturais, aumentando a quantidade e a diversidade de públicos atingidos e dando prioridade ao público escolar e aos coletivos e grupos organizados do entorno do CPC-Casa de Dona Yayá.
- Retomada da discussão sobre a produção editorial do órgão, avaliando suas possibilidades.
- Promoções de ações de acessibilidade em diferentes dimensões relacionadas às atividades do órgão.
- Continuidade e ampliação das ações de extensão e de divulgação do CPC-Casa de Dona Yayá nas redes sociais.
- Avaliação do impacto das ações de extensão desenvolvidas pelo CPC-Casa de Dona Yayá.
- Qualificação do espaço externo da Casa de Dona Yayá para melhor fruição pelo público.
- Aprofundamento das relações com os demais órgãos da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária e com as demais unidades da USP, fortalecendo e integrando melhor as ações de extensão. (PLANO, 2021, p. 31).

Por fim, a gestão de Marandino foi a primeira a incorporar a tratativa da memória de Sebastiana Freire de forma sistemática nas atividades do Centro. O que era feito de forma voluntariosa por alguns membros da equipe ao longo dos anos, foi definitivamente incorporado, inclusive no nome do órgão, igualmente com novas premissas acerca do patrimônio cultural, conforme descrito no Relatório de Gestão 2018-2022:

O CPC–Casa de Dona Yayá desenvolve ações de caráter patrimonial voltadas à identificação, inventariação, pesquisa, preservação, comunicação, educação e extroversão do patrimônio cultural universitário, bem como de assessoria na formulação de políticas públicas patrimoniais na Universidade de São Paulo. É também detentor e guardião de um bem cultural específico (a Casa de Dona Yayá), tornando-o também um sítio patrimonial, além de um espaço voltado à realização de ações de cultura e extensão universitária. Trata-se assim de um órgão com um enorme potencial de promover a reflexão e a ação sobre o patrimônio, de fomentar o diálogo e produzir conhecimento junto com a sociedade.

A partir destes pressupostos, as responsáveis pela gestão do CPC no período de 2018 a 2020 buscaram promover a articulação entre as funções de inventariação e preservação do patrimônio e de extensão universitária, dando foco às ações que ampliassem a relação entre o CPC–Casa de Dona Yayá e a sociedade. Neste sentido, foi

desenvolvido, ao longo da gestão, o Plano Diretor (PD), documento que define três princípios base das ações desenvolvidas. São eles, a indissociabilidade das dimensões material e imaterial do patrimônio cultural; a matriz social de seus valores; e a dialogicidade e democratização dos bens culturais. (RELATÓRIO DE GESTÃO 2018-2021, p. 5).

A memória de Sebastiana Freire, assim como as características arquitetônicas ligadas à medicina psiquiátrica passaram a ter maior atenção e as premissas de atuação do Centro incorporaram pautas sobre feminismo e loucura, por exemplo, assim como a participação de profissionais de saúde em eventos formativos e de discussão patrimonial.

Figura 24 – Banner digital de divulgação da mesa redonda “Patrimônio e saúde mental”.



Fonte: Página do Twitter do CPC-USP. 9 set. 2022. Disponível em: <<https://twitter.com/cpcusp>>. Acesso em 25 mai. 2023.

3.2.2 A Comissão Especial Casa de Dona Yayá

Em 1988 a Comissão solicitou levantamentos histórico-arquitetônicos para o imóvel, fixação de placas para sinalizar a propriedade da USP e designou um vigia para o local. A CPC também solicitou a consultoria dos arquitetos Regina Tirello e Antonio Luiz Dias de Andrade para auxílio na identificação tipológica e elaboração de projeto de restauração arquitetônica. A historiadora Marly Rodrigues, por meio da empresa Ícone Pesquisas históricas foi contratada para realizar o levantamento histórico. É desse ano também a proposta de uso do imóvel elaborada pelo professor Reis Filho:

Após restauração, propõe que o imóvel sirva como sede central para o desenvolvimento de atividades culturais por parte de professores aposentados da Universidade, visando, inclusive, a extensão de

serviços à comunidade em geral, como a promoção de cursos, palestras, entre outros.” (ATA CPC 23 jun. 1988).

Citada em várias atas, esse projeto foi o mote para a contratação da Yurgel Machado & Rodrigues Arquitetos Associados (YMR)⁴⁴, empresa que elaborou um estudo preliminar e uma proposta de restauro e uso do imóvel, identificado como um remanescente de chácara. Os pontos mais notáveis do projeto dos arquitetos eram a demolição do solário e a construção de um auditório de subsolo, alterações em função da implementação do Centro de Convivência de docentes. A proposta da YMR foi desconsiderada pelo colegiado da CPC na sessão de 19 de junho de 1990 por conta da descaracterização do jardim, dos altos custos das obras e dos potenciais riscos causados ao imóvel por conta da alta circulação de pessoas, mas não houveram protestos com relação à demolição.

Como dito, sempre houve disputas em torno da classificação e partido de restauro da Casa. Em 1990 o estudo de Rodrigues já estava disponível aos membros do Conselho e já constava como um subsídio documental relevante para endossar que o valor histórico estava relacionado às modificações empreendidas em função do tratamento psiquiátrico de Sebastiana e não nas características de chácara somente, sobretudo do ponto de vista da excepcionalidade.

Sebastiana Freire raramente aparece como personagem histórico a ser considerado central nos projetos de uso e restauro. No projeto da YMR por exemplo, previa-se a manutenção de uma sala com uma exposição permanente sobre ela, uma contrapartida descolada da ideia principal que era o centro de convivência. como na matéria abaixo, Sebastiana figurava como uma nota avulsa, uma curiosidade, em meio a assuntos tratados como de maior relevância e, por isso, melhor substanciados. A matéria “USP contratou obra sem fazer licitação”, informava:

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo julgou ilegal o contrato entre o Fundo de Construção da Universidade de São Paulo – FUNDUSP, e a empresa de arquitetura Yurgel/Machado Arquitetos Associados por conta da falta de processo de licitação e “ao fato de os contratados serem professores da própria universidade”. [...] A USP planeja transformar a casa num centro de atendimento à comunidade, onde trabalharão professores aposentados. Yayá era o apelido da feminista Sebastiana de Melo Freire, uma fotógrafa do início do século, que depois de enlouquecer teria sido trancada no casarão pela família durante muitos anos. (USP, 1990).

Em 19 de fevereiro de 1991 foi documentada em ata a instalação do canteiro de obras emergenciais na Casa de Dona Yayá financiado pela própria Universidade e executado pelo Fundusp. “Nessa oportunidade o professor Ulpiano lembra que, para um

⁴⁴ Para mais informações, consultar Processo USP 90.1.33725.1.4.

eficiente trabalho de restauro, é necessário contar-se com um programa de uso do imóvel minimamente definido.” Como abordamos brevemente, Meneses também elaborou uma proposta de uso para a casa, a do Centro Piloto de Gestão Urbana, apresentada à Comissão em junho daquele ano e que compreenderia as ações de

coleta de bibliografia e documentação sobre as experiências internacionais de gestão urbana [...]; documentação específica sobre o Bexiga, num quadro urbano e metropolitano; programa de Banco de Dados à disposição do público; Exposições de plantas, fotos, maquetes de projetos de intervenção, apresentação de vídeos e material similar; Debates, seminários, cursos; Intermediação de diversas formas entre as instâncias envolvidas [poder público e comunidade, por exemplo]. (ATA CPC 19 fev. 1991).

Como muitas das propostas de uso elaboradas antes e posteriormente, esta não foi encaminhada para desenvolvimento. A pequena estrutura dada à CPC frente aos grandes desafios, assim como os entraves burocráticos de uma instituição do tamanho da USP, sempre foram empecilhos muitas vezes incontornáveis à despeito da disposição do colegiado, situação descrita em reunião da CPC já em 1994, na ata de 25 de agosto na manifestação de um dos membros que apontou

‘o fato de os imóveis pertencentes à USP estarem ‘despencando’ e a CPC não ter o poder de executar ou tomar decisões para minimizar esses problemas é cada vez mais angustiante’. Ao que os outros participantes, professora Cristina Bruno, Teresa de Paula e Ulpiano sugerem a elaboração de um documento que alerte sobre a questão a ser encaminhado às instâncias superiores da Universidade.

Nesse episódio discutia-se a situação da Casa e as dificuldades em sua conservação, o que foi apontado como um problema estrutural. Não encontramos indícios – cópias ou minutas – desse documento nas consultas realizadas. Nesse ano a direção da CPC estava sob a responsabilidade de Diva Benevides Pinho, que foi sucedida por Maria Cecília França Lourenço, gestão responsável por estruturar os trabalhos da comissão em eixos de ação, grupos de trabalho responsáveis por tratar as questões mais urgentes naquele momento, e sistematizar dados e experiências em publicações.

Apoiada nos estudos técnicos já realizados e munidos das experiências de contratação e mobilização em função da execução de obras emergenciais e do projeto de ocupação, em 1995 a CPC organizou uma Comissão Especial para tratar especificamente da Casa de Dona Yayá. A CE-Casa de Dona Yayá já havia feito sua primeira reunião quando o então reitor Flavio Fava de Moraes através da Portaria GR n.º 2965, de 15 de setembro de 1995, dispôs “sobre a criação de Comissão Especial [CE] da Comissão de Patrimônio Cultural (CPC), com objetivo de elaborar plano de restauração e ocupação do imóvel conhecido como ‘Casa de Dona Yayá’ (sito à Rua Major Diogo nº 353, São Paulo, Capital)”. O documento estruturou a CE a partir dos

agentes já mobilizados e trouxe a atribuição de valor do imóvel sem fazer referência à memória de Sebastiana Freire.

A portaria considerou “que os serviços de restauração para sua ocupação imediata pela CPC [poderiam] ser efetuados com recursos relativamente reduzidos”, movimento necessário uma vez que a Casa estaria “à margem do contexto social de seu bairro e da cidade de São Paulo”. No documento também se considerou o imóvel como “um dos últimos remanescentes das antigas chácaras típicas do fim do século XIX nas áreas periféricas da cidade, possuindo características construtivas e pinturas murais originais encontradas na maior parte de seus ambientes” (PORTARIA GR N° 2965, 1995).

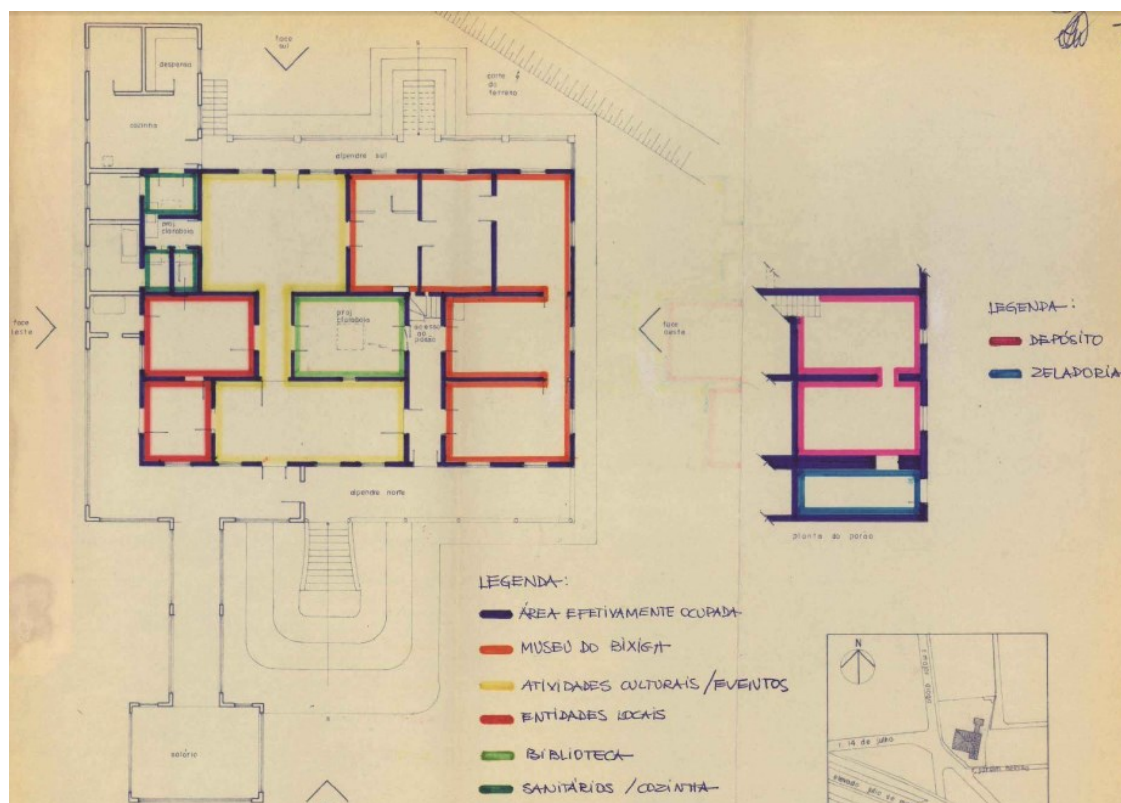
A Comissão Especial deveria ser composta por um docente representante da Comissão de Patrimônio Cultural; um arquiteto representante do Fundo de Construção da USP (FUNDUSP); um representante do CONDEPHAAT; um representante da Sociedade de Defesa das Tradições e Progresso da Bela Vista e um representante da comunidade, tendo a coordenação definida pela própria CE. Essa composição foi alterada pela Portaria GR n° 2979, de 06 de dezembro de 1995 que designou a inclusão de um membro um docente representante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. No artigo 4º designavam-se as ações da Comissão Especial, que deveria aguardar a conclusão da manutenção predial emergencial para “elaborar e orientar atividades que caracterizem a sua efetiva ocupação pela USP, por intermédio da CPC” (PORTARIA GR N° 2965, 1995).

Inicialmente, a Comissão foi composta por José Sebastião Witter, José Costa de Oliveira Filho, Marly Rodrigues, Walter Taverna, Diva Benevides Pinho e Maria Lucia Bressan Pinheiro. A primeira reunião foi realizada em 21 de junho e tratou dos esforços para consolidar a atuação da Comissão junto à Pró-Reitoria e para viabilizar ações mínimas de manutenção e restauro do imóvel para que se pudesse utilizar do espaço com segurança “no sentido de obter credibilidade, sensibilizar e mobilizar a população local.” Em sua segunda reunião a CE levantou a possibilidade de utilizar a Casa para suas reuniões, o que demandou reparos mínimos e limpeza do imóvel. Já nesse momento se pensou na extensão de cursos e apresentações culturais que aconteciam no campus Butantã para a Casa.

Dentre as propostas de uso iniciais estava a vinculação da USP com o bairro por meio de “núcleo de revitalização, memória e identificação do Bexiga, além daquela vinculada à gastronomia para que a região tenha mais atividades culturais; possibilidade da instalação da CPC e Banco de Dados no imóvel.” A proposta de uso cultural discutida naquele momento reforçava a ideia de aproximar a Universidade do bairro para criar uma referência cultural para “além daquela vinculada à gastronomia para que a região

tenha mais atividades culturais” (ATA CPC 6 dez. 1995), proposta semelhante à do Museu do Bixiga agitada pelas entidades de ascendência italiana do bairro e planejada pelo DPH, ainda em 1981.

Figura 25 – Proposta de utilização do imóvel elaborada por Clayton F. Lino, M. Cristina Donadelli Pinto em outubro de 1981.



Fonte: Condephaat Processo 21955/82, fl. 33.

Embora a construção de um centro cultural voltado à história de um único bairro pudesse fugir do escopo virtualmente universalista da Pesquisa e Extensão universitárias, a proposta era semelhante a do professor Ulpiano. Ainda que a primeira tivesse mais evidente os caracteres de mobilização e fruição, ambas pretendiam criar um espaço estruturado para a população em geral interessada em questões patrimoniais e de Urbanismo, lugar privilegiado para extensão universitária interdisciplinar de cursos como arquitetura, geografia, direito, economia e história, por exemplo. Todas as propostas de uso até aquele momento tinham restrições financeiras e legais que impediam sua aplicação, mas a análise em retrospecto deixa patente também as barreiras impostas por uma concepção específica sobre educação e pesquisa e interação entre Universidade e comunidade, isso tudo num cenário de abertura

democrática e episódios de ocupação dos espaços da USP por movimentos universitários e de moradia⁴⁵.

Enquanto tomava providências quanto aos reparos emergenciais, a CE também analisava propostas de uso da Casa, entre elas a do grupo Abaçai Cultura e Arte. Em 4 de março de 1996, Marly Rodrigues apresentou seu parecer favorável ao projeto:

Hoje, o Bexiga é tido em São Paulo como um bairro de tradição cultural italianizada, que oferece como opção de lazer restaurantes 'típicos' para a população de classe média; embora esta seja apenas uma de suas faces, é a dominante" [...] "cabe uma observação sobre a identidade que se quer resgatar [...] seria desejável que a Casa de D. Yayá abrigasse uma estrutura semelhante a um centro de memória no qual estivessem arquivados registros abertos à consulta de especialistas e a fruição do público em geral, por meio de exposições, palestras e outras atividades, os testemunhos da vivência e da cultura local, o que fortaleceria nos moradores do bairro e na população paulistana em geral o sentimento de pertencer a um lugar definido, cujo conhecimento do passado oferece condições de identificação. (ATA CPC, 4 mar; 1996).

A proposta não foi alavancada porque um dos membros da Abaçai era professor universitário da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP), configuração que poderia ocasionar conflitos jurídicos como aquele ocorrido com a YMR, no que foi solicitado à Rodrigues a elaboração de um projeto de centro de memória do bairro que atendesse as intenções de uso do espaço. Em 19 de março de 1996 a Comissão aprovou a proposta de Marly Rodrigues de criação de um Centro de Memória do Bexiga, que também teve parecer positivo de Maria Cristina Oliveira Bruno em 8 de abril. A proposta, datada de 16 de março, versava sobre a pretensão de instituir o

Centro de Memória do Bexiga, que tem por finalidade coletar e organizar informações sobre diferentes aspectos do bairro, história, memória, questões sociais, urbanas, entidades, festas...colocando-as à disposição de estudiosos e dos moradores, estes também envolvidos no próprio registro de sua memória. [...] Além da importância enquanto local de organização e acesso a diversas informações referentes ao bairro, o Centro significa uma possibilidade de ocupação efetiva e contínua da residência, sem que isto impossibilite que outras atividades de interesse da comunidade local também sejam ali sediadas. O Centro pretendido não está voltado para o passado, mas procura buscá-lo como meio de dar lastro e explicitar o presente. (ATA COMISSÃO ESPECIAL CASA DE DONA YAYÁ, 16 mar. 1996).

Naquele momento Walter Taverna, presidente da SODEPRO, articulava junto aos comerciantes do Bexiga subsídios para compra do material necessário para as obras de reforma, no que a Prefeitura da Universidade forneceria mão de obra necessária (ATA COMISSÃO ESPECIAL CASA DE DONA YAYÁ, 23 mai. 1996). No

⁴⁵ AVANCINI, Marta. USP sofre nova invasão de sem-teto. Folha de São Paulo, Cotidiano, 3 mar. 1998. Disponível em: <<https://tinyurl.com/mrxz83kx>>. FLEMING, M. I. D.; FLORENZANO, M. B. B. Trajetória e perspectivas do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (1964-2011). Estudos Avançados, [S. l.], v. 25, n. 73, p. 217-228, 2011.

entanto, as discussões ainda giravam em torno do partido de restauro a ser tomado, “presídio, casa de chácara ou condição feminina” (ATA CPC 24 jun. 1996), esta última um tema raramente abordado propriamente nas atas consultadas, tanto da CPC quanto da CE. No conjunto documental consultado havia anotações de um dos participantes da CE feitas sobre as atas impressas e em uma delas, ainda em 1995, “condição feminina” foi substituída por “respeito humano”, por exemplo, um posicionamento comum nas discussões sobre o partido de restauro.

De cunho político e teórico, a ação de não considerar como relevante a abordagem da história das mulheres e das relações de gênero está ligada com premissas sociais e acadêmicas centradas no conceito de universalismo construído a partir do século XIX que tem a humanidade como categoria equivalente ao estereótipo homem-masculino. Assim, “respeito humano” englobaria todas as pessoas, enquanto “condição feminina” definiria uma parcela da “humanidade” apenas. Joan Scott defende que: “O desafio lançado por essas reações é, em última análise, um desafio teórico”, de adotar a perspectiva do gênero enquanto uma categoria de análise (SCOTT, 2019, p. 52) necessária para melhor compreensão das dinâmicas sociais (em seus mais diversos âmbitos) e do processo histórico em si.

De forma resumida, se o patrimônio é constituído por uma dimensão simbólica de valoração cultural – que demanda uma análise histórica e social que sustenta esse valor – e é também referência de memória social – relacionado à construção de identidades – é compreensível o desejo de apreensão de uma perspectiva valorativa que abarque a todos. O que apontamos é que, nesse caso, “todos” é uma construção baseada numa perspectiva excludente e machista do que é a humanidade. O gênero enquanto categoria de análise (SCOTT, 2019) é instrumento de contestação dessa construção nos mais diferentes campos sociais, o que abre a possibilidade da construção de novos valores para o patrimônio cultural e para a sociedade como um todo.

Se a museologia estuda a relação do ser humano com o patrimônio num determinado espaço, esse estudo tem sido caracterizado por um tom de neutralidade, ou seja, não se estuda a relação com o patrimônio tomando em consideração as especificidades dos seres humanos (homens, mulheres e outras categorias socioculturalmente construídas), nem os diferentes impactos que os patrimônios têm em cada um/a. Quando, por exemplo, aborda-se a relação feminina com os patrimônios, remete-se o estudo para recortes marginais das áreas patrimoniais relacionadas com a domesticidade, as relações de parentesco e a maternidade, em museus de traje ou exposições etnográficas com reconstituições dos espaços domésticos.” (RECHENA, 2014, p.165).

Em reunião de 25 de junho de 1996 a Comissão Especial, sem a presença de Marly Rodrigues, se apresentou a favor da restauração do imóvel que privilegiasse seu “aspecto arquitetônico enquanto remanescente de casa de chácara no entorno de São Paulo”, o que acarretaria na eliminação do solário, ainda que fosse previsto a manutenção dos aposentos de Yayá e nele se vislumbrassem uma exposição permanente sobre ela. Sobre as pinturas murais, elas “deveriam ser incorporadas ao projeto de uso e podem ser didaticamente aproveitadas, por exemplo, com a aposição de textos explicativos sobre suas características de época, técnicas etc.”. Embora ausente, a historiadora entrou em contato com a Comissão, expressando por telefone sua opinião contrária à demolição do solário.

O partido de restauro mobilizou intensamente os membros da Comissão, conforme relato de Maria Oliveira Cristina Bruno, naquele momento vice coordenadora da CPC-USP, ao projeto Memória CPC no dia 20 de setembro de 2016 e consultado na rede informática do órgão:

uma discussão que eu me lembro bem, que para mim foi muito significativa, foi sobre qual era o partido do restauro. Eu me lembro muito bem, a gente teve que votar e foi uma votação bastante... Acirrada. Tinha um grupo que defendia que a casa devia ser um palacete e ponto. Então, portanto, todos os anexos, aqueles outros elementos que foram incorporados à casa já numa outra dimensão deviam ser retirados. E tinha outro grupo, do qual eu fazia parte, que cortaria os pulsos se fosse feito isso porque esses elementos preservavam muito a ideia do tratamento da mulher, da própria figura da dona Yayá, da compreensão dessa identificação com a loucura... Eram marcas muito expressivas na arquitetura e que poderiam dar uma abertura para muitos trabalhos. [...] tinha também um certo litígio, não é? Porque mesmo as pessoas do bairro tinham expectativas diferentes. (CENTRO, 2016).

Em carta enviada à Diva Benevides Pinho em 19 de agosto de 1996, Rodrigues explicou com mais detalhes sua posição, solicitando que a carta fosse de conhecimento dos outros membros. Na carta, que foi anexada ao processo de tombamento, ela ressaltou que as discussões acerca do patrimônio estão cada vez mais complexas,

uma vez que os edifícios passaram a ser considerados não apenas como objetos arquitetônicos, mas como parte da cultura material de uma sociedade e assim, representam valores e significados múltiplos que se transformam e sobrepõe com o decorrer do tempo e com a diversidade presente na sociedade.

Para além disso, Rodrigues chamou a atenção para o fato de que a Casa já não era mais um chalé quando foi adquirida pelos tutores de Sebastiana Freire, visto as modificações feitas ao longo dos primeiros anos de 1900 que a transformaram numa casa urbana, seja pela instalação de alpendres, pinturas parietais, seja pelo loteamento do terreno, de modo que ela escreveu: “discordo do privilégio dado ao aspecto arquitetônico que neste caso, claramente, se apresenta insuficiente, excludente e,

considerando o exposto nos parágrafos anteriores, nos coloca diante da possibilidade de falsear a história do edifício.”

Sua proposta do Centro de Memória do Bexiga foi rejeitada pela CPC logo depois, conforme parecer descrito em ata do dia 27 de agosto:

O documento não responde, também, qual a expectativa dos moradores do bairro com relação a um espaço cultural e como inseri-lo num ambiente decadente, habitado por vários mendigos e marginais. Ainda persistem divergências de opiniões com relação à permanência ou não do *solarium* existente na casa, ou seja, se deve ser privilegiado o aspecto arquitetônico do imóvel enquanto remanescente de casa de chácara, a Casa da Louca ou, até mesmo, ambos.

Naquele mesmo dia foi solicitado à arquiteta Regina Tirello que desenvolvesse uma proposta para implementação do Canteiro Escola, projeto de formação profissional em restauro arquitetônico que viabilizaria a restauração da Casa com menor custo, além de promover a formação de mão de obra especializada. Já no ano seguinte, a reforma emergencial estava sendo organizada com previsão de recursos da Reitoria (ATA CPC 25 set. 1996), mas ainda se discutia se o partido de restauro a ser adotado daria “ênfase do restauro no aspecto arquitetônico ou na questão da loucura” (ATA CPC 4 fev. 1997).

No entanto, a ata de 1 de setembro de 1997 fala da dificuldade de levantar mais recursos para o restauro da Casa e também sobre os impasses sobre seu uso. A colaboração de Walter Taverna se destacou naquele momento, pois mobilizou diversos agentes no bairro:

Graças à colaboração do Sr. Walter Taverna representante da SODEPRO (Sociedade de Defesa das Tradições e Progresso da Bela Vista), nesta Comissão, foi cedido o uso por um ano, de um telefone de sua propriedade para ser ligado no imóvel. O Sr. Taverna também colaborou na limpeza mínima da parte externa e interna do imóvel, e conseguiu 1000 paralelepípedos que se encontram no local, para oportuna utilização. Além disso, o Sr. Taverna fez contatos verbais com alguns empresários visando parcerias para o restauro do imóvel, nada foi concretizado.

Embora as dificuldades fossem muitas, se destacou na ata a procura crescente da imprensa, de visitantes e pesquisadores à casa, tanto que os próprios integrantes da Comissão Especial atendiam essas demandas, ainda que o tempo e a equipe fossem diminutos. Em 9 de setembro de 1997 o Comitê Vem Pro Bixiga, sob a presidência de Silvia Galant, encaminhou proposta de locação da Casa à Reitoria, ação que ilustra o interesse da comunidade do bairro pelo imóvel, conforme mencionado acima:

Se nada for feito de imediato, é bastante provável que seu estado se degrade ainda mais, o que tornaria praticamente impossível qualquer futura ação para sua restauração e uso. Temos claro que o problema não é apenas da USP, mas também da comunidade desse tradicional bairro paulistano. [...] Nossa proposta objetiva ao mesmo tempo salvar a ‘Casa de Dona Yayá’ e transformá-la no centro catalisador das forças

que lutam pela Comunidade. Mais precisamente, vimos reivindicar a concessão da 'Casa de Dona Yayá' pelo Comitê 'Vem pro Bixiga', em caráter de locação para reforma, recuperação e uso do imóvel.

Sem encaminhamentos dados, em 10 de março de 1998 foi publicada a Portaria GR nº 3104 que revogou as anteriores de instituição da CE-Casa de Dona Yayá. Nesse mesmo ano foi avaliada uma proposta de instalação do Museu de Geociências da USP na Casa, intenção declinada por conta das limitações de espaço (PROCESSO USP 93.1.1017.51.3, 2000, fl. 165). Em 5 de maio o CONDEPHAAT publicou a resolução de tombamento, decisão que não facilitou a definição de um partido de restauro, apesar do direcionamento flagrante no texto da resolução.

Em 28 de julho foi encaminhado à CPC ofício do Promotor de Justiça do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de São Paulo pedindo informações quanto às intervenções realizadas para sanar "risco de desabamento, conforme consta do relatório do Departamento do Patrimônio Histórico – DPH" (USP, PROCESSO 93.1.1017.51.3, 2000, fl. 166), requisição ancorada na Portaria 075/98 que instaurou procedimento preparatório de inquérito civil sobre a preservação do imóvel.

A coordenadora da CPC, Maria Cecília Lourenço respondeu que recursos estavam sendo articulados junto ao Fundo Nacional de Cultura para execução da restauração do imóvel, mas que até então o FUNDUSP havia executado as seguintes obras: restauro do muro da divisa com a rua Abolição e do forro de madeira nos cômodos mais prejudicados (sem especificar quais), descupinização das madeiras, "realização de demandas elétricas e hidráulicas", mudança do portão externo e vigilância 24 horas (USP, PROCESSO 93.1.1017.51.3, 2000, fls. 171-174).

Em 15 de outubro do mesmo ano foi baixada a Portaria PRCEU n. 07/98, publicada no DOE em 17 de outubro de 1998, p. 29, que instituiu a formação da CE para "elaborar plano de restauração e ocupação do imóvel conhecido como 'Casa de Dona Yayá'" com os membros:

Representante da Comissão de Patrimônio Cultural: Profa. Heloisa Maria Silveira Barbuy (Titular) Prof. Dr. Carlos Roberto Ferreira E Brandao (Suplente); Arquiteto Representante do Fundo de Construção Da USP: Arquiteto Jose Costa de Oliveira Filho (Titular) e Arquiteto Neyde Ângela Joppert Cabral (Suplente); Representante do Condephaat: Historiadora Marly Rodrigues (Titular) e Prof. Dr. Jose de Souza Martins (Suplente); Representante da Sociedade de Defesa das Tradições e Progresso da Bela Vista: Sr. Walter Taverna (Titular) E Sra. Solang Taverna Chaim (Suplente); Representante da Comunidade: Arquiteto Regina Andrade Tirello (Titular); Representante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Profa. Dra. Maria Lucia Bressan Pinheiro (Titular) e Prof. dr. Ricardo Marques De Azevedo (Suplente).

A 5 de novembro de 1998 a Comissão Especial faz sua primeira reunião depois da reorganização e foram feitos encaminhamentos para elaboração de um concurso de ideias para restauro e uso do imóvel, lançado em 6 de outubro de 1999 com a publicação do livreto *Uso qualificado da Casa de Dona Yayá: Manual para apresentação de propostas*. O manual indicava a necessidade de definição do uso como essencial para nortear o projeto de restauro e adaptação da casa a esse uso, ações que

Não são práticas excludentes, pelo contrário. Restaurar não significa estagnar a casa em um determinado trato de tempo; adequar as instalações não implica em descaracterização, principalmente se considerados os limites espaciais do imóvel e sua real possibilidade de capacitação para o uso proposto. (USO, 1999, p. 4).

O manual também indicou que afinal a CPC-USP havia decidido pela manutenção da integralidade do imóvel, informação que se verifica pela ata da 92ª Sessão da CPC do dia 19 de maio de 1997, mas que se torna prescindível frente às orientações da resolução de tombamento e dá por pacificada uma questão intensa e extensivamente debatida. Sobre o uso qualificado, a Comissão estipulou algumas premissas a serem atendidas pelos contestantes:

Determinou que preferencialmente sejam escolhidas propostas que envolvam unidades da USP, isoladamente ou em parceria com outras entidades públicas ou privadas externas à Universidade e que prevejam a instalação no imóvel de atividade de caráter de extensão universitária, dirigida à comunidade do bairro do Bexiga e seu entorno, sempre sob a esfera decisória da CPC. Ainda preferencialmente, o uso que venha a ser dado ao imóvel deve levar em conta a questão da exclusão, já que a casa testemunha a forma como a sociedade paulista lidava com esta questão no início do século que termina. (USO, 1999, p. 5).

Durante o desenvolvimento do Manual, Marly Rodrigues e Terezinha Gonzaga apresentaram à CE o projeto do Centro de Referência contra a Violência que pretendia criar um órgão administrado por um colegiado composto por membros da Universidade e entidades civis direcionado para a criação de políticas públicas para conscientização e prevenção da violência.

A proposta privilegia os serviços já oferecidos pela USP na área de saúde mental e emocional e de apoio à reintegração de crianças e adolescentes. Considera também a existência de trabalhos na mesma área já assumidos por segmentos organizados da sociedade no bairro do Bexiga, como o Fórum de Violência Contra a Mulher da Cidade de São Paulo, integrado por entidades como a União de Mulheres de São Paulo, o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, a SODEPRO, a Sociedade de Amigos, o Comitê Vem pro Bexiga, o Lions e o Rotary. (USP, PROCESSO 93.1.1017.51.3, 2000, fl. 195).

Foi pontuado que

Dada a importância histórica e cultural da residência e do interesse da USP em preservá-la, sugerimos que o concurso não se realize em torno de ideias de uso, mas de projetos de restauro que atendam a

uma utilização condizente com a política da atual Reitoria em relação à sociedade, definido pela CPC, em comum acordo com a Comissão Especial. (USP, PROCESSO 93.1.1017.51.3, 2000, fl. 192).

A recomendação para projeto de restauro era o de destacar o caráter de manicômio particular, uma vez que “esta razão histórico-cultural fundou o tombamento do bem pelo Condephaat.” (USP, PROCESSO 93.1.1017.51.3, 2000, fl. 192). Como muitas propostas anteriores, essa não foi continuada e não encontramos nos arquivos pareceres sobre ela.

No ano de 1999 Marly Rodrigues se afastou da CE, mas continuou seu relacionamento com o bem cultural, inclusive elaborando a redação da alteração da resolução de tombamento, como abordado anteriormente. Em 5 de julho de 1999 o CONDEPHAAT encaminhou ao CPC parecer elaborado pela historiadora em maio do mesmo ano sobre as reformas emergenciais empreendidas. O parecer indicou que a documentação referente às obras realizadas pelo FUNDUSP foi enviada após o início dos trabalhos, configurando desobediência à legislação que determina apresentação prévia de projetos de intervenção em imóvel tombado para apreciação do CONDEPHAAT e, caso aprovadas, designação de um técnico do setor referido para acompanhamento.

A Casa de D. Yayá foi tombada como representação das formas sociais de tratamento da loucura durante a primeira metade deste século. Isto implica que se conservem, como explicitado na Resolução de Tombamento, ‘os testemunhos materiais que tornaram abrigo de uma doente mental’. [...] As atuais obras, curiosamente, não abrangem a varanda e o solarium, embora este, uma estrutura de ferro, em especial, necessite cuidados urgentes. (USP, PROCESSO 93.1.1017.51.3, 2000, fl. 242).

A isso, somava-se a retirada das portas e janelas adaptadas para ações conservativas e que até então não haviam voltado ao lugar apesar das constantes solicitações da representante do CONDEPHAAT na Comissão Especial. E assim,

Diante do descuido assim manifesto por elementos materiais que testemunham a história desta casa, temo pela perda do significado que ela tem para a memória social. Intervenções pouco cuidadosas também já deram conta de destruir, no amadeiramento do telhado, os testemunhos da primitiva estrutura do telhado do chalé em torno do qual foram anexados, na década de 1910, as dependências que configuram a planta da atual residência. (USP, PROCESSO 93.1.1017.51.3, 2000, fl. 242).

A resposta assinada pelo então reitor Jacques Marcovitch, encaminhada ao CONDEPHAAT pelo ofício GR/503 garantia o compromisso da CPC em preservar a integralidade do imóvel, inclusive citando que o Colegiado havia votado a favor dessa posição antes mesmo da publicação da Resolução de tombamento e que esse partido estava documentado na publicação do Cadernos CPC III – a Casa de Dona Yayá, então

no prelo (PROCESSO USP 93.1.1017.51.3, 2000, fls. 245-6). O CPC trabalhou em função de esclarecer a situação com o CONDEPHAAT e as obras prosseguiram sem mudanças significativas na orientação dos trabalhos.

O Processo USP 93.1.1017.51.3 (2000, fl. 311) possui matéria do jornal Gazeta d'Itália intitulada "União de Mulheres Homenageia Dona Yayá", apenas com indicação da data de encaminhamento do fax, 18 de fevereiro de 2000. Ela reporta que apesar do tombamento em 1998 e do lançamento do concurso de ideias, nada havia sido resolvido ainda sobre a ocupação da casa, então "em ruínas", descrição que mais uma vez corrobora a situação conflituosa de preservação do imóvel e o engajamento das entidades civis do bairro na questão.

No intuito de manter em pauta essa discussão, a União de Mulheres, juntamente com a SOS Saúde Mental, promoveu no dia 21 de janeiro, em sua sede, à Rua Coração da Europa, 1395, um evento comemorativo da data do aniversário de Dona Yayá.

Falando para uma plateia de 52 pessoas, a presidente da União de Mulheres, Terezinha Gonzaga, abriu o evento, salientando a importância da preservação da Casa de Dona Yayá na medida em que ela, como testemunho da opressão da mulher e da discriminação do doente mental, pode suscitar uma reflexão da sociedade sobre situações que ainda hoje persistem.

Terezinha enfatizou também a importância do Bixiga como espaço de resistência e luta, desde os quilombos que ali existiram no período da escravidão, até a Casa Universitária que funcionou durante muitos anos como foco de militância de mulheres no combate à ditadura. Essa vocação tem marcado a história do bairro que abriga hoje seis entidades feministas. (PROCESSO USP 93.1.1017.51.3, 2000, fl. 311).

Em 13 de julho de 2000 foram relatados em ata os pareceres das seleções finais das 11 propostas recebidas utilizando como critérios de avaliação: Perfil acadêmico; Ligação com o bairro; Ligação com a USP e Ligação com o tema de exclusão. As propostas selecionadas, em ordem decrescente de pontuação, foram:

1. Museu aberto da loucura com enfoque na prevenção do uso de drogas (Fundação Zerbini/Instituto Prodes);
2. Recriar Yayá, inclusão social de pessoas neurodivergentes;
3. Centro de Saúde Mental da Mulher, recusada porque "excluiria parcela significativa da população que a USP pretende atingir."
4. Escola Democrática para crianças, considerada como fora do escopo.

As negociações com a Fundação Zerbini/Instituto Prodes – Instituto Brasileiro Pró Desenvolvimento Social prosseguiram ao longo do resto do semestre e do ano seguinte, mas o convênio não foi efetivado por questões relacionadas ao encaminhamento dos documentos necessários por parte da Fundação.

Em 21 de novembro de 2002, a ata da reunião da CPC relata que o então Pró-Reitor de Cultura e Extensão, Adilson Avansi de Abreu, comunicou a criação de uma Resolução que extinguiria a Comissão e a transformaria em Centro, o que foi efetivado em 30 de abril de 2003. Nessa ocasião o Pró Reitor fez um relato histórico da Comissão e de sua passagem para Centro, “posição conquistada através do sério trabalho desenvolvido ao longo dos anos.” “Nesse sentido informa que a Casa de Dona Yayá tornar-se-á sua sede. Explica que tendo em vista a não concretização das iniciativas previstas no convênio firmado entre a Universidade, a Fundação Zerbini, o Prodes e o Grea, para uso daquele imóvel, o mesmo não será renovado, tendo surgido a ideia de fazer daquele local a sede do CPC.” É mencionada também uma reunião entre o reitor, representantes da reitoria e as Professoras Ana Lanna Duarte e Maria Lígia Coelho Prado que

apresentaram a história do imóvel e uma proposta de uso para o mesmo, tendo sido aceita por todos. Dessa maneira, planeja-se a abertura do imóvel ao público na última semana de setembro, juntamente com a Semana de Arte e Cultura.

Em uma das últimas atas da Comissão, de 23 de setembro de 2003, se documentou que obras do restauro começaram em 8 de setembro de 2003 e que estavam programadas visitas monitoradas e atividades fechadas para o semestre seguinte, como atividades com crianças e ciclos de palestras sobre conservação e restauro. “A professora Mirian⁴⁶ pede a palavra para sugerir alguma atividade que tenha como tema a loucura”, mas “a professora Anna salienta que o tema é importante e se identifica com a história do imóvel, porém, acredita que nesse momento é importante agregar outros valores à casa. Contudo, serão realizadas atividades sobre o tema proposto em 2005. “A professora Mirian salienta que a FEUSP possui um programa de ensino em espaços não formais, coordenado pela professora Martha Marandino que talvez possa ser de grande valia para o treinamento de monitores para a Casa de Dona Yayá”.

A primeira sessão do Centro de Preservação Cultural aconteceu em 30 de abril de 2003 e na ata foi relatado que o início das obras de restauro dependia da aprovação do CONDEPHAAT e CONPRES. Elas começaram em setembro, concomitante à ocupação da casa pelo CPC-USP que já planejava apresentações musicais quinzenais no jardim. Anna Lanna e Juliana Prata (2006) relataram em artigo o início desse processo:

Em 2002, o DPH, órgão municipal de preservação do patrimônio cultural finaliza processo de tombamento do imóvel, agora protegido

⁴⁶ Professora doutora Mirian Cruxên Barros de Oliveira.

pelas instâncias municipal e estadual. Em 2003, o Centro de Preservação Cultural, responsável no âmbito da USP pela guarda do imóvel, apresentou uma proposta de restauro e uso qualificado deste bem cultural. A proposta aprovada articulava os saberes de vários especialistas de diversas áreas de conhecimento e integrava-os num processo de (re)conhecimento do imóvel como lugar de memória. Os usos e atividades a serem implantados estariam necessariamente articulados com a historicidade da casa, qualificando seus múltiplos significados e registros de memórias sociais e culturais, materiais e imateriais. (LANNA; PRATA, 2006. p.9).

Acreditávamos que era fundamental iniciar um processo de requalificação de sentidos para o bem tombado. Transformar o abandono em uso qualificado era o desafio proposto. Nas visitas eram apresentadas as informações sobre a história da casa, as intervenções que a USP vinha realizando para sua salvaguarda e, sobretudo, procurava-se construir um reconhecimento de suas novas e públicas destinações. Abrir a casa transformando-a em um bem cultural era processo de intervenção mais lento e elaborado do que a recuperação física do imóvel.” (LANNA; PRATA, 2006, p. 10)

O artigo descreve que a equipe do CPC-USP desenvolveu um projeto de educação patrimonial⁴⁷ internamente que foi aplicado por estagiários custeados pelo Fundo de Cultura e Extensão Universitária (LANNA; PRATA, 2006, p. 11). Essas ações iniciais foram analisadas por Gabriel Fernandes (2019):

Com a consolidação da presença do CPC na Casa de Dona Yayá, a equipe responsável entendeu necessário aprofundar a relação do órgão com as instituições vizinhas, entre as quais a rede de escolas (na vizinhança imediata e ampliada) que circundava a Casa. O CPC passou a receber sistematicamente visitas de grupos escolares, para os quais formatavam-se atividades lúdicas que acompanhariam os roteiros guiados pelo imóvel (como contação de histórias, teatros de bonecos, jogos e outras brincadeiras). Para tanto, um bem produzido material paradidático foi desenvolvido e distribuído aos educadores parceiros e educandos. Apesar da riqueza da iniciativa, no entanto, o foco nas questões arquitetônicas e estilísticas permaneceu excessivo, bem como a imposição e naturalização de um código estético especificamente voltado ao universo de arquitetos e historiadores. (FERNANDES, 2019, p. 314).

Em 2004 a Comissão Especial Casa de Dona Yayá foi extinta (CPC RELATÓRIO ANUAL, 2004, p. 6) e nos anos seguintes a equipe do Centro transformou sua abordagem da Educação Patrimonial, do uso qualificado e dos sentidos atribuídos a esse bem cultural. Mas como relata Fernandes (2016) em outro artigo

Apesar da expressão “Casa de Dona Yayá” ter se consolidado como título do imóvel-sede do CPC-USP, suas ações em torno da memória e da história da personagem nem sempre corresponderam plenamente à responsabilidade de celebrar sua memória ou de qualificar o espaço como um lugar de memória das questões de gênero e da loucura. Não são incomuns as críticas ao órgão pelo pequeno destaque dado à personagem em sua ação expográfica e cultural. Na mesma medida,

⁴⁷ A profícua trajetória das ações em educação patrimonial do CPC-USP não será tratada com detalhes neste trabalho por questões de enfoque, contudo estão presentes nos artigos de Fernandes (2019) e Lanna & Prata, 2006 dos quais utilizamos algumas citações para contexto geral.

apesar de sistemáticos esforços, também são muitas as críticas à ainda tênue relação da Casa com sua vizinhança imediata do bairro da Bela Vista. (FERNANDES, 2016, p. 298).

Assim, mais de trinta anos depois do início dos trabalhos da Comissão junto à Casa de Dona Yayá, não foi estabelecida uma linha de abordagem precisa quanto ao tratamento da memória de Sebastiana Freire ou que atendesse com propriedade as orientações dadas na Resolução de tombamento. É uma questão complexa qual abordamos as idas e vindas e principalmente as tensões que, em resumo, traz a dimensão de que o patrimônio é constituído pelo discurso técnico e principalmente pela mobilização política, sendo sua produção uma forma de se colocar no mundo e construir futuros possíveis.

A preservação também revela aspectos ideológicos interessantes e diversos: há os que preservam por saudosismo; há os que preservam com a finalidade de valorizar ou evidenciar bens de uma escala muito subjetiva e particular, e há os que preservam para manter registros informativos, porque toda ação carece de uma informação anterior. Esta última postura reflete bem o dinamismo da preservação enquanto ação museológica (informar para agir), reaproxima objeto e homens (Homem e Realidade), revitalizando o fato cultural. (RÚSSIO, 1983/1985 Apud BRUNO, 2010, p. 152)

"Como membros dessa economia, todos nós fomos programados para reagir com medo e ódio às diferenças humanas e a lidar com essas diferenças de determinada maneira, dentre três: ignorá-las e, se isso não for possível, imitá-las de acharmos que são dominantes, ou destruí-las se acharmos que são subordinadas. Mas não temos modelos para conviver com nossas diferenças como iguais. Em consequência disso, essas diferenças têm sido mal interpretadas e mal utilizadas a serviço da separação e da confusão. [...]

Sem dúvida, entre nós existem diferenças bem reais de raça, idade e gênero. Mas não são elas que estão nos separando e sim nossa recusa em reconhecer essas diferenças e em examinar as distorções que resultam do fato de nomeá-las de forma incorreta e aos seus efeitos sobre o comportamento e a expectativa humana. [...]

De uma forma ou de outra, não desenvolvemos mecanismos para usar a diferença humana como um trampolim para uma mudança criativa em nossa vida. Não falamos de diferença humana, mas de anormalidade humana." (LORDE, 2019, p.240).

4. MUSEALIZAÇÃO

Neste capítulo abordaremos algumas propostas a partir do processo de musealização que possam contribuir para o tratamento da memória de Sebastiana Freire e para o cumprimento das diretrizes de tombamento da casa. Para isso trataremos brevemente do conceito de musealização com enfoque na expografia. Sublinhamos que a expografia é apenas uma possibilidade comunicacional museológica (CURY, 2004; 2005) e justificaremos esse enfoque pelas particularidades arquitetônicas que a Casa apresenta e por nessas dificuldades estarem as portas mais acessíveis ao nosso exercício de olhar museológico.

A construção da Museologia como campo disciplinar, como ciência do fato museal⁴⁸ (RÚSSIO, 1979 Apud BRUNO, 2010), foi acionada no final do século XX com as renovações teóricas e técnicas impulsionadas pela aproximação do campo a áreas

⁴⁸ Nesta seção faremos um apanhado geral desse desenvolvimento como introdução a nosso tema principal. Para aprofundamento ver, entre outros: BRUNO, Maria Cristina Oliveira Bruno. Museologia e Comunicação. Cadernos de Sociomuseologia, Lisboa, v. 9, n. 9, 1996. CURY, Marília Xavier. Museologia: novas tendências. In: GRANATO, Marcus et al. (Org.). Museu e Museologia: interfaces e perspectivas. Rio de Janeiro: MAST, 2009, p. 25-42.

como Filosofia, Direito Sociologia e Antropologia, por exemplo, e do qual destacamos nomes como Zbynek Zbyslav Stránský (BRULON, 2017) e Waldisa Camargo Guarnieri Rússio (BRUNO, 2010; 2010b), referenciais teóricos essenciais para entender esse processo onde

a Museologia vai se libertando da mera observação e descrição de fenômenos, para considerar o fato museológico, desde a sistematização do objeto exposto dentro de uma semântica que o torna inteligível em si e dentro de um contexto, passando pela relação “Homem-Objeto” e chegando à mais profunda reflexão sobre o relacionamento “Museu-Homem-Sociedade”. (RÚSSIO, 1979 Apud BRUNO, 2010, p. 78).

Esse processo foi viabilizado não somente pelo engenho acadêmico de intelectuais como Guarnieri e Stránský, dependeu também do desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional para circulação dessas produções e, principalmente, de engajamento político e capacidade de mobilização para criação de redes internacionais e regionais de discussão e formação museológicas como o *International Council of Museums* (ICOM) e o *International Committee for Museology* (ICOFOM), criados em 1976, o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (Minom), criado na metade dos anos 1980 e o *International Committee for Museology Latin America* (ICOFOM LAM), criado em 1990.

Sem adentrar nas problemáticas relacionadas ao caráter eurocentrista dessas instituições, das disputas de consenso inerentes a qualquer disciplina, destacamos a importância do engajamento político das pessoas envolvidas nesse processo, no que o Minom aparece como estratégia de renovação radical sob os princípios da Sociomuseologia e o ICOFOM LAM como tensionamento à maior participação da América Latina e Caribe nas decisões do Comitê e Conselho Internacional de Museus (BRUNO, 2010b; BRUNO, 2010c).

Dentre os documentos produzidos por essas redes, a mobilização política é destacada nas discussões da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) que se inseriam num contexto de transformação política e social da América Latina que se colocava como protagonista dentro de uma dinâmica internacional encabeçada por países do hemisfério norte. As imposições do então “primeiro mundo” que naquele momento colaborava ativamente com a manutenção de governos ditatoriais latino-americanos, que historicamente nos delegaram uma posição de dependência econômica e, conseqüentemente, de consumidores de uma cultura importada, foram contestadas com mais vigor nesse encontro onde se delineou os contornos do “museu integral”, conceito ligado à transformação social por meio da mobilização e formação crítica a partir das referências culturais.

Essa formulação movimentou uma nova abordagem museológica que considerou o entorno dos museus, seu território e sua comunidade como partes interconectadas do processo museológico e onde se objetou com mais radicalidade a ideia de Museologia como "a ciência que tem por objeto estudar as funções e a organização dos museus" como definido no Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus, em 1958 (BRUNO, 2010c, p. 28). O museu passa a ser entendido para além de seus limites físicos e conceituais e propõe-se a ideia de "museu integral" que sublinha a função social da Museologia e seu compromisso com o desenvolvimento social através da administração dos referenciais de memória.

o patrimônio é fruto da relação do homem com o meio em que vive, e a herança cultural é a consciência coletiva desse patrimônio e de sua representação simbólica na construção de identidades. Nesse contexto a Museologia, uma das diversas áreas que trabalham com os sistemas de administração da memória, promove esse processo de conscientização [...] (LIMA, 2014, p. 11).

O foco é deslocado da instituição para o fenômeno museológico, definido por Rússio (1981) como fato museal, a relação entre sujeito, objeto e cenário – este o museu ou um território – o fato museológico é uma relação que tem diferentes níveis de consciência: experimentação pelos sentidos, perspectiva de quem vê, o que o objeto oferece e o que o meio onde o objeto está exposto oferece. Essa relação articula percepção, envolvimento e memória, esta "sistematização das ideias e das imagens e suas relações" (RUSSIO, 1981 Apud BRUNO, 2010, p. 123).

Zbyněk Z. Stránský (1980) definiu a Museologia como "uma disciplina científica e independente cujo objeto de conhecimento é uma postura específica do homem com a realidade", estabelecendo que "a natureza da Museologia é a de uma ciência social" que contribui para a "compreensão da sociedade humana" (STRÁNSKÝ, 1980, p.39). Nesse sentido, Marília Xavier Cury (2005) explica que

Na contemporaneidade a cidadania e seu exercício são finalidades almeçadas pela disciplina museológica e pelos museus. Nós, profissionais de museus, pensamos e trabalhamos na ótica da preservação do patrimônio cultural para construção e reconstrução, individual e coletiva, de nossa memória e identidade, considerando que tanto a memória quanto a identidade não estão prontas em algum lugar do passado, aguardando serem resgatadas como elos cristalizados. (CURY, 2005, p. 31).

Assim, a musealização pede a articulação de procedimentos técnicos para o tratamento das referências culturais e, na perspectiva da Sociomuseologia, de uma postura política engajada com o entendimento do mundo e a superação das desigualdades, resumido no objetivo já mencionado anteriormente, o de produzir "conhecimento suscetível de informar a ação". (GUARNIERI, 1983;1985 Apud BRUNO, 2010, p. 149).

Dentro da premissa humanista de desenvolvimento da consciência histórica – da tomada de responsabilidade enquanto agentes históricos – as referências culturais aparecem como marcos de nosso desenvolvimento e como pontos de reflexão do presente e de propostas de futuro seja pela superação ou pelo aperfeiçoamento do que essas referências evocam. São meios pelos quais nossos esforços de transformação da realidade são evidenciados e a Museologia, entre outras ações, busca formas de trazer à tona essas evidências por meio de um sistema integrado de seleção, estudo e comunicação, ações dinâmicas, como já mencionado, e que por sua interligação são capazes de criar modelos de práxis na lida com as referências culturais capazes de manter a pertinência de vestígios do passado para a compreensão e transformação do presente.

O conhecimento museológico ocupa-se da realidade e da história, aí compreendido um conhecimento não apenas racional e sistemático, mas também prático, no qual a prática e a razão se constroem num processo de interdependência, reciprocidade, conexão e coerência. (RÚSSIO, 1980 Apud BRUNO, 2010, p.129).

Esse caráter sistêmico da musealização que tem por motor a comunicação e a avaliação perene de seus processos, é o oposto do que Bruno Brulon (2018) define como preservação passiva, a patrimonialização. Com base em Stránský ele explica que

a musealização, ao contrário, dependeria de uma abordagem ativa, que perpassa três ramificações previstas na teoria da Museologia proposta pelo autor: a seleção, a tesauroização e a comunicação. É, portanto, a partir da teoria stranskiana que se passaria a entender a musealização como um processo social em cadeia. (BRULON, 2018, p. 196).

O estabelecimento do fato museal depende, portanto, da sistematização teórico-metodológica definida como cadeia operatória museológica, onde estão as ações de coleta, pesquisa, catalogação, salvaguarda e comunicação de determinada referência cultural. Apenas com a concretização dessa cadeia é que temos por completo o processo de musealização, ação que implica na valorização e também na melhor compreensão da referência cultural por meio de diferentes etapas do tratamento técnico que produzem diferentes camadas de informação.

Quando musealizamos objetos e artefatos (aqui incluídos os caminhos, as casas e as cidades, entre outros; e a paisagem com a qual o Homem se relaciona) com as preocupações de documentalidade e de fidelidade, procuramos passar informações à comunidade; ora, a informação pressupõe conhecimento (emoção/razão), registro (sensação, imagem, ideia) e memória (sistematização de ideias e de imagens e estabelecimento de ligações). É a partir dessa memória musealizada e recuperada que se encontra o registro e, daí, o

conhecimento suscetível de informar a ação. (GUARNIERI, 1983;1985 Apud BRUNO, 2010, p. 149).

Bruno (2020) fala da musealização como uma ferramenta de “indução ao uso qualificado das referências culturais” (BRUNO, 2020, p. 27), de modo que a Museologia pode ser entendida também como um campo de escuta e de fala por meio das referências culturais que, entre outros modelos, pode ser metodologicamente estruturado pela cadeia operatória museológica. A lida com o passado, nesse cenário, pede um olhar técnico, mas igualmente sensível às demandas sociais, atento tanto às fabricações do passado quanto aos apagamentos impostos. O processo de musealização tem na cadeia seu meio ideal porque prevê a interligação e sistematização dos processos museológicos que os valoriza enquanto produtos de conhecimento e não apenas meios para viabilizar uma ação, comumente a expositiva.

A aplicação da cadeia operatória, operação complexa e que não tem um fim, pois sempre se renova seja pelas transformações teórico-metodológicas, seja pelas demandas institucionais e dos públicos, racionaliza a lida técnica com a memória e fornece subsídios para a problematização desse tratamento, onde reafirmamos seu compromisso com a construção de uma práxis museológica preocupada em aprimorar seus procedimentos para que estes sejam meios de cumprimento de uma função social.

Aqui trazemos o conhecimento museológico como ferramenta indispensável ao tratamento das referências culturais, dado que a Museologia é um campo voltado ao estudo da sociedade através de seus bens culturais tendo por especificidade a “consolidação de um fenômeno de comunicação” (BRUNO, 1996, p.22). Na mesma direção, Brulon (2018) define a musealização como uma criação de discurso, uma performance que altera a realidade a partir das referências culturais e atua no campo do simbólico criando novos sentidos tanto para o contexto do qual fala quanto para o contexto pelo qual fala, apontando a diferença entre museificar, transformar em museu, e musealizar, transformar em museália, objeto pelo qual são feitas diferentes elaborações da realidade (BRULON, 2018, p. 203).

Musealizar independe da instituição museu, uma vez que é um processo relacionado ao tratamento de uma referência cultural, esteja ele institucionalizado ou não. Como explica Maria Célia Santos (2009)

Salientamos, mais uma vez, que em nossa concepção, o processo museológico pode anteceder a existência objetiva do museu, e deve ter, na pesquisa, o suporte essencial para o seu desenvolvimento. O processo de construção do conhecimento nos conduzirá, então, à musealização, processada na prática social – no interior do museu ou fora dele – em sua dinâmica real, considerando as dimensões de tempo e espaço, abordando a cultura de forma integrada às dimensões

do cotidiano, ampliando as suas dimensões de valor, de consciência e de sentido. (SANTOS, 2009, p. 84-5).

No que concluímos que

Neste processo, busca-se de maneira efetiva, a interação dos técnicos com os demais sujeitos envolvidos, motivando a realização de novas práticas sociais, ou seja: a nossa proposta teórico-metodológica está pautada no diálogo, no argumento e em contextos interativos, compreendendo que o processo de comunicação permeia todas as ações museológicas, permitindo a integração e o enriquecimento, reconhecendo no patrimônio integral um instrumento de educação e desenvolvimento. (SANTOS, 2009, p. 85).

Considerando o fato museal – a relação entre sujeito e objeto num cenário institucionalizado – não se realiza na Casa, mesmo a partir do momento que ela é ocupada pelo CPC-USP. O que se verifica é a potencialidade do estabelecimento dessa relação, uma vocação construída por meio dos caminhos percorridos pelo órgão até o momento que se aproxima da Museologia em alguns momentos pontuais e que tem inclinação para se fazer cada vez mais permeáveis a outros campos de conhecimento, como visto com a aproximação da Psiquiatria na discussão institucional sobre a biografia de Sebastiana e sobre o tratamento da Casa, por exemplo.

Sendo a musealização uma condição para produção de conhecimento a partir das referências culturais que informam a ação no presente para construção de futuros que ainda não têm lugar (GUARNIERI, 1983;1985;1990), a musealização de uma referência cultural ligada à memória da psiquiatria pode ser uma das bases para discussão ampla desse saber e seus impactos sociais assim como os significados das doenças mentais e seu tratamento pela sociedade como um todo. A doença sempre depende de um parâmetro de normalidade que muda com o tempo e essa mudança é também uma discussão primordial para a construção de uma sociedade mais preparada para lidar com epidemias de depressão e outros sofrimentos mentais, para citar o mínimo.

A casa enquanto artefato nos remete à história da ciência psiquiátrica, inicialmente forjada numa anamnese moralista e eugenista, e é um documento único da transformação funcional de uma residência em um manicômio particular. A partir da análise do contexto que tornou possível essa transformação, além da fase do desenvolvimento da psiquiatria naquele momento, há a identificação do lugar sócio econômico que Sebastiana Freire ocupava, lugar esse que viabilizou o privilégio de uma casa de saúde particular. A concentração desse privilégio, por sua vez, implica na existência de desfavorecidos, que aqui podemos citar como exemplo todas as mulheres pobres, sobretudo as negras, internadas nos manicômios e hospitais psiquiátricos pelo

país no mesmo período (CUNHA, 1989), muitas delas libertadas décadas depois da Lei Paulo Delgado, em 2001.

Ao lado do privilégio econômico, há o privilégio do cuidado propiciado pelas mulheres da família Grant, pela amiga Rosa Masulo, pelos enfermeiros, jardineiros, motorista, uma força de trabalho com suas histórias pessoais próprias, mas dedicadas à manutenção da infraestrutura de cuidado de Sebastiana. Que esse cuidado tenha sido remunerado e não somente produto do altruísmo e amor à Sebastiana é inegável e nos leva a prescrutar outra questão social que é a do trabalho invisível do cuidado com pessoas alienadas de si, doentes crônicos, idosos e crianças (FEDERICI, 2019).

Com essas considerações sublinhamos então a musealização da Casa como um processo técnico de geração de sentidos a partir dessa referência cultural e que têm por objetivo produzir conhecimento acerca do passado evocado pela sua materialidade e viabilizar o cumprimento da função social da Universidade por meio de seu patrimônio cultural. No mais, algumas problemáticas conceituais e metodológicas enfrentadas tanto no tratamento da referência cultural em questão quanto dos outros bens móveis e imóveis da Universidade, ação da qual o CPC-USP é regimentalmente promotor, não teriam resoluções mais assertivas com olhares vindos de um campo que pode ter caracterizado como objetivo o desenvolvimento da práxis do tratamento das referências culturais?

Nesse sentido, a Casa pode ser entendida como uma peça única dentro de uma coleção de imóveis tombados no estado/cidade de São Paulo ou como parte integrante do acervo imóvel da Universidade de São Paulo. O Guia de bens tombados ou em processo de tombamento da Universidade de São Paulo elaborado pelo CPC nos dá uma dimensão desse acervo

O conjunto é constituído por 21 imóveis, dos quais seis localizados na Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira, 11 na cidade de São Paulo, um em Itu, um em Ribeirão Preto, um em Piracicaba e um em Santos. Quinze são tombados e seis estão em processo de tombamento, sendo quatro reconhecidos pela instância federal, 13 pela instância estadual e 13 pela municipal. Alguns foram construídos por iniciativa da própria universidade, alguns doados por particulares ou por herança vacante e outros foram incorporados ao patrimônio universitário mediante acordos públicos.

São manifestações de vários períodos, técnicas e estética, alguns de autoria de reconhecidos profissionais e apresentam distintas orientações de restauro realizadas ao longo do tempo, constituindo uma inesgotável fonte de pesquisa no campo da preservação cultural. (GUIA, 2017, p.4).

Beatriz Arruda (2014) aborda o caso do Museu da Cidade de São Paulo (MCSP), proposta museológica que trazemos como uma das possibilidades de musealização

pela aplicação e sistematização do fato museal, e que tem por acervo as referências culturais em diferentes pontos da cidade: Solar da Marquesa de Santos, Casa n.1 (Casa da Imagem), Capela do Morumbi, Casa do Bandeirante, Casa do Sertanista, Casa do Tatuapé, Casa do Grito, Sítio da Ressaca, Sítio Morrinhos, Casa Modernista da Rua Santa Cruz, Monumento à Independência, Capela Imperial, Beco do Pinto e Chácara Lane. São referências culturais que carregam contextos próprios, mas se encontram no cenário que é a cidade de São Paulo e têm no MCSP uma instituição produtora e articuladora de sentidos.

Com uma trajetória também de intensas idas e vindas, o MCSP enfrenta dificuldades orçamentárias perenes que incidem sobre a forma de administrar os bens culturais e de promover sua integração enquanto um acervo coeso e representativo da diversidade cultural da cidade. Similarmente à Casa de Dona Yayá, no MCSP

Muitos dos projetos, decretos e transformações propostos pelas sucessivas gestões tinham o intuito que resolver os sintomas, porém evitavam as verdadeiras causas. Sem um aporte satisfatório de recursos financeiros e humanos, sem a execução de todas as etapas da cadeia operatória museológica, sem o investimento em pesquisas e avaliações, e sem o ajuste de equilíbrio entre salvaguarda e comunicação, a estabilidade institucional e o êxito dos projetos continuariam comprometidos. (ARRUDA, 2014, p. 60).

O MCSP adotou o modelo de museu de território como referência para organização da instituição que reorganizou seu acervo em torno de eixos de semelhanças territoriais/de ocupação interligados por uma rede em comum que é a cidade, perspectiva a ser considerada no CPC-USP sob um olhar museológico, uma vez que a atividade-fim do órgão já é centrado na mediação da gestão dos acervos da Universidade. É uma perspectiva que demanda uma construção teórico-metodológica considerável, mas enquanto projeto de um futuro que ainda não tem lugar, se mostra também como uma das possibilidades de aproximação do CPC-USP do campo museológico, sobretudo se considerarmos seu histórico na lida com o patrimônio universitário.

Embora nosso objeto de estudo seja a musealização da Casa, trazemos o modelo de museu de cidade para sublinhar, mais uma vez, a porosidade do CPC-USP às premissas da Museologia aproximação que pode ser feita sob diferentes leituras do fato museal, mas que antes necessitam da criação de condições favoráveis para tanto. Enquanto isso, trataremos de mais um ponto de porosidade, que é a expografia.

4.1 Por que pensar expografia

As exposições são formas de comunicação museológicas produzidas na Casa mesmo antes de sua abertura⁴⁹. Pontuamos que a expografia é apenas uma parcela das ações de extroversão/comunicação possíveis na cadeia operatória, conforme expõe Marília Cury (2005):

[...] a exposição é a ponta do *iceberg* que é o processo de musealização, é a parte que visualmente se manifesta para o público e a grande possibilidade de experiência poética por meio do patrimônio cultural. É, ainda, a grande chance dos museus de se apresentarem para a sociedade e afirmarem sua missão institucional. (CURY, 2005, p. 35).

Acreditamos que esse recorte ajudará a descrever alguns dos pontos vulneráveis centrais a serem superados que residem principalmente, ao nosso ver, no caráter tipológico indefinido tanto do órgão quanto do bem cultural em questão (FERNANDES, 2019) e no seu afastamento das premissas teórico-metodológicas do campo museológico, uma vez que “a especificidade da comunicação museológica condiciona a especificidade da documentação museológica, que deve potencializar a informação produzida a partir dos objetos de museu.” (BRULON, 2018, p. 196). Nossa proposta final não é adotar determinada tipologia, mas sim trabalhar com a maleabilidade que a atual indefinição permite e, a partir dela, criar parâmetros próprios de gestão/agitação/produção cultural viabilizadas pela aplicação da cadeia operatória museológica, que pode ser institucionalizada pelo plano museológico e demais instrumentos da museologia aplicada, como veremos na seção 4.3.

Desde 2004 o CPC-USP organiza de forma sistemática exposições na Casa ou sedia exposições itinerantes produzidas por diferentes instituições da USP, demandas relacionadas à premissas de itinerância de alguns projetos expositivos ou simples demanda de espaço para além do *campus* Butantã. Ao longo dessas décadas a equipe desenvolveu uma expertise própria, baseada no empirismo e recortadas pelas limitações orçamentárias e de pessoal, uma jornada que pode ser sistematizada pelas informações disponíveis nos relatórios anuais. Um dos pontos relevantes identificados foi que a entrada de profissionais especializados, sejam eles da Arquitetura ou da Conservação, proporcionou uma abordagem técnica mais precisa sobre essa questão, como descrito a seguir:

Em geral, as paredes de MDF proporcionam versatilidade ao projeto expográfico. Desde 2010, duas montagens com este material aconteceram dentro da Casa, na Sala Amarela. Durante o processo de

⁴⁹ A exposição *Matéria Prima*, de Nancy Marcotte, Lyne Lapointe e Marta Fleming, foi realizada no jardim da casa em 19 de novembro de 1994. COMISSÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA USP. Ata de 7 de outubro de 1994

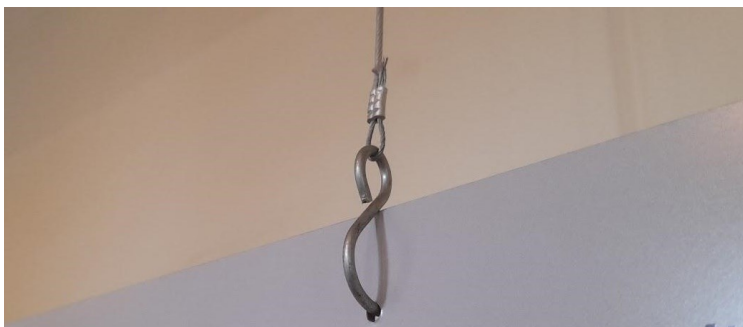
construção da parede, porém, há resíduo de poeira, pó de madeira, massa corrida, além de vapor de tinta liberado durante o acabamento. Esta opção expográfica, com o tempo, pode trazer riscos para os ambientes restaurados da Casa, pois o isolamento da sala onde acontece a montagem não é suficientemente adequado para reter estes resíduos. O uso de estruturas de metal e madeira em instalações locadas na área externa da Casa também proporcionam riscos. Estes materiais sofrem alterações físicas com a ação do Sol e da chuva, liberam gases, partículas, criam fungos e em pouco tempo causam manchas de difícil remoção, além da possibilidade de contaminação de outros ambientes.

No que são propostas soluções:

Buscar alternativas para montagens de paredes expográficas que não demandem massa corrida, nem pintura para acabamento. Valorizar o espaço das salas usando painéis de pequeno porte (acrílico ou alumínio composto de 1 X 1 m) e mobiliários expositivos existentes no órgão. Adequação de espaço à guarda de mobiliário e objetos utilizados nas exposições [...] (RELATÓRIO 2010-2014 CPC, p. 159).

A questão estrutural da expografia até então não tinha sido abordada com propriedade, fato que sublinha a importância de um corpo técnico diversificado e coeso no órgão e, principalmente, a necessidade de um/a museólogo/a nesse corpo técnico. Atualmente a opção estrutural expográfica é a adoção dos painéis de acrílico adesivados e pendurados com fio de aço em canaletas aéreas (que protegem e distribuem a fiação elétrica pela casa), como visto na imagem abaixo.

Figura 26 – Fotografia de um dos ganchos que sustentam os painéis expositivos da Casa de Dona Yayá.



Fonte: Mayra França, 2022.

Figura 27 – Fotografia das canaletas metálicas que sustentam os painéis.



Fonte: Mayra França, 2022.

Até meados de 2015 as salas contavam com “tripés informativos”, pequenos painéis com imagens e contextualização sumarizada do histórico arquitetônico dos cômodos e suas funções. Solução adotada pela impossibilidade de fixação de painéis em todas as salas e para o atendimento de suporte informacional para visitantes e monitores do setor Educativo. Ainda que de difícil legibilidade, os tripés informativos ofereciam dados mínimos de contextualização das salas, mas, de certa forma, manifestavam certo vácuo institucional com relação a uma expografia que desse conta de firmar a qualidade de referência cultural da Casa de Dona Yayá.

Conforme Marcelo Cunha (2010), toda exposição é um sistema comunicacional que tem a particularidade de se preocupar com a preservação e que é formado, portanto, por ações de salvaguarda e difusão. A exposição sempre pressupõe uma ressignificação de uma referência cultural, onde a informação não parte somente dessa referência, mas do conjunto entre ela e o contexto expográfico no qual se insere. Ao se adotar a perspectiva do fato museal como elemento disparador para um projeto expositivo, se reforça o entendimento de que a informação não emana da referência cultural musealizada, mas depende de um contexto informativo-comunicacional-atitude construído pela instituição e pelos visitantes e que deve ter por objetivo a formação e transformação de conhecimentos e vivências, ao contrário de firmar significados únicos num sistema fechado.

Essa orientação faz da comunicação museológica um evento de conexão e estímulo ao estranhamento. Quem visita pode não apreender todas as informações disponíveis, tampouco receber todos os estímulos sensoriais que, segundo as proposições do autor, estimulam a cognição (questão disparadora para analisarmos as possibilidades e limites das proposições sensoriais a públicos específicos, como o de autistas, por exemplo), mas pode ao menos ser motivado a observar os objetos do cotidiano como potenciais referências culturais, um exercício de desautomatização necessário para aguçamento da percepção das possibilidades de mudança.

o museu deve ser entendido e produzido como um espaço de encontro de referências, de explicitação de abordagens sobre determinadas questões, facilitador de repostas para os mais diversos questionamentos e sínteses, novas referências e, até mesmo, mudanças de posição, como no caso de posturas preconceituosas sobre determinado fenômeno cultural. (CUNHA, 2010, p. 120).

Figura 28 – Fotografia da sala verde com os tripés informativos à direita.



Fonte: Prata, 2011, p. 20.

Essa é uma situação que vem sendo transformada na última década. A exposição Hidrofaixas: Rios visíveis do Bexiga (2015) foi produto de uma série de oficinas produzidas em conjunto com o Coletivo Mapa Xilográfico e o Bloco Fluvial Peixe Seco que resultou no uso do solário como espaço recreativo. Em 2013 a instalação Belvedere de Mariana Vaz, Mirella Marino e José Silveira propôs uma experiência de clausura pela visita à estrutura de madeira, um uso propositivo de um espaço de difícil tratamento expográfico até então. Destacamos a exposição Hidrofaixas não só pelo caráter colaborativo “extramuros” como pela alta frequência de crianças na Casa, configuração pouco comum na instituição. Inaugurada em 26 de novembro de 2015, em 23 de dezembro do mesmo ano, a exposição contava já com 306 visitantes (CPC-USP, RELATÓRIO ANUAL 2015, p. 7).

Figura 29 – Fotografia do solário com instalação de piscina de bolinhas.



Fonte: Site PRCEU, Notícias. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ynhn2hst>>.

A efetividade do fato museal depende também de ferramentas capazes de comunicar com qualidade, com respeito a quem se fala, de modo que a consciência

histórica, a alteridade e a experiência não sejam conceitos esvaziados, desejados, mas nunca alcançados. Um bem tombado que não é provido de ferramentas mínimas de comunicação que o contextualizem reforça o caráter de “telefone sem fio” entre o que está disposto na lei e o que é efetivamente realizado. A informação contida na resolução de tombamento não é a mesma que chega para os públicos, se é que ela chega.

Pensar expografia é se posicionar contra essa falha comunicativa, é se colocar como trabalhador social que se engaja efetivamente com a transformação. Recursos estéticos e tecnológicos, composições modernas, impressões de quatro cores não são suficientes se o engajamento é inexistente ou voltado para “difusão” de um conhecimento acumulado que precisa ser “simplificado” para “O” público, em geral caracterizado como uma massa indistinta.

Pensar expografia não é um exercício de falsa empatia, onde se pensa na melhor forma de comunicar algo complexo a um destinatário leigo, é antes um exercício de construção de alteridade, onde duas partes se reconhecem como diferentes, mas encontram um ponto em comum, através do patrimônio cultural, do qual pode vir a reflexão necessária para a transformação de uma condição desfavorável a ambas.

Por fim, pensar na expografia demanda sim conhecimentos técnicos muitas vezes inacessíveis ou restritos àqueles com desejo de memória, mas que, por se identificarem como trabalhadores sociais, se lançam às tentativas e erros, aos limites orçamentários, às imposições institucionais e à toda sorte de dificuldades. Como abordado no capítulo 2 essa disposição é parte que constitui o CPC desde sua instituição como órgão e acreditamos que essa característica pode ser potencializada com a expansão da orientação teórico-metodológica de seus trabalhos.

4.1.1 Expondo Dona Yayá

Em 2015 o solário recebeu a instalação gráfica “Confissões | Não | Declaradas” de Katia Salvany, produto de sua tese de doutorado na Escola de Comunicações e Artes da USP. Com duração de aproximadamente um mês, a instalação recebeu 115 pessoas, conforme descrito no Relatório Anual do órgão de 2015:

Distribuídas ao longo das 56 janelas das paredes do Espaço Solário as impressões digitais em tons de cinza ao preto que ora privilegiam a figura de uma mulher com vestido negro que rasteja, arrastava-se, dobrava-se no chão e sobre cadeiras, ora enfatizando a cadeira como protagonista da composição. [...] Ao entrar no corredor estava implícito de antemão que se voltaria ao seu início, realizando o mesmo trajeto ida-volta-ida em uma circularidade em eterno *loop*. Essa condição de retorno ao mesmo lugar, inadequação social e a repetição de uma ação rotineira alinhou-se com os processos de criação empreendidos pela artista em seus experimentos artísticos, cujas imagens foram

retomadas inúmeras vezes em desenhos, fotografias, reprografias e vídeos “na tentativa de evidenciar o equilíbrio metaestável, porém pleno de potência atualizadora de devires do ser artista, mãe e mulher”. (CPC-USP, RELATÓRIO ANUAL 2015, p. 7).

Mas a primeira iniciativa institucional é descrita por Gabriel Fernandes (2016), que relatou a produção da primeira exposição permanente sobre Sebastiana Freire:

Intitulada “Yayá, um lugar de memória”, esta sucinta exposição (caracterizada por painéis informativos e uma vitrine aberta de fac-símiles) busca apresentar minimamente aos visitantes a trajetória de Yayá e sua relação com o imóvel: trata-se de uma primeira resposta a uma usual crítica feita pelos visitantes de que a personagem pareceria invisibilizada na materialidade da Casa.

Ainda que todo o trabalho de conservação e restauro previamente realizado tivesse procurado evidenciar sua presença por meio do destaque aos dispositivos arquitetônicos médicos e de clausura que conviveram com ela, é justamente a assepsia que caracteriza tal configuração arquitetônica que colaborava em dotar a Casa de uma dimensão abstrata, aparentemente vazia de história aos visitantes menos atenciosos. (FERNANDES, 2016, p. 299)

O esvaziamento de história do qual fala Fernandes tem razão de ser pela falta de recursos museológicos que deveriam ter sido pensados juntamente, ou posteriormente, ao trabalho de conservação e restauro, uma vez que a mera exibição de “dispositivos arquitetônicos médicos” não garante a recepção, o entendimento por parte do público. Por mais atenção que tivermos nem todos são, somos, letrados na linguagem arquitetônica, sobretudo a que se relaciona com hospitais psiquiátricos. Mesmo se assim fosse, a evidenciação desses elementos pelos trabalhos de conservação e restauro não pode ser tida como suficiente para a efetivação da comunicação desses elementos.

Como dito até aqui, quando abordamos a patrimonialização, o patrimônio cultural não tem um valor imanente, de modo que a simples existência/exibição desse patrimônio sem recursos auxiliares de extroversão ratifica o discurso monumentalista do patrimônio (GONÇALVES, 2002) e põe a comunicação como operação unilateral entre um emissor e um receptor. Mas conforme vemos em Cury (2005), a ênfase tem de estar no encontro entre emissor e receptor, de forma que a exposição possa ser um “espaço de construção de valores” (CURY, 2005, p. 42).

a proposta do processo comunicacional não está na mensagem e sim na interação, espaço de encontro entre emissor e receptor, espaço de negociação e estruturação do significado. (CURY, 2005, p. 41).

Figura 30– Fotografia de painéis da exposição "Yayá, um lugar de memória".



Fonte: Fernandes, 2016, p. 301.

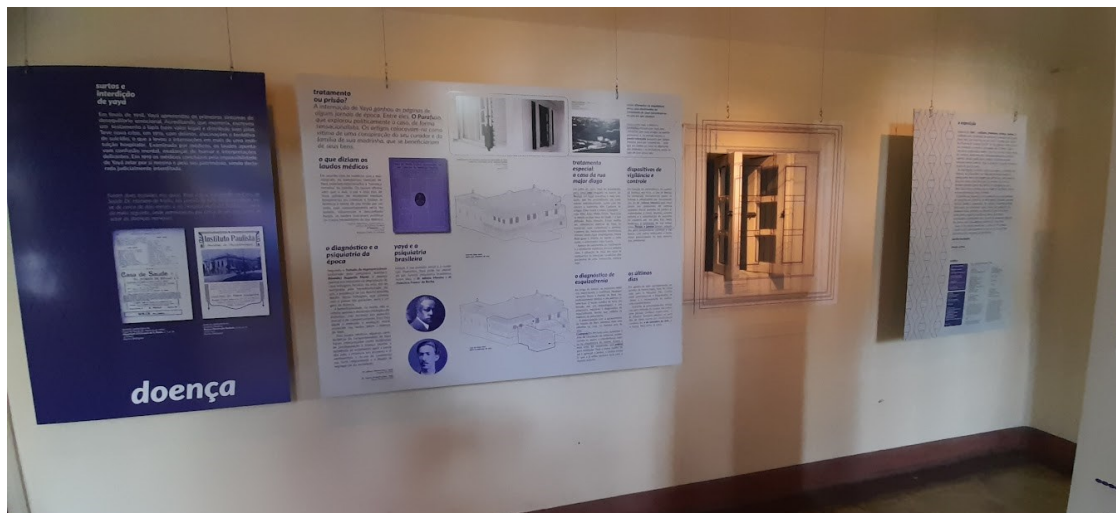
A partir das premissas do Roteiro de observação para visita e análise de museus e exposições desenvolvido por Marília Xavier Cury (2021) no âmbito da disciplina ARQ5110: Comunicação Museológica – Princípios e Aplicações em Exposição e Educação Patrimonial observamos que a exposição “Yayá: um lugar de memória” foi produto de extensa pesquisa documental que forneceu subsídios para a exposição e, principalmente, para o projeto expográfico. A linha do tempo nos painéis é ilustrada com digitalizações dos documentos consultados, evocando uma materialidade que foi ratificada com a vitrine de fac-símiles.

Essa “primeira resposta” do CPC-USP (FERNANDES, 2016) foi ancorada na identificação da multiplicidade de versões da biografia de Sebastiana, mas foi executada de forma a tentar diluir esse caráter difuso – o projeto gráfico minuciosamente ordenado e a seleção de documentos representativos dessa multiplicidade, antes de construir um “espaço de construção de valores” (CURY, 2005, p. 42), funcionou como uma forma de inventariado das apropriações biográficas, um mostruário com comentários curtos que fornecia subsídios para que os visitantes tirassem suas próprias conclusões.

É importante pontuar a composição gráfica dos painéis informativos que, idealmente, nunca deve abrir mão da legibilidade em função da composição estética. Exemplos disso podem ser encontrados em painéis, ou até recursos de comunicação visual que sinalizam os museus, com uma fonte tipográfica esteticamente agradável, *clean*, mas que não oferece legibilidade funcional aos públicos com capacidade de visão reduzida.

Além disso, os painéis cobrem as características arquitetônicas reconhecidas como de valor histórico e cultural, de forma que a comunicação dessas referências fica comprometidas. Na recente exposição “YAYÁ: Cotidiano, feminismo, doença, riqueza” (2022), as janelas foram incorporadas ao projeto expográfico, avanço significativo e que pode abrir espaço para a necessidade de relativizar o uso do texto como recurso expográfico principal, pensando tanto em sua efetividade quanto na democratização de acesso à informação (CUNHA, 2010).

Figura 31 – Painéis da exposição “YAYÁ: Cotidiano, feminismo, doença, riqueza”.



Fonte: A autora, 2022.

Figura 32 – Painéis da exposição “YAYÁ: Cotidiano, feminismo, doença, riqueza” com integração da janela no projeto expográfico.



Fonte: A autora, 2022.

Para além das questões relacionadas ao desenho da exposição, há as conceituais como a trazida por Jean Davallon (2000), que fala de um “contrato

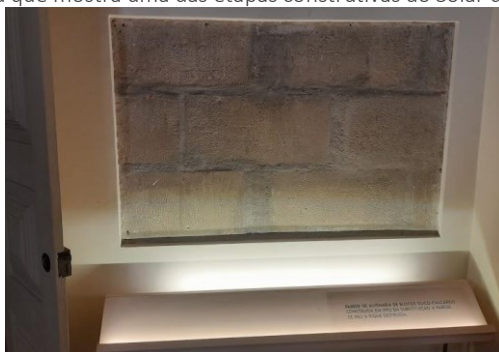
comunicacional” nos espaços expográficos, acordo mútuo e implícito entre a instituição que produz uma exposição e seus visitantes, onde cada agente tem expectativas previamente definidas com relação ao outro e, sob a perspectiva de Cury (2005), as expectativas residem na criação de espaços de encontro e de construção de valores. Nesse caso, o contrato é anulado, pois a instituição espera que o público retire significado do que está dado por si e o público espera ver Dona Yayá na Casa de Dona Yayá.

Júlia Anversa (2020) pesquisou o tratamento institucional da memória de Domitila de Castro Canto e Melo, a Marquesa de Santos, no bem cultural tombado localizado no centro da cidade de São Paulo conhecido como Solar da Marquesa, problemática levantada durante o trabalho da autora no Solar entre 2013 e 2018 com atendimento aos públicos. Anversa (2020) constatou que apesar da relevância social da Marquesa – seja como mulher de negócios ou como mecenas, por exemplo – é a mítica do estereótipo de uma mulher sedutora que prevalece ainda hoje, mesmo com as lacunas expográficas que retiraram a memória de Domitila Melo do Solar por cerca de duas décadas. Sobre uma das únicas peças presentes no Solar tidas como de posse da Marquesa, Barbosa diz

O fascínio exercido pela imagem do banho agrega ainda mais erotismo a uma trajetória já bastante marcada por esta condição [...]. Seja como higiene e cuidado visando às conquistas imaginadas, ou situação para os atos sexuais em si, o objeto se torna componente do papel de grande circulação que é atribuído à Domitila. Até mesmo o personalismo, então, transforma-se, deixando de ser um possível registro de uma mulher para referenciar sua condição em relação aos homens que a cercaram. (BARBOSA, 2020, p.112).

Barbosa (2020) analisa os recursos expográficos empregados e pontua que eles dão conta de documentar as técnicas construtivas do imóvel – originado da junção de duas casas de taipa de pilão – e abordam o bem cultural apenas da perspectiva arquitetônica, ficando a domesticidade e a memória da Marquesa em segundo plano.

Figura 33 – Janela arqueológica que mostra uma das etapas construtivas do Solar da Marquesa de Santos.



Fonte: A autora, 2022.

Situação similar à da Casa de Dona Yayá no sentido da multiplicidade de apropriações biográficas centradas em estereótipos femininos e na dificuldade da tratativa da musealização da arquitetura. Mais que no Solar, na Casa o fato museológico, relação específica com a realidade (GUARNIERI, 1981 Apud BRUNO, 2010), é permeado pela questão da identidade de gênero, não só por uma mulher ter sido a última moradora da casa, sobretudo porque esse fato se realiza pela materialidade do imóvel, produto do enquadramento social dessa mulher que, por fim, aconteceu porque ela era mulher.

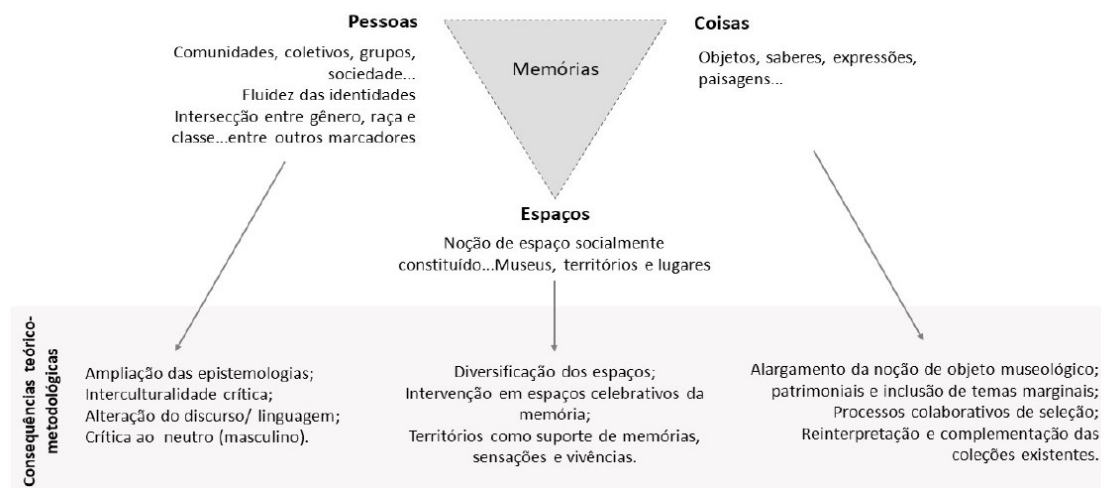
Barbosa (2020) observa também a ausência da cozinha na maioria das ambientações de museus casa. A despeito da centralidade desse cômodo para o funcionamento da casa, quando da instalação de uma instituição de memória, comumente eles são readequados como áreas de suporte e reserva técnica, no que Barbosa (2020) indica como uma desvalorização do trabalho feminino. Com relação à Casa de Dona Yayá, o espaço diminuto para equipe e para as realizações das atividades justifica o uso da cozinha como uma área para alimentação da equipe e guarda de material. Ao mesmo tempo, não podemos deixar de colocar que, ainda assim, outros recursos poderiam ser empreendidos para a mobilização das memórias de quem trabalhou nos cuidados médicos e funcionais de Sebastiana, condição sequer considerada em razão da funcionabilidade.

Num breve adendo, mencionamos que tais questões estão inseridas numa corrente que se convencionou chamar Museologia de gênero, centrada em tratar o fato museal com especial atenção às construções de identidades de gênero e sexuais. Camila Wichers (2018) explica que a permeabilidade gradual da Museologia para as questões de gênero se deu pelas renovações teórico-metodológicas do campo museológico e pelas práticas comunitárias museais e de memória que trazem para as instituições as transformações do feminismo.

Da mesma forma em que as ondas de renovação não cessam de influenciar os percursos da prática museológica, o feminismo também tem sido transformado por incessantes ondas de renovação, trazendo questionamentos e possibilidades para uma prática feminista efetivamente emancipadora. Defendo que as *ondas dos feminismos* e as *ondas de renovação da Museologia* se retroalimentaram, ainda que tardiamente, potencializando os elos entre um novo fazer museal, pautado no social, e uma busca árdua pela eliminação das desigualdades resultantes do sistema sexo/gênero. Ao meu ver, é nas práticas comunitárias e educativas em memória e Museologia Social que temos uma plataforma onde a intervenção museológica tem a potência articular uma *fala em primeira pessoa* com a *luta por reversibilidade de memórias exiladas e subalternizadas*, em articulação com o movimento feminista interseccional. (WICHERS, 2018, p. 150-1).

Assim, a autora propõe uma representação alargada do fato museal, perspectiva que se torna incontornável na tratativa da musealização da arquitetura da Casa que tem como uma das questões centrais as relações de gênero.

Figura 34 – Ampliação do fato museal pela teoria feminista num esquema elaborado por Camila Wichers.



Fonte: WICHERS, 2018, p. 140.

A falta de objetos é sempre objeto de indagação de visitantes e o órgão sempre se mostrou resolutivo em não os exibir, ao menos os que sobraram, seja por questões práticas por conta do espaço quanto por questões conceituais de um projeto expográfico indefinido. A única exceção foi a exposição *Imagens do Feminino*, realizada em 2005 em conjunto com o Museu Paulista. Nela foram expostos objetos relacionados a mulheres, inclusive os que pertenceram à Sebastiana Freire e hoje se encontram sob a guarda do Museu para tratar da construção das identidades e desigualdades de gênero.

A condição de alienação social compulsória imposta à Sebastiana Freire é marca presente mesmo após sua morte, uma vez que os objetos restantes foram descartados ou dispersos. O memorando interno n. 127/81 de 14 de agosto de 1981, presente no Processo DPH – Residência Mello Freire, informa à diretoria do DPH que em razão da vistoria das Seções Técnicas de Crítica e Tombamento, Programa de Revitalização e Seção de Laboratório de Restauro à casa no dia anterior,

observou-se a existência no local de inúmeros objetos, móveis e documentos de interesse que pareceram merecer sua inclusão no pedido de tombamento. Atualmente este material encontra-se disperso e exposto às intempéries, em franco processo de deterioração. (PROCESSO DPH, 1981).

No mesmo processo há anexa uma carta do Museu Memória do Bexiga à Reitoria da USP, datada de 17 de setembro de 1981, falando sobre achados na casa no dia 3 de setembro do mesmo ano em uma saída fotográfica. Lista-se móveis, objetos

“espalhados pelo jardim e em uma edícula” e pedem doação dos objetos, no que não pudemos perseguir documentação que afirme ou negue que ela tenha sido efetivada. A carta discrimina jornais datados do final de 1800, partes de saboneteiras, chaves, retrato a óleo, baú, peças de vestuário e acessórios como luva, bolsa, punhos, toalha e sapatinho de boneca. Como veremos a seguir, uma exposição não exige a presença de objetos, mas na Casa de Dona Yayá, a sua falta é ponto de abertura para discussões sobre a condição desagregadora da doença mental, sobretudo quando recai sobre mulheres.

4.1.2 Expondo a arquitetura da casa como instituição total

A Casa também pode ser entendida como um acervo de elementos arquitetônicos que compõem coleções específicas: a da sala de jantar, do quarto, varanda, solário, banheiro, jardim. É uma abordagem utilizada na exposição do Museu Paulista intitulada “Para entender o museu”, visitada pela autora em diferentes momentos entre novembro e dezembro de 2022, que trata o edifício-monumento como um componente do acervo a ser extrovertido. Além de maquetes e fotografias, a exposição conta com recursos táteis que reproduzem detalhes de ornamentos e podem ser observados e tocados por qualquer visitante.

Esses detalhes são contextualizados como elementos indispensáveis à valoração estética do edifício e como produto de conhecimento técnico especializado dos arquitetos, mestre de obras e pedreiros. Nesse projeto expográfico a história das técnicas não se encerra nos modos de fazer, antes se relaciona com as dinâmicas econômicas e sociais de determinado período, de modo que a abordagem da arquitetura pelo trabalho pode trazer também informações referentes a urbanização do bairro, a questões raciais e de gênero, por exemplo, pois nenhum saber fazer é mostrado isolado do sistema que o comporta.

Figura 35 – Mesa de objetos táteis que destacam elementos arquitetônicos na exposição "Para conhecer o museu" do Museu Paulista.



Fonte: A autora, 2022.

Outra possibilidade é trazida por Kimberly Pires, em *Expografia da ausência*: A exposição da Galeria do Parthenon no Museu da Acrópole como uma narrativa para a repatriação (2020), aborda os recursos expográficos desse Museu como um recurso de comunicação que cumpre seu objetivo expográfico ao mesmo tempo em que é mobilizado como um discurso político sobre o rapto da cultura material grega por países europeus colonizadores, em especial o Reino Unido. Os mármore do Parthenon foram retirados da Grécia por Lorde Elgin ainda no século XIX e ainda hoje estão no British Museum, em Londres, configuração que sustenta um impasse diplomático entre os dois países com relação às políticas culturais e devolução das peças;

Com a coleção incompleta, o Museu da Acrópole trabalha com essa falta como um recurso expográfico e subverte a centralidade do objeto em uma exposição, se valendo da sensorialidade da falta/ da ausência como um dos principais recursos disparadores de suas exposições. Em resumo, podemos dizer que a proposta curatorial da exposição da Galeria do Parthenon, está embasada em um projeto crítico e reflexivo, onde a ausência da materialidade, apesar de não ser o desejado, é uma ação consciente da curadoria. Estratégia que podem causar estranhamento no visitante ao se deparar com os espaços vazios. A partir do vazio, o discurso de reivindicação de devolução das peças torna-se evidente, assim como, a ideia almejada de completude da coleção. Este é um exemplo potente de como a espacialidade e a materialidade são agentes discursivos em uma exposição. Expor será sempre um processo intencional, permeado pelas escolhas do que ocultar, optar, lembrar e também esquecer, mas que não depende do objeto para acontecer (PIRES, 2020, p. 133). Como explica Marília Cury (2005):

A exposição é o local de encontro e relacionamento entre o que o museu quer apresentar e como deve apresentar visando um comportamento ativo do público e à sua síntese subjetiva. Esta ideia relativiza o ponto de vista da exposição como meio e como transmissora de mensagens, entendendo a exposição como espaço de construção de valores. (CURY, 2005, p. 42).

Pires (2020) relata que a proposta expográfica do Museu está em consonância com a arquitetura da edificação, essa pensada também em consonância com o exterior e permite integração com a paisagem local e vistas para as ruínas da Acrópole (PIRES, 2020, p.18). Para a autora, o Museu da Acrópole consegue atender seus objetivos enquanto instituição que estuda, protege e comunica o patrimônio cultural, pois a partir dessas “funções primordiais” promove uma ação reflexiva e orientada para a construção de consciência histórica. Ao mesmo tempo, seu projeto expográfico funciona como “estratégia turística e de consolidação de uma identidade local” (PIRES, 2020, p. 141), fator que demonstra a ligação do Museu com seu entorno para além da integração da arquitetura com a paisagem.

O uso de vitrines vazias, de peças com “falhas” ou com essas faltas indicadas pela restauração das peças que destaca sobremaneira a intervenção e o uso de painéis informativos e questionadores são alguns dos recursos expográficos descritos por Pires (2020) que trabalham a questão da ausência para além do viés da falta, antes a entendendo como elemento de possibilidade e questionamento. Não necessariamente uma sugestão para nosso caso, mas mais um indício de que o projeto expográfico é campo de experimentação e criação de relações e que tem por conhecimento não só a informação textual/cognitiva, mas a produção de sentimentos e emoções passíveis de mobilização por meio do projeto expográfico.

A estátua do imperador Marco Aurélio, que esteve durante séculos no Capitólio, teve aí uma significação que certamente perdeu ao ser levada para uma sala de pé direito baixo, em que o imperador aparece desmontado de seu cavalo... Onde a ampliação para dar a distância em que a grande solidão do soberano era tão facilmente sentida? (GUARNIERI, 1986 Apud BRUNO, 2010, p. 140)

A questão da disponibilidade de espaço funcional limita sobremaneira tanto a adoção de novas possibilidades expográficas ou da expansão de uso coletivo – tanto da Universidade quanto da comunidade – e um dos exemplos é a sala azul. Nela as pinturas parietais foram totalmente restauradas e há ainda uma claraboia, mas ambos não podem ser totalmente apreciados pelos visitantes pois há uma mesa de oito lugares disposta no cômodo que impede a livre passagem e inibe – ou proíbe, dependendo da ocasião – a visita. Os antigos cômodos identificados como de serviços ou quartos

de cuidadoras, enfermeiros e empregados, foram transformados em ambientes de trabalho, alguns com janelas de restauro presentes, mas igualmente inacessíveis à visita, como também é o caso do porão, cômodo destinado aos seguranças terceirizados.

Sublinhando a aproximação conceitual a partir das atividades-fim das instituições e não por sua tipologia, tomamos como base outro estudo de museus casa, onde Paulo Barbosa (2013) afirma que o edifício onde é instalado um museu casa se torna sua característica predominante, pois “na casa-museu o edifício constitui parte do acervo, assumindo importâncias relativas em cada caso, mas sempre desempenhando papel fundamental no processo museal.” (BARBOSA, 2013, p. 48). Ainda assim, as características arquitetônicas nem sempre fazem parte do planejamento expográfico e o espaço é pensado apenas como ambiente para distribuir objetos ou como portadores de um significado imanente.

Situação semelhante àquela relatada por Renata Figueiredo (2011) em uma visita ao Museu do Futebol. Repleto de recursos tecnológicos e sensoriais que promovem uma visita que diverte e faz refletir, segundo a autora, ao passar pela arquibancada Figueiredo notou que o espaço

tem um imenso potencial de significação, [mas] não foi criada nenhuma estratégia expográfica para seduzir o visitante, criar emoção, contar a história, ou ainda, fazer com que o visitante se divirta com o que vê. É como se o museu dissesse ao visitante: ‘Está aí o Estádio. Ele fala por si’. E o visitante sai desse espaço com os mesmos conhecimentos que entrou. (FIGUEIREDO, 2011, p.166)

A partir das exposições em cartaz naquele momento, Figueiredo (2011) diferencia cenografia de ambiência, o primeiro recurso expográfico que procura recriar determinado ambiente e/ou período e o segundo que trabalha com a mobilização de sentidos, como o uso de luz difusa, sons, odores etc. Analisando também o Museu da Imigração, a autora descreve que os materiais utilizados na construção de painéis, integrados ao ambiente, e as escolhas de disposição de módulos expositivos etc. são feitas considerando a arquitetura dos prédios, “de forma a integrar as três dimensões que constituem um museu: o conteúdo, a museografia e a arquitetura” (FIGUEIREDO, 2011, p.99), situação observada no Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo.

Utilizando como exemplo uma visita ao MZ-USP no dia 11 de novembro de 2022 feita pela autora, é possível afirmar, também com base no roteiro de observação elaborado por Cury (2021) que embora os espaços sejam distintos, com temáticas e objetivos díspares, eles têm em comum a lida com o patrimônio, com a memória, têm um compromisso com a construção de uma historicidade que demanda recursos de

comunicação específicos. O MZ-USP tem entrada gratuita, é um prédio localizado no bairro do Ipiranga, a poucos metros do Museu Paulista. Suas salas são repletas de animais, fósseis, esqueletos de todo o tipo e as poucas informações que obtive sobre o funcionamento foram de trabalhadores terceirizados da segurança.

Ainda assim, através das exposições me informei quanto à evolução genética, formação e coleta de fósseis, tipos de dinossauros, características peculiares da vida de alguns mamíferos e cretáceos. Em suma, tive contato com uma área disciplinar totalmente oposta à minha formação acadêmica e mais, tive o interesse por áreas de estudo totalmente negligenciadas, como a Paleontologia. O MZ-USP proporcionou uma interação espontânea capaz não só de movimentar conhecimento através do conhecido como promover a curiosidade e desejo de apreensão do desconhecido. Trazemos esse relato como um exercício de observação de pedagogia museológica proposta na grade formativa do programa de pós graduação do PPGMus-USP que afirma a necessidade de afinamento do olhar museológico que, alimentado pela teoria, pode trazer soluções mais eficazes para a prática. No mesmo sentido, ele afirma a posição de que um local que lida com as referências culturais, comumente chamado de museu, tem de ser vivo, instigante, e não um simples espaço onde coisas são expostas e guardadas.

Esse relato pessoal ilustra o êxito de algumas ferramentas de comunicação expográfica que foram capazes de “fazer os objetos falarem” e de nos incentivar a fazer mais perguntas. Em resumo, relatamos que não só a disposição dos “objetos” e a disposição de plaquetas informativas foram efetivas – pois informaram e parecem fornecer subsídios mínimos para uma mediação educativa⁵⁰ – assim como a escolha dos temas abordados, que aproximam a Biologia, Geologia, Paleontologia etc. do cotidiano/da atualidade. Somos convidados a conhecer mais a fundo as espécies ao mesmo tempo que refletimos sobre a historicidade da natureza e nosso papel em sua transformação através de temas como mudanças climáticas naturais e produzidas pela humanidade, urbanização desregulada e desmatamento, caminhos da produção científica e extinção por predação humana que fornecem um contexto àquilo que está exposto e afirmam a importância social das ciências e, por consequência, da própria existência do museu.

⁵⁰ No dia mencionado foram observadas três turmas escolares do Ensino Fundamental II em visita, sendo que em uma delas o professor se valia das referências visuais, objetos e plaquetas para conduzir sua mediação. Apesar da agitação e do barulho no ambiente, sua turma demonstrava interesse e parecia compreender o que estava sendo comunicado.

Figura 36 – Fotografia do espaço expositivo na área da recepção do Museu de Zoologia da USP.



Figura 37 – Fotografia de área de audiovisual no Museu de Zoologia da USP.



Tanto o painel expositivo quanto a área de visual fazem parte de uma mesma composição de recepção pensada para ocupar parte do saguão de entrada. Fonte: A autora, 2022.

Pode-se argumentar que um museu de ciências não pode ser comparado a outro tipo, como um museu histórico, por exemplo, mas já de pronto o contestamos pois 1) como dito, ambos lidam com o patrimônio cultural (e a produção científica é um produto de cultura, uma vez que produzido pelo ser humano); 2) ambos necessitam de recursos expográficos similares ou até idênticos, sejam eles mobiliários, aparatos tecnológicos, papelaria, comunicação visual etc. e podem se beneficiar de estudos museográficos, arquitetônicos, de multimídia e de artes visuais, por exemplo, que aperfeiçoam esses recursos; 3) ao exercerem a função educativa, ambos compartilham de algumas premissas em didática, educação patrimonial, teoria do conhecimento etc. e, em alguns casos, se colocam comprometidos com a transformação social através da informação. Ou seja, como num cladograma, enxergamos que duas categorias distintas de instituições de memória que, por mais opostas que sejam, podem ter uma origem em comum e relações de parentesco que mostram suas similaridades ao mesmo tempo que conservam suas diferenças.

A Casa de Dona Yayá, até o momento, tem como “matéria prima” a arquitetura do imóvel o que, apenas numa utilização superficial do exemplo acima, nos incentiva a perguntar de quais formas a comunicação desse substrato poderia ser feita, uma vez que ao contrário de espécimes, temos elementos arquitetônicos. Estes, por sua vez, nos induzem a pensar sobre seu propósito e contexto de produção, o que traz os temas das

transformações na cidade de São Paulo e no bairro do Bexiga, transformações nos modos de morar, problematização da neurodivergência enquanto um diagnóstico social e não necessariamente clínico – sobretudo quando aplicado a mulheres – historicidade da psiquiatria, da arquitetura/técnicas construtivas entre outros.

O estabelecimento do fato museal pode ativar as formas como nós, enquanto sociedade brasileira, nos relacionamos com o sofrimento psíquico, e a Casa aparece como vetor ou “suporte de memória” dessa relação, pois é uma tipologia arquitetônica única até o momento que documenta uma dessas relações. Considerando o fato museal enquanto relação entre pessoas (sociedade no geral, destacando-se o interesse específico das comunidades negras, nordestinas e italianas do Bexiga, comunidades USP, coletivos feministas, comunidades neurodivergentes) – referência cultural (Casa) – num cenário (bairro do Bexiga), é natural que diferentes questões se interseccionem, cabendo então a aplicação de um diagnóstico museológico que direcione o programa comunicacional ao atendimento da vocação museal da referência cultural em questão.

O CPC-USP já tem consolidada a abordagem da arquitetura para além do belo e do funcional e a entende também como uma ferramenta política. Na abordagem museológica da Casa de Dona Yayá, falar da arquitetura enquanto um instrumento político é reconhecer uma história de imposição através da violência, cada vez mais civilizada e subjetiva, mas ainda assim violência. Do lado dos aparelhos de repressão como a polícia, por exemplo, estavam a medicina e arquitetura, que eram empreendidas na contenção e disciplinarização dos corpos numa perspectiva moralizante de saúde (ODA; DALGALARRONDO, 2005).

Audrey Weyler (2006) expõe que a loucura é uma condição desagregadora subjetiva e coletiva, impõe às pessoas “trajetórias profundamente marcadas pelo desenraizamento” (WEYLER, 2006, p. 389). De traslado de hospitais, delegacias e albergues à errância nas ruas, os loucos perdem referenciais como documentos pessoais e também aqueles relacionados ao espaço público. Em seu artigo se propõe a incorporação da perspectiva do louco na experiência cidadina que deve considerar também que há memória na loucura, há memória nos manicômios.

A construção de um outro lugar social para a loucura que não seja o da doença, da anormalidade, da periculosidade, da incompetência e do erro implica, entre outras coisas, uma detalhada revisão do conjunto de representações que atravessam a sociedade e que acompanham os indivíduos tomados como loucos. (WEYLER, 2006, p. 389)

Dessa forma, espaços relacionados à loucura, como hospitais psiquiátricos, quando patrimonializados e extrovertidos são convertidos em lugares de memória difícil, centros privilegiados de denúncia do isolamento compulsório, de maus tratos e

classificações psiquiátricas baseadas na moralidade. O Hospital Colônia de Barbacena é um desses exemplos cujo processo de musealização foi relatado por Viviane Borges (2017). A autora descreve os espaços museais com exposições que mantêm a memória do “holocausto brasileiro” e constroem uma história da loucura que tem sua redenção com a Reforma Psiquiátrica. O passado retratado por meio de fotografias e objetos como um aparelho de ECT se torna um discurso de denúncia:

O Museu da Loucura conjura uma memória ligada à dor, coloca-se como instituição transformadora, que se propõe a modificar o enfoque sensacionalista e desumano que era dado pela sociedade ao tema loucura em uma abordagem esclarecedora e desmistificadora. [...] O comprometimento de uma instituição museológica em evidenciar e problematizar o sofrimento pode ser entendido como uma forma de incitar a reflexão, contribuindo para erradicar aquilo que já não se quer mais no presente. (BORGES, 2017, p. 118).

Embora a denúncia e a manutenção da lembrança sejam necessárias para a viabilização da reparação jurídica, a Casa de Dona Yayá não tem elementos que sustentem esse tipo de abordagem que facilmente incorrem no risco de banalização da memória de Sebastiana Freire. Além disso, o protesto já foi feito e continua sendo feito pelos movimentos feminista e antimanicomial, pautas que vêm sendo gradualmente incorporadas na produção acadêmica e nas discussões públicas promovidas pelo CPC-USP.

A musealização da arquitetura apresenta também demandas práticas como a necessidade do uso do espaço para seminários, reuniões administrativas e outros eventos que devem ser considerados na elaboração de um projeto expográfico e um roteiro educativo. A visitação é limitada à sala verde, aos quartos, alpendres e solário, áreas essenciais para a compreensão do uso da arquitetura asilar, mas que carecem de recursos comunicativos que informem seus significados ou movimentem inquietações para além da curiosidade e/ou angústia. É necessário um posicionamento que problematize a normalização da exclusão como tratamento do que é diferente a nós. Como constatado em extensa pesquisa documental e relatado no artigo “História das primeiras instituições para alienados do Brasil” (2005):

o processo de institucionalização dos alienados foi marcado pela construção de uma opinião pública consensual quanto à necessidade e, sobretudo, quanto à legitimidade de sua reclusão em hospícios próprios. (ODA; DALGALARRONDO, 2005, p. 1005).

Assim, para acompanhar a proposição de Weyler (2006) de uma forma propositiva é necessário incorporar as táticas e práticas feitas pelos movimentos sociais relacionados à memória de Sebastiana como premissas de trabalho patrimonial que têm a valorização e celebração da vida como motor de ação. Tanto por essa postura quanto pelo aspecto funcional, o uso de recursos cenográficos como a recriação de ambientes com móveis

de época, por exemplo, artifício comum em espaços equivalentes a museus casa é especialmente complexa. A esse ponto comentamos brevemente que a cenografia em si não é um problema, pois “ciente de sua artificialidade” (GUARNIERI, 1987 Apud BRUNO, 2010, p. 165), uma vez que cria cenários artificiais para comunicar referências culturais, a instituição que expõe museograficamente pode se apropriar dessa artificialidade e criar narrativas auto reflexivas sobre seu papel como produtor de conhecimento a partir de determinado bem cultural e o papel do leitor nessa construção, abrindo espaço para que seja também produtor de sentidos. A cenografia se torna engodo apenas como não se assume como tal, quando se propõe como neutra e agente facilitador de sentidos, posição que põe o visitante como consumidor de uma experiência vazia, pois além de se encerrar em si mesma não permite outras propostas além da sua própria, sendo, portanto, autoritária.

Um trecho do posfácio de Antonio Cícero (2021) na coletânea “Toda Poesia”, de Ferreira Gullart, que fala da relação do poeta com a mentira pode ajudar a ilustrar o que procuramos defender:

‘Mentira’ aqui quer dizer aquilo que tenta encobrir os aspectos assombrosos da vida. É verdade que os poetas são também capazes de mentir para, assim, revelar a verdade da totalidade assombrosa da vida. [...] Gullar não rejeita essas mentiras, e sim as que tentam bajular o leitor, fingindo, por exemplo, ‘que a vida é bela, e muito, / e que a revolução caminha com pés de flor’. (CÍCERO In GULLAR, 2021, p. 517).

Mas os recursos cenográficos não se limitam apenas à recriação de ambientes, à encenação. A iluminação é um desses recursos que são capazes de transmitir mensagens, pois podem marcar a passagem de um ambiente para outro, dar destaque e assim informar que devemos prestar atenção e direcionar emoções com o uso de diferentes intensidades e cores. O problema da incidência da luz nos objetos de museu é assunto largamente tratado, pois esse conhecimento é indispensável à conservação desses objetos e, portanto, às técnicas de guarda e exibição pública. Sugerimos analisar como esse recurso pode ser aplicado em um ambiente como a Casa de Dona Yayá que, de certa forma, já faz uso dele.

Figura 38 – Fotografia dos spots que iluminam os detalhes arquitetônicos da estrutura do chalé que deu origem à Casa.



Fonte: A autora, 2022.

Um exemplo cenográfico que pode ser citado é uso de *spots*, lâmpadas de fecho direcionado, que focalizam os tijolos originais do chalé a partir do qual o restante da casa foi construído. A luz direcional destaca esse detalhe que é visível apenas para quem olha para cima. Numa visita espontânea, um visitante distraído poderia não perceber o vestígio mais antigo da construção, pois não há mais as plaquetas, retiradas no final da gestão de Monica Camargo, tampouco outro recurso expográfico que informe o visitante sobre ele.

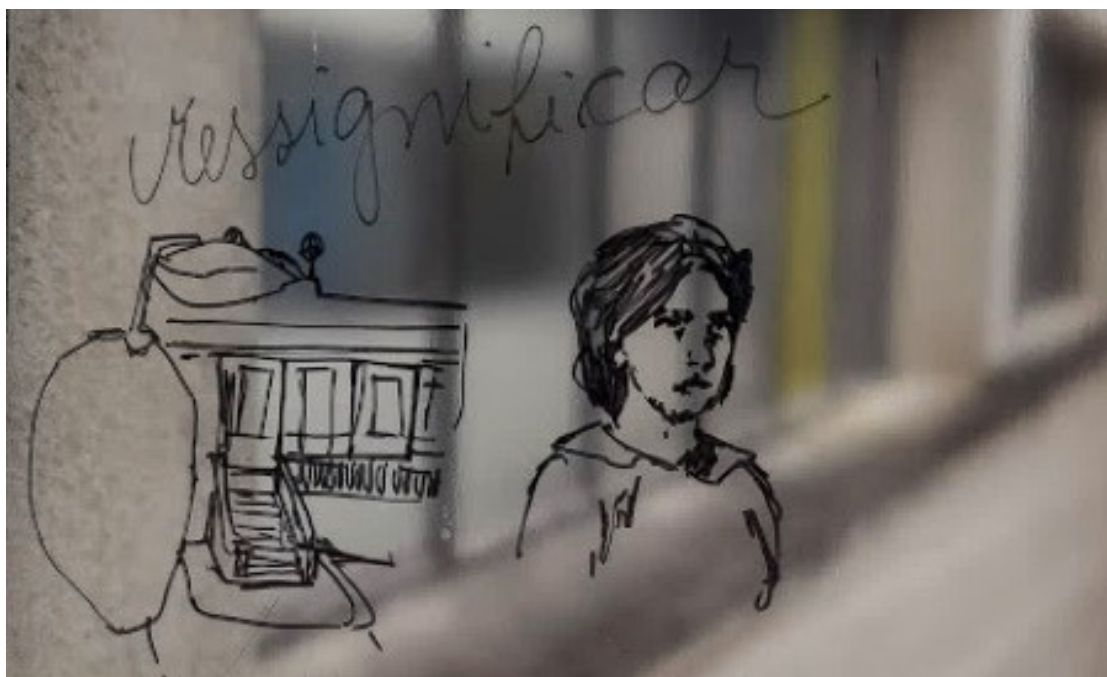
Todos os ambientes visitáveis da Casa são iluminados de forma indireta, são lâmpadas do tipo *spot* (e uma arandela na sala verde) dispostas de modo que a luz seja refletida pelas paredes, se espalhando pelo ambiente de maneira uniforme e causando sensação de conforto, pois são suaves. Durante o dia alguns espaços são beneficiados pela luz natural que pode ser excessiva, dependendo do horário. Notamos que algumas janelas são adesivadas a depender da exposição e é um recurso que ora pode favorecer a iluminação ou prejudicá-la, tornando o ambiente mais escuro. No caso do solário a adesivação feita em função da exposição “YAYÁ: Cotidiano, feminismo, doença, riqueza” (2022) se mostrou como um elemento de valorização do espaço e de apropriação dos visitantes.

Figura 39 – Fotografia das janelas adesivadas. No centro, imagem de Sebastiana Freire.



Fonte: A autora, 2022.

Figura 40 – Fotografia de intervenção feita por visitante em uma das janelas adesivadas do solário.



Fonte: A autora, 2022.

A única sala em que os efeitos da luz natural poderiam ser mais bem aproveitados – e até explorados didaticamente, uma vez que são propiciados através de um recurso arquitetônico que é a claraboia – foi transformada em sala de reuniões, como mencionamos. Outro espaço pouco explorado, e de certa forma mal iluminado, é o solário. O corredor cimentado é iluminado de modo funcional com spots localizados a meio metro do chão que oferecem segurança de circulação quando o sol cai, mas que não vão além disso.

Dentro do tópico de iluminação e criando uma nova questão, o uso de luz direcionada apenas para os tijolos e não para outros elementos como as janelas projetadas por Juliano Moreira e o olho mágico na porta do banheiro particular de Sebastiana foram escolhas estéticas, técnicas (relacionadas à expografia) ou conceituais, uma vez que outras fases de construção da casa foram sobrepostos à “fase” de interdição? De qualquer forma é importante frisar como o uso de recursos visuais de iluminação são relativamente menos custosos e podem conferir efeitos sensoriais diversos a um ambiente, catalisando suas qualidades didáticas e de despertar lembranças e afetos.

Ainda que não aplicado a nosso contexto, Ezrati (2020) demonstrou como pôde aplicar com baixo custo técnicas básicas de iluminação a um objeto do Museu do Louvre, garantindo tanto sua visibilidade e estética quanto sua conservação. Ele explicou como o uso de diferentes técnicas de iluminação podem transformar profundamente a leitura de um objeto e sua apreciação⁵¹.

Assim, sensações como a clausura, o caráter asséptico e indiscreto do banheiro, janelas, portas e pinturas parietais são elementos que poderiam ser trabalhados através da iluminação. Outro recurso relacionado à luz é a projeção. Do mesmo modo que a iluminação, ela é capaz de criar ambiência e de propagar informação, transmitir um conhecimento sensorial ou meramente conteudista também com pouco custo financeiro e técnico. Tais como fantasmas, as imagens ou textos projetados poderiam habitar o ambiente de modo limiar, entre a materialidade e a sombra. A iluminação funciona como um sistema comunicativo capaz de criar narrativa própria e/ou adicionar camadas de significado – como ênfase pelo direcionamento da luz ou uso de diferentes temperaturas de cor para criar ambiências, por exemplo – ao projeto expográfico principal (GOBBATO, 2014).

Outros recursos apontados pelo manual do Ibram sobre produção de exposições (Bordinhão; Valente; Simão, 2017) e pelo trabalho de Figueiredo (2011) é o uso de sons e do contraste, oposição entre luz e sombra, barulho e silêncio, cheio e vazio etc. que tem alta efetividade sensorial e relativo baixo custo. De todo modo, são inúmeros os recursos expográficos possíveis⁵² e a adoção de um caderno interno de diretrizes de expografia seria um passo interessante para o levantamento das experimentações que a equipe realizou ao longo desses anos e para normatizar a aplicação de recursos de

⁵¹ Ver também: EZRATI, J.-J. *Éclairage d'exposition. Musées et autres espaces*. Eyrolles: Paris, 2014.

⁵² Ver também: RICO, Juan Carlos. *Manual práctico de museología, museografía y técnicas expositivas*: Madrid: Sílex, 2006.

comunicação alinhados com a política institucional e às exigências de preservação arquitetônica da Casa.

Figura 41 – Fotografia de instalação com projeção no Museu da Língua Portuguesa.



Fonte: Bordinhão; Valente; Simão, 2017, p. 56.

4.2 Planejamento estratégico

Uma vez que “a exposição é a ponta do *iceberg* que é o processo de musealização” (CURY, 2005, p. 35), um projeto expográfico – ou ações educativas, de inventariação etc. – são antes ações museográficas do que partes de um processo museológico integrado. Temos ações de vocação museal como a capacidade de identificação de referenciais de memória, na sua sistematização e comunicação sobretudo por meio acadêmico, mas não temos ainda a capacidade de integrar essas ações e de incorporar procedimentos e normativas do campo, por exemplo.

Se o fato museal é observado na Casa, sua aplicação, contudo, não é efetivada, o que poderia ser feito por meio da aplicação da cadeia operatória, como mencionamos. A princípio, pensar a referência cultural em questão por meio do fato museal nos isenta de qualquer classificação tipológica – pois o que importa nesse primeiro momento é a relação com as referências culturais e não a classificação delas – e, por consequência, qualquer limitação decorrente de uso. É sabido que a eleição da Casa como um museu, por exemplo, traria benefícios com relação ao aumento da independência orçamentária, das possibilidades de captação de recurso, aumento de visitação e facilitação de construção de sentidos, para trazer os mais simples e benéficos à primeira vista.

Contudo, essa adaptação vem carregada de uma série de adaptações e regulamentações que exigiria uma transformação profunda na orientação do órgão que poderia ter sua integridade institucional fragilizada, também para citar o mínimo.

No entanto, não é necessário que a Casa se torne um museu para que sejam adotados procedimentos/ferramentas de gestão museológicas. Tendo por base o fato museal, o conhecimento museológico gera “instrumentos operacionais de trabalho” (GUARNIERI, 1981, Apud BRUNO, 2010, p. 129) que guiam a ação de conhecimento do fato museal e realização da ação museológica, exercício autorreflexivo centrada no ensino, formação e produção de conhecimento.

“A Museologia é a disciplina que se aproxima de outras para dar conta de seu objeto de estudo, o fato museológico – a relação do homem com o patrimônio cultural, relação mediada, ora por vezes por um museu – institucionalmente–, ora por outros tipos de estruturas museais.” (CURY, 2014, p.58)

Desde a formação da Comissão há procedimentos e intenções que podem ser vistos como museológicos, mas que não foram propriamente sistematizados, portanto não podem ser qualificados como tal. São movimentos de salvaguarda pela organização, produção e extroversão de informações – pesquisa, inventário, banco de dados, classificação bibliográfica etc. – e comunicação – publicações, palestras, trabalho do Educativo, exposições etc. – que estão circunscritas à cadeia operatória, mas não necessariamente se retroalimentaram ou tiveram seus procedimentos orientados por uma política institucional contínua.

A gestão museológica, ou administração de museus é definida, atualmente, como a ação de conduzir as tarefas administrativas do museu ou, de forma mais geral, o conjunto de atividades que não estão diretamente ligadas às especificidades do museu (preservação, pesquisa e comunicação). Nesse sentido, a gestão museológica compreende essencialmente as tarefas ligadas aos aspectos financeiros (contabilidade, controle de gestão, finanças) e jurídicos do museu, à segurança e manutenção da instituição, à organização da equipe de profissionais do museu, ao marketing, mas também aos processos estratégicos e de planejamento gerais das atividades do museu [...]. (MAIRESSE; DESVALLÉS, 2013, p. 47).

Marília Cury (2005) aborda a aplicação de instrumentos gerenciais no contexto museal como o planejamento estratégico, procedimento que parte de um diagnóstico institucional para elaborar estratégias de ação conscientes das limitações e possibilidades concretas. Uma das técnicas possíveis é a Análise SWOT (ou FOFA), meio intuitivo de identificação dos pontos fortes e fracos e das oportunidades e ameaças, como exemplificado na tabela abaixo. A Análise SWOT permite um delineamento em conjunto da instituição e do meio em que ela se insere e viabiliza planejamentos mais alinhados com a realidade e, portanto, mais eficazes tanto do ponto

de vista administrativo – pois atende objetivos de racionalização da gestão – quanto do ponto de vista político – considerando a sobrevivência da instituição em uma estrutura administrativa tecnicista.

Tabela 1 – Exemplo de Análise SWOT da Casa de Dona Yayá.

Forças	Oportunidades
Órgão de referência	Articulação com a comunidade do entorno
Histórico de atuação	Ampliação conceitual
Resiliência	Potencialidade museológica
Especialização teórica	Área externa do jardim
Fraquezas	Ameaças
Corpo técnico diminuto	Limitações financeiras
Espaço físico	Transformações na estrutura da
Infraestrutura tecnológica	Universidade
Sistematização arquivística	
Sensação de insegurança por conta da localização	

A aplicação de ferramentas gerenciais nas instituições de cultura – Cury (2005) aborda especificamente o contexto museal e a produção de exposições, mas é possível estender a análise para outras instituições de memória – se relaciona com o aprimoramento dos processos administrativos internos e a consequente economia de tempo e recursos e execução de serviços com qualidade, o que implica não só em exposições ou seminários com alta participação (produtos da instituição) como na “construção de uma consciência política do papel social que nós profissionais de museus desempenhamos, em contraposição à produtividade” (CURY, 2005, p. 98) (processos da instituição).

Essa aplicação se relaciona com a capacidade de uma instituição de traçar metas e atingi-las, mantendo sua pertinência enquanto referencial cultural de uma sociedade. Fala de atender a critérios técnicos que mantêm um padrão de efetividade das ações planejadas e fala também da capacidade de desenvolver os trabalhos de forma coletiva e participativa. Há então uma dimensão política no planejamento estratégico, pois a equipe que o desenvolve precisa adotar uma postura autocrítica indispensável para a construção de sua práxis, ação que prevê o planejamento estratégico como parte de um sistema circular de planejamento-execução-avaliação. Ele deve refletir sobre os valores que a própria equipe eleger e não procurar atender a métricas de visitação, por exemplo. “Qualquer mudança deve satisfazer uma mudança legítima de valores” (CURY, 2005, p. 70), e não a exigências de alta produtividade e de geração de números.

O quadro abaixo, também da autoria da Cury e publicado em um artigo de 2014, “Museologia e conhecimento museológico” nos ajuda a visualizar a Museologia como um campo dotado de muitas subdivisões com diferentes ações, nichos de estudo e objetivos, mas que se integram um sistema complexo e, por definição, interdisciplinar (RÚSSIO, 1983 Apud BRUNO, 2010). Desse modo, a adoção de ferramentas de gestão estratégica é antes um movimento próprio do campo que é o de apropriação de saberes de outros campos do conhecimento e sua adaptação para atender o contexto onde ele se aplicará. Da mesma forma que na área de Conservação podemos nos valer de saberes da Química e Física, por exemplo, quando falamos de gestão é patente então a aproximação de áreas como o Direito, como vimos em alguns pontos desse trabalho, e da Administração.

Os diferentes níveis de ação indicados na tabela de Cury (2014), planejar-aplicar-interagir, por exemplo, nos dão a dimensão da complexidade dos objetivos a serem cumpridos e, virtualmente, dos diferentes perfis de trabalhadores envolvidos nessas demandas. Como destacado na parte inferior, o **diálogo** é demanda inerente ao campo e que deve ser a base que o integra. Poderíamos dizer que o documento que registra esses diálogos – e que promove outros – é o plano museológico.

Figura 42 – Quadro das relações entre a Museologia Geral e Aplicada elaborada por Marília Cury.

Museologia Geral	Museologia Aplicada – Museografia		Níveis
História dos museus	Curadoria	Aquisição/ formação de acervo	Administrativo planejar
		Salv guarda - Conservação preventiva - Documentação museológica	↕
Teoria Museológica - Comunicação museológica - Expologia - Educação patrimonial - Recepção de público		Comunicação museal - Expografia - Educação em museus	Técnico aplicar
			↕
Gestão do patrimônio musealizado	Gestão	Planejamento	Político interagir
		Administração	
		Avaliação	
		diálogo	

Fonte: Cury, 2014, p.60.

José Paulo Lima (2014) explica que os museus – e demais instituições que trabalham com memória – têm por atividade fim a salvaguarda e comunicação das referências culturais que administram e essa gestão é sua atividade meio. Elas não se sobrepõem, são interdependentes e para que esse caráter seja viabilizado é necessário

que essa relação tenha suas dinâmicas reconhecidas e tipificadas pela instituição, no que o plano museológico se faz como instrumento viável para tanto. Lima (2014) pontua o caráter conceitual do plano museológico em detrimento de seu caráter técnico e legal. No mesmo sentido, conforme escreve Kátia Regina Neves (2003), pensar o plano museológico implica em elaborar estratégias de administração eficazes e que atendam a comunidade de forma efetiva.

Como resume Cury (2009), um plano contempla

as características da instituição (trajetória e abrangência de acervo e público), a missão institucional, os objetivos estratégicos, programas, metas, cronograma, recursos, etc. O plano museológico é a melhor expressão prática da política cultural do museu, abrangendo os seus programas e programação e as estratégias para alcançá-los na prática. Por ser o museu uma instituição comprometida com a sociedade, o plano museológico sempre se alicerça em aspectos administrativo (planejar estrategicamente), político (reunir pessoas estrategicamente para planejar e realizar) e técnico (decidir e agir com base em procedimentos técnicos), respeitando assim o ambiente que lhe agrega. (CURY, 2009, p. 31).

Considerando a complexidade conceitual do tratamento cultural da Casa, a elaboração de um plano museológico – que abrange aspectos conceituais e práticos – poria contornos precisos sobre o tema e construiria uma visão constitucional coesa e perene, virtualmente livre de possíveis marcas personalistas de gestão. Para tanto, é necessário não só contar com profissionais da Museologia, é essencial a participação da comunidade do entorno e da comunidade USP que podem trazer outros olhares sobre a referência cultural e seus usos e podem ser efetivamente produtores de cultura, agentes de igual importância no enquadramento de memórias junto às instituições.

A Lei n. 11904/2009 que Institui o Estatuto dos museus e dá outras providências normatiza a elaboração do plano museológico e descreve o documento como “instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade”, definição que compreende as atividades meio e fim, acima mencionadas. Se prevê o caráter interdisciplinar dos programas que compõem o plano e a elaboração “preferencialmente participativa”, aspectos que legitimam a inclusão da comunidade do entorno e da comunidade USP na elaboração do documento.

Lima (2014) descreve os principais quesitos de um plano museológico:

Pensando ainda na questão estrutural do documento, deve trazer elementos e análises para além do seu aspecto meramente descritivo. Deve também apresentar o histórico de gestão e alguns elementos definidores da atuação social do museu: a reflexão de como entende e trabalha sua relação com a sociedade; o nível de participação social nos processos decisórios; o nível de democratização dos processos decisórios; o respeito à diversidade sociocultural; o papel educativo da instituição; os caminhos para a produção de conhecimento a partir da sua atuação, entre outros. (LIMA, 2004, p. 113).

O Plano Diretor do CPC (PLANO, 2021) compreende alguns desses aspectos e é um marco de grande relevância na história da instituição e pode fornecer subsídios consistentes para a elaboração de um documento amplamente participativo e orientado pela aplicação da cadeia operatória museológica. Apenas para sublinhar a permeabilidade do órgão às ferramentas museológicas, em 2011 a arquiteta Juliana Prata desenvolveu em conjunto com o estagiário Gabriel Sepe Camargo o documento “Subsídios para elaboração do Plano de Conservação da Casa de Dona Yayá”, espécie de dossiê composto por desenhos arquitetônicos e levantamentos documental e iconográfico sobre o histórico do imóvel, de suas obras de manutenção e restauro e características físicas.

Não encontramos na pesquisa documental a efetivação desse Plano, mas é certo que o documento pode ter sido base para os trabalhos do eixo que seria formado no ano seguinte, “Conjuntos, construções e sítios”, que tinha uma das linhas de trabalho centrada na preservação da Casa de Dona Yayá. Esse documento nos serve de exemplo da importância da sistematização de dados para uma política institucional coesa e efetiva e poderá, junto com o Plano Diretor, fornecer bases para um plano museológico, assunto a ser tratado a seguir.

4.3 Esboço para elaboração de um plano museológico para a Casa de Dona Yayá

Utilizaremos a estrutura do documento “Subsídios para a elaboração de planos museológicos” produzido pelo Instituto Brasileiro de Museus e publicado em 2016, para trazer tópicos que julgamos pertinentes na aproximação do CPC-USP das premissas teórico-metodológicas da Museologia, como um complemento aos pontos até aqui abordados. Os Subsídios reúnem de forma intuitiva essas premissas em etapas de trabalho complexas que têm por objetivo atender à normatização do Estatuto dos Museus. Conscientes disso, não julgamos essa seção como uma proposta, mas como um encaminhamento das elaborações feitas até aqui, que se pretende também um exercício do olhar museológico.

No mesmo sentido, pretendemos sublinhar a existência de processos museológicos existentes na Casa de Dona Yayá e a importância da aproximação da instituição às premissas da Museologia, processo já em curso, mas não de todo evidenciado, como já dito. Organizamos o conteúdo de forma sucinta, com comentários apontando possibilidades de continuidade e necessidades de inícios. O documento indica três etapas de elaboração do plano museológico e cada uma delas divididas em

tópicos que propõem ações e programas próprios que podem ser feitos sequencialmente e/ou concomitantemente, mas considerando sempre a interdisciplinaridade e a participação democrática das diferentes comunidades interessadas no bem cultural em questão, sejam elas internas ou externas à Universidade.

A Etapa I é composta por ações que constroem o diagnóstico da instituição. O tópico 1, sobre a caracterização da instituição, prevê a construção do histórico, descrição da instituição, sua localização e atuação, no que o levantamento apresentado no Plano Diretor do CPC (2021) e dados aqui presentes são exemplos de sistematização informacional do percurso institucional do órgão, que fornecem características relevantes para valorização de sua história e inspiração para o futuro, tais como:

- A pluralidade da equipe, apesar do enfoque no campo da Arquitetura;
- Experiência na organização das forças de trabalho em GT's, com eventual participação da comunidade;
- Equipe sempre a par das renovações teóricas das ciências humanas;
- Comprometimento com o atendimento à comunidade.

O tópico seguinte, de planejamento conceitual é momento que “se dá pela definição da missão, da visão e dos valores do museu e pela análise do ambiente em que está inserido, subsidiada pelo diagnóstico de seus recursos e de seus públicos.” (IBRAM, 2016, p. 40). Nesse ponto destacamos a necessidade de participação da comunidade na elaboração desses temas, de forma que, idealmente, é aqui que as expectativas da instituição e as expectativas dos potenciais públicos se encontram numa relação a ser renovada constantemente. Os estudos de públicos são essenciais para o mapeamento dessas expectativas, mas ressaltamos que não devem substituir uma abertura para participação plena desses públicos na elaboração do plano museológico.

A análise SWOT é indicada como um recurso de grande potencialidade (IBRAM, 2016, p. 43), exercício feito por nós anteriormente, e que

pode ser complementada por outras metodologias, tais como a elaboração de questionários, a aplicação de entrevistas, a promoção de reuniões com a comunidade, com o poder público e com as demais organizações, entre outras. A definição do método a ser aplicado deve estar associada à experiência e atuação da equipe responsável pelo Plano Museológico. É possível, por exemplo, que parte das questões importantes no diagnóstico de público e na análise do ambiente externo possam ser exploradas por metodologias como o uso da História Oral. (IBRAM, 2016, p. 44).

A Etapa II, a de elaboração dos programas, é composta pelos tópicos 1) programa institucional, coberto pelo Plano Diretor (CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL, 2021). 2) programa de gestão de pessoas – que deve considerar desde os trabalhadores concursados, aos estagiários e prestadores de serviços, preocupando-se com sua produtividade, bem estar e formação perene a suas atividades. Como não há um departamento de recursos humanos no CPC-USP, pois se seguem as legislações estaduais do serviço público e do quadro funcional da Universidade, aqui é um momento de mobilização para demanda de condições de trabalho pertinentes às expectativas dos trabalhadores e que pode, e deve, ser feito para além do órgão, num exercício de criação de redes de discussão e articulação política para melhoria da realidade dos trabalhadores da cultura e da memória.

3) O programa de gestão de acervos

consiste no estabelecimento de diretrizes, normas e políticas para o gerenciamento dos acervos musealizados, integrando esforços para ações como a aquisição, movimentação, conservação-restauração, bem como os procedimentos que envolvem a documentação museológica dos bens de natureza arquivística, bibliográfica e museológica incorporados ao museu. Por isso, o objetivo do programa é planejar as ações relativas ao processamento técnico, ao gerenciamento, à preservação e difusão desses acervos. (IBRAM, 2016, p. 53).

Aqui mais uma vez cabe a observação que esses acervos estão indicados no regimento do CPC-USP como as referências culturais da Universidade, de forma que a documentação pertinente às assessorias, grupos de trabalho e comissões – como a Comissão de Acervos Notórios (criada pela PORTARIA GR Nº 3012 de 27 de junho de 1996 e alterada pela PORTARIA GR Nº 3538, de 12 de janeiro de 2005) – fornecem bases para mapeamento e diagnóstico dessas ações e para a consequente estruturação desse programa, no que o tratamento documental do próprio acervo do CPC-USP é etapa antecedente indispensável e base necessária para todas as demais. A equipe do CPC-USP até o momento não contou com profissionais documentalistas e/ou arquivistas, áreas que junto com a da Museologia tem muito a agregar para os trabalhos previstos em regimento e para o atendimento das necessidades atuais.

No que concerne à Casa de Dona Yayá, não há um mapa de riscos elaborado, por exemplo, apesar de esforços como os Subsídios para elaboração do Plano de Conservação da Casa de Dona Yayá, de 2011, um dos exemplos que podem ser devidamente recuperados com a organização e sistematização do acervo documental do órgão. Uma vez que a Casa é uma edificação centenária e a equipe de manutenção diminuta e intermitentemente indisponível, o plano de riscos é urgente e

Seu planejamento se dá a partir da elaboração de um documento de natureza preventiva e operacional, que estabelece os procedimentos a serem seguidos para prevenir os riscos, minimizar seus efeitos e responder às situações de emergência. Uma das vantagens de se dispor de um plano de gestão de risco é poder se antecipar à ocorrência, diminuindo o tempo de resposta às emergências e, conseqüentemente, minimizando ou evitando os efeitos negativos dos agentes de risco a que todos os museus estão sujeitos. As ações de controle e tratamento que devem ser tomadas face aos agentes de risco são: identificar, detectar, evitar/bloquear, responder e recuperar. (IBRAM, 2016, p. 53).

4) O programa de exposições

As exposições em um museu, tanto sob o ponto de vista conceitual quanto das técnicas aplicadas para sua realização, decorrem diretamente do conjunto de valores, visão e missão estabelecidos pela instituição, razão pela qual o Programa de Exposições mantém estreito vínculo com os programas: Gestão de Pessoas, Acervos, Educativo e Cultural, Pesquisa, Comunicação, Financiamento e Fomento, Segurança, e Arquitetônico-Urbanístico. (SUBSÍDIOS, 2016, p. 59).

Como já abordamos, são inúmeras as possibilidades expográficas ainda não exploradas e que podem ser discutidas durante a elaboração desse programa específico. É uma questão perene, tendo em vista que o CPC desenvolve exposições próprias e sedia as de outras unidades uspianas, e que pode ser mantida viva com a elaboração de um grupo de trabalho Interunidades, por exemplo. Os relatórios anuais de gestão fornecem dados sólidos para um diagnóstico para o programa de exposições pois trazem as ementas, relatos e números de participação das exposições realizadas na Casa, onde salientamos que a adoção de ferramentas de gestão de exposições como *facility reports*, ementas e memoriais descritivos, *checklists*, entre outros, podem facilitar a produção expográfica e gerar registros precisos da execução das atividades, uma vez que os relatórios anuais de gestão não são pensados para trazer informações tão específicas. A criação de registros dos processos expográficos se relaciona tanto com a necessidade de atender demandas de prestação de contas internas e com a sociedade quanto com um compromisso em viabilizar a construção de conhecimento acerca desses processos.

5) Programa educativo e cultural

Desde a criação do eixo Educativo, em 2011, as articulações com a comunidade do entorno e ativação da memória de Sebastiana para a abordagem da Casa como referência cultural pertinente ao entendimento de nossa realidade social vêm produzindo ações educativas concisas, mas profundamente marcadas pelas limitações estruturais. Enquanto órgão promotor do patrimônio cultural da Universidade, seria de se esperar que o CPC-USP assessorasse outras instituições uspianas no que condiz a educação patrimonial, sendo este um importante vetor de elaboração de sentidos,

produção acadêmica, divulgação do patrimônio e até agitação cultural, para cobrir o mínimo.

O eixo Educativo se ocupa da extroversão de conhecimento a partir da Casa e da exploração de meios de fruição de seu espaço, guardando semelhanças com setores educativos dos museus estatutários, sobretudo no que condiz às limitações orçamentárias e de pessoal. A educação patrimonial na Casa, sistematizada no artigo de Fernandes (2019), tem suas próprias dificuldades relacionadas com as problemáticas conceituais que a Casa suscita enquanto referência cultural, mas talvez a maior dificuldade esteja na desvalorização estrutural dos profissionais da educação, em especial da educação patrimonial, hoje facilmente substituídos por empresas terceirizadas ou pela monitoria, marcada pela premissa de mediação cultural e difusão como simplificação de conteúdos e reprodução de discursos (LOPES, 2004).

O documento lista alguns itens indispensáveis à elaboração do programa educativo, da qual destacamos o estudo de públicos e indicadores e instrumentos de avaliação⁵³ como os recursos ainda não profundamente explorados, principalmente pela falta de estrutura.

6) Programas de pesquisa

A pesquisa acompanha todas as atividades desenvolvidas numa instituição que administra referências culturais. As pesquisas desenvolvidas no CPC-USP sobre o patrimônio cultural, sobretudo o tangível, estão em grande parte publicadas e mostram a vocação do órgão para a produção de conhecimento e fomento do debate acadêmico. Até o momento, a equipe teve liberdade para propor projetos de pesquisa – que comumente se desdobram em exposições, formações e/ou publicações e comunicações – ligados a suas áreas de formação e interesses, de forma que a pesquisa de públicos, que deve integrar o programa de pesquisas, é um projeto que demanda a participação de profissionais de outras áreas, a Museologia inclusa, no que o sistema de grupo de trabalho interdisciplinar aparece como um caminho plausível.

7) Programa arquitetônico-urbanístico

O bairro do Bexiga é cenário que configura a Casa e a atuação do CPC desde sua origem enquanto Comissão. O Bexiga é também objeto de estudo constante, mas ainda não de todo explorado, principalmente no que tange as ondas recentes de gentrificação (SCRIPILLITI, 2017). A questão urbanística é complexa, sobretudo se

⁵³ Entre outros, ver: ALMEIDA, Adriana Mortara. Avaliação da ação educativa e cultural em museus: teoria e prática. MUSAS, vol. 1, n.1, p. 22-24, 2004. STUDART, Denise Coelho. Educação em museus: produto ou processo? MUSAS, vol. 1, n.1, p. 34-40, 2004.

consideramos a Casa enquanto parte de um acervo arquitetônico uspiano pela cidade de São Paulo. A Casa, por sua vez, é também objeto e cenário, e nos arquivos do CPC-USP são diversos os levantamentos técnicos e históricos sobre ela, subsídios para elaboração de programas de conservação que nunca se concretizaram até o momento.

Aqui o mapa de riscos aparece também como indispensável porque complementa alguns projetos dentro do programa arquitetônico urbanístico que também ainda não foram abordados institucionalmente como o projeto de arquitetura e sistemas prediais, projeto de conservação e projeto de museografia (IBRAM, 2016, p. 81), todos eles relacionados à racionalização do uso do espaço com vistas à sua preservação.

8) Programa de segurança

Diz respeito à gestão de riscos a que estão sujeitos a edificação, as pessoas – equipe e visitantes – acervos e até equipamentos da instituição. Ele deve ser elaborado em conjunto com outros programas que compartilhem do mesmo escopo, como o arquitetônico-urbanístico e o de gestão de pessoas, por exemplo. Considerando que a equipe de segurança da Casa é terceirizada, a elaboração desse programa apresenta desafios próprios de superação de barreiras burocráticas e de limitações impostas pela atual configuração da terceirização como processo de precarização do trabalho em diferentes campos no Brasil.

9) Programa de financiamento e fomento.

Em resumo trata de “estratégias de captação, aplicação e gerenciamento dos recursos econômicos” (IBRAM, 2016, p. 85) em uma instituição. Mesmo a partir da abordagem superficial feita neste trabalho é possível constatar que a subordinação do CPC-USP à estrutura da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão põe grandes limitações à captação de recursos e até à produção de renda, mesmo sob a atual lógica de Economia criativa da Secretaria Estadual de Cultura. O CPC-USP participa eventualmente de editais de captação de recursos, mas isso não é suficiente para cobrir suas necessidades orçamentárias, já limitadas pelo compartilhamento de uma mesma fonte de renda com mais de uma dezena de outros órgãos. Não cabe propor nada além da reformulação regimental do órgão, com atuais funções regimentais limitadas pela própria estrutura institucional que lhe é imposta.

10) Programa de comunicação

é aquele que abrange ações de divulgação de projetos e atividades da instituição, e de disseminação, difusão e consolidação da imagem institucional nos âmbitos local, regional, nacional e internacional. Pode ser dividido em diferentes subprogramas, tais como: editorial, de intercâmbio institucional, de comunicação social, de comunicação visual e outros. (IBRAM, 2016, p. 88).

Tendo em vista a Casa enquanto referência a ser musealizada, a comunicação perpassa pela mobilização de seus significados e usabilidades, sendo necessária a elaboração desse programa em conjunto com os programas educativo, de pesquisa e arquitetônico-urbanísticos. Como promotor das questões do patrimônio cultural, o Boletim CPC, aqui já abordado, é um projeto comunicacional de grande sucesso desde sua criação e que hoje se desdobra aos poucos na presença do órgão das redes sociais, processo em aperfeiçoamento e que apresenta um desafio à parte tanto pela lógica comunicacional própria das redes sociais quanto pela limitação de pessoal necessário para administração dessas ferramentas de forma contínua e coesa.

11) Programa socioambiental

Podemos resumir como a elaboração de projetos que considerem as problemáticas de preservação ambiental, territoriais e de uso eficiente e responsável dos recursos infraestruturais e de suprimentos, considerando sua economia e reciclagem. A Casa é uma das poucas áreas verdes expressivas do bairro e seu jardim é o espaço mais frequentado por visitantes espontâneos, mas ainda não de todo explorado no que tange recursos de iluminação e lazer, por exemplo. Há dois bancos de madeira disponíveis, assim como bebedouro e banheiros públicos, mas não há, por exemplo placas de identificação das espécies botânicas do jardim, esse um acervo à parte e identificado ainda em 1988, mas que não foi comunicado aos públicos. Assim, o programa socioambiental deve ir além para a racionalização de uso de recursos e conscientização ecológica e abarcar questões relacionadas à qualidade de vida e construção de relações de percepção dos vestígios naturais no meio urbano.

12) Programa de acessibilidade universal.

A acessibilidade de todos à cultura e aos museus não pode mais ser vista apenas do ponto de vista de seu acesso físico aos ambientes. Ter acesso a um museu e a suas atividades envolve também todos os atos e todas as percepções desejados por um visitante desde o seu ingresso na edificação até sua exploração museal. Falamos aqui do caráter público em toda a sua diversidade, sem esquecermos dos pequenos e grandes, míopes e cegos, os que escutam pouco e os surdos, os obesos ou os idosos, as mulheres grávidas, as pessoas com muletas ou as que se locomovem em cadeira de rodas. (IBRAM, 2016, p. 97).

Podemos acrescentar também a inclusão de pessoas com doenças/sofrimentos mentais ou com transtornos de toda a ordem, como a do espectro autista, estas com diferentes demandas sensoriais dificilmente consideradas por instituições culturais e afins. Obviamente esse programa, por mais inclusivo que seja, não conseguirá abranger toda e qualquer especificidade, mas o imprescindível é que ele coloque a instituição como agente de escuta ativa das necessidades de seus visitantes e maleável o

suficiente para compreendê-las e atendê-las nos limites do possível. Para isso, é necessário um trabalho em conjunto com os programas de pesquisa, em especial o que tange o projeto de pesquisa de públicos, e o arquitetônico-urbanístico, para citar os mais patentes.

O documento fala ainda de tipos de acessibilidade: a arquitetônica, relacionada à mobilidade; a metodológica, as formas que se estabelecem relações de comunicação com os públicos; instrumental, que fala sobre as ferramentas oferecidas a eles (material didático, material institucional etc.); a programática, relacionada às limitações impostas por legislações e normatizações; atitudinal, que diz respeito à postura do corpo institucional quando se relaciona com a diferença e a comunicacional, limitações que podem surgir com escolhas de linguagens que não atendam a públicos diversos, como o desuso de áudio descrição ou LIBRAS, para citar as mais conhecidas (IBRAM, 2016, p. 98-9).

A Etapa III, Elaboração de projetos no Plano museológico, aborda questões metodológicas na elaboração de projetos e informam que estes devem conter, segundo o artigo 47 do Estatuto dos museus: cronograma, explicitação da metodologia, descrição das ações e implantação de sistema de avaliação perene (BRASIL, 2009). Como visto nesta seção, o escopo de cada programa é largo e a composição de seus projetos é minuciosa, o que explica a questão da inexistência de Planos museológicos ou documentos ineficientes em muitos museus. Sua elaboração é complexa e demorada e, ainda por cima, perecível. Demanda mobilização da equipe e, no nosso caso, articulação com profissionais de outras instituições e com agentes da comunidade interessados na questão.

Podemos colocar que é um trabalho intenso que, virtualmente, tornaria possível a efetiva musealização da Casa e, conseqüentemente, criaria melhores condições para mobilização de sentidos, conhecimentos e usabilidades da referência cultural. Mas é justamente sua magnitude que pode lhe dar ares de impossibilidade, no que reforçamos: a elaboração de um plano museológico é um dos caminhos possíveis de administração de uma referência cultural e é um dos caminhos possíveis para renovação e fortalecimento das bases teóricas e institucionais do CPC-USP, no que uma mobilização dessa intensidade pode recuperar – para então reelaborar de acordo com as necessidades e configurações do presente – o caráter colaborativo e interdisciplinar presente nas raízes do órgão enquanto Comissão.

Com muitos tópicos já presentes no Plano Diretor (2021), um plano museológico para a Casa de Dona Yayá carece de uma perspectiva museológica baseada no entendimento do fato museal como resultado de um processo sistêmico de

administração da referência cultural em seus diferentes aspectos: identificação, salvaguarda e comunicação e, nesse momento, é imprescindível uma definição precisa do que é entendido como referência cultural a ser tomada por objeto, ponto de partida para busca de outras narrativas expográficas, por exemplo, como tratado na seção 4.1.

Regimentalmente, o objeto do fato museal sob responsabilidade do CPC-USP compete a todo acervo da Universidade, tangível e intangível, no que o órgão aparece como um promotor de estratégias para a administração dessas referências culturais. Como o foco de nosso trabalho é a Casa, poderíamos a colocar como objeto dessa relação, mas isso significaria dizer que todos os esforços da instituição precisariam estar unicamente voltados à administração desse único bem da Universidade.

Mais uma vez chamamos a atenção para a necessidade do aumento do quadro de trabalhadores do órgão, pois ao longo dessas décadas ele se mostra competente na lida de suas funções regimentais, mas, de certa forma, deficitário no que concerne à exploração das possibilidades que a Casa oferece como suporte de memória. São inúmeras tarefas e propostas que desafiam os limites da equipe e que nem sempre podem ser levadas a cabo por conta dessa deficiência orçamentária e de pessoal. Aqui as estruturas administrativas da Universidade e da Pró Reitoria de Cultura e Extensão precisam se mostrar mais abertas seja às mudanças regimentais do CPC, processo burocrático monumental que, ainda que produzisse pequenas reverberações na criação de bases que para maior independência institucional ao órgão, seria fundamental para que ele cumprisse com menos dificuldade as ações que lhe são expectadas.

A normatização proposta pelo Decreto n. 8124/2013 que regulamenta o Estatuto dos Museus é subsídio que não se aproxima de todo da realidade institucional do CPC-USP, mas que nem por isso deve ser de todo descartado. A elaboração de um plano museológico, lembremos, é um processo de experimentação e uma oportunidade de aproximação do órgão à Museologia e alargamento de fronteiras conceituais e metodológicas que parecem urgente nesse momento, pois podem alavancar as mudanças em curso desde a gestão Marandino.

As obras emergenciais, a restauração arquitetônica e as adaptações para a ocupação e para a inclusão de pessoas com deficiência não foram pensadas dentro de um sistema museológico e sim dentro de um partido de restauro elaborado para recuperação de diferentes períodos históricos da construção e para a usabilidade do imóvel enquanto sede administrativa e de recepção de públicos de formações e exposições. Não foram ações que promovem a Casa enquanto objeto musealizado, no entanto a ação do CPC-USP, dentro das limitações impostas por essas ações que formataram o “objeto-Casa”, no que diz respeito à produção e disseminação de

conhecimento a partir da referência cultural promoveram a Casa como um indicador de memória por meio de práticas que podem ser lidas como museológicas. Ainda que não sistematizadas, são movimentos que promoveram e promovem leituras sobre nossa relação com os objetos e sobre nossa própria humanidade num movimento de auto reflexão e de problematização acerca do próprio campo patrimonial. Foram ações de identificação, preservação e comunicação que, embora não encadeadas, planejadas na cadeia operatória museológica, que se mostra como um meio ideal de viabilização do fato museal, falam do chamado desejo de memória e da consciência institucional aberta às novas leituras sobre o patrimônio cultural.

Essa auto consciência, perene ainda que em diferentes intensidades e formas na história do órgão, é uma potencialidade ainda não de todo explorada e que tem muito a se expandir e produzir com a aproximação ao campo museológico, conjectura concebível à medida do favorecimento da estrutura administrativa do órgão. Ao mesmo tempo, são ações que evidenciam o fato museal enquanto processo, que mesmo cíclico, sempre tem um início.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa de mestrado foi motivada por um desejo pessoal em ver a Casa de Dona Yayá cheia de pessoas. No ano de 2015 ingressei como estagiária na equipe do CPC-USP, pouco tempo depois da abertura da exposição Hidrofaixas: Rios invisíveis do Bexiga (2015), que instalou uma piscina de bolinhas de plástico no espaço até então inerte do solário. Em um período de férias escolares e de tempo ensolarado, crianças do bairro passaram a frequentar o espaço, situação que trouxe demandas administrativas sobre a segurança dessas crianças – a maioria desacompanhadas – e a conservação da edificação.

Aos meus olhos pareceu incrível que um espaço marcado pela memória do sofrimento, da clausura, pudesse se encher de sons e confusão própria a infância e assim ter subvertido, mesmo que momentaneamente, o véu da memória da dor. As trocas simbólicas e apropriações e releituras estudadas no âmbito acadêmico se faziam ali, a plenas vistas que enxergavam também as limitações institucionais impostas a essas ressignificações.

Dentro da formação e capacidade de percepção pessoal naquele momento, pude identificar questões de ordem prática como: falta de pessoal para atender a esse público – problema institucional crônico abordado ao longo deste trabalho – falta de bases legais a respeito dos limites das responsabilidades institucionais com menores desacompanhados e, finalmente, dissensão sobre qual afinal era o papel do CPC-USP: assessorar a Universidade nas questões sobre seu patrimônio cultural ou administrar a Casa, espaço de memória com atenção especial ao desenvolvimento do conhecimento acadêmico que, a partir daquele momento, teve sua potencialidade de fruição evidenciada.

Hoje entendo esses dois últimos tópicos como questões de ordem prática e também teórica, pois sua solução depende da definição conceitual do que é o patrimônio cultural, qual é sua função, o que é cidadania, o que é comunicação e o que é comunicar-se institucionalmente por meio de uma referência cultural. São esses todos temas tratados na Museologia e foi o que intentamos demonstrar com esta pesquisa, defendendo a necessária aproximação do órgão do campo para melhor tratamento da Casa de Dona Yayá e para que seu uso qualificado se associe com a casa cheia ou, dito de outra forma, com a Casa atendendo outras demandas de uso de um patrimônio cultural edificado que estão muito além da produção de conhecimento especializado ou

à constante lembrança da dor. A Museologia é um campo que valoriza a lembrança, mas trabalha também para sua elaboração e ressignificação.

Como dito, a Museologia é campo onde a utopia é um de seus motores de ação, e trabalha para aumentar o terreno das probabilidades para aquilo que ainda não tem lugar. Nesse sentido, sua produção trabalha pensando no futuro, melhorando as condições do presente. A lembrança da dor só tem sentido quando ela nos motiva a mudar as condições que a causaram (MAIA, 2022), caso contrário é só um exercício de sofrimento.

São muitas ainda as lacunas a serem tratadas, não chegamos a tratar de temas como as relações entre a União de Mulheres de São Paulo e a memória de Sebastiana Freire, relação essa responsável pela criação da “Yayá feminista” que, para muito além de uma personagem imaginada, foi uma força que catalisou a preservação física do imóvel e a manutenção da presença de Sebastiana na Casa, garantindo que a valoração patrimonial não apagasse mais uma vez sua história. Essas faltas, escolhas relacionadas à capacidade de sistematização da autora e às limitações de tempo e espaço, falam sobre a complexidade do tratamento das referências culturais e da necessidade da inclusão de diferentes vozes nesse diálogo que pode ter a Universidade como promotora, mas não como única favorecida.

Ao mesmo tempo, por se caracterizar como um suporte de memória relacionada à saúde mental, a Casa é uma referência cultural de tratamento complexo, não porque seja necessariamente um lugar de memória difícil, estes comumente relacionados à dor e à violência como lugares de memória da ditadura, mas sim porque o sofrimento mental ainda é uma questão espinhosa, escamoteada. Sua condição subjetiva, ainda que visceralmente relacionada com nossa organização social (MAIA, 2022) (FISHER, 2020) (KELH, 2009), a torna difícil porque questões de saúde mental ainda são motivos de vergonha e alvo de relativizações e eufemismos.

Os questionamentos constantes são: A casa é um museu da história da técnica arquitetônica ou um museu de história da psiquiatria? É um museu de história da mulher ou um museu da cidade de São Paulo? Ou um museu da USP? Todas essas questões demandam aprofundamentos em campos distintos, mas que se encruzam na Casa, pois seu estudo demanda pesquisa acerca da história de São Paulo, da psiquiatria, de técnicas arquitetônicas, da biografia de Sebastiana Freire, a exemplo do que foi feito na pesquisa de Marly Rodrigues (2001). Hoje podemos acrescentar ainda a história das políticas de tombamento na cidade de São Paulo e também as das de administração dos bens culturais sob responsabilidade da Universidade de São Paulo.

Nos concentramos em alguns desses pontos que julgamos essenciais para o entendimento do contexto de tombamento do imóvel e para a qualificação de seu uso através da Museologia que se pretende um facilitador da relação entre a sociedade e seus bens culturais, ou até da sociedade com seu passado, fixado simbolicamente nesses bens. Dessa forma a pergunta está em não se a Casa é um museu ou qual tipo de museu ela é, mas em como aproximar a Museologia das práticas institucionais do CPC-USP para que essa referência cultural seja verdadeiramente apropriada pela população em geral?

São comuns as limitações orçamentárias, produto da configuração setorial a qual o CPC-USP se insere, como abordamos, e que produzem desafios de ordem material a essa aproximação, como a dificuldade de criação de cargos específicos para museólogos, uma vez que o déficit no quadro funcional é um problema crônico. Mas além desse problema que tem também caráter político, dentro dos limites a que esse trabalho se insere, podemos apontar que é um problema também conceitual, teórico, ligado à concepção tradicional do que é o patrimônio cultural e como devemos tratá-lo, posição que circunscreve a questão ao campo da Arquitetura e promove a segmentação e interpretação errônea de que trabalhadores da Museologia se ocupam apenas de museus.

Embora o campo esteja representado no Conselho do CPC-USP, nos trabalhos práticos e cotidianos a equipe tem pouco contato com a Museologia, a não ser em momentos de elaboração de exposições quando o campo emerge pela experimentação, experiência e contato com profissionais terceirizados. Enquanto campo interdisciplinar, a Museologia oferece diferentes recursos para a tratativa do patrimônio e que vão para muito além da comunicação expográfica, fator que nos indica que outras áreas como o Educativo, a de Referências Culturais e a programação cultural no geral teriam muito a ganhar com essa adição, além da própria gestão.

Trabalhadores da Museologia não se ocupam apenas de museus porque seu objeto de trabalho é o tratamento dos referenciais de memória em seus mais diversos âmbitos. O tratamento das referências culturais vem sendo feito no Brasil por meio de instrumentos jurídicos e políticas públicas de registro, salvaguarda e fomento, estes últimos sobretudo para o que se convencionou chamar de patrimônio imaterial. Como abordamos no capítulo 3, material e imaterial são qualificações operacionais, mas que na prática são indissociáveis, posição manifesta pelas ações do CPC-USP.

O decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013 que regulamenta o Estatuto de Museus dispõe em seu artigo 2º que bens culturais são “testemunhos materiais e imateriais da trajetória do homem sobre o seu território” e que os bens culturais

musealizados são aqueles protegidos pelos museus, este definido pelo inciso IX como “instituição sem fins lucrativos, de natureza cultural, que conserva, investiga, comunica, interpreta e expõe, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de outra natureza cultural, abertos ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento”.

Uma interpretação possível desse regulamento está no entendimento dessa proteção como resultado da inserção de uma referência cultural na cadeia operatória museológica, que compreende práticas de salvaguarda e comunicação, e do museu em sua definição mais ampla, a de museu integral, que se liga mais à finalidade da instituição do que a sua tipologia. Mesmo não sendo um museu, pudemos considerar pela análise do histórico das atividades do CPC-USP o compromisso do órgão com todas as ações descritas no decreto, considerando que o Centro tem a Casa como seu acervo.

Indo mais longe, a instituição se ocupou ao longo dos anos com os acervos da Universidade como um todo, atividade relatada na série de publicações Cadernos CPC⁵⁴, de modo que mesmo de forma intermitente com diferentes enfoques, houve ações de pesquisa, comunicação, educação e extroversão de um acervo que pode ser considerado como o de bens móveis e imóveis da USP, entre eles a Casa de Dona Yayá.

Por fim, o inciso X também do parágrafo 2º, define “processo museológico – programa, projeto e ação em desenvolvimento ou desenvolvido com fundamentos teórico e prático da museologia, que considere o território, o patrimônio cultural e a memória social de comunidades específicas, para produzir conhecimento e desenvolvimento cultural e socioeconômico.” Esse processo pode ser observado ao longo dos anos nas diversas atividades já tratadas, mas igualmente nos diferentes manifestos veiculados ao longo dos anos, observados em relatórios e posicionamentos frente ao uso qualificado da Casa e ao tratamento das referências de memória uspiana, cada vez mais atento a inclusão das memórias exiladas como nos projetos relacionados às revistas estudantis e ao CRUSP – Conjunto Residencial da USP.

As limitações institucionais não permitem de todo o compromisso com o desenvolvimento socioeconômico, aspecto esse que deve ser devidamente

⁵⁴ São alguns exemplos: Obras escultóricas em espaços externos da USP. São Paulo: EDUSP/CPC, 1997; LOURENÇO, M.C.F. Direitos humanos em dissertações e teses da USP: 1934-1999. São Paulo: EDUSP/CPC, 2000; Bens imóveis ou em processo de tombamento da USP. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002; Cidades universitárias: patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP. São Paulo: EDUSP/ Imprensa Oficial, 2003; LANNA, A.D. Meio ambiente: patrimônio cultural da USP. São Paulo: EDUSP/ Imprensa Oficial, 2005.

problematizado e discutido, o que não cabe nessa pesquisa. Superficialmente, no entanto, pode-se questionar quais os limites do envolvimento das instituições culturais de cunho museológico com o desenvolvimento social e econômico de seu entorno para que não se reifique a produção cultural por meio da lógica da economia criativa e tampouco as instituições não se tornem substitutas da ação do Estado, por exemplo.

Embora não esteja diretamente subordinado ao Ibram, a instituição pode e deve utilizar de seu material técnico para incrementar políticas de gestão do patrimônio cultural do qual é responsável. Uma vez que a Universidade dispõe de um grupo de museus universitários – devidamente representados no Conselho do CPC – que, embora nem sempre funcionem efetivamente em rede tendo cada um políticas próprias de gestão, é possível criar aproximações técnicas de grande valia sobretudo para a extroversão e gestão da informação interna.

Historicamente o órgão se preocupou com o caráter da ocupação da Casa, no que se convencionou chamar de “uso qualificado”, discussão extensa e que culminou na adaptação do imóvel para uso como sede administrativa e centro cultural. Essa configuração traz desafios para a manutenção dos sentidos evocados no tombamento e para os públicos, no entanto não os proíbe e tampouco limita a criação de novas elaborações e relações, o que se verifica pelas transformações no tratamento da memória de Sebastiana e da própria Casa pelo CPC-USP. Procuramos enfatizar a importância dessa flexibilidade do órgão como uma via de adoção de uma abordagem museológica, ação que pode se desdobrar em suas ações regimentais relacionadas aos outros bens da Universidade.

No Título III, Capítulo II – do Plano Museológico, o artigo 23 o define como “instrumento de planejamento estratégico do museu, que definirá sua missão e função específica na sociedade”. Contempla, no mínimo, os seguintes itens: diagnóstico; identificação do público alvo; programas – institucional, gestão de pessoas, de acervos, de exposições, educativo e cultural, arquitetônico-urbanístico, segurança, financiamento e fomento, comunicação e socioambiental. Não cabe destrinchar cada item, contudo pela descrição do item g, arquitetônico-urbanístico, percebemos o quanto a ação do CPC-USP se assemelha com a de instituições museais:

abrange a identificação, a conservação e a adequação dos espaços livres e construídos, das áreas em torno da instituição, com a descrição dos espaços e instalações adequadas ao cumprimento de suas funções, e ao bem-estar dos usuários, servidores, empregados, prestadores de serviços e demais colaboradores do museu, envolvendo, ainda, a identificação dos aspectos de conforto ambiental, circulação, identidade visual, possibilidades de expansão, acessibilidade física e linguagem expográfica voltadas às pessoas com deficiência.

Novamente falando dessa aproximação, ela nos diz o quanto a tipificação de instituições de memória é operacional e o quanto a Museologia é um campo teórico-metodológico com potencial de integrar essas instituições.

O CPC-USP/Casa de Dona Yayá tem por característica principal a capacidade de adaptação frente às limitações impostas por sua posição hierárquica no âmbito da estrutura da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. A atividade-fim do órgão pede maior liberdade administrativa e financeira, de modo que, à primeira vista, um trabalho “em conjunto de” e não “sob a tutela de” poderia revitalizar a atuação do órgão junto à comunidade USP. No mesmo sentido, possibilitaria a reestruturação e ampliação do corpo técnico por meio da incorporação de profissionais de outras áreas, como a da Museologia. Os maiores ganhos, a nosso ver, estão na aplicação de uma cadeia operatória museológica que viabilize o tratamento da memória de Sebastiana Freire de forma propositiva, a maior liberdade de captação de recursos e a elaboração de um regimento que permitisse maior participação da comunidade nas decisões programáticas do órgão.

Se no final dos anos 1980 a Universidade teve os olhos abertos para seu patrimônio cultural desperdiçado, acreditamos que hoje ela pode alargar seu entendimento do que esse patrimônio e das inúmeras possibilidades que ele oferece para a construção de uma cidadania plena, da qual ela se põe signatária.

MANSÃO de “louca” é espaço cultural. **Folha de São Paulo**, 8 abr. 2010.

MELLONI, Eugênio. USP enfrenta dificuldade para vender imóveis. **Estado de São Paulo**. Educação. São Paulo, 26 set. 1999, p. 16.

NEVES, Julia. 'Vão voltar com o modelo que a gente sabe que não deu certo'. **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio** *On line*, Notícias, 15 fev. 2019. Disponível em: <<https://curt.link/cWtk5R>>. Acesso em 9 dez. 2022.

ORNELLAS, Francisco. Há 20 anos morria Ya-ya. E a sua fortuna foi toda para a USP. **O Estado de São Paulo**, 6 set. 1981, p. 18.

OS AUTOMÓVEIS: continua ainda o abuso da velocidade – os desastres ocorridos ontem. **O Estado de São Paulo**, Notícias diversas, 20 jan. de 1913, p. 6.

OS ÚLTIMOS estertores de uma órfã milionária. **O Parafuso**, n. 190, 7 abr. 1920.

OTÁVIO, Chico. Justiça decide que torturador da 'Casa da Morte' tem que responder por estupro. **O Globo** *on line*. Disponível em: <<https://curt.link/qSv0Xg>>. Acesso em 3 abr. 2023.

PALHARES, Isabela. USP tem 235 imóveis herdados sem uso ou ocupados irregularmente. **Estado de São Paulo**, 24 ago. 2016.

PASSOS, Úrsula. Mosaico feminista: o movimento na era da dispersão. **Folha de São Paulo**, 8 de mar. 2015.

PINTO, Ana Estela de Sousa. Feminismo é mais bem avaliado entre homens que entre mulheres, diz Datafolha. **Folha de São Paulo**, 14 abr. 2019.

RESTAURAÇÃO da casa de D. Yayá. *Jornal da Bela Vista*. 7 a 15 mai. 1989.

RILEY, Alex. O que há por trás do estigma do tratamento com eletrochoque, eficaz contra depressão grave. *BBC On line*, BBC Future, 29 jul. 2018. Disponível em: <<https://curtlink.com/sIJgThMac>>. Acesso em 9 dez. 2022.

ROSSI, Amanda. Da tortura à loucura: ditadura internou 24 presos políticos em manicômios. *Uol Política*. 14 jun. 2021. Disponível em: <<https://curt.link/QphW9t>>. Acesso em 21 abr. 2022.

_____. Defesa diz que Anistia abrange internação psiquiátrica de presos políticos. *Uol Política*. 14 jun. 2021. Disponível em: <<https://curt.link/5G3nFO>>. Acesso em 21 abr. 2022.

STRUCK, Jean-Philip. Montagens criticam comportamento em memorial do Holocausto. *Deutsche Welle Brasil on line*. 19 jan. 2017. Disponível em: <<https://curt.link/9MFTSi>>. Acesso em 20 abr. 2023.

UM grande patrimônio, bens herdados pela USP. **Jornal da Tarde**. 12 mar. 1990.

USP inicia a grande venda de imóveis. **O Estado de São Paulo**, 18 mai. 1988

USP contratou obra sem fazer licitação. **O Estado de São Paulo**. 24 mai. 1990.

USP ainda não sabe quando terminará a restauração da Casa da D. Yayá. **Jornal da Bela Vista**, 10 nov. 1991.

VIEIRA, Willian. Tour “macabro” em SP leva curiosos ao edifício Joelma e a cemitérios. **Folha de São Paulo *On line***. Cotidiano. 11 nov. 2008. Disponível em: <<https://curt.link/yw5mCv>>. Acesso em 25 nov. 2022.

Documentos cartográficos

CARTA da Capital de São Paulo pelo Engenheiro José Jacques da Costa Ourique, 1842. Informativo do Arquivo Histórico Municipal. Disponível em: <<https://tinyurl.com/db2e5tz2>>. Acesso em 3 jan. 2023.

NOVA planta da cidade de São Paulo e subúrbios, por Jules Martins de 1881. Informativo do Arquivo Histórico Municipal. Disponível em: <<https://bityli.com/zW65O>>. Acesso em: 3 dez. 2022.

PLANTA da cidade de São Paulo atribuída a Carlos Frederico Rath, 1868. Informativo do Arquivo Histórico Municipal. Disponível em: <<https://tinyurl.com/54mc7nca>>. Acesso em: 3 dez. 2022.

PLANTA da Cidade de São Paulo levantada pela Companhia Cantareira de Esgotos Henry B. Joyner, 1881. Informativo do Arquivo Histórico Municipal. Disponível em: <<https://curt.link/eg4Ho2>>. Acesso em: 3 dez. 2022.

PLANTA da cidade de São Paulo por Hugo Bonvincini, 1895. Informativo do Arquivo Histórico Municipal. Disponível em: <<https://bityli.com/Dw9tsM>>. Acesso em: 3 dez. 2022.

PLANTA geral da capital de São Paulo, de 1897. Informativo do Arquivo Histórico Municipal. Disponível em: <<https://bityli.com/II5pEa>>. Acesso em: 3 dez. 2022.

PLANTA geral da cidade de São Paulo levantada e organizada por Alexandre Mariano Cococi e Luiz Fructuoso F. Costa, 1905. Biblioteca Digital Luso Brasileira. Disponível em: <<https://curt.link/r38cT8>>. Acesso em: 3 dez. 2022.

Documentos Universidade de São Paulo

Anotações de Diva Benevides Pinho. [1990]

CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. A Casa de Dona Yayá, histórias de uma velha senhora. 2005.

CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Depoimento de Maria Cristina Oliveira Bruno**, 20 set. 2016.

CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Relatórios anuais**, 2001 a 2019.

CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Guia de bens tombados ou em processo de tombamento da Universidade de São Paulo**, 2018.

CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Plano Diretor do Centro de Preservação Cultural**, 2021.

CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Subsídios para elaboração do Plano de Conservação da Casa de Dona Yayá**, 2011.

COMISSÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL. **Projeto inicial da Comissão de Patrimônio Cultural**, 1994.

COMISSÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL. **Propostas e programas para 1996-7**, 1996.

COMISSÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL. **Uso qualificado da Casa de Dona Yayá: Manual para apresentação de propostas**, [1999?].

PRO Reitoria de Cultura e Extensão: Universidade de São Paulo. s/d. Disponível em: <<https://curtlink.com/np78Lt>>. Acesso em: 9 dez. 2022.

PRÓ-REITORIA de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/c83rnp5z>>. Acesso em: 9 dez. 2022.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Anuário Estatístico da Universidade de São Paulo**, 2022. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yku6jv8a>>.

Processos administrativos

CONDEPHAAT, Processo n. 21955/82 (Casa de Dona Yayá).

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Processo n. 87.1.79490.1.6 de 25/11/87.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Processo n 91.1.50782.1.2.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Processo n. 93.1.1017.51.3 de 17 de agosto de 2000.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Processo n. 93.1.1017.51.3 de 17 de agosto de 2000 (Designação de Comissão para elaboração do programa de recuperação física do imóvel situado à rua Major Diogo, n. 353, chamado 'Casa de Dona Yayá').

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – CODAGE Processo n. 67.1.11367.1.4 (Herança jacente de Sebastiana Mello Freire).

Legislação

SÃO PAULO (Município). **Lei 8328/1975**. Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo no município, nas zonas de usos especiais z8, cria novas zonas de uso, amplia zonas existentes e dá outras providências.

NORMAS DE QUITO, 1967

SÃO PAULO, CONDEPHAAT, **Resolução n.**, de 1998.

SÃO PAULO (Estado). **Lei n.1.242/1910**. Cria o distrito da Bela Vista.

BRASIL. **Lei nº 11.904/2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <<https://bityli.com/1mkwA>>. Acesso em 5 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto Presidencial nº 8.124/13**. Regulamenta os dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 que institui o Estatuto dos Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus. Disponível em: <<https://tinyurl.com/mtsk52bn>>. Acesso em 5 mai. 2023.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Resolução CoCEX nº 6063, de 27 de fevereiro de 2012. Baixa o Regimento do Centro de Preservação Cultural da USP, definindo, regulamentando suas atividades e dando outras providências. Disponível em: <<https://curt.link/W45FqA>>. Acesso em 3 jan. 2023.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Resolução CoCEX nº 6566, de 17 de junho de 2013. Altera os dispositivos do Regimento do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5y9nw6f7>>. portaria GR n. 5367 de 7/10/94 Universidade de São Paulo.

PORTARIA GR Nº 2965, DE 15 DE SETEMBRO DE 1995

Bibliografia

ALAMBERT, Clara Correia; FERNANDES, Paulo Cesar Gaioto. Bela Vista: a preservação e o desafio da renovação de um bairro paulistano. **Revista do Arquivo Municipal**, DPH, São Paulo, 2006, n. 204, p. 151 - 158.

ANDRADE, Oswald de. **Um homem sem profissão**: memórias e confissões. Sob as ordens de mamãe. São Paulo, Editora Globo, 2002.

ANVERSA, Júlia Savaglia. **Gênero e patrimônio**: o Solar da Marquesa de Santos e a memória de Domitila. 2020. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/D.16.2020.tde-29042021-163736. Acesso em: 6 jun. 2022.

ARANTES, Antonio Augusto (Org). **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo, Brasiliense/ Secretaria de Estado da Cultura/ Condephaat, 1984.

ARAÚJO, Denise Puertas de. **Na fronteira entre o material e o imaterial: o tombamento e a proteção dos bens culturais**. Tese (Doutorado em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

ARRUDA, Beatriz Cavalcanti de. **O Museu da Cidade de São Paulo e seu acervo arquitetônico**. 2014. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Programa Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014.

BARBOSA, Paulo Eduardo. **Arquitetura e casa-museu**: conexões. 2013. Dissertação (Mestrado em Projeto, Espaço e Cultura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/D.16.2013.tde-15012014-134924. Acesso em: 6 jun. 2022.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Diário do hospício; O cemitério dos vivos**. São Paulo: Cosac Naify, 2010. 6 jun. 2022.

BIAZO, Glauber Cícero Ferreira. Entre a ditadura e a democracia: história oral de vida acadêmica (FFLCH-USP). 2014. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BITTENCOURT, R. G. As regras por detrás do jogo: a operação historiográfica de Michel de Certeau na obra de Wlamyra R. Albuquerque. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 10, n. 23, 2017. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yc85cfre>>. Acesso em: 20 set. 2022.

BORDINHÃO, Katia; VALENTE, Lúcia; SIMÃO, Maristela dos Santos. **Caminhos da memória**: para fazer uma exposição. Brasília: IBRAM, 2017.

BORGES, Viviane Trindade. Memórias difíceis: Hospital Colônia de Barbacena, reforma psiquiátrica brasileira e os usos políticos de um passado doloroso. **Museologia & Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 2017, p. 105-127.

BOSI, Ecléa. **O Tempo vivo da memória**: Ensaio de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr./2001, p. 82. Disponível em: <<https://curt.link/OtyqV8>>. Acesso em: 3 set. 2022.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira Bruno. Museologia e Comunicação. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 9, n. 9, 1996.

_____. (Org.). **O ICOM/Brasil e o pensamento museológico brasileiro**: documentos selecionados. São Paulo: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 1v., 2010b.

_____. (Org.). **O ICOM/Brasil e o pensamento museológico brasileiro**: documentos selecionados. São Paulo: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2v., 2010c.

CAMARGO, M. J. de; CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Equipe do. Memória CPC: depoimento do professor Nestor Goulart Reis Filho. **Revista CPC**, [S. l.], n. 20, p. 261-280, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/108568>. Acesso em: 11 ago. 2022.

_____. Depoimento: Memória CPC professora Maria Cecília França Lourenço. **Revista CPC**, [S. l.], n. 23, p. 284-294, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/134280>. Acesso em: 11 ago. 2022.

_____. Carta Patrimonial da USP: por que? **Revista CPC**, [S. l.], n. 24, p. 162-169, 2017b. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/142034>. Acesso em: 8 jun. 2023.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. Trayectoria constitucional del patrimonio cultural en Brasil. **Memoria y Sociedad**, Bogotá, v. 21, n. 42, p. 50-57, ene/jun., 2017.

CANÇADO, Maura Lopes. **Hospício é deus**: Diário I. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, Edusp, 1994.

CARPINTÉRO, M.V.T. **A construção de um sonho**: Os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina. **Dicionário temático de patrimônio**: debates contemporâneos. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

CERÁVOLO, S. M. Delineamentos para uma teoria da Museologia. **Anais do Museu Paulista**: História e Cultura Material, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 237-268, 2004.

CERRI, Luiz Fernando. **Ensino de História e consciência histórica**: Implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CHAUÍ Marilena. **A ideologia da competência**. São Paulo: Editora Autêntica, 2014. *Ebook*.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2017.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória**: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CÍCERO, Antonio. A fala ao revés da fala. In: GULLAR, Ferreira. **Toda poesia**. São Paulo: Cia. das Letras, 2021, p. 505-519.

COSTA, Nilson do Rosário; TUNDIS, Silvério Almeida. **Cidadania e loucura**: políticas de saúde mental no Brasil. São Paulo: Abrasco; Vozes, 1987.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta**: periodismo e vida urbana, 1890-1915. São Paulo: Educ, FAPESP, Imprensa Oficial, Arquivo do Estado, 2000.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Loucura, Gênero Feminino**: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9 n. 18, p. 121-144, ago./set. 1989. Disponível em: < <https://curt.link/kN4m7k> >. Acesso em 6 jun. 2021.

CURY, Marília Xavier. Os usos que o público faz do museu: a (re)significação da cultura material e do museu. **MUSAS**, vol. 1, n.1, p. 87-97, 2004.

_____. **Exposição**: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Museologia: novas tendências. In: GRANATO, Marcus et al. (Org.). **Museu e Museologia**: interfaces e perspectivas. Rio de Janeiro: MAST, 2009, p. 25-42.

_____. Museologia e conhecimento museológico: uma perspectiva dentre muitas. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 3, n. 5, 2014. DOI: 10.26512/museologia.v3i5.15470. Acesso em: 1 ago. 2022.

_____. **Roteiro de observação para visita e análise de museus e exposições**. São Paulo: MAE-USP, 2021.

DAVALLON, Jean. **L'exposition a l'oeuvre**: strategies de communication et médiation symbolique. Paris: L'Harmattan, 2000.

DICIONÁRIO brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, dez./2003.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**: uma Psicopatologia do Brasil Entre Muros. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão**: Médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

EZRATI, J.-J. A importância do conceito na iluminação de museus. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 9, n. Especial, p. 180–187, 2020. DOI: 10.26512/museologia.v9iEspecial.35434. Acesso em: 1 ago. 2022.

FACCHINETTI, Cristiana; VENANCIO, Ana Teresa A. Da psiquiatria e de suas instituições: um balanço historiográfico. In: TEIXEIRA, Luiz Antônio et al. (Orgs.). **História da saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2018, p. 356-402.

FANON, Franz. **Alienação e liberdade**: escritos psiquiátricos. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FERNANDES, G. de A. Ação expositiva do CPC em 2016: as mostras cores do Bixiga na Yayá e Yayá, um lugar de memória. **Revista CPC**, (22), p. 296-306, 2016. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i22p296-306>

_____. Educação e patrimônio na Casa de Dona Yayá: experiências do Centro de Preservação Cultural da USP. **Revista CPC**, 14(27esp), 300-324, 2019. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27espp300-324>. Acesso em: 26 set. 2022.

FERREIRA, L. G. P. Preservando a Pauliceia: DPH, CONPRESP e o patrimônio paulistano. **Herança - Revista de História, Patrimônio e Cultura**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 93–112, 2018. DOI:10.29073/heranca.v1i1.58. Acesso em: 27 jul. 2022.

FIGUEIREDO, Renata Dias de Gouvêa de. **Expografia contemporânea no Brasil**: a sedução das exposições cenográficas. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Acesso em: 22 set. 2022.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista**: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FOUCAULT, Michael. História da loucura. São Paulo: Perspectiva, 2021.

FRANÇA, M. C. F. de. **Memória e Imprensa**: usos e apropriações da biografia de Sebastiana de Mello Freire em dois momentos: 1920-1980. Projeto de Iniciação Científica do Departamento de História da FFLCH-USP, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. SONHO POSSÍVEL (verbetes). In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 380-381.

_____. UTOPIA (verbetes). In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 412-413.

GALLOTTA, Brás Ciro. **O Parafuso**: humor e crítica na imprensa paulista, 1915-1921. 1997. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

GESTÃO do Patrimônio Mundial natural. Brasília: UNESCO Brasil, IPHAN, 2016.

GIOVANAZ, M.; FARIA, A. C. G. de. Nega Lú: um frenesi na maldita Porto Alegre. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 92–109, 2022. DOI: 10.26512/museologia.v11i21.41265. Acesso em: 19 set. 2022.

GOBBATO, Viviana. On how lighting shaped museums. **Nuova Museologia**, 2021, 45, p. 24-36.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GOMES, Ana Lúcia de Abreu; LOPES, Maria Margaret. O processo de tombamento da primeira sede do Museu Nacional na atual Praça da República - Rio de Janeiro. **Tempo**, 2019, v.25, n.3, p. 647-666. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2019v250306>>. Acesso em 9 out. 2022.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: Os discursos sobre patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Ipahan, 1996. *ebook*.

_____. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. p. 108-123. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 140-155.

_____. O patrimônio como categoria de pensamento. In: CHAGAS, Mário; ABREU, Regina (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 25-33.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOUVEIA, Inês. **Waldisa Rússio e a política no campo museológico**. 2018. 375 p. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2018.

_____. Waldisa Rússio: museologia e política nos anos 1980. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 28, p. 1-29, 2020. DOI: 10.1590/1982-02672020v28d2e58. Acesso em: 16 nov. 2022.

GRANT, Helena Marzano. A saga de Yayá. In: LOURENÇO, Maria Cecília França (Org.). **A casa de Dona Yayá**. Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 2001, p.62-77.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo Alguns aspectos do patrimônio cultural: o patrimônio industrial (1983/1985). In: BRUNO, M.C.O. (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: Textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, vol.1, p. 147-159.

_____. Exposição: texto museológico e o contexto cultural (1986). In: BRUNO, M.C.O. (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: Textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, vol.1, p. 137-143.

_____. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação (1990). In: BRUNO, M.C.O. (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: Textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, vol.1, p. 203-210.

HORTA, M. L. P. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Subsídios para a elaboração de planos museológicos**, 2016.

JANOVITCH, Paula Ester; SENA, João Cláudio de. *Paulicéia Scugliambada*. Itaú Cultural. São Paulo, 2000. 1 CD-ROM.

KATINSKY, J.R. Casa de Dona Yayá – uma apreciação. In: LOURENÇO, Maria Cecília França (Org.). **A casa de Dona Yayá**. Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 86-99.

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão: a Atualidade das Depressões**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

KUKIL, Karen V. (Org.). **Os diários de Sylvia Plath: 1950-1962**. São Paulo: Biblioteca Azul, 2017.

LANNA, A. L. D.; PRATA, J. M. O CPC- USP e a Casa de Dona Yayá: questões de gestão de um patrimônio cultural. **Revista CPC**, [S. l.], n. 1, p. 6-15, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15578>. Acesso em: 1 set. 2022.

LANZA, Sonia Maria. *As narrativas jornalísticas: memória e melodrama no folhetim contemporâneo*. 2008. 160 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Programa de Pós Graduação em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

LEÃO, Rodrigo de Souza. **Todos os cachorros são azuis**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2008.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LIMA, Paulo José Nascimento. **Plano museológico**: questões e proposições a partir do estudo de caso do Museu Lasar Segall. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LIMA, Maria Cristina P.; BOTEGA, Neury José. Hospital-dia: para quem e para quê? **Revista Brasileira de Psiquiatria**, s.l., n. 23, v. 4, p. 195-9, 2001.

LISPECTOR, Clarice. **Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres**. Rio de Janeiro: Rocco, p.18.

LOPES, Maria Margaret. A favor da desescolarização dos museus. **Educação e Sociedade**, vol.40, dez.1991, p.443- 455.

_____. Resta algum papel para o(a) educador (a) ou para o público nos museus? **MUSAS**, vol. 1, n.1, p. 60-64, 2004.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 239-249.

LOURENÇO, Maria Cecília França (Org.). **A casa de Dona Yayá**. Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MACHADO, Lúcio Gomes; RODRIGUES, Eduardo. O projeto de restauro e reciclagem da Casa de Dona Yayá. Em: LOURENÇO, M.C.F. **A casa de Dona Yayá**. São Paulo: Edusp, 2001, p.154-161.

MAIA, Heribaldo. **Neoliberalismo e sofrimento psíquico**: o mal estar nas universidades. Recife: Ruptura, 2022.

MAIRESSE, François; DESVALLÉS, André (Ed). **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: ICOM Brasil; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil 3**, República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 131-214.

MARTINS, Ana Paula Vosne; FREIRE, Maria Martha de Luna. História dos cuidados com a saúde da mulher e da criança. In: TEIXEIRA, Luiz Antônio et al. (Orgs.). **História da saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2018, p. 182-224.

MARTINS, José de Souza. O migrante brasileiro na São Paulo estrangeira. In: PORTA, Paula (Org.). **História da Cidade de São Paulo, v.3**: a cidade na primeira metade do século XX. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 153-213.

MARZOLA, Nádia. **Bela Vista**. Série: história dos bairros de São Paulo. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico - Divisão do Arquivo Histórico, 1985.

MATOS, Maria Izilda Santos de; PEREIRA, Bruna S. Beserra. “Prontuários femininos do Sanatório Pinel/SP (1929-1944)”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 1, e76044, 2022. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5db99dpf>>. Acesso em 3 fev. 2023.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. v.2, p.9-42, jan./dez.1994.

_____. O campo do património cultural: Uma revisão de premissas. Conferência Magna. **I Fórum Nacional do Património Cultural**, vol. 1, 2012, pp. 127-135.

_____. Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática. Conferência. **10º. Encontro Paulista de Museus**, 18 jul.2018.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. A teoria da degeneração e suas implicações no Hospital de Doenças Nervosas e Mentais. Recife, PE /1920. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 33, p. e0115 , maio/ago. 2021.

MIURA, Priscila Miyuki. **Quadrilátero da saúde**: espaço de ensino, pesquisa e saúde pública em São Paulo. Dissertação (Mestrado – Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP. São Paulo, 2012, 208 p.

MUDROVIC, María Inés. The politics of time, the politics of history: who are my contemporaries? *Rethinking History*, 23:4, 456–473, 2019. Disponível em: <<https://tinyurl.com/33fxs2tk>>.

NASCIMENTO, Kelly Cristina. **Entre a mulher ideal e a mulher moderna**: representações femininas na imprensa mineira - 1873-1932. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Minas Gerais, 2006, 171 p.

NASCIMENTO, Larissa; “Lembrança eu tenho da Saracura”: Notas sobre a população negra e as reconfigurações urbanas no bairro do Bexiga. **Revista Intratextos**, v. 6, n. 1, p. 25-50, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.12957/intratextos.2014.7099>>. Acesso em: 6 ago. 2021.

NEVES, Kátia Regina Felipini. Programa Museológico e Museologia Aplicada: o Centro de Memória do Samba de São Paulo como estudo de Caso. **Cadernos de Sociomuseologia** (nº 21). Lisboa: ULHT, 2003. Disponível em: <<https://curtlink.com/cYwjp8w>>. Acesso em 2 abr. 2023.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 10, 2012.

ODA, A. M. G. R; DALGALARRONDO, P. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 3, p. 983-1010, set.-dez. 2005.

OGAWA, Yoko. O museu do silêncio. São Paulo: Estação Liberdade, 2016.

OLIVEIRA, Júlia Glaciela da Silva. **União de Mulheres de São Paulo**: feminismo, violência de gênero e subjetividades. 2013. 205 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

PEREIRA, P. F. S. Os quilombos e o silêncio patrimonial: o que falam os processos de tombamento dos antigos quilombos? **PATRIMÔNIO E MEMÓRIA** (UNESP), v. 16, p. 469-501, 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy; SOUZA, Célia Ferraz de. **Imagens urbanas**: os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

PIRES, Kimberly Terrany Alves. **Expografia da ausência**: A exposição da Galeria do Parthenon no Museu da Acrópole como uma narrativa para a repatriação. 2020. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 214 p.

PLATH, Sylvia. **A redoma de vidro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2019.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2. n. 3, p.3-15, 1989.

POMIAN, K. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**: Memória-História. Lisboa: Imprensa Oficial/Casa da Moeda, 1984.

PORTOCARRERO, Vera. **Arquivos da loucura**: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. *Ebook*. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/p26q6>>. Acesso em 13 jul. 2018.

PRIOSTI, Odalice Miranda. **Memória, comunidade e hibridação**: museologia da libertação e estratégias de resistência. 2010. 245 f. Tese (Doutorado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

RECHENA, Alda. Museologia Social e Gênero. **Cadernos do CEOM**, ano 27, n. 41, p. 153-174. 2014.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

RIBEIRO, Stephanie Heringer Lima. **Turismo macabro: Um estudo sobre o segmento e seu reconhecimento como atividade de lazer, cultura e conhecimento**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RODRIGUES, Marly. **Alegorias do passado**: a instituição do patrimônio em São Paulo (1969-1987). 1994. 179 p. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

_____. A Casa de Dona Yayá. In: LOURENÇO, Maria Cecília França (Org.). **A casa de Dona Yayá**. Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 22-61.

_____. Nas casas 37, personagem e domesticidades. In: NASCIMENTO, Flávia Brito do; RUBINO; Joana Mello de Carvalho e; LIRA, José Tavares Correia de; SILVA, Silvana Barbosa (Orgs.). **Domesticidade, gênero e cultura material**. São Paulo: Edusp, 2017, p. 75-93.

ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras - Etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, Cadernos Cândido Mendes, nº 17, set. 1989.

ROSA, M.A.; ODEBRECHT, M.; RIGONATTI, S.P.; MARCOLIN, M.A. Eletroconvulsoterapia e estimulação magnética transcraniana: semelhanças e diferenças. **Revista Psiquiatria Clínica**, n.31, v.5, p.243-250, 2004.

RUIZ, Maria Del Carmen Hermida Martinez. A Casa de Dona Yayá e a história da psiquiatria brasileira. **Anais do 18º Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia**. São Paulo, 2022, p. 627-635.

RÚSSIO, Waldisa. Museu: uma organização em face das expectativas do mundo atual (1974). In: BRUNO, M.C.O. (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: Textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, vol.1, p. 45-55.

_____. Museologia e Museu (1979). In: BRUNO, M.C.O. (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: Textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, vol.1, p. 78-85.

_____. Bem e patrimônio cultural (s.d.). In: BRUNO, M.C.O. (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: Textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, vol.1, p. 119-122.

_____. A Interdisciplinaridade em Museologia (1981). In: BRUNO, M.C.O. (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: Textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, vol.1, p. 123-126.

_____. Sistema em Museologia (1983). In: BRUNO, M.C.O. (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: Textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, vol.1, p. 123-126.

SAFATLE, Vladimir et al. (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SALIBA, Elias Thomé. Histórias, memórias, tramas e dramas da identidade paulistana. In: PORTA, Paula (Org.). **História da Cidade de São Paulo, v.3: a cidade na primeira metade do século XX**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)**. São Paulo: Annablume, 2017.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. **Reflexões Museológicas: caminhos de vida**. Lisboa: ISMAG/UHLT (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias). Centro de Estudos de SocioMuseologia, 2002.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2020.

SCOTT, J. A história das mulheres. Em: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992, p. 63-95.

SCHNECK, Sheila. **Formação do bairro do Bexiga em São Paulo: loteadores, proprietários, construtores, tipologias edilícias e usuários (1881-1913)**. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Orfeu extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos vinte**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. **A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – a Folha de São Paulo e o Golpe de 1964**. 2001. 319 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2011.

SIMONI, Luiz Vicente De. Importância e necessidade da criação de um manicômio ou estabelecimento especial para o tratamento dos alienados. **História da Psiquiatria**, ano VII, n. 1, p. 142-159, mar/2004.

SONTAG, Susan. **Contra a interpretação e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SOUZA, Vanderlei Sebastião; WEGNER, Robert. História da eugenia: contextos, temas e perspectivas historiográficas. In: TEIXEIRA, Luiz Antônio et al. (Orgs.). **História da saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2018, p. 328-355.

SZASZ, Thomas S. **A fabricação da loucura: um estudo comparativo entre a Inquisição e o movimento de Saúde Mental**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

TIRELLO, Regina. Um trabalho arqueológico: A descoberta dos murais artísticos e a estratificação arquitetônica de uma velha casa no Bexiga. In: LOURENÇO, Maria Cecília França (Org.). **A casa de Dona Yayá**. Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 100-135.

VACARO, Juliana Suckow. **A Construção do Moderno e da Loucura: Mulheres no Sanatório Pinel de Pirituba (1929-1944)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

VARGAS, Fernanda Alves. **BIXIGA–MOMBAÇA: entre lugares, percursos e memórias**. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, São Bernardo do Campo, 2019.

VARINE, Hugues de. Un Patrimoine du troisième type. **Sillogés**, v.1, n.1, p. 13-22, jan./jul. 2018.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. **Representações da revolução mexicana no museu nacional de história da cidade do México (1940-1982)**. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

WEYLER, Audrey Rossi. O hospício e a cidade: novas possibilidades de circulação do louco. **Imaginário**, 2006, vol. 12, n.13, p. 381-395.

WICHERS, C. A. de M. Museologia, Feminismo e suas ondas de renovação. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 138–154, 2018.

ZANIRATO, Sílvia Helena. Patrimônio e identidade. **Revista CPC**, v.13, n.25, p.7–33, jan./set. 2018.